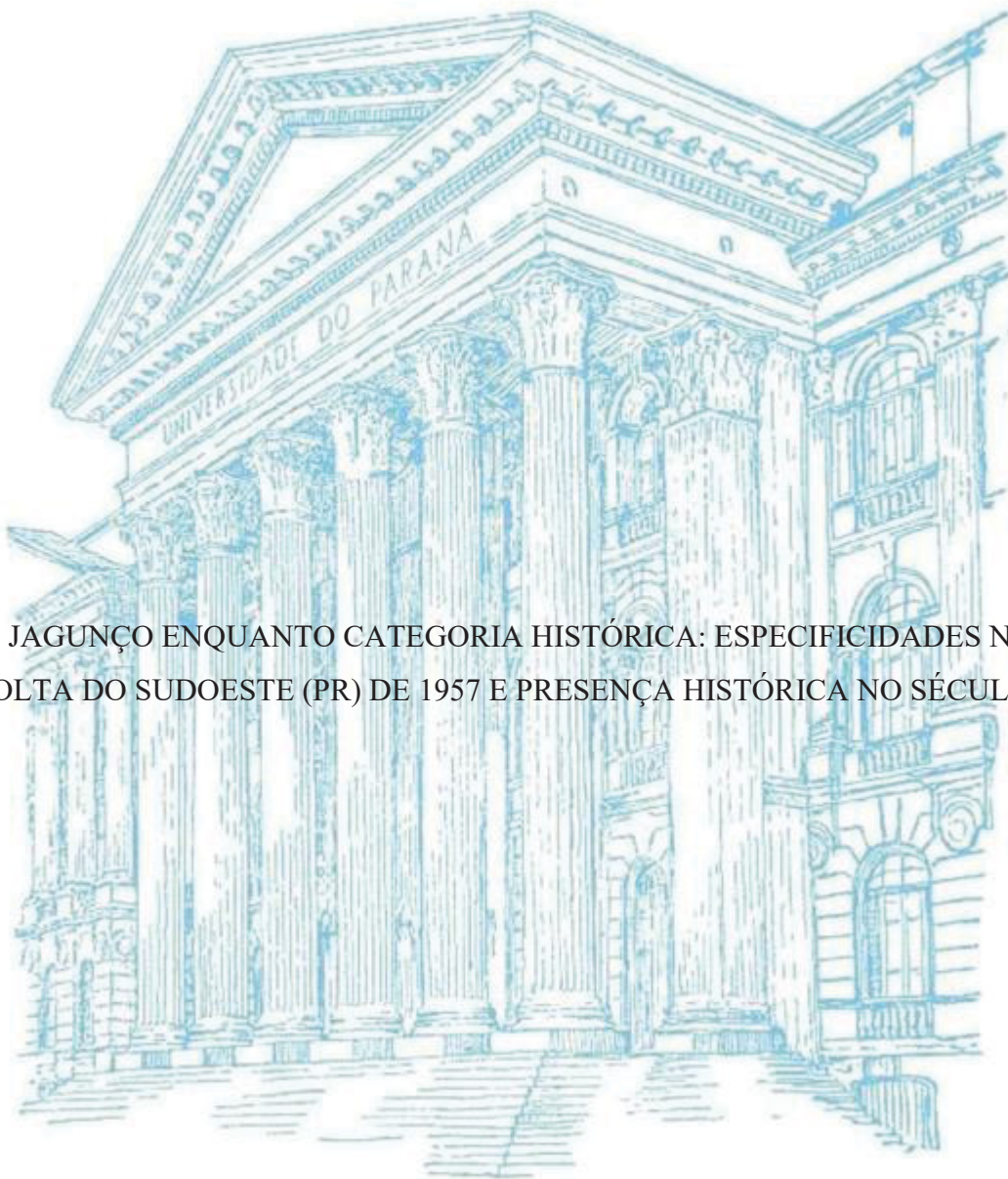


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AGUINALDO HENRIQUE GARCIA DE GOUVEIA

O JAGUNÇO ENQUANTO CATEGORIA HISTÓRICA: ESPECIFICIDADES NA
REVOLTA DO SUDOESTE (PR) DE 1957 E PRESENÇA HISTÓRICA NO SÉCULO XX



CURITIBA

2023

AGUINALDO HENRIQUE GARCIA DE GOUVEIA

O JAGUNÇO ENQUANTO CATEGORIA HISTÓRICA: ESPECIFICIDADES NA
REVOLTA DO SUDOESTE (PR) DE 1957 E PRESENÇA HISTÓRICA NO SÉCULO XX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação
em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade
Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Roseli Boschilia.

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Gouveia, Aguinaldo Henrique Garcia de
O jagunço enquanto categoria histórica : especialidades na
Revolta do Sudoeste (PR) de 1957 e presença histórica no século
XX. / Aguinaldo Henrique Garcia de Gouveia. – Curitiba, 2023.
1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná,
Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do
Mestrado em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Roseli Boschilia.

1. Revoltas - História - Paraná. 2. Jagunços - História.
3. Invasões de terra. 4. Violência. I. Boschilia, Roseli, 1952-
II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação
do Mestrado em História. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **AGUINALDO HENRIQUE GARCIA DE GOUVEIA** intitulada: **O JAGUNÇO ENQUANTO CATEGORIA HISTÓRICA: ESPECIFICIDADES NA REVOLTA DO SUDOESTE (PR) DE 1957 E PRESENÇA HISTÓRICA NO SÉCULO XX**, sob orientação da Profa. Dra. ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 03 de Março de 2023.

Assinatura Eletrônica

06/03/2023 10:35:44.0

ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

06/03/2023 17:41:14.0

ANGELO APARECIDO PRIORI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ)

Assinatura Eletrônica

06/03/2023 10:03:48.0

MARCOS GONÇALVES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua General Cameiro, 460, Ed.D.Pedro I, 7º andar, sala 716 - Campus Reitoria - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5086 - E-mail: cpghis@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 262654

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 262654

À todas as pessoas que lutaram, lutam e continuarão lutando por um pedaço de terra. À todas as pessoas que resistiram, resistem e continuarão resistindo às violências no campo.

AGRADECIMENTOS

A cada uma das pessoas que ao longo do tempo foram minha base e formaram quem sou, muito obrigado.

Agradeço a minha família, especialmente minha mãe, Silvana, pelo amor e apoio.

Agradeço a minha companheira de vida, amiga e namorada, Mariana, pelo amor, apoio e companheirismo.

Às amigadas construídas no curso de História e que serão levadas para a vida, Carol, Hellen, Laís, Lauriane, Lucas, Mariana Fernandes, Mariana Fujikawa e Maurício, muito obrigado. Este trabalho também é de vocês.

Aos amigos da adolescência, mesmo distantes, presentes, muito obrigado.

Agradeço a professora Roseli Boschilia, minha orientadora desde a graduação, que tornou todos esses projetos possíveis.

Agradeço ao grupo de orientandos, por todas as discussões, encontros e debates, sempre agradáveis e profícuos.

Agradeço às companheiras de estágios, que estiveram em importantes momentos dessa trajetória e que trago com muito carinho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, em cada um de seus funcionários, pela estrutura e empenho que possibilitam esse processo. A todos os professores do Departamento de História, pelas aulas, seminários e debates.

Agradeço aos professores Marcos Gonçalves e Angelo Priori por seus papéis fundamentais, desde seus apontamentos na qualificação, até o momento final deste trabalho, na banca de defesa.

A todas essas pessoas e ainda outras tantas que participaram de alguma forma dessa caminhada, muito obrigado.

“E aqui se interrompe em seus começos a história da cidade de Irisópolis quando ainda era Tocaia Grande, a face obscura. O que aconteceu depois - o progresso, a emancipação, a mudança de nome, a comarca, o município, a igreja, os bangalôs, os palacetes, os paralelepípedos ingleses, o intendente, o vigário, o promotor e o juiz, o fórum e a cadeia, a loja maçônica, o clube social e o grêmio literário, a face luminosa - não paga a pena contar, não tem graça. Até mais ver”
(AMADO, Jorge. Tocaia Grande. A face obscura, p. 505).

RESUMO

Esta dissertação é mais um produto inserido dentro de nossa trajetória de pesquisas sobre a Revolta do Sudoeste paranaense de 1957. Desde o início, elencamos o jagunço que atuou naquele contexto como nosso objeto de análise central. Neste trabalho, buscando dar mais um passo nas produções de conhecimento sobre esse sujeito, aprofundamos algumas análises sobre ele no cenário de 1957. Todavia, logo se mostrou necessário também uma ampliação em nossa abordagem, no sentido de compreender esse sujeito – ou categoria, como se mostrará – em recortes mais amplos. Dessa forma, nosso trabalho está dividido em duas frentes. Na primeira parte, trabalhando especialmente com fontes orais – destacadamente entrevistas produzidas pelo Jornal de Beltrão entre 2007 e 2008 – vamos nos debruçar sobre as especificidades do jagunço no contexto particular da Revolta; suas ações e relações, destacando elementos que receberam pouca atenção até o momento. Na segunda parte, vamos nos dedicar sobre uma delimitação mais precisa do que compreendemos por jagunço. Para tanto, será necessário, também, estipular alguns pontos de afastamento com outros jagunços. Nesse exercício utilizaremos especialmente fontes literárias. Por fim, tendo bem delimitada a categoria de jagunço com a qual trabalhamos, vamos expor sua presença constante na história do Brasil ao longo do século XX, evidenciando seu papel de destaque em toda uma estrutura mais ampla de conflitos de terra, violência no campo, etc. As comissões da verdade fornecem descrições fundamentais para esses casos e por isso, serão nossas principais fontes. Ao fim desse processo e tendo algumas noções essenciais, como a memória e, principalmente, a violência, será possível perceber que a presença e atuação desses jagunços, a serviço de projetos desenvolvimentistas pautados na violência, de progresso e de expansão das fronteiras e do capital, são elementos constantes e definidores da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Jagunço. Revolta do Sudoeste. Violência. Conflitos de terra.

ABSTRACT

This dissertation is yet another product inserted within our trajectory of research on the Revolt in the Southwest of Paraná in 1957. From the beginning, we listed jagunço who acted in that context as our central object of analysis. In this work, seeking to take a further step in the production of knowledge about this subject, we deepen some analyzes about him in the scenario of 1957. However, it soon became necessary to expand our approach, in order to understand this subject – or category, as it will be shown – in broader terms. In this way, our work is divided into two fronts. In the first part, working especially with oral sources – notably interviews produced by Jornal de Beltrão between 2007 and 2008 – we will focus on the specificities of the jagunço in the particular context of the Revolt; their actions and relationships, highlighting elements that have received little attention so far. In the second part, we will dedicate ourselves to a more precise delimitation of what we understand by jagunço. To do so, it will also be necessary to stipulate some points of separation from other jagunços. In this exercise, we will use especially literary sources. Finally, having well delimited the category of jagunço with which we work, we will expose his constant presence in the history of Brazil throughout the 20th century, highlighting his prominent role in a broader structure of land conflicts, violence in the countryside, etc. Truth commissions provide key descriptions for these cases and as such will be our main sources. At the end of this process and having some essential notions, such as memory and, mainly, violence, it will be possible to perceive that the presence and performance of these jagunços, at the service of development projects based on violence, progress and expansion of borders and capital, are elements constants and defining elements of Brazilian society.

Key-words: Jagunço; Revolt in the Southwest; Violence; Land conflicts.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
	PRIMEIRA PARTE: O JAGUNÇO DA REVOLTA DO SUDOESTE PARANAENSE DE 1957	28
2	O JAGUNÇO DA REVOLTA DO SUDOESTE PARANAENSE DE 1957: MEMÓRIAS	29
2.1	AS ORIGENS DOS JAGUNÇOS DO SUDOESTE	38
2.1.1	EX-PRESIDIÁRIOS OU POSSEIROS COOPTADOS?	39
2.2	REVOLTA E PÓS-REVOLTA	47
2.3	AS VOZES DOS JAGUNÇOS	60
2.3.1	VILMAR PEREIRA	61
2.3.2	LOURENÇO JOSÉ DA COSTA, O “MARINGÁ”	62
3	O JAGUNÇO DA REVOLTA DO SUDOESTE PARANAENSE DE 1957: VIOLÊNCIAS	67
3.1	O ENFRENTAMENTO DOS JAGUNÇOS PELAS MULHERES	70
3.2	OUTRAS RELAÇÕES ENTRE POSSEIROS E JAGUNÇOS	75
3.3	VIOLÊNCIAS MÚLTIPLAS E TENSÃO CONSTANTE	85
	SEGUNDA PARTE: A CATEGORIA JAGUNÇO E SUA PRESENÇA NA HISTÓRIA DO BRASIL	102
4	A CATEGORIA JAGUNÇO: DEFINIÇÕES E <i>OUTROS</i>	105
4.1	O JAGUNÇO CANGACEIRO EM <i>GRANDE SERTÃO: VEREDAS</i>	110
4.2	O JAGUNÇO DE CANUDOS EM <i>OS SERTÕES</i>	117
4.3	O JAGUNÇO DO CONTESTADO EM <i>O BRUXO DO CONTESTADO</i>	126
4.4	DELIMITAÇÕES FINAIS SOBRE A CATEGORIA JAGUNÇO DA VIOLÊNCIA DIRETA	136
5	O JAGUNÇO NA HISTÓRIA DO BRASIL: UMA PRESENÇA HISTÓRICA	143
5.2	PARANÁ	149
5.2	BRASIL	166
5.2.1	APROXIMAÇÕES COM O SUDOESTE PARANAENSE E A SUBCATEGORIA JAGUNÇO	166
5.2.2	CONFLITOS E VIOLÊNCIAS EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO TRADICIONAL: A SUBCATEGORIA CAPANGA	171
5.2.3	PROGRESSO E VIOLÊNCIA: O JAGUNÇO COMO AGENTE CENTRAL DO DESENVOLVIMENTISMO E A SUBCATEGORIA PISTOLEIRO	178
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	196

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

208

ANEXOS

221

1 INTRODUÇÃO

A Lei de Terras de 1850 representou um processo de mudanças extremamente significativas na história do Brasil. Mercantilizou-se a terra que passou a ser um produto diretamente associado à compra e venda, à propriedade, à busca de lucro, etc. Não é coincidência que os autores Leandro de Araújo Crestani e Erneldo Schallenger tenham identificado, em seu artigo (2012), o início do que eles denominaram como “mercado de terras” no Paraná, justamente nesse período de meados do século XIX e especialmente em sua segunda metade. Nesse novo contexto, grupos empresariais, companhias colonizadoras, enfim, grandes proprietários, passam a se dedicar à apropriação das terras devolutas - ou seja, àquelas ainda não destinadas, segundo os padrões de propriedade, estando, assim, sob responsabilidade do Estado - muitas vezes por meios ilegais. Lobbies, corrupção, artimanhas (i)legais e diversas outras estratégias passaram a ser empregadas por esses agentes, juntamente com membros do Estado, para se atingir seus objetivos, a saber, a apropriação de terras e a posterior geração de lucro, especulação, etc.

Segundo Angelo Priori:

Desde a independência política da província do Paraná em 1853, os governos do Estado tornaram-se responsáveis pela distribuição das terras tidas como devolutas e sempre o fizeram, beneficiando as grandes empresas colonizadoras, numa espécie de troca de benefícios. Os caboclos pioneiros, ou pequenos proprietários, ocupantes e interessados na posse de terras sempre foram deixados para segundo plano. As grandes empresas representavam, acima de tudo, o interesse do capital e detinham prioridade para demarcar e revender as terras (2012, p. 79).

Foi no século XX, contudo, que ocorreu o “período considerado mais turbulento” (PRIORI, 2012, p. 85) desse cenário, sob os governos de Moisés Lupion, do Partido Social Democrático (PSD), no primeiro mandato entre 1947 e 1951, e no segundo entre 1956 e 1961. A atuação do Governo do Estado do Paraná se notabilizou por intensas e constantes ações em prol desse “mercado de terras”, ou seja, do direcionamento de terras devolutas para grupos empresariais por meios escusos - frequentemente ilegais e violentos. Isso tudo ocorria, é claro, ignorando a presença prévia de posseiros, indígenas, caboclos, etc, que não estavam inseridos na lógica da propriedade e da mercantilização da terra. Com isso, o resultado dessas dinâmicas foi uma explosão de conflitos agrários pelo Paraná, especialmente no Oeste, onde se concentrava a maior parte das terras devolutas.

Segundo Crestani e Schallenger “o surgimento do mercado de terras no Oeste do Paraná contribuiu para o aumento da violência contra os colonos e posseiros. A violência nessa

região de fronteira tem estreita relação entre aparelho legal e administrativo do Estado do Paraná e redes de poder alimentadas por interesses econômicos” (2012, p. 109). Havia, portanto, os grandes proprietários que possuíam projetos de venda, lucro, especulação, etc, sobre as terras devolutas, e o Estado do Paraná, que atuava diretamente para possibilitar a efetivação desses projetos; isso era o “mercado de terras”. Neste sentido, os autores tratam da atuação de Lupion através de documentos que comprovam não só o conhecimento do Estado acerca dessas ações, mas também de sua atuação direta por meio da duplicidade das titulações, de estratégias como a mudança do nome das glebas, enfim, de todo um arcabouço de práticas que efetivavam esse “mercado”.

Em meio a essa verdadeira grilagem institucionalizada, encontravam-se posseiros, caboclos e indígenas que, apesar de há muito tempo estarem em suas terras, nelas plantarem e delas sobreviverem, se viam, então, jogados em um cenário de instabilidades legais, com práticas de expulsões violentas e cobranças de pagamentos sobre terras que, para eles, podia sequer haver a noção de propriedade.

É neste contexto que devemos compreender a Revolta do Sudoeste de 1957. As disputas legais - que em grande medida são a gênese desse conflito - remontam aos anos finais do período imperial, com a concessão de terras para empresas estrangeiras. Passa também pelas mudanças advindas da proclamação da República e a responsabilidade sobre as terras devolutas sendo então dos estados. Além de uma série de outras concessões e disputas legais¹. Foi, no entanto, com a entrada de companhias colonizadoras, através das práticas características do “mercado de terras”, a partir de 1951 e, especialmente, a partir de 1956/1957, que a conjuntura da Revolta foi construída.

A região Sudoeste do Paraná² possui presença histórica de povos indígenas. O violento processo de colonização - como em todo o Brasil - resultou numa grande diminuição desses povos, ao passo que, no início do século XX, a região era, de fato, relativamente pouco povoada. Entretanto, definitivamente, não se tratava de um “vazio demográfico”³. Populações

¹ Sobre estas questões ver LAZIER, 1987 e WACHOWICZ, 1985.

² Compreendida aqui como a faixa limitada a norte pelo Rio Iguaçu, a oeste pela fronteira com a Argentina, a sul com a fronteira com Santa Catarina e que se estende a leste, grosso modo, até Clevelândia.

³ A noção de “vazio demográfico” está fortemente associada - dentre outros possíveis contextos - aos processos de ocupação de regiões no interior do país. Para efetivar esses projetos, além de questões materiais, a discursividade que atribuía a esses espaços a inexistência de população, era importante no sentido de legitimar o empreendimento. Em outras palavras, para se implantar projetos de ocupação que seguiam determinados preceitos - quase sempre sendo desenvolvimentista e associados ao latifúndio - era necessário que não houvesse ninguém, ou melhor, que se dissesse - mesmo que quase sempre não tenha sido verdade - na região que pudesse se opor ou não seguir esses preceitos, como constantemente o faziam indígenas, posseiros, caboclos, etc. No contexto da “Marcha para o Oeste”, projeto de ocupação do interior brasileiros levado a cabo nos anos de 1940 por Getúlio Vargas, o discurso de “vazios demográficos” foi muito presente.

indígenas e caboclos⁴ - muitos destes com origens no Contestado - habitavam a região. A partir da década de 1940, com a política da “Marcha para o Oeste”, que visava a ocupação dos “vazios demográficos” do país, houve um grande afluxo de pessoas para a região. Pequenos camponeses, posseiros/colonos, especialmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, passaram a ser instalados na região, a partir de 1943, por meio da atuação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) - além de outros tantos que se instalaram independentemente. A partir desse afluxo que resultaria ao longo dos próximos anos numa verdadeira explosão demográfica no Sudoeste paranaense, indígenas e caboclos foram sendo empurrados para outras regiões ou se inserindo em uma nova lógica de vida, até que o agente gaúcho se tornou dominante (SCHOLZ, 2014).

Ao longo de quase uma década a CANGO instalou na região milhares de famílias, fornecendo-lhes além dos lotes de terras, auxílios de moradia, de educação, de saúde e suprimentos para se iniciar as atividades agrícolas; de modo geral, nada cobrando por isso. Durante todos esses anos havia pendências legais sobre aquelas terras, envolvendo governo federal, estadual e particulares. Durante certo tempo, todavia, essas questões não tiveram grandes consequências. No ano de 1951, no entanto, a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA), se tornou “proprietária” das terras do Sudoeste, por meio de uma série de práticas no mínimo duvidosas com o Governo do Estado⁵. Com isso, passava a existir, ou melhor, a ser mais concreto, um elemento característico do “mercado de terras”, a duplicidade de propriedade. A partir de 1951 a CITLA passou a atuar no Sudoeste paranaense tendo como objetivo, dentre outros, a venda de lotes aos posseiros/colonos. Ou seja, passava-se a competir com a CANGO na instalação daquelas pessoas na região - apesar da lógica de atuação entre CANGO e CITLA serem muito distintas.

Devido à presença da CITLA, bem como a questões de âmbito federal, a atuação da CANGO se enfraqueceu, a ponto de passar a realizar algumas cobranças e não conseguir mais oferecer os auxílios aos posseiros/colonos. Assim, somando-se à influência nos setores estaduais que a CITLA possuía – devido aos poderes de seu proprietário, Mário Fontana, bem como das relações com o então governador do Estado, Moisés Lupion - a situação dos posseiros/colonos passou a ser marcada, por um lado, pela perda dos auxílios da CANGO e,

⁴ Neste contexto o caboclo é compreendido como o sujeito que habitava o Sudoeste antes da ocupação dirigida que ocorreu a partir de 1943. Eram pessoas que comumente possuíam origens nos grupos do Contestado, com comunidades indígenas, etc. Possuíam um estilo de vida e de produção que se diferenciava bastante do migrante gaúcho - com o qual coexistiu e se influenciaram - muito embora seja comum sobrevalorizar essas diferenças. Sobre essas relações e definições ver ABRAMOVAY, 1981.

⁵ Como a criação de um cartório exclusivamente para o registro da propriedade, devido à recusa dos cartórios existentes em realizar tal prática, visto as disputas legais que haviam.

por outro, pela ascensão da atuação da CITLA como companhia colonizadora. Já se encontrava presente, dessa forma, grandes elementos de instabilidades legais sobre a propriedade das terras, ou seja, para quem deveriam pagar: à CANGO ou à CITLA?

Apesar de insatisfações, dúvidas e inseguranças, e mesmo da criação de grupos e reuniões de posseiros/colonos para se resolver essas questões, de modo geral, o período entre 1951 e 1956 não contou com maiores problemas⁶. Isso se deu especialmente devido à troca de governadores, com a saída de Lupion e a entrada de Bento Munhoz da Rocha Neto, do Partido Republicano (PR), nas eleições de 1951. Em 1953 o novo governador suspendeu o recolhimento das *sisas*, uma espécie de imposto recebido pela CITLA sobre as vendas dos lotes, o que acabou inviabilizando, em grande medida, sua atuação até o ano de 1956⁷.

A passagem de 1956 para 1957 marcou o ponto de virada nesse cenário, com a volta de Lupion ao Governo do Estado e a entrada de outras duas companhias no Sudoeste, a Colonizadora Apucarana Ltda (Apucarana) e a Comercial Agrícola Paraná Ltda (Comercial). Buscando cumprir com dívidas de investimentos e de campanhas políticas, a CITLA acabou vendendo partes de seus “direitos às terras” do Sudoeste para estas duas outras companhias colonizadoras, que passaram a atuar na região com os mesmos objetivos, mas com métodos bem mais violentos.

A volta de Lupion ao poder, juntamente com a vitória de seu partido, o PSD, em praticamente todas as cidades do Sudoeste, representou um grande respaldo à atuação das companhias que se relacionavam ao grupo Lupion/PSD por meio das práticas do “mercado de terras”; inclusive nas práticas de violência que a partir de então seriam marcantes. Afinal, essa grilagem institucionalizada não se caracterizava apenas pelas ações do Estado possibilitando a apropriação das terras pelas grandes empresas, mas também pela conivência e mesmo atuação direta frente a abusos de poder das companhias ou ainda de decretos e leis que favoreciam essas empresas. Grandes exemplos disso foram a retomada do recolhimento das *sisas* assim que

⁶ Afinal, conforme é abordado por Paulo José Koling (2018), a noção de propriedade não era algo essencial àquelas pessoas. Não havia, necessariamente, a preocupação em regularizar suas terras. Tal preocupação se deu muito mais posteriormente, como uma necessidade de se resolver os problemas frente aos quais se deu o levante. Ou seja, foi o emprego da violência em 1957 e seu impacto direto nas vidas dos posseiros/colonos que os levaram à Revolta e não propriamente a busca pela regularização das terras.

⁷ É importante deixar claro que, apesar da centralidade de Moisés Lupion em todo esse cenário, Bento Munhoz, o Partido Republicano ou qualquer outro grupo político que não o de Lupion/PSD, não devem ser vistos como agentes alheios ao contexto do “mercado de terras”, tampouco ferrenhos opositores. Há indícios, por exemplo, que dão conta de interesses da empresa Pinho e Terras, às vezes associada ao senador Othon Maeder ou outros políticos adversários de Lupion/PSD, que também tinha interesses na região, bem como outras empresas que foram favorecidas em outros locais. Ou seja, as práticas do “mercado de terras” não eram exclusivas a determinado grupo, muito embora tenha se destacado sob o de Lupion/PSD. O que queremos destacar com isso é que havia toda uma lógica e estruturas desenvolvimentistas e de expansão do capital que norteavam as ações dos grandes proprietários e dos agentes políticos paranaenses como um todo naquele contexto.

Lupion retornou ao cargo de governador, tornando novamente a atuação das companhias possível, ou ainda a conivência/atuação de forças oficiais nas práticas de violências contra os posseiros/colonos.

A suspensão das *sisas* durante o governo de Bento Munhoz parece ter deixado claro que as mudanças políticas tinham consequências enormes na atuação das empresas. Com isso, devia-se executar o maior número possível de vendas durante o governo de Lupion. Os posseiros/colonos do Sudoeste não se negavam a pagar pelas terras. Mas tinham dúvidas acerca de quem era o verdadeiro proprietário delas, ou seja, para quem deviam pagar. Com isso, frequentemente se recusavam a pagar os valores - muitas vezes superfaturados - cobrados pelas Companhias. Isso ocorria desde 1951, com o início da atuação da CITLA, e continuou em 1957, com o início da atuação da Apucarana e da Comercial. Estas Companhias⁸ passaram, então, a empregar métodos violentos, para forçar os posseiros/colonos a assinarem os contratos. Intimidação, destruição de propriedades e plantações, agressões físicas, ameaças, conduções forçadas, violências sexuais, assassinatos. Tudo isso foi praticado ao longo do ano de 1957 no Sudoeste do Paraná, construindo um ambiente de medo e tensão constantes e tendo por objetivo fazer os posseiros/colonos comprarem os lotes das Companhias - ou se não o fizessem e não fossem mortos, saírem da região.

Em última instância eram os donos dessas Companhias, os grandes proprietários, e os agentes do Estado que, ora coniventes, ora diretamente atuantes nessas violências, eram os responsáveis por esse cenário de instabilidades, de tensão, de violências e conflitos; eram eles os agentes da violência estrutural. Havia, contudo, a ponta de lança desses grandes proprietários. O sujeito da violência direta: o jagunço.

Comumente apontados como sujeitos que foram trazidos de fora, especialmente de regiões ao norte - seja do Paraná ou do Brasil - pelas Companhias, os jagunços atuavam como seu braço armado, tendo como objetivo final justamente a efetivação e otimização dos já citados objetivos das Companhias no Sudoeste. Por meio de violências diversas, das físicas às psicológicas, eles atuaram ao longo do ano de 1957 por todo o Sudoeste. Foram essas violências, cometidas pelos jagunços a mando das Companhias, que, ao fim e ao cabo, efetivamente levaram os posseiros/colonos do Sudoeste à Revolta de 1957.

⁸ Muitas fontes indicam que a CITLA não empregou jagunços nem usou métodos violentos. Todavia, há debates acerca disso, visto que a bibliografia não se debruçou muito sobre essa hipótese, além do fato de que nas narrativas dos posseiros se fala em Companhias de modo geral, sem distinção entre elas.

A Revolta, inclusive, deve ser compreendida como algo muito mais amplo do que as tomadas das cidades em outubro⁹. Em abril de 1957 já ocorriam reações armadas de posseiros/colonos da região de fronteira com a Argentina, frente às ações dos jagunços (WACHOWICZ, 1985, p. 216). Em agosto houve confrontos na região do Verê¹⁰. Em setembro houve episódios como o da Tocaia do KM 17¹¹ e a tomada da cidade de Capanema (WACHOWICZ, 1985, p. 220). Portanto, quase que durante todo o tempo em que os jagunços violentavam os posseiros/colonos, estes reagiram, ora armados, ora não.

O ponto que queremos destacar aqui é que foram essas práticas de violências constantes e diversas dos jagunços ao longo do ano de 1957 que, efetivamente motivaram as diversas reações e, de modo mais amplo, a Revolta. O episódio do assassinato de Pedrinho Barbeiro¹², por exemplo, em maio de 1957, por jagunços em sua casa, foi um dos mais marcantes daquele contexto e gerou grande comoção e reações.

O jagunço acaba sendo, assim, um sujeito central desse contexto, devido ao fato de que foram as suas ações de violência direta - sempre a mando dos projetos estruturalmente violentos dos grandes proprietários - que tornou inviável a vida dos posseiros/colonos do Sudoeste a tal ponto que estes se organizaram, se levantaram, reagiram e, ao final, conseguiram expulsar jagunços e Companhias da região.

⁹ É comum encontrar em destaque na bibliografia, e mesmo em muitas fontes, as tomadas das cidades de Pato Branco e de Francisco Beltrão, entre 09 e 12 de outubro de 1957. É comum, inclusive, a visão de que a Revolta de 1957 foi, basicamente, os eventos ocorridos nessas duas cidades.

¹⁰ No dia 02 de agosto de 1957 posseiros/colonos da região de Verê se mobilizaram em armas para tentar expulsar os jagunços da Companhia Comercial. Foram dois embates naquele dia, inclusive contra a sede da empresa, nos quais os posseiros/colonos avançaram sobre os jagunços. Devido à disparidade das armas, a reação armada dos posseiros/colonos não foi bem sucedida, sendo que dois deles acabaram mortos. Além disso, os episódios tiveram como consequência o recrudescimento das violências dos jagunços, destacando-se as perseguições aos envolvidos e suas famílias.

¹¹ A Tocaia do KM 17 foi um dos episódios mais marcantes de todo o contexto da Revolta. Posseiros da região da fronteira com a Argentina, em um momento em que as violências dos jagunços já estavam disseminadas e vinham tornando a situação insustentável, em setembro de 1957, resolveram reagir e planejaram a tocaia. Auxiliados - liderados costuma-se dizer - por Pedro Santin e outros farrapos - pessoas que habitavam a região, ali se refugiando da Justiça ou desafetos e que costumavam ter experiência em práticas de violência e emprego de armas - eles aguardavam à beira da estrada por uma camionete da Apucarana. Quando esta passou, foi alvejada. Contudo, havia apenas duas pessoas da Companhia, os alvos, sendo tantos outros posseiros/colonos. O resultado foi a morte de ao menos sete pessoas, sendo ao menos cinco posseiros/colonos. Inclusive, um dos mortos era pai de um dos tocaiaidos. O episódio tornou o que ocorria no Sudoeste conhecido em âmbito nacional - e mesmo internacional, pois há reportagens dos Estados Unidos - passando a haver cobertura jornalística na região. Além disso, teve uma série de consequências aos posseiros/colonos envolvidos, especialmente em relação à reação dos jagunços, que passaram a persegui-los e violenta-los mais intensamente.

¹² Pedro José da Silva era vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no distrito de Verê, então pertencente à cidade de Pato Branco. Realizava a coleta de assinaturas em um abaixo assinado que levaria ao presidente da República, Juscelino Kubitschek, pedindo pela solução dos problemas do Sudoeste. No dia 21 de maio de 1957 - a mando das Companhias - ao que parece da Comercial - para impedir que terminasse o que estava fazendo - foi assassinado em sua casa por jagunços.

Antes de prosseguirmos abordando a centralidade do jagunço no contexto da Revolta e expondo nossos objetivos e propostas, devemos esclarecer uma questão conceitual acerca do outro sujeito central desse contexto, aquele que até o momento estamos apresentando como posseiro/colono. Apesar de frequentemente serem usados como sinônimos, cada um desses conceitos possui sua particularidade e, na verdade, carregam conotações significativamente distintas, especialmente no recorte da Revolta de 1957, que é sobre o qual vamos nos deter.

Grande parte do debate conceitual que vai se seguir acerca do uso do termo posseiro ou colono no contexto aqui abordado foi feito por Antônio Marcos Myskiw, em um capítulo de livro intitulado “Posseiros em luta no Oeste do Paraná” (2018). Apenas acrescentaremos algumas observações e pontos de diálogo com os trabalhos de Paulo José Koling (2018; 2016).

Pode-se começar afirmando que à época, especialmente antes da Revolta de fato eclodir, de modo geral, as pessoas do Sudoeste se diziam colonas. A partir disso, Myskiw expõe a noção de Leonir Olderico Colombo, segundo a qual aqueles sujeitos denominavam-se como colonos em relação ao trabalho e como posseiros em relação à propriedade (ou não propriedade) da terra. E nessa duplicidade, devido a questões morais e de identificação enquanto trabalhador e agricultor, prevalecia o termo colono. Na esteira dessas reflexões pode-se afirmar que um elemento central de distinção entre os termos posseiro e colono era a habitação e atividade no campo ou na cidade. Sendo a maioria da população, à época, do campo e agricultora, prevalecia o termo colono. Por consequência, o termo posseiro podia ser mais diretamente associado aos habitantes das cidades.

Um segundo autor que nos ajuda a compreender essa inicial prevalência do termo colono, é Koling (2018). Segundo este autor a propriedade legal da terra não era a preocupação central daquelas pessoas naquele contexto. Elas não se levantaram, necessariamente, para conseguir a propriedade, mas sim contra as diversas violências que estavam sofrendo e, nesse sentido, a obtenção da propriedade passou a ser uma forma de se resolver toda aquela situação. Em outras palavras, elas não se definiam como posseiras, na década de 1950, pois a propriedade, a priori, não era um ponto central para elas.

Até esse momento de “pré-Revolta”, portanto, o termo colono possuía um peso muito maior. Com o início e intensificação das violências cometidas pelos jagunços a mando das Companhias, em 1957 e, especialmente, das resistências à essas violências, passa a haver um emprego e operacionalização do termo posseiro no sentido de se colocar num lugar de luta, atuando no campo jurídico e buscando o reconhecimento de sua posse, para assim encerrar o conflito. Nas palavras de Myskiw, “quando da eclosão dos conflitos agrários com fazendeiros e empresas de colonização, os ‘colonos posseiros’ passaram a se manifestar publicamente como

posseiros, pois pretendiam que as terras que eles ocupavam e usavam fossem desapropriadas judicialmente e, ao final, que eles pudessem ter a posse definitiva das terras, tornando-se proprietários delas” (MYSKIW, 2018, p. 158).

A consolidação do termo posseiro, por sua vez, esteve diretamente associada a fatores que vão muito além da autodenominação das pessoas do Sudoeste - seja na década de 1950, seja nos anos posteriores. A atuação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), a partir de 1962, que efetivamente regularizou as terras aos posseiros e concluiu aquele conflito por meio da instituição da propriedade legal, pode ser vista como um fator que atribuiu centralidade à questão da existência ou não da propriedade; ou seja, à condição de posseiro ou de proprietário; e isso tanto em questões concretas como em questões simbólicas. Segundo Koling (2016), foram erigidos diversos monumentos, especialmente na cidade de Francisco Beltrão, que corroboram para essa postura de centralidade na questão da propriedade e mesmo à atuação do Estado em todo esse processo.

Outro elemento para se compreender essa mudança é a atuação dos agentes urbanos na Revolta. Se pessoas como Ivo Thomazoni – radialista e um dos líderes da Revolta em Pato Branco – , Walter Pécoits – médico e um dos líderes da Revolta em Francisco Beltrão – e Jácomo Trento – mais conhecido como “Porto Alegre”, caixeiro viajante e um dos líderes da Revolta em Pato Branco – desempenharam, de fato, funções importantes na Revolta de 1957, com o tempo esses e outros agentes urbanos passaram a monopolizar as narrativas sobre a Revolta; tornaram-se as “testemunhas autorizadas” (POLLAK, 1989). Em um processo retroalimentado de produção e consulta de fontes pautado em suas visões do conflito, passou-se a considerar o movimento de 1957 basicamente da perspectiva urbana, legal, da propriedade e mesmo da política. Isso também ocorreu porque grande parte da historiografia clássica - especialmente dos anos de 1980 - acabou se focando sobremaneira nas narrativas desses agentes urbanos em detrimento dos agentes do campo. E nessa dinâmica o termo posseiro engloba mais significativamente esses agentes urbanos e fornece maior destaque aos elementos a eles relacionados, como as questões legais e político-partidárias¹³.

¹³ Todo esse debate sobre os agentes urbanos enseja ainda outro ponto a ser tocado e que deve ser esclarecido desde já. Ao longo deste trabalho poucas vezes aparecerão as vozes desses líderes urbanos. Isso se explica pelos fatores acima expostos, ou seja, pela padronização de suas narrativas, que pouco trazem de novo ou de pertinente para nossa proposta. Talvez a maior exceção seja a de Jácomo Trento, o “Porto Alegre”, que por ter atuado na captura dos jagunços, terá uma presença de maior destaque. Nada disso significa, por suposto, que estejamos desconsiderando a importância que esses sujeitos tiveram naqueles acontecimentos. “Porto Alegre”, como dissemos, atuou na captura dos jagunços, um dos objetivos centrais do movimento, além de ter sido um importante agente de comunicação entre as pessoas da região. Ivo Thomazoni também teve um importante papel nesse sentido, com sua atuação na rádio, especialmente nos dias de tomadas das cidades. E Walter Pécoits desde antes da Revolta tinha um papel importante na comunidade, como médico, e durante o movimento, se tornou um dos

Dito isso, se mostra bastante complexo e mesmo difícil simplesmente definir colono ou posseiro como o termo a ser utilizado. Podemos, todavia, tomar como norte a opção adotada pelo próprio Miskiw. Apesar de não apresentar necessariamente uma conclusão acerca desse debate, na continuidade de seu texto, o autor passa a utilizar o termo posseiro – o próprio título de seu capítulo leva o termo posseiro e não colono. E apesar das dificuldades e nuances envolvidas nesta escolha, especialmente quanto às possíveis ocultações que podem decorrer do emprego do termo posseiro, entendemos que ele seja a melhor opção, pois carrega consigo grande parte das disputas do e no movimento, antes, durante e depois de 1957.

Para tanto, entender a construção da centralidade do termo posseiro é importante no sentido de se ter bem definidas suas fragilidades e problemáticas, como a quase sempre permeadora excessiva centralidade atribuída às questões legais. Apesar disso, não se pode ignorar que o termo posseiro foi, também, uma autoatribuição dentre aquelas pessoas, no sentido de se colocar em um lugar de luta e de identificar uma possível solução para seus problemas. Por isso não foi apenas uma imposição do Estado ou das “testemunhas autorizadas”. Ele possui relação intrínseca com os protagonistas do movimento de 1957, as pessoas do campo. Dessa forma, analisar o que envolve a construção e o emprego do termo posseiro, mais do que questioná-lo, serve para não perdermos de vista o que realmente era central na luta daquelas pessoas em 1957. Elas se levantaram contra as violências que vinham sofrendo – sendo as instabilidades legais uma dessas violências. Frente a isso e, inclusive em um processo posterior, o termo posseiro passa a ser mais utilizado e a carregar um peso simbólico de luta e de reivindicações.

Considerando todas essas questões utilizaremos ao longo deste trabalho o termo posseiro de modo geral. Tem-se com isso a vantagem de se congregarem todos os agentes daquele movimento – urbanos ou do campo – sob um mesmo termo, o que facilita o trabalho. Possivelmente, haverá alguns momentos, entretanto, que será necessária a distinção entre as pessoas do campo e as pessoas da cidade, devido às particularidades das relações, especialmente ligadas às violências, envolvendo cada um dos grupos. Nessas situações usaremos o termo posseiros para as pessoas mais ligadas às cidades e colonos para as mais ligadas ao campo.

sujeitos centrais na luta dos posseiros, seja enfrentando as companhias, seja atuando como delegado, etc. Apenas não vamos trabalhar tanto com eles pois, primeiro, isso não traria resultados significativos para nossos objetivos e, segundo, porque muitos outros pesquisadores já o fizeram.

Esse debate, além de definir alguns conceitos centrais de nosso trabalho e esclarecer como os usamos, reforça, mais uma vez, a centralidade das diversas violências cometidas pelos jagunços a mando das Companhias contra os posseiros.

Essa centralidade do jagunço se faz presente também nas fontes, especialmente nas narrativas dos posseiros sobre 1957. Em praticamente todas essas entrevistas¹⁴ o jagunço aparece como um sujeito de destaque. Frequentemente grande parte das falas são dedicadas aos casos de violência e às ações dos jagunços.

Em trabalho anterior (GOUVEIA, 2019) abordamos esses elementos nas narrativas dos posseiros. A partir da grande presença quantitativa que se pôde facilmente constatar, foi possível, também, identificar a função de *outro* (BACZKO, 1985), atribuída aos jagunços, no processo de construção de sua identidade. Ou seja, nas falas dos posseiros os jagunços tinham o papel de congregar em si características e demais elementos frente aos quais aqueles se opunham e, assim, se definiam. Além disso, neste mesmo trabalho, acabamos concluindo pelos perigos que essa grande centralidade na figura do jagunço pode acarretar, pois entendemos que a atribuição das responsabilidades acabava recaindo quase que apenas sobre os jagunços. E isso, por outro lado, apagava, em grande medida, as responsabilidades de outros sujeitos. Os agentes que estamos aqui chamando de propagadores de um projeto estruturalmente violento, característico do “mercado de terras” - como os grandes proprietários, donos das companhias colonizadoras, e membros do estado, como Moysés Lupion - frente ao protagonismo dos jagunços nessas narrativas, tinham suas próprias responsabilidades diminuídas.

Curiosamente, frente a todo esse destaque dos jagunços nas narrativas dos posseiros, em demais fontes e mesmo em projetos de identidade e apagamento de responsabilidades, pouco sabemos, de fato e a fundo, sobre esse sujeito. Para que ele cumpra todas essas funções talvez seja necessário que mais do que um sujeito complexo e compreendido em sua inteireza, ele seja um espantalho. Tal hipótese, no entanto, se mostra neste momento apenas como isto, uma hipótese. Fato é que, de modo geral, na bibliografia sobre a Revolta, não são expostas muitas outras camadas desse sujeito para além do que apresentamos aqui. É o agente vindo de fora – algumas de suas alcunhas indicariam isso: “Maringá”, “Sergipe”, etc – que pratica as violências contra os posseiros. Violências estas que em momento algum pretendemos deslegitimar; elas ocorreram. Os atos de violência dos jagunços já foram profundamente

¹⁴ Nos referimos aqui a dois conjuntos de fontes compostos de entrevistas com posseiros/colonos. Primeiro, as entrevistas de Ruy Wachowicz, nos anos de 1970. Segundo, as entrevistas do Jornal de Beltrão, de 2007. Essas fontes serão as mais usadas neste trabalho. Serão apresentadas mais a fundo em outro momento, contudo.

abordados na bibliografia, sendo, inclusive tal como aparecem nas fontes, elemento de grande destaque.

Em linhas gerais podemos afirmar, portanto, que o jagunço foi um sujeito central no contexto da Revolta de 1957, que ele possui grande destaque nas narrativas dos posseiros sobre aquele movimento e que tem uma grande presença na bibliografia sobre o tema, muito embora careça de aprofundamentos, sendo, quase sempre, uma personagem unidimensional. Compreendemos que a explicação – ou ao menos uma delas – para isso, de modo geral, é relativamente simples: a dificuldade com as fontes.

Talvez os principais conjuntos de fontes para se estudar a Revolta de 1957 sejam, hoje, entrevistas com posseiros¹⁵. Desse modo, para se trabalhar com o jagunço alguns grandes problemas se apresentam. Ao considerarmos, por exemplo, a já citada função de *outro* desempenhada pelos jagunços nas narrativas dos posseiros, de imediato se impõe um vício de origem nos conteúdos que essas fontes apresentam. Por outro lado, se formos trabalhar com outras fontes, como as oficiais, a presença dos jagunços se restringe a um nível praticamente inviabilizador. Em fontes periódicas da época há dificuldade semelhantes às citadas sobre as entrevistas, pois, como abordou Sílvia Maria Amâncio (2009) a narrativa dos jornais da época sobre o movimento de 1957 era limitada por uma concepção de disputa político-partidária, na qual não haviam agências para além dessa dinâmica.

Se muito pouco se sabe propriamente sobre o jagunço que atuou no Sudoeste paranaense em 1957 é, portanto, muito devido às dificuldades com as fontes. Praticamente não há a voz desse sujeito¹⁶. Ele é sempre apresentando através das narrativas de algum outro sujeito. Nesse sentido, podemos nos apropriar de algumas reflexões elaboradas por Caroline Gonzaga, em sua dissertação de mestrado sobre – dentre outros sujeitos – Francisco Bernardo dos Santos, importante liderança camponesa que atuou na Revolta de Porecatu, entre as décadas de 1940 e 1950, no norte do Paraná. Francisco foi assassinado por jagunços e policiais durante a luta. Ele e o sujeito com o qual trabalhamos aqui estiveram em lados opostos dos conflitos de terra no Paraná de meados do século XX. Ainda assim, consideramos que as reflexões sobre um são válidas para o outro.

Já na primeira página de sua introdução, Gonzaga nos apresenta Francisco como uma “personagem”. O emprego de tal noção, segundo a autora, deve-se ao fato de que este sujeito

¹⁵ Especialmente hoje, depois das entrevistas de Wachowicz e, principalmente, das produções comemorativas do Sudoeste, em 2007, bem como o grande número de trabalhos que empregam as entrevistas como fontes. Talvez antes disso a centralidade fosse de outras fontes.

¹⁶ Ao longo deste trabalho vamos abordar dois casos em que se tem acesso um pouco mais diretamente às vozes dos jagunços.

foi sempre retratado e abordado por terceiros, segundo as posturas e vontades destes, e não por si mesmo; foi sempre intermediado por outros. Devido a isso, a voz de Francisco “foi apagada há muito tempo e não é possível ter acesso a quem ele foi realmente” (GONZAGA, 2020, p. 16). Entendemos que o mesmo ocorre com os jagunços. Basicamente tudo o que sabemos sobre eles foi dito por terceiros. Dessa forma, tanto no caso de Francisco, quanto nos estudos sobre os jagunços, estamos circunscritos - com raras exceções - a “fontes indiretas” (BARROS, 2019) e, por isso, imbricados nas problemáticas e especificidades que elas nos impõem. Ainda assim, é possível saber significativamente quem foram e como agiam e se relacionavam, como veremos.

Podemos compreender essa dinâmica das fontes a partir das reflexões de Michel Foucault sobre os “Homens infames” (2003). Estes apenas se tornariam conhecidos e teriam documentos sobre eles produzidos por terceiros e devido a algum choque que eles tiveram com as formas de poder; ou seja, em grande medida, é o caso dos jagunços que atuaram no Sudoeste. Se pensarmos, aprofundando esse raciocínio, que o Estado – e demais instituições e grupos relacionados a esta elite política e econômica – detêm grande poder sobre a narrativa histórica, podemos compreender outras camadas dessa questão. Afinal, como argumenta Paul Thompson, em seu trabalho sobre História Oral (1992), há poderes e dinâmicas envolvidas no processo de criação, seleção e manutenção de fontes históricas, os arquivos. Nessas práticas, o sujeito, grupo ou instituição que se encontra nessa posição, as faz de acordo com seus projetos, ideologias, etc. Assim, para o Estado não seria interessante a criação e manutenção de fontes sobre a atuação – e mesmo a vida pregressa ou posterior – de sujeitos como os jagunços que agiram sob a convivência ou auxílio desse mesmo Estado em casos de conflitos e violências. É coerente pensar que se busca apagar essas evidências, afinal Gonzaga aponta que não há referências no anuário da Chefatura de Polícia ao assassinato de Francisco Bernardo dos Santos (GONZAGA, 2022, p. 36). Nestes mesmos anuários – e em fontes semelhantes – basicamente não há referências às violências de 1957 no Sudoeste.

Torna-se, assim, mais compreensível a ausência de estudos sobre os jagunços, bem como as origens e as dificuldades com as fontes. Porém, nada disso deve ser tomado como um impeditivo para que esses sujeitos sejam estudados. Em uma espécie de história a contrapelo – considerando que na discursividade padrão o jagunço deve ocupar apenas a função de *outro*, como é fortemente presente nas narrativas dos posseiros, ou sequer aparecer, como é o padrão nas fontes oficiais – e focando-nos, para isso, nas entrelinhas, no que é pouco destacado ou no que pouca atenção recebeu, tentaremos compreender mais a fundo esse sujeito específico da Revolta de 1957. E não apenas mais a fundo nesta sua especificidade, mas também mais

amplamente. Afinal, é importante deixar claro que o próprio conceito de jagunço está em construção neste trabalho. O jagunço do qual partimos – nosso sujeito de estudo central – é o que apresentamos acima, o que atuou no contexto da Revolta de 1957. Toda a primeira parte deste trabalho será focada nele, em sua especificidade. No entanto, se mostrou necessário expandir nossa análise para sujeitos, também denominados jagunços, presentes em diferentes contextos da história do Brasil que, ora se aproximam, ora se afastam do jagunço do Sudoeste. A segunda parte de nossa dissertação será dedicada a essa compreensão de uma categoria jagunço e sua presença na história do Brasil.

Buscando esclarecer os caminhos que tomaremos, podemos definir, desde já, que a noção de jagunço por nós aqui empregada compreende, grosso modo, aqueles sujeitos que atuam para grandes proprietários violentando sujeitos fragilizados, como camponeses e indígenas. Dito isso, no processo de compreender essa categoria jagunço – que extrapola o caso específico da Revolta de 1957 – vamos também nos debruçar tanto sobre sujeitos inseridos nessa categoria de jagunço, em suas diferentes manifestações, quanto sobre outros sujeitos que são chamados de jagunços, mas que não se enquadram nessa categoria. É o caso dos jagunços do Contestado e de Canudos, por exemplo, que abordaremos posteriormente, pois mesmo que os compreendamos como categorias distintas, entendemos que uma análise deles pode contribuir para a compreensão da categoria do jagunço da violência direta.

Todo esse debate e conceituação sobre os jagunços se mostra necessária devido às constantes confusões que há entre os diversos sujeitos que são denominados como jagunços, mas que pouco têm em comum – como o do Sudoeste e o de Canudos, por exemplo. Entendemos que grande parte dessas confusões – que estão fortemente presentes também na produção acadêmica – ocorrem devido à uma transposição simplista de concepções e análises feitas a partir de sujeitos bem localizados, no contexto do sertão nordestino de finais do século XIX e início do século XX, para sujeitos de outros contextos que também levam o nome de jagunços, mas que são completamente distintos.

Podemos apresentar a análise de Maria Zaíra Turchi, ao trabalhar com os jagunços e o jaguncismo, ou seja, o ambiente e as dinâmicas que orbitam esse sujeito, a partir da obra *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa. Turchi expõe algumas interpretações sobre a origem do termo jagunço:

Quanto à etimologia da palavra jagunço, Deonísio da Silva (2004, p. 470) vai atribuir-lhe uma origem controversa com duas hipóteses que talvez tenham se mesclado no Brasil: zaguncho, vocábulo presente na língua portuguesa já no século XVI,

provavelmente derivado do árabe zagal, designando tanto o pastor como o valentão, por andarem ambos com um cajado; e outra origem ligada a vocábulos africanos - para designar soldado, o quimbundo possui o termo jungunzu, e o iorubá, jagun-jagun. Qualquer que seja a etimologia, o vocábulo parece estar relacionado desde a origem à idéia de valentia e de imposição pela força. (TURCHI, 2006, p. 122).

Nota-se aqui, apesar de divergências e possíveis origens distintas, a valentia e a força como elementos comuns ao termo jagunço. Em outro trecho da explicação de Turchi, acrescenta-se mais claramente, como outro desses elementos em comum, o emprego da violência:

Câmara Cascudo, em seu *Dicionário do folclore brasileiro*, atribui à palavra jagunço o significado de arma de ataque e defesa, espécie de chuço, pau ferrado, haste de madeira com ferro aguçado. Esclarece Cascudo que o termo jagunço passou a referir-se a “quem o manejava profissionalmente e jagunçada a reunião de jagunços, significando valentões assalariados, capangas, bandoleiros, correspondendo aos cangaceiros do século XX” (s/d, p. 468). O folclorista ainda menciona que o Visconde de Beurepaire Rohan, no *Dicionário de vocábulos brasileiros* (1889) registra jagunço como guarda-costas de políticos, fazendeiros e senhores de engenho. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, em *Novo dicionário da língua portuguesa*, registra capanga, chuço e, um terceiro significado, indivíduo do grupo de fanáticos e revolucionários de Antônio Conselheiro. Se num dos verbetes jagunço aparece relacionado a cangaceiro, no outro, jagunço é atribuído também a fanáticos, seguidores de líder religioso (TURCHI, 2006, p. 122).

Valentia, força e emprego da violência são as principais características atribuídas a esse sujeito. Desde já são apresentados alguns elementos que levam o nome de jagunço: os “fanáticos” e os cangaceiros, por exemplo, além dos capangas dos coronéis. São estes os exemplos citados, pois o trabalho de Turchi se dedica ao referido contexto do sertão nordestino, bem como as produções de conhecimento de modo geral.

Todavia, ao longo de todo o século XX e por todo o Brasil estiveram presentes sujeitos denominados como jagunços e que são muito diferentes desses exemplos¹⁷. Sujeitos que, apesar de elementos em comum com os exemplos de jagunços citados acima e pensados a partir do contexto nordestino do XIX/XX, especialmente com os capangas dos coronéis, devem ser entendidos como distintos.

Com isso, o que pretendemos fazer aqui é definir, mais claramente, uma categoria jagunço, especialmente a partir do estudo de caso do jagunço do Sudoeste. Esses jagunços que atuam a mando de grandes proprietários, frequentemente violentando camponeses e indígenas,

¹⁷ Especialmente diferentes dos “fanáticos” e cangaceiros, pois possuem maiores semelhanças com os capangas de coronéis, conforme veremos.

não podem ser colocados na mesma categoria que os chamados jagunços “fanáticos”, por exemplo – eles mesmos vítimas dessas violências de grandes proprietários.

A categoria jagunço que vamos desenvolver neste trabalho, portanto, parte da experiência do jagunço do Sudoeste e vai se debruçar sobre os diversos sujeitos denominados como jagunços e que têm como elemento em comum a atuação violenta a mando de grandes proprietários contra camponeses e indígenas – ou demais agentes inseridos nessas causas. Essa proposta parte da constatação de que o século XX, por todo o Brasil, foi marcado pela atuação desse jagunço da violência direta a mando de projetos estruturalmente violentos. E aqui chegamos à questão da violência, direta e estrutural, que vai permear todo nosso trabalho.

Talvez tanto quanto a categoria jagunço – e os diversos sujeitos que nela estão inseridos – a noção de violência seja o elemento central deste trabalho. De imediato podemos apontar as práticas diretas e objetivas, especialmente físicas, de violências cometidas por jagunços contra camponeses e indígenas. Compreendemos, no entanto, a violência para além dessas suas manifestações mais óbvias e mais facilmente perceptíveis. Compreendemos aqui a violência como algo diverso e estruturante.

Muito embora nossas reflexões tenham, de fato, partido dessas manifestações mais claras, visualizadas nas ações dos jagunços contra os posseiros do Sudoeste, logo ficou claro que não poderíamos limitar nossa leitura a essa camada. Mais do que isso, ao passo que fomos expandindo, inserindo e analisando a categoria jagunço e suas diversas manifestações, suas relações com as violências se mostraram intrínsecas. Dessa forma, em um primeiro momento foi necessário assumir que as violências praticadas pelos jagunços no Sudoeste paranaense não podiam ser compreendidas em sua profundidade se olhássemos apenas para suas manifestações físicas. Foi necessário expandir a noção do que era violência e assim chegar a uma análise que considera a construção de um ambiente de tensão, por meio de práticas de violências físicas e psicológicas diversas, que inclusive recaem de formas diferentes sobre sujeitos diferentes.

As nuances desses debates sobre a violência em suas manifestações e relações diversas vão ser exploradas conforme se apresentarem ao longo do trabalho. Afinal, todos esses debates surgiram a partir das fontes e das exposições. Podemos, neste momento, expor alguns elementos em comum às noções de violência que empregaremos ao longo do trabalho. Nesse sentido, dialogaremos com autores como Eduardo González Calleja (2000), Étienne Balibar (2008; 2015), Milson Betancourt Santiago (2021), José de Souza Martins (1981; 1998; 2021) e Walter Benjamin (1987).

Do diálogo com esses autores e das materialidades apresentadas pelas fontes com as quais trabalhamos, podemos definir, desde já, as linhas gerais da concepção de violência que

estará presente em todo o nosso trabalho. Primeiro, entendemos a violência como algo que pode se manifestar de diversas formas, físicas, psicológicas, simbólicas, etc, inclusive sendo as ameaças de suas práticas e as possibilidades dessas práticas, também uma manifestação de violência. Segundo, entendemos que a violência se configura por atos deliberados e que têm a intenção de causar determinado efeito. Terceiro, entendemos que a violência não é o outro da política, a violência não é a ausência da ordem, do Estado ou de instituições. A violência pode perfeitamente ser o método pelo qual determinada ordem, poder, política e projetos se impõem. Quarto, a violência tem um caráter relacional e de comunicação, de uma perspectiva sociológica, ou seja, ela pode representar a forma pela qual determinado indivíduo ou grupo se relaciona com outro indivíduo ou grupo tendo por objetivo mudar a postura destes em favor do que aqueles desejam.

Especialmente do diálogo entre os dois últimos pontos apresentados acima, podemos traçar as linhas gerais de nossa noção de violência estrutural. O caso do “mercado de terras”, já exposto, é um claro exemplo do que compreendemos como essa violência estrutural, com seus agentes, objetivos e métodos. Nesse sentido, já inseridos em um contexto violento, que os molda e é por eles moldado, esses agentes, grandes latifundiários, políticos, etc, criam, recriam e são criados por uma estrutura que se pauta na violência. A desigualdade fundiária no Paraná não surgiu em meados do século XX com o Governo Lupion. Todavia, precisamos partir de algum lugar, visto a impossibilidade de recuos indefinidos no tempo. Dessa forma, para compreendermos a Revolta do Sudoeste de 1957, na qual buscávamos inicialmente compreender especialmente as práticas de violências diretas, foi necessário inserir estas práticas, seus executores e todo aquele cenário, em um contexto mais amplo. Esse contexto mais amplo, que é construído por agentes bem definidos é criado, cria e recria as condições estruturantes de violência. Grosso modo, trata-se da desigualdade fundiária, da impossibilidade de camponeses sobreviverem de seu trabalho na terra frente ao acúmulo, mercantilização e especulação das terras pelos grandes proprietários. Basicamente é o que José de Souza Martins chama de expansão do capitalismo e das fronteiras. E para efetivar esse projeto que, repetimos, é intrinsecamente violento, pois em última instância acaba negando a própria humanidade e dignidade desses camponeses, esses agentes da violência estrutural empregam uma violência direta, que tem na categoria jagunço o seu principal agente.

A distinção entre esses dois âmbitos da violência, que na prática se mesclam, se deve a diversos fatores. Primeiro pelas diferentes manifestações entre elas. De modo geral, os políticos e grandes latifundiários não pegam em armas eles próprios para violentarem camponeses ou indígenas – ou outras formas de violência – ao passo que são eles quem criam

e se beneficiam das condições estruturantes que demandam as ações de violências diretas, agora cometidas pelos jagunços. Por essas dinâmicas, as responsabilidades e, principalmente, o peso que esses agentes, os grandes proprietários e os jagunços, têm nesses cenários de violência são muito diferentes. Deixando claro por meio de um exemplo hipotético, a retirada de um jagunço de determinado cenário de conflito no campo terá consequências infinitamente inferiores à retirada do grande proprietário desse mesmo cenário. Afinal, é por este e para este que esses cenários de violências existem.

Os cenários dessa violência estrutural podem ser percebidos em diversos recortes. No contexto paranaense de meados do século XX podemos pensar no já referido “mercado de terras”. Em um âmbito mais nacional – e pela dimensão, com as devidas particularidades – podemos pensar nas fronteiras trabalhadas por José de Souza Martins, com a expansão de uma frente pioneira – os grandes proprietários, a modernização, o capital – que no choque com as frentes de expansão – os migrantes internos, camponeses – gera um mapa de violência. Esses diversos cenários, por suposto, dialogam e interferem um no outro – se é que é coerente pensar em linhas de fato delimitadoras entre eles.

Essa violência estrutural, por sua vez, costuma se relacionar diretamente com uma noção de progresso e de desenvolvimentismo conservadores e violentos, muito embora possa se manifestar também em noções mais conservadoras e mesmo reacionárias.

A violência estrutural que camponeses e demais grupos fragilizados sofrem, contudo, é muito mais ampla do que os conflitos sociais e, principalmente, não precisa da violência direta da atuação de jagunços para existir. Esses grupos são permanentemente violentados, com a negação de direitos e dignidade. Os conflitos no campo e neles a atuação quase onipresente da categoria jagunço, é mais uma forma pela qual a estrutura violenta de nossa sociedade age.

Todo esse debate sobre noções de violência, a violência direta e a violência estrutural, bem como suas possíveis relações com projetos desenvolvimentistas, a expansão do capitalismo, etc, serão trabalhadas ao longo desta dissertação, especialmente no último capítulo, quando lançaremos luz sobre o cenário nacional dessas dinâmicas. O que importa neste momento é saber que a categoria do jagunço da violência direta existe porque existem os agentes da violência estrutural, isso sendo válido para o caso que estudaremos a fundo, o do Sudoeste, e para diversos outros ao longo do território brasileiro no século XX.

Esquematizando a estrutura de nosso trabalho podemos dizer que ele será desenvolvido em duas frentes. A primeira será dedicada à especificidade de um dos sujeitos históricos por nós compreendido como inserido na categoria do jagunço agente da violência

direta, o jagunço que atuou no Sudoeste. A segunda parte será dedicada às delimitações finais dessa categoria e à análise da presença e atuação em conflitos de terra de outros sujeitos que nela se inserem ao longo do século XX por todo o território brasileiro.

À primeira parte, dedicaremos dois capítulos. Em ambos trabalharemos com os mesmos conjuntos de fontes, as entrevistas com posseiros, especialmente as produzidas pelo *Jornal de Beltrão* no cenário das comemorações do cinquentenário da Revolta¹⁸. Também em ambos os capítulos o foco estará na compreensão das especificidades do jagunço no cenário da Revolta de 1957.

Trabalharemos especialmente com questões que consideramos que até o momento não foram suficientemente exploradas. Nesse sentido, vamos abordar suas possíveis origens, as relações mais complexas entre posseiros e jagunços, o destaque dos enfrentamentos entre jagunços e mulheres, a multiplicidade das violências, o emprego do termo jagunço naquele cenário, etc. E isso significa que questões já bastante exploradas como a ação de cobranças dos jagunços sobre os posseiros – e suas conseqüentes violências – não serão abordadas com tanta atenção.

A divisão entre os capítulos foi pautada menos na distinção entre os elementos abordados e mais no fio condutor que cada um deles terá. No primeiro capítulo a noção de memória será o elemento central. No segundo capítulo será a noção de violências múltiplas (SANTIAGO, 2021). O entrelaçamento entre ambos, portanto, será intenso. Questões abordadas em um capítulo talvez se mostrem mais completas apenas com as análises do segundo e vice e versa. De qualquer forma, as noções de memória desenvolvidas no primeiro, e as de violências múltiplas, desenvolvidas no segundo, não apenas são válidas e necessárias um ao outro, mas também para todo o trabalho.

À segunda parte outros dois capítulos serão dedicados. A partir dos exercícios realizados na primeira parte deste trabalho, entendemos que o que compreendemos como a categoria do jagunço da violência direta estará suficientemente clara. No terceiro capítulo realizaremos as delimitações finais dessa categoria, buscando esclarecer qualquer dúvida que ainda reste. Para isso, vamos abordar diretamente os clássicos sujeitos conhecidos como jagunços – de Canudos, do Contestado e o cangaceiro – com os quais o jagunço do Sudoeste é frequentemente confundido. Para tanto, trabalharemos com fontes literárias, considerando a importância que essas representações têm na construção de um imaginário sobre esses sujeitos.

¹⁸ Como vamos trabalhar com fontes distintas entre os quatro capítulos, a apresentação e análise de cada uma delas ocorrerá nos próprios capítulos e não na introdução.

No capítulo quatro vamos nos dedicar a analisar a presença histórica do jagunço agente da violência direta no Brasil no século XX, a partir das comissões da verdade – Nacional, Estadual e, principalmente, Camponesa. Entendemos que essa atividade é especialmente importante para rompermos com uma visão que busca isolar os conflitos de terra e atribuir aos casos de violência no campo a característica de práticas atípicas. O que vamos perceber, na verdade, é que os conflitos de terra, tendo quase sempre o jagunço como a figura da violência direta, é uma constante na história brasileira. Nesse sentido, as noções de “frentes pioneiras”, “frentes de expansão”, “mapa geográfico da violência”, etc, desenvolvidas por José de Souza Martins, dentre outros aportes, serão fundamentais.

Ao final deste trabalho esperamos ter sido possível, primeiro, traçar algumas bases históricas e a construção e definição da categoria jagunço. Segundo, corporificar esse sujeito em sua especificidade do caso da Revolta do Sudoeste. Terceiro, compreendê-lo, enquanto uma categoria histórica, o “agente da violência direta”, com manifestações diversas, e uma presença constante na história do Brasil, inclusive sendo um agente central inserido em lógicas e projetos mais amplos, como a expansão das fronteiras e do mapa da violência, basicamente, da expansão do capitalismo, alicerçado na desigualdade fundiária.

**PRIMEIRA PARTE: O JAGUNÇO DA REVOLTA DO SUDOESTE PARANAENSE
DE 1957**

2 O JAGUNÇO DA REVOLTA DO SUDOESTE PARANAENSE DE 1957: MEMÓRIAS

Desde o início de nossos estudos voltados ao tema mais amplo da Revolta de 1957, temos trabalhado com o jagunço que atuou naquele contexto. Apesar do silêncio das fontes, é nossa intenção não só trazer novos elementos, informações, perspectivas e problematizações sobre o jagunço, mas também tocar em questões já abordadas por pesquisadores e estudiosos que têm se dedicado à temática. Nessa perspectiva, o presente capítulo busca aprofundar os conhecimentos que se tem sobre esse sujeito de destaque no contexto da Revolta do Sudoeste, mas cujo perfil, bem como suas ações e relações com a população local, ainda são pouco conhecidas. A estrutura comum de informações sobre o jagunço do Sudoeste é a que expusemos na introdução, não se aprofundando, portanto, para além de suas ações mais diretas de violências contra os posseiros, a mando das Companhias.

É verdade que essa visão aborda, sim, os elementos gerais, alguns dos centrais e essenciais da presença e atuação dos jagunços naquele cenário. Não se pode negar, definitivamente, que eles eram sujeitos que, a mando das Companhias, violentavam os posseiros e que tiveram nessas ações sua característica fundamental. Entendemos, no entanto, que este sujeito, o jagunço, foi, na verdade, mais complexo do que isso. Ou seja, que há elementos ignorados que são importantes para se compreender a fundo esse sujeito, como suas relações, por vezes mais complexas com posseiros, para além da violência direta, por exemplo. Além disso, ao realizarmos esse exercício, entendemos que poderemos contribuir para uma expansão nos conhecimentos sobre o movimento de 1957, de modo mais amplo, apontando, dentre outros pontos, tensões internas do levante e demais questões pouco estudadas.

Como já pontuamos, no entanto, a questão das fontes, do acesso a informações sobre o jagunço é muito difícil, já que praticamente nada temos deles diretamente. Em grande medida isso se explica pela própria vida desses sujeitos, à margem da lei, executores de violências, descartáveis por aqueles que se utilizavam de seus serviços. Dessa forma, suas vozes e narrativas basicamente não chegaram até nós. O que temos, grosso modo, são narrativas de outros sujeitos sobre os jagunços. A grande exceção é o depoimento do jagunço Lourenço José da Costa, mais conhecido pelo seu apelido, “Maringá”, colhido após sua captura, já depois do levante, que será abordado no momento oportuno.

Dito isso, devemos deixar claro que a principal documentação que nos fornece subsídios para traçar o perfil dos jagunços que atuaram na Revolta do Sudoeste – o que talvez seja válido para as pesquisas em geral sobre o tema, visto a potencialidade desta modalidade

de fontes – são as entrevistas com posseiros que estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, no cenário da Revolta.

Destacamos, assim, dois conjuntos de entrevistas que formam, em grande medida, a base para este nosso trabalho – e que serão as fontes principais deste capítulo e do seguinte. Primeiro, as entrevistas produzidas no final dos anos de 1970, pelo professor Ruy Wachowicz, cujo acervo encontra-se no Departamento Estadual do Arquivo Público do Paraná (DEAP), em formato de áudio. Nesse arquivo, dentre materiais que tratam de outras temáticas, como imigração, encontram-se entrevistas com mais de vinte pessoas que vivenciaram o contexto da Revolta. O próprio Wachowicz foi até a região Sudoeste e realizou as entrevistas, muitas vezes acompanhado de figuras marcantes do movimento, como Jácomo Trento, mais conhecido como “Porto Alegre”¹⁹, o que certamente facilitou o acesso do pesquisador a essas pessoas²⁰.

O outro conjunto de fontes se refere ao material produzido pelo Jornal de Beltrão, em 2007, por ocasião do cinquentenário da Revolta. Ao longo daquele ano e do seguinte, o jornal apresentou, em sua tiragem diária, centenas de trechos de entrevistas, com dezenas de pessoas que viveram no Sudoeste na década de 1950 – além de alguns descendentes, pesquisadores, agentes públicos, etc. Desse escopo documental temos acesso a um recorte entre maio de 2007 e junho de 2008, contando com mais de duzentas publicações²¹ de *No tempo da Revolta*, como foi intitulado a parte destinada a essas narrativas. Em outubro de 2007 foi publicado ainda um suplemento especial do Jornal de Beltrão, intitulado *O tempo da Revolta. Lembranças de quem viveu*²², justamente em comemoração aos cinquenta anos do levante, marcado em Francisco Beltrão como sendo no mês de outubro. Este documento é composto em sua quase totalidade – dividindo espaço apenas com propagandas e votos de felicitação de municípios do Sudoeste – por entrevistas, nos mesmos moldes do que já vinha sendo feito pelo Jornal de Beltrão ao longo do ano. Inclusive, muitas delas são as mesmas entrevistas já publicadas – ou que ainda o

¹⁹ “Porto Alegre” é considerado uma das grandes lideranças do movimento de 1957. Por atuar, à época, como caixeiro viajante, tinha constantes contatos com um grande número de posseiros. Atuava, assim, na troca de informações. Com a eclosão do levante, teve destacada atuação na captura dos jagunços e na posição de delegado provisório.

²⁰ Mas que também pode ter limitado, guiado sobremaneira, as seleções de pessoas que foram entrevistadas por Ruy Wachowicz.

²¹ A respeito dessa documentação, que se trata de um arquivo com recortes do Jornal de Beltrão, específicos da referida seção *No tempo da Revolta*, temos acesso a 132 publicações - de modo geral com uma página cada. O número da última publicação, no entanto, é o de 222. Dessa forma, se considerarmos o número 222 como a última e, portanto, a quantidade total de publicações - e ignorando as onze publicações que também trazem entrevistas, mas que não são intituladas *No tempo da Revolta* - faltariam 90 publicações, às quais não tivemos acesso.

²² *O Tempo da revolta. Lembranças de quem viveu*. Suplemento especial do Jornal do Beltrão em comemoração aos 50 anos da Revolta dos posseiros – 10 de outubro de 2007.

seriam – ora com passagens diferentes, ora com as mesmas²³. Reunindo as entrevistas presentes nas publicações diárias do Jornal de Beltrão e do Suplemento especial, temos mais de cem pessoas entrevistadas.

Diferentemente do caso das entrevistas realizadas por Ruy Wachowicz, que não estava inserido naquela sociedade – o que se reflete, por exemplo, na presença de apenas uma mulher entrevistada e na destacada presença dos líderes urbanos da Revolta em detrimento de pessoas do campo – a produção dessas entrevistas pelo Jornal de Beltrão, no qual destaca-se a figura de Ivo Pegoraro – responsável pelas reportagens, redações e entrevistas – se mostra em uma proximidade muito maior com aquela sociedade e com aquelas pessoas. Muito embora não sejam esclarecidos os critérios exatos para a seleção dos entrevistados, nem as formas como as entrevistas ocorreram, podemos sugerir algumas hipóteses. Por exemplo, a presença de pessoas que não mais moravam no Sudoeste, mas que, estando ali de passagem foram entrevistadas, indica a tentativa de atingir o maior número possível de entrevistados, sem necessariamente uma hierarquização a respeito da participação ou importância desses indivíduos no movimento de 1957²⁴. De forma complementar a esses pontos, destaca-se uma presença muito significativa de mulheres, de pessoas não apenas das cidades, tampouco apenas de Francisco Beltrão e Pato Branco. Ou seja, a despeito da permanência de certas hierarquizações parece-nos que a proposta do Jornal de Beltrão – possibilitada por sua inserção no seio daquela sociedade – era a de trazer um leque maior de narrativas, episódios, locais, vozes, sujeitos, etc. E mesmo que essa não tenha sido sua proposta, entendemos que isso tenha ocorrido, em grande medida. E

²³ A respeito da composição desse material, ou melhor, nas vozes nele presente, podemos citar aqui um levantamento feito em um trabalho anterior: “Desse modo, chegamos ao número total de 73 pessoas, agrupadas em categorias conforme segue: 24 posseiros, sendo 11 mulheres e 13 homens. Pôde-se especificar apenas 05 desses como posseiros rurais. 19 profissionais liberais, sendo 06 comerciantes não especificados, sendo um deles uma mulher, além de 01 hoteleiro, 01 bodegueiro, 01 radialista, 01 casal dono de bar, 01 comerciante ambulante de produtos gerais, 01 padeira, 01 veterinário, 01 taxista, 01 barbeiro, 01 sócio de posto de combustível, 01 funcionário de rádio e 01 médico. 09 pessoas apresentadas como filhos de pessoas que viveram naquele período e/ou que viveram naquele período, mas eram menores, sendo 04 homens e 05 mulheres, dos quais 02 eram filhos de comerciantes, 01 de serralheiro e os outros de posseiros. 04 intelectuais, sendo 02 historiadores posteriores que escreveram sobre, 01 romancista, que também escreveu sobre, e 01 jornalista que cobriu alguns momentos do movimento. 04 funcionários públicos, sendo 01 oficial de justiça e 03 funcionários da CANGO, 01 guarda florestal, 01 vigilante e um gestor. 02 funcionários de empresas privadas, sendo 01 caminhoneiro de uma serralheria e 01 funcionário da CITLA. 02 pessoas apresentadas apenas como moradores da região, um homem e uma mulher. 01 político, o então prefeito de Francisco Beltrão. 08 pessoas que não encaixam, necessariamente em nenhuma categoria, sendo eles, a primeira dama de Francisco Beltrão, um agropecuarista de região próxima, a esposa do vigilante da CANGO, a esposa de Pécoits, a esposa do primeiro funcionário da prefeitura de Francisco Beltrão, a irmã e a cunhada de um posseiro morto e um irmão de posseiro de fora da região” (GOUVEIA, 2019, p. 65).

²⁴ Podemos citar, em acordo com essa leitura, a entrevista com Pedro Bruzamarello, então carpinteiro em Francisco Beltrão, que relata que ninguém o incomodou, que não teve medo de nada, que não se escondeu na Revolta, que não estava do lado de ninguém, etc. (Jornal de Beltrão, 09/08/2008, p. 07).

são estas entrevistas que vão compor o corpo principal de nossa documentação, justamente por essa maior diversidade e dimensão.

Além disso, parece seguro afirmar que a passagem do tempo entre o primeiro conjunto de entrevistas – no final da década de 1970 – e do segundo conjunto – em 2007 – atuou decisivamente no sentido de trazer à tona elementos e narrativas até então pouco externalizadas. A finitude da vida (POLLAK, 1989; POLLAK, 1992) e os processos de elaboração da memória calcados na passagem do tempo e das consequentes mudanças de postura de quem rememora (THOMSON, 2001), em grande medida explicam esses aspectos. Em outras palavras, destacam-se com maior intensidade – também pela diferença quantitativa, mas não apenas – no conjunto de fontes de 2007/2008 elementos de violências sofridas e cometidas, por exemplo, bem como outros elementos delicados que dificilmente seriam externalizados pelos seus narradores sem as elaborações das memórias ao longo de décadas.

Ao analisarmos as entrevistas colhidas por Ruy Wachowicz nos anos de 1970 foi comum perceber receio e medo por parte dos entrevistados; recusa ou cautela para se tocar em determinados assuntos. Mesmo que à época já tivesse se passado mais de trinta anos da Revolta, seus traumas pareciam estar ainda bastante presentes. Para compreender isso, a interpretação de Paulo José Koling (2018) de que a Revolta do Sudoeste não se encerra em 1957 com a expulsão das Companhias e jagunços, se mostra como um caminho pertinente. Afinal, como pontua o autor a luta dos posseiros do Sudoeste por suas terras se manteve após 1957, de modos diferentes, é verdade. A regularização das terras passa a ter centralidade e entre 1962 e 1974 ocorre esse processo durante o qual as instabilidades e inseguranças e medos ainda eram muito presentes. Ou seja, dessa perspectiva, quando das entrevistas de Wachowicz, a conclusão da luta dos posseiros do Sudoeste por suas terras havia se concluído há apenas três ou quatro anos.

Ao abordarmos, posteriormente, questões relacionadas ao papel da mulher nesse cenário, especialmente a partir da fala de Margarete Preilipper, vai se mostrar claro como as narrativas dos posseiros quase sempre foi guiada pelo medo e mesmo a recusa em se tocar em questões como a violência.

Situação muito diferente ocorre nas entrevistas produzidas no cenário comemoracionista de 2007, no qual todo o ambiente do Sudoeste está favorável para que as pessoas falem. Por mais que seja difícil compararmos a narrativas mais a fundo, considerando as falas das pessoas que foram entrevistadas em ambos os conjuntos de fontes, pois apenas

quatro estão em ambos os conjuntos²⁵, é possível perceber, no escopo geral, essas diferenças. O destaque das entrevistas do Jornal de Beltrão ao longo deste trabalho, portanto, não é necessariamente por escolha, mas porque esse conjunto de fontes se impõe.

Essas entrevistas, por sua vez, foram produzidas num contexto muito específico de comemoração aos cinquenta anos da Revolta, o que nos demanda algumas reflexões indispensáveis. O comemoracionismo que ocorreu em 2007 por grande parte do Sudoeste e, em especial, em Francisco Beltrão – que por meio de ações como essas publicações do Jornal de Beltrão, eventos, etc, se colocou na condição de local por excelência da Revolta – já foi profundamente estudado em outros trabalhos. Tiago Orben (2015), por exemplo, aponta para a pacificação, desarmamento e esvaziamento do significado social da Revolta de 1957 nas comemorações de 2007 em Francisco Beltrão. Paulo José Koling (2018), por sua vez, ao se propor fazer uma “história da história da Revolta do Sudoeste”, aborda, além do comemoracionismo de 2007, diversas outras formas, também em outros momentos, de construção de memórias, esquecimentos, construção de narrativas, etc. Devido a isso, não nos debruçaremos, aqui, diretamente sobre essas questões²⁶.

É importante ter em mente, de qualquer forma, que “as comemorações reorganizam os eventos do passado procurando assimilá-los à contemporaneidade; buscando unir presente e pretérito, revelam as tensões das sociedades que comemoram, transformando as comemorações em objeto instigante do conhecimento histórico” (MATOS; AVELINO, 2000, p. 193). Ou seja, a reconstrução do passado a ser celebrado passa por filtros, de acordo com os interesses de quem leva a cabo essas práticas comemoracionistas, que visam enquadrar a história, a narrativa histórica de determinado evento, em uma visão de mundo. Orben (2015) já havia apontado para isso acerca da pacificação do movimento, no que se buscou encobrir os símbolos relacionados às reações dos posseiros que empregaram violência, que usaram armas, pois isso não estava de acordo com a proposta de uma sociedade supostamente pacífica propagada pela política brasileira e seus agentes no Sudoeste no contexto de 2007. Koling

²⁵ As pessoas que estão presentes em ambos os conjuntos de entrevistas são: Ivo Thomazoni, Júlio Assis Cavalheiro, Jácomo Trento e Paula Preillipper.

²⁶ Koling explica, por exemplo, esse grande destaque da cidade de Francisco Beltrão, primeiro pelo destaque que a cidade já possuía, à época, com a presença das sedes das companhias CITLA e Comercial, por exemplo; segundo, pela atuação do fotógrafo Oswaldo Jansen, que cobriu a Revolta e produziu diversas fontes imagéticas a partir da cidade de Francisco Beltrão; terceiro pelo “destaque demográfico e urbano-industrial que Francisco Beltrão passou a ter nas últimas décadas também contribui para tornar o município e a cidade como principal referência para a história e a representação do que foi a revolta de 1957” (Koling, 2018, p. 47). Considerando que Pato Branco também ocupa um lugar de destaque nessa questão, entendemos que a centralidade atribuída aos líderes urbanos do movimento - bem como suas ascensões a cargos públicos posteriores - como Ivo Thomazoni e Walter Pécoits, em contraponto, por exemplo, à região de Fronteira, na qual farrapos e colonos tomaram o protagonismo - inclusive de modo mais radical, o que se busca apagar - é outro fator a ser considerado.

(2018), por sua vez, identifica raízes, ou ao menos alguns elementos que dialogam com essa questão, já no período da Ditadura Militar, ao trabalhar com monumentos do período que, já na década de 1970, ocultavam essas reações violentas e o protagonismo dos posseiros, ao passo que se exaltava uma suposta centralidade dos aspectos legais.

Em outras palavras, entendemos que as comemorações, como xamãs da história, evocam o passado (ARRUDA, 1999), mas claro ao seu modo, segundo os interesses de seus agentes e de seu tempo. Como pontuaram Orben (2015), Koling (2018) e outros, os eventos de 2007 não se propuseram exatamente a problematizar e refletir sobre os acontecimentos de 1957, mas sim a comemorá-los. Afinal, há um forte sentimento de construção de identidade do “povo sudoestino” - como disse em mais de uma ocasião Hermógenes Lazier²⁷ - pautada na Revolta. Nesse sentido, é comum encontrar generalizações, apagamentos, exaltações, discursos de construção de identidade e de oposição ao *outro*; sendo este lugar, como já pontuamos (GOUVEIA, 2019) ocupado também pelo jagunço.

Nesse sentido as entrevistas publicadas pelo Jornal de Beltrão possuem considerável coerência. Como pontuou Ivo Pegoraro (*O Tempo da revolta. Lembranças de quem viveu*, 2007, p. 02), ao tratar das problemáticas ao se trabalhar com entrevistas, os envolvidos no projeto não se preocuparam, necessariamente, com a relação entre verdades e mentiras. Seu objetivo era dar voz “ao seu povo” e trazer à tona “pequenos detalhes”, coisas que não foram narradas nos livros. Essa postura, em grande medida despretensiosa ou vaga, se mostra muito presente nas entrevistas, por exemplo, ao se trazer posturas e narrativas muito díspares, desde a exaltação da Revolta, chamada de Revolução por alguns, até pessoas que descredibilizam totalmente o movimento. Apesar dessa grande diversidade, todavia, não se pode negar que há uma coerência mais ampla dentre esses conteúdos que se pauta, dentre outros elementos, na exaltação de um movimento justo, ordeiro e bem sucedido, no qual não houve excessos; ou seja, de acordo com as questões pontuadas por Orben (2015) como sendo o projeto em 2007. Além disso, podemos destacar a exaltação da figura do posseiro de origem gaúcha, a vilipendiação do jagunço, críticas pontuais a figuras de alto escalão, especialmente Moisés Lupion, etc. Com isso, entendemos que podemos pensar nesse cenário e nessas produções como inseridas numa “política de memória”, no sentido trabalhado por Johann Michel (MICHEL, 2010), ou seja, no sentido de padronizar, construir, impor memórias comuns a determinada sociedade.

²⁷ *Gente do Sul*. No 41 – ano IV – outubro de 1997. “A Revolta dos Posseiros”.

Dessa forma, muito embora não possamos restringir o conteúdo dessas entrevistas a uma postura de pacificação e esvaziamento, devido a presença de narrativas dissonantes, encontram-se nelas padrões de acordo com o que, ao longo do tempo, se construiu como a história oficial da Revolta²⁸. E é justamente ao olharmos sobre essas vozes dissonantes, sobre o que foi pouco trabalhado ou marginalizado, às entrelinhas, que muitos elementos e possibilidades ricas podem surgir.

A negação, ou melhor, o esquecimento²⁹ da reação violenta dos posseiros, não só, mas especialmente na região de fronteira, com tocaias e tomadas de cidades a mãos armadas, dentre outras estratégias, é um exemplo desses elementos frequentemente marginalizados, mas presentes nessa documentação.

No que diz respeito mais especificamente aos jagunços, podemos pontuar aqui alguns elementos com os quais já trabalhamos anteriormente (GOUVEIA, 2019), acerca dos discursos e oposições dos posseiros frente ao *outro* que é o jagunço, e como isso se manifesta nas fontes, bem como os cuidados necessários a serem tomados.

Ao analisarmos e problematizarmos as narrativas dos posseiros sobre os jagunços acabamos por concluir que havia uma espécie de narrativa padrão daqueles sobre estes; havia uma grande coerência a despeito das particularidades de cada entrevista. Essa narrativa padrão colocava o jagunço na figura de um *outro* (BACZKO, 1985), frente ao qual o posseiro se opunha e se definia. Essa oposição se pautava na representação do jagunço basicamente como um sujeito violento, que não trabalhava e que não era gaúcho ou descendente de europeus. Em oposição a isso, portanto, o posseiro se apresentava como ordeiro, trabalhador e de origem gaúcha/europeia.

Dito isso, o que queremos pontuar aqui é o cuidado que se deve ter ao trabalhar com essas fontes, visto que as narrativas dos posseiros frequentemente carregam um teor que busca ressaltar os atos de violência praticadas pelos jagunços, exaltando, ao mesmo tempo o comportamento corajoso da população. À vista disso, é mais fácil compreender a recorrência nas narrativas dos posseiros, do foco na brutalidade dos jagunços e na ausência de outros detalhes sobre as relações entre os dois grupos. Afinal, essa prática cumpre perfeitamente

²⁸ Podemos entender aqui, em diálogo com essa noção de história oficial da Revolta, construída e reproduzida no comemoracionismo de 2007, o que Silvia Maria Amancio (2009) destaca como uma “cristalização dos conhecimentos” sobre a Revolta. Ou seja, uma dinâmica de produção de conhecimentos na qual trabalha-se sempre com as mesmas fontes, sobre os mesmos eventos, resultando, assim, nessa cristalização.

²⁹ Podemos compreender esse esquecimento num caminho intermediário entre o “esquecimento negação” - que se relaciona com a necessidade do indivíduo ou grupo em lidar melhor com algum elemento traumático, recorrendo ao esquecimento - e o “esquecimento manipulação” - que se relaciona mais com a construção de uma narrativa, discurso, identidade, etc - trabalhados por Johann Michel (2010).

diversas funções que estão de acordo com esse discurso/projeto³⁰, pois ao mesmo tempo vilipêndia e desumaniza o jagunço, destacando suas práticas de violências e ignorando detalhes e relações mais complexas. Essa dinâmica, por sua vez, pode ser vista como uma forma de engrandecimento do próprio posseiro, que enfrentou, sobreviveu e superou algo tão forte, brutal e violento.

Essa visão explica a “simplicidade” presente nas narrativas dos posseiros sobre os jagunços. No entanto, considerar que esta ausência de aprofundamento ou que a inexistência de uma entrevista de posseiro que trouxesse detalhadamente a atuação dos jagunços ou a relação com eles, seja totalmente explicada por esse discurso sobre o *outro*, seria um erro. Kolling (2018), ao tratar dos efeitos do tempo nos documentos sobre a Revolta, que, segundo ele, “consolidam a seletividade, os silenciamentos e os esquecimentos” (KOLLING, 2018, p. 141), pontua, em uma nota de rodapé, o seguinte:

O silenciamento e o esquecimento podem ser produzidos pelos próprios protagonistas que se deparam com traumas existenciais que necessitam superar para garantir a integridade física, moral e psíquica. As situações de violência sofrida ou de reações que representaram conflito com a lei são casos muito frequentes de silenciamento e esquecimento, enquanto medida de proteção dos envolvidos (KOLLING, 2018, p. 141).

Considerando que a atuação dos jagunços foi pautada no emprego da violência contra os posseiros, é coerente pensar que isso resultou em traumas para essas pessoas. Por isso, têm dificuldades em abordar tais assuntos ou em se aprofundar neles, por exemplo narrando com mais detalhes as violências sofridas ou as ações dos jagunços, etc. A ausência de punição efetiva aos violadores daquele contexto bem como permanências desses agentes na região³¹ são outros elementos que reforçam essa interpretação.

Ao se considerar essas noções, que pautam o trabalho com a memória, se mostra mais compreensível a maior presença desses assuntos difíceis, diretamente relacionados à violência, no conjunto de documentos de 2007. Pegoraro parece compreender isso ao pontuar, no início do suplemento especial, que “a pá da história parece já ter coberto aqueles episódios com o

³⁰ Ao citarmos essa dupla noção de discurso/projeto retomamos, mais uma vez, a um exercício já realizado em nossa monografia, quando, ao analisarmos os documentos dos anos de 1970 e de 2007, concluímos pela existência, no primeiro, de um discurso mais orgânico e pautado na rememoração, enquanto, no segundo, concluímos pela existência de um projeto mais elaborado e inserido no cenário comemoracionismo. A base para essa análise se deu a partir do trabalho de Helenice Rodrigues da Silva.

³¹ No documentário *A Revolta* (2010), há uma passagem com Margarete Preilipper, na qual ela - que não vivenciou os eventos de 2007, mas que é de uma família intensamente atingida por eles - afirma que pessoas que atuavam com as companhias, gerentes/jagunços, permaneceram impunemente pelo Sudoeste, o que lhe causa revolta e apreensão.

distanciamento suficiente para que o grito popular tivesse o devido reconhecimento” (*O tempo da Revolta. Lembranças de quem viveu*, 2007, p. 02). Por menor que essa pá seja³² não podemos negar que a passagem do tempo cumpre um papel essencial na elaboração das memórias, na forma como as pessoas lidam com suas lembranças e traumas; e, principalmente, como as transmitem.

Mesmo que as noções teórico-metodológicas relacionadas à História Oral, à memória e ao esquecimento sejam fundamentais em todo o nosso trabalho, não nos focaremos aqui propriamente em problematizar as narrativas dos posseiros sobre os jagunços, pois em grande medida já o fizemos (GOUVEIA, 2019). Empregando o cruzamento de informações, a coerência interna e externa - com a bibliografia, por exemplo - dos conteúdos das entrevistas, buscaremos trabalhar com questões mais concretas e factuais a respeito das ações e relações que envolveram os jagunços que atuaram no Sudoeste do Paraná, no contexto da Revolta de 1957. Todo esse debate teórico-metodológico, todavia, bem como todos os procedimentos historiográficos por eles demandados estarão sempre em pauta e guiarão esse exercício.

Nesse sentido, elencamos algumas questões que consideramos pouco ou nada trabalhadas até então e que possuem presença significativa nas fontes a ponto de possibilitar uma abordagem o mais aprofundada possível. Vamos tratar aqui de elementos como as origens dos jagunços, suas relações mais complexas com alguns posseiros, a centralidade do enfrentamento com as mulheres, as prisões durante o levante e o que teria ocorrido posteriormente, outras ações praticadas pelos jagunços além da violência direta e alguns exemplos de vozes mais diretas que temos desses sujeitos. Outras questões, por suposto, acabarão sendo tangenciadas nesse processo. Além disso, vale salientar que, muito embora nossa documentação central sejam os dois conjuntos acima expostos, trabalharemos também com trechos de entrevistas presentes em um artigo de 1997 (ZANELLA; KRAMER, 1997), bem como outras fontes, como o depoimento de “Maringá”, os discursos de Othon Mader, documentários, etc.

Com essas abordagens pretendemos aprofundar os conhecimentos que se têm sobre o jagunço, daquele contexto, do movimento, seus agentes, bem como esclarecer, à medida do possível, algumas questões que se mostram, ainda hoje, significativamente nubladas. Um exemplo disso se refere ao próprio emprego do termo jagunço naquele contexto. Não é incomum, nas fontes, encontramos referências a jagunços empregados a sujeitos que sabemos

³² A preocupação de Margarete Preilipper, ainda em 2010, com a presença de violadores de 1957 pelo Sudoeste, indica que nem tudo passou ou foi resolvido.

que não o eram. Ivo Pegoraro, em um texto no qual faz uma análise metodológica de seu trabalho na produção de entrevistas no cenário do cinquentenário, pontua bem isso, ao dizer que “todas as pessoas ligadas às companhias de terras passaram a ser chamadas de jagunços” (Jornal de Beltrão, 11/01/2008, s/p). Mesmo posseiros contrários às Companhias, foram chamados, em momentos específicos, de jagunços. São, portanto, essas e outras questões que buscaremos problematizar.

Sendo as dinâmicas da memória o elemento de coesão deste capítulo, dentre os aspectos pouco estudados sobre o jagunço da Revolta, expostos acima, vamos abordar aqui os que mais diretamente se relacionam a esse aporte: as possíveis origens dos jagunços, a Revolta e o pós-Revolta com a captura dos jagunços, a própria compreensão do termo jagunço naquele contexto e os casos de documentos que trazem as vozes desses sujeitos. Os demais elementos pouco abordados sobre os jagunços que elencamos anteriormente serão abordados no capítulo seguinte, a partir dos mesmos documentos, tendo a noção de violências múltiplas como elemento de coesão.

2.1 AS ORIGENS DOS JAGUNÇOS DO SUDOESTE

Quando se trata do jagunço que atuou no Sudoeste do Paraná em 1957, é comum encontrar a afirmativa de que eles foram trazidos para a região pelas Companhias de terra. Isso não está incorreto, já que foram essas empresas quem efetivamente empregaram esses sujeitos em seus objetivos de mercantilização da terra. Pouco se sabe, contudo, das vidas pregressas desses sujeitos, como exatamente chegaram ao Sudoeste, dentre outras questões relacionadas às suas trajetórias. Apesar das dificuldades que se tem no trabalho com essas questões, tentaremos traçar aqui algumas linhas e abordar algumas indicações que toquem nesses temas.

Nesse sentido, destacam-se, especialmente, duas possíveis origens dos jagunços, ou seja, de onde vieram e como chegaram ao Sudoeste: 1) eram ex-presidiários que tiveram a soltura de alguma forma facilitada por agentes das Companhias e/ou do Estado 2) eram sujeitos que já habitavam a região, posseiros ou não, que foram cooptados e se tornaram jagunços. Soma-se a esses elementos, possíveis atuações de alguns desses mesmos jagunços em outros conflitos de terras anteriormente.

2.1.1 EX-PRESIDIÁRIOS OU POSSEIROS COOPTADOS?

“Estes jagunços que eu falo,
 Não tinha nenhum otário,
 Eram homens perigosos
 Como conta tal lendário,
 Trazidos da Capital
 E todos ex-presidiários”
 (Jornal de Beltrão, 24/11/2007, s/p).

Roberto Gomes (2001), em *Os dias do demônio*³³, especialmente na parte dois de seu livro, intitulada “A guerra é sempre”, tem os jagunços Zé Lara e Índio como os protagonistas da narrativa³⁴. Gomes narra as origens desses jagunços, destacadamente da personagem de Zé Lara; eles seriam presidiários que tiveram a fuga possibilitada por pessoas com interesses nas terras do Sudoeste:

Velha [sujeito enviado à prisão para comunicar Lara] foi falando o que sabia, sempre cuspidando um pouco de sangue. O doutor disse que vão formar uma guarda, um verdadeiro exército no sudoeste. Questão de terras. Precisam de gente boa, boa de tiro e que saiba como lidar com os colonos. Como Zé Lara estivera em Porecatu, queriam que ele comandasse na região do Sudoeste (GOMES, 2001, pp. 114-115).

O doutor aqui referido é Rabello, advogado das Companhias, que organiza, na trama do livro, a atuação dos jagunços e o assalto às terras dos posseiros. Além de Zé Lara, outros presidiários, por ele escolhidos, também teriam a fuga possibilitada para atuarem no Sudoeste.

A riqueza de detalhes na narrativa de Roberto Gomes, presente no romance, acerca dessa origem dos jagunços que atuaram no Sudoeste é, certamente, possível pelo caráter ficcional de sua obra, afinal, não temos informações tão precisas acerca desses elementos. Contudo, a indicação de que esses sujeitos foram libertados de presídios para atuarem no Sudoeste, é uma informação recorrente em diversas fontes, especialmente nas narrativas dos posseiros.

Avelino de César Cavaler, que era um adolescente de treze anos em 1957, nos conta, em um texto retirado de sua fala no seminário Memória Viva, em Verê - região onde residia à época - em 02 de agosto de 2007, que:

³³ Trata-se de uma obra literária, sem intenções historiográficas. Todavia, Roberto Gomes fez uma profunda pesquisa, inclusive trabalhando com entrevistas de posseiros/colonos, para basear sua história. Não é à toa, portanto, que tantos diálogos possam ser estabelecidos com essa obra.

³⁴ Na verdade, estes dois personagens são centrais em toda a obra, mas nesta parte em específico ganham ainda mais destaque.

A Revolta de outubro começou com a eleição do governador Moisés Lupion. O próprio Pedrinho tinha denunciado os eleitores, que se o Lupion ganhasse possivelmente ele ia encher o Sudoeste do Paraná de jagunços, mas como o povo também acabou elegendo o Lupion, acabou acontecendo aquilo que o próprio Pedrinho previa (Jornal de Beltrão, 16/01/2008, p. 12).

Ou seja, indica para uma atuação efetiva do Governo do Estado como o fornecedor dos agentes dessa violência direta para atuar no Sudoeste do Paraná a mando das Companhias, da violação dos posseiros e da usurpação das terras.

Ivone de Ross Fabri, moradora da cidade de Francisco Beltrão à época da Revolta, também corrobora com isso, dizendo que “o medo dos jagunços foi grande. Naquela época eles falavam que o Lupion, o governador tinha mandado soltar bandidos das penitenciárias. Aqueles caras que eram os brabos. Eles incomodaram bastante” (Jornal de Beltrão, 21/08/2007, p. 10).

Já segundo Alvina Bonin Peron, em trechos de entrevista que foram apresentadas num artigo de 1997, diz que “o governador Lupion soltou os presos para serem jagunços aqui no Sudoeste. Estes jagunços mataram os animais das famílias para comer, faziam o que queriam com as mulheres e moças, matavam os homens que não tinham dinheiro” (ZANELLA; KRAMER, 1997, pp. 124-125).

Ainda neste mesmo artigo temos a fala de Madalena Marquim, segundo a qual “eles [os jagunços], chegavam nas casas, se favoreciam com as famílias, foi uma época muito triste. As famílias tinham medo, porque eram uns bandidos que soltaram lá da penitenciária” (ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 125).

É verdade que, apesar de frequentes, essas narrativas não vão muito além dos elementos aqui expostos. As falas que apontam para os jagunços como sendo sujeitos que foram libertados de presídios para atuarem no Sudoeste não tocam, por exemplo, em questões de como isso se deu ou de como exatamente se soube disso.

Não entendemos, contudo, que essas lacunas tornem essas informações necessariamente desacreditadas. Afinal, praticamente tudo o que tange aos jagunços que atuaram no Sudoeste é muito nebuloso, indireto e incerto. Dessa forma, a despeito dessas dificuldades, consideramos como pertinente seguirmos nesse caminho, ou seja, trabalhando com as possíveis origens desses sujeitos a partir de fontes que, mesmo restritas, nos fornecem direcionamentos e possibilidades essenciais para uma compreensão mais ampla e profunda desse sujeito.

Por conseguinte, o diálogo com a maior quantidade e diversidade de fontes, bem como com a bibliografia especializada, são essenciais. Com isso, podemos retomar agora, o debate do “mercado de terras” para nos ajudar a pensar sobre as origens dos jagunços. No artigo de

Crestani e Schallenberger (2012), os autores apontam para a existência de um mercado de terras, especialmente em meados do século XX, no estado do Paraná. Nesse cenário, que também pode ser visto e nomeado como uma verdadeira grilagem institucionalizada e generalizada, na qual a figura de Moisés Lupion foi central, os conflitos de terra também foram constantes. Sendo o jagunço uma figura praticamente imprescindível nos conflitos de terras no Brasil³⁵ deduz-se que havia um terreno fértil e uma grande demanda para a atuação desses sujeitos no Paraná da segunda metade do século XX.

Essas interpretações, especialmente a respeito da atuação central do Governo do Estado nesse cenário de violências, não são novidades e já se encontravam presentes em obras hoje clássicas sobre a Revolta, como a de Hermógenes Lazier que afirma “[...] que era o Grupo Lupion, através da Citla, da Comercial, da Apucarana, com seus jagunços acobertados pelo poder público estadual, o encarregado de arrancar dinheiro dos posseiros, utilizando todas as formas de arbitrariedades” (1986, p. 74). Ruy Wachowicz (1985) também corrobora essa interpretação, destacando a retirada de prisioneiros da penitenciária do Ahú, em Curitiba, dizendo que “ao que parece, [as Companhias] retiraram da penitenciária do Ahú de Curitiba, os presos que manifestaram desejos de colaborar *manu militari* com os interesses das companhias” (1985, p. 216).

Ao considerarmos isso, parece mais coerente também a existência de narrativas que apontam para a atuação dos jagunços do Sudoeste do Paraná em 1957, anteriormente em outros conflitos de terra, destacadamente o de Porecatu³⁶. Essa afirmação consta em uma série de documentos, desde as entrevistas colhidas por Ruy Wachowicz, nos anos de 1970, até as mais recentes, passando pela obra de Roberto Gomes.

Jácomo Trento, o “Porto Alegre”, por exemplo, em sua entrevista a Ruy Wachowicz, ao falar de um episódio de enfrentamento com o gerente da Companhia Comercial, Lino Marchetti, causado por uma dívida deste com aquele, nos fornece a seguinte narrativa:

Ele me chamou de moleque, guri, disse ‘um guri, um moleque, que não pesa nem 50 quilos e vai querer enfrentar os meus homens que eu tenho aqui’. Aí eu digo ‘olha senhor Marchetti, de dentro da minha razão não é esses 14 jagunços que o senhor tem aqui, o senhor pode ter 50, 100, 200 jagunços aqui dentro que eu não vou me intimidar

³⁵ Os exercícios e abordagens realizados no último capítulo deste trabalho comprovam isso.

³⁶ Entre o final da década de 1940 e início da década de 1950, no norte do Estado do Paraná, entre Londrina (PR) e Presidente Prudente (SP), às margens do rio Paranapanema, ocorreu um intenso conflito de terras. Em grande parte foi muito semelhante ao do Sudoeste em 1957, envolvendo grileiros e seus jagunços, posseiros e colonos, a conivência e/ou atuação do Estado - inclusive, no período, o governador também era Moisés Lupion. A grande diferença, contudo, ficou por parte da presença de comunistas, ao lado dos camponeses e da prática de estratégias de guerrilha, por certo tempo. Por fim, diferentemente do Sudoeste, ao final do conflito, grande parte dos camponeses acabaram saindo da região - além dos muitos mortos e presos.

ao senhor' e ele disse 'o senhor está falando isso porque não sabe a quantia de viúvas que nós deixamos em Porecatu nos anos de 50, 51, no outro governo de Moisés Lupion'. No outro governo de Moisés Lupion, antes de 50 acho que foi, não estou bem lembrado as datas. Ele disse 'lá nós ganhamos no pau, lá nós deixamos 365 viúvas, isso pra coincidir com os dias do ano'. Assim que ele me respondeu" (TRENTO, Jácomo. Entrevista. Pato Branco, 1978. Concedida a Ruy Christovam Wachowicz, em sua residência, no dia 17/12/1978).

“Porto Alegre”, ao longo do tempo, tornou-se uma das principais “testemunhas autorizadas” (POLLAK, 1989) da Revolta de 1957. Recorrentemente era a sua versão dos fatos a ouvida e reproduzida - o que se pode constatar pela presença de sua narrativa em praticamente todas as produções sobre a Revolta. Além de consolidar os elementos que ele elenca como dignos de serem transmitidos, isso acaba, também - e agora em consonância com a própria personalidade de “Porto Alegre”, perceptível ao termos acesso aos arquivos de áudio com suas entrevistas e reforçada por opiniões de terceiros - reforçando uma postura de mitificar, engrandecer e editar os fatos. Ou seja, as afirmações de “Porto Alegre”, aqui reproduzindo as falas de Lino Marchetti, especialmente acerca da quantidade de viúvas deixadas em Porecatu, tanto podem ter ocorrido dessa exata maneira, quanto podem ser uma edição de sua narrativa no sentido de torná-la mais cativante - o que ocorre com certa frequência em suas entrevistas.

De qualquer forma, não seria surpreendente que os jagunços que teriam sido libertados para atuarem no Sudoeste tivessem sido presos justamente por terem atuado como jagunços em outros conflitos de terra, como em Porecatu. A confirmação dessa hipótese, no entanto, neste momento, não contará com maiores esforços - visto a impossibilidade, por exemplo, de se cruzar nomes de jagunços que atuaram nesses dois conflitos.

Por outro lado, parece pouco provável que todos os prisioneiros libertados tivessem sido presos por atuarem em conflitos de terra anteriormente. Ou seja, pessoas que teriam cometido outros crimes, podiam, ao saírem da prisão, passar a atuar como jagunços³⁷.

Seja como for, esta não é a única origem dos jagunços que atuaram no Sudoeste apontada pelas fontes. Não eram apenas sujeitos que possivelmente já haviam desempenhado essa função de violência direta que estavam ali presentes. Não apenas chegaram jagunços à região. Há indícios de que ali também foram formados jagunços.

Talvez a narrativa mais significativa nesse sentido seja a de Segundo Tesser, posseiro da região de Francisco Beltrão. Tesser possuía “uns oito ou nove lotes” na região, mas sua atuação, ao menos a que é destacada na entrevista, foi de caminhoneiro, que trazia famílias

³⁷ Em *Os dias do demônio* há uma subtrama interessante a esse respeito. A origem de Índio, um dos jagunços que passa a atuar no Sudoeste, dentre outras questões, está associada à sua fuga de um grande proprietário de terra, cuja esposa teve um caso com Índio.

com suas mudanças do Rio Grande do Sul para o Sudoeste do Paraná. Uma dessas mudanças foi a do jagunço 44³⁸: “É, do Quarenta e quatro, naquela época ele não era, mas depois virou jagunço” (Jornal de Beltrão, 28/09/2007, p. 07). Ou seja, o que temos aqui é a indicação de que uma pessoa que veio para o Sudoeste, como milhares de outras, tornou-se ali um jagunço.

Não é possível saber se “44” - que não tem seu nome verdadeiro revelado - já tinha algum contato com essa vida de jagunço. O que podemos analisar aqui é a fala de Tesser, que coloca “44” inicialmente como um posseiro qualquer, que somente após já estar no Sudoeste tornou-se jagunço.

Como esse tornar-se jagunço ocorreu não é abordado por Tesser. Ao olharmos para outras entrevistas, no entanto, podemos tentar esclarecer um pouco essa questão. Em uma fala Manoela Pécoits - à época moradora da cidade de Francisco Beltrão, que atuava no hospital e teve papel de destaque na Revolta - narra sobre as diversas tentativas das Companhias de cooptar Walter Pécoits, seu marido, médico e considerado uma das grandes lideranças do movimento de 1957. Segundo ela “[...] a companhia fez tudo quanto foi proposta, o que eles queriam era que o Walter não precisasse fazer nada, era só não aconselhar os colonos que não assinassem os papéis que eles queriam [...]” (Jornal de Beltrão, 21/07/2007, s/p). Nota-se uma tentativa de cooptação de uma das lideranças do movimento de 1957, vista pelas Companhias justamente desta forma e, por isso, considerava-se como necessário a interrupção de sua atuação. Para isso, as Companhias teriam oferecido diversos benefícios materiais à Walter Pécoits, que não os aceitou e manteve sua postura. Desse modo, a estratégia das Companhias, que era menos trazer para seu lado um dos agentes do movimento e mais neutralizá-lo, não teve sucesso.

Houveram, contudo, tentativas de cooptação mais diretas, menos pautadas numa neutralização, como ocorreu com Walter Pécoits, e mais focadas em trazer sujeitos para o lado das Companhias de fato. E aqui chegamos a um elemento que pode esclarecer, em grande medida, como ocorria esse processo de tornar-se jagunço.

Segundo José Souza Monteiro Neto, que em 1957 tinha doze anos e morava na região da atual Enéas Marques, jagunços tentaram cooptar seu pai para tornar-se um deles: “Ele [o jagunço Abetino Silveira] não perseguiu meu pai. Só dizia que era pra gente se cuidar e tal. Mas ele queria que meu pai fosse pro lado deles. Ele até deu um presente pro meu pai, um revólver, com bastante bala. Mas o pai não usava, não sabia nem atirar” (Jornal de Beltrão,

³⁸ Muito embora não fique explícito que a mudança de “44” tenha sido juntamente com a família nem que ele tenha vindo do Rio Grande do Sul, há indícios de que tenha sido isso o que aconteceu.

12/09/2007, s/p). Também aqui a tentativa de cooptação não foi bem sucedida. Quantas outras tentativas como essa, no entanto, não teriam acontecido? Quantos posseiros, possivelmente com medo de serem vítimas da violência do conflito de terras, não teriam se tornado jagunços?

Outra narrativa que corrobora para essa possibilidade de origem dos jagunços como posseiros cooptados é a de João Lopes, então posseiro da região da fronteira, durante relato no Seminário Memória Viva de Planalto, em 2007, e que foi divulgada pelo Jornal de Beltrão. Segundo Lopes, Antônio Borges, jagunço que foi morto por Pedro Santin a caminho de Foz do Iguaçu, já no cenário de tentativas de apaziguamento da Revolta pelos agentes do Estado, era filho de um posseiro:

Naquele dia foi preso o tal de Antônio Borges. Esse Antônio era filho de um colono, mas era um rapaz que não gostava de trabalhar, até ladrão era, andou roubando corrente, tinha apelido de Antônio Corrente. Este ficou com os jagunços e os jagunços apincharam as roupas velhas que ele tinha, queimaram e deram um traje pra ele, uma fatiota. E um 30 assim (na cintura) e outro assim. Era pra bater nos colonos. Mostrava pros colonos (o revólver) e dizia *'taqui, óh, quem gosta de vocês'*. Mas o que resultou? Correram tiro alvo nos olhos dele, furaram a cara dele a bala. Se foi pro inferno (Jornal de Beltrão, 04/10/2007, p. 10).

Além de reforçar essa possibilidade de origem dos jagunços enquanto posseiros cooptados pelas Companhias, a narrativa de Lopes nos fornece, também, elementos para as caracterizações dos jagunços; ou melhor dizendo, a forma como os posseiros viam os jagunços, como sujeitos, vagabundos, violentos, armados, não brancos, vindos “do norte”³⁹. Percebe-se aqui, justamente o elemento que pontuamos na introdução desta seção acerca da visão e narrativas que os posseiros tinham sobre os jagunços, opondo-se a eles.

Também acerca dessas tentativas de cooptação outras narrativas poderiam ser trabalhadas. Ruy Wachowicz, ao entrevistar Ivo Thomazoni, falando sobre Pedro Santin, comenta que “há quem diga que ele foi convocado para ser jagunço pela Apucarana”.⁴⁰ Ou ainda a fala de “Porto Alegre” que sintetiza muitos os elementos aqui abordados:

Esses jagunços, na época, eles se identificavam como nordestinos, uma parte deles, como nordestinos, vindos do Nordeste, ou seja, da Bahia pra cima. E outros eram penitenciários aqui da penitenciária que com a licença, com a participação do grupo do Governo, mais especificamente do Pinheiro Júnior que era chefe de polícia na

³⁹ Essa denominação “do Norte”, ao mesmo tempo que é muito presente, é também muito relativa. Com ela, pode-se referir tanto ao norte do próprio Estado do Paraná, como o apelido de “Maringá” sugere, quanto ao norte do país, destacando-se Minas Gerais e estados do Nordeste, como indica a alcunha de “Sergipe” para outro dos jagunços.

⁴⁰ Sabemos, hoje, que Santin foi figura central, especialmente na região da Fronteira, na Revolta de 1957 - apesar de frequentemente ignorado, em nosso entender, devido a uma violência reativa mais direta por eles empregada - o que, por sua vez, não descarta a possibilidade de tentativas de cooptação das companhias terem ocorrido.

ocasião, eram gente que saiam da penitenciária aqui para, saíam da penitenciária para, pra ir praticar essas prensa, pra dar prensa nos colonos, pra arrancar dinheiro dos colonos; então eles recebiam essa missão: ou você fica aqui preso ou vai lá agir em nosso favor, da nossa companhia. Então, claro, cara criminoso, já sanguinário por natureza, gostava de matar, gostava de cometer arbitrariedade, gostava de cometer judiarias, então eles saíam da penitenciária e ficavam lá no mato atuando em favor dessa companhia. Pra eles era um bom negócio, né” (TRENTO, Jácomo. Entrevista. Pato Branco, 1978. Concedida a Ruy Christovam Wachowicz, em sua residência, no dia 17/12/1978).

Ao longo de nossa pesquisa estas duas possibilidades de origens dos jagunços - que não são excludentes - foram as que melhor se desenharam, as que possuíam maiores informações a respeito e as que se mostraram mais coerentes. Ainda assim, as entendemos como respostas parciais, pois é muito difícil apresentar uma versão definitiva a respeito de suas origens. Quanto a isso, os elementos já trabalhados, inclusive em diálogos com estas possibilidades de origens dos jagunços, ao mesmo tempo que fornecem respostas em construção, explicam, em grande medida, as dificuldades de chegarmos a respostas mais categóricas. Afinal, há poucas e difíceis informações que se mostram coerentes sobre sujeitos “infames” (FOUCAULT, 2003) como foram os jagunços.

Podemos, por outro lado, desenvolver um debate acerca da significância que essas possíveis origens dos jagunços, especialmente enquanto posseiros cooptados, possuem quando as contrapomos ao discurso dominante que coloca todos os jagunços como pessoas vindas do “norte”. Torna-se possível e necessário, agora, a problematização da própria noção de gaúcho no Sudoeste, no contexto de ocupação dirigida, a partir dos anos de 1940, e nos momentos de construção de memórias posteriores.

Jonathan Marcel Scholz (2014), desenvolvendo a interpretação de que a história do Sudoeste paranaense tem como fio condutor a luta pela terra e a pluralidade das fronteiras se debruça sobre a ocupação dirigida do Sudoeste, nos anos de 1940, no contexto da Marcha para o Oeste (RIBEIRO, 2010) promovida por Getúlio Vargas. Segundo Scholz, essa ocupação não se deu de forma espontânea, tampouco os gaúchos foram escolhidos ao acaso. Essa escolha teria sido feita pautada no fato de Getúlio Vargas ser do Rio Grande do Sul e possuir importantes relações com pessoas de lá, especialmente os chamados “capitalistas gaúchos”, ou seja, grandes proprietários, com atuações em diversos campos, como a produção de celulose, a própria colonização dirigida e venda de lotes, etc. Scholz defende ainda que a escolha por esses gaúchos “eurobrasileiros” - este é um conceito central em sua leitura, retirado dos trabalhos de Darcy Ribeiro - estava de acordo com um pensamento eugênico, de embranquecimento da nação. Afinal, “em suma, a intenção do presidente brasileiro era criar uma imagem de Brasil enquanto nação forte e desenvolvida para o mundo. Para isso, ele precisaria mostrá-lo como

um país branco. Ser branco era sinônimo de civilizado e moderno naquele momento” (SCHOLTZ, 2014, pp. 16-17).

O estabelecimento de pessoas de origem gaúcha - destacando nelas o ser “eurobrasileiro”, pois assim evidencia-se o que se considerava mais importante nessa escolha, ou seja, ser branco, de origem europeia e católico, etc - no Sudoeste do Paraná foi, segundo Scholtz, um longo, complexo e efetivo processo⁴¹. Por suposto ele existiu antes, durante e depois da Revolta de 1957. Com o início dessa ocupação dirigida já se apagava as presenças prévias de indígenas e caboclos da região⁴². Durante e, especialmente depois da Revolta, esse destaque do elemento gaúcho parece ganhar ainda mais força. Wachowicz chega a abordar o posicionamento do então governador do Rio Grande do Sul, que foi o único a responder um telegrama da comissão executiva de Pato Branco, durante o levante, afirmando, segundo Wachowicz, “num gesto de pura bravata, que colocaria se preciso fosse os 5.000 homens da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, para proteger os gaúchos radicados no Paraná” (1985, p. 252).

Posteriormente, impulsionado pela vitória do movimento de 1957, logo pelo orgulho desse feito - que pode muito bem ser percebido nas comemorações do cinquentenário, por exemplo - esse destaque, em algumas situações, quase chega ao nível de um excepcionalismo do gaúcho. Na continuação direta de sua fala sobre Porecatu, que citamos anteriormente, “Porte Alegre” prossegue da seguinte forma, expressando um ótimo exemplo desses casos:

Aí eu respondi a ele, eu também não quis me intimidar, dei uma de gaúcho, falei pra ele ‘o senhor fez isso lá, porque lá só existia outra origem de gente, não era colonizado por gaúcho como é aqui, aqui a curto prazo vai cair a casa do senhor, eu prometo pro senhor que eu vou liquidar com essa bandalheira dos senhores aqui’. Certo? (TRENTO, Jácomo. Entrevista. Pato Branco, 1978. Concedida a Ruy Christovam Wachowicz, em sua residência, no dia 17/12/1978).

Essa mesma dinâmica de exaltação do gaúcho, a partir da Revolta e especialmente com o afastamento temporal que vai permitir que se fale mais abertamente dos casos de violência e da figura do jagunço, passará a ter neste sujeito o seu *outro* (GOUVEIA, 2019).

⁴¹ Segundo o mapa presente no trabalho do autor, em 1945 a procedência gaúcha era de cerca de 20%. Até o ano final abordado pelo gráfico, 1975, essa porcentagem sempre foi maior, chegando ao pico de quase 50% no ano de 1965 e sempre sendo a maior procedência a partir de meados dos anos de 1950; maior do que de Santa Catarina e do próprio Paraná (SCHOLTZ, 2014, p. 20).

⁴² Segundo Scholtz, Getúlio Vargas – não sozinho, é claro – buscava uma região inabitada, para que pudesse erigir, do zero, de acordo com a visão da época, devendo ser, portanto, branca, católica, trabalhadora, etc – e para isso construía-se discursivamente esse local inabitado através do mito do vazio demográfico.

Nessa dinâmica ser posseiro, ou seja, gaúcho⁴³, e ser jagunço são totalmente incompatíveis. O jagunço é sempre *o outro*, o que veio do norte, seja do próprio Estado do Paraná - como a alcunha “Maringá” sugere - seja de regiões ao norte do Brasil, como Minas Gerais e dos estados do Nordeste - como a alcunha “Sergipe” sugere.

Ao analisarmos as origens dos jagunços, contudo, fica clara a contradição entre essa narrativa e a materialidade dos fatos. Afinal, conforme expusemos anteriormente, há narrativas que nos falam de posseiros que se tornaram jagunços. Ou seja, os jagunços do Sudoeste não eram apenas “nortistas”; gaúchos também podiam se tornar jagunços. E aqui novamente a alcunha de um jagunço, “Gauchinho” (Jornal de Beltrão, 03/10/2007, p. 12), também sugere isso.

Apesar disso, a narrativa padrão de incompatibilidade entre o posseiro gaúcho e os jagunços parece se manter. Afinal, mesmo no caso de Antônio Borges, um dos jagunços mais emblemáticos daquele cenário, em que ficou clara a sua origem dentre os posseiros, ou seja, os gaúchos, ele não é apresentado como um destes, mas sim como um “filho de colono”. Essa aparentemente despreziosa escolha de palavras acaba cumprindo a função de manter a delimitação dessa fronteira.

2.2 REVOLTA E PÓS-REVOLTA

Outra questão que orbita nosso sujeito central, que é o jagunço, e que em nosso entender foi ainda pouco abordada, ou ao menos sobre a qual rondam algumas dúvidas, diz respeito ao momento da tomada das cidades, de suas prisões e dos dias subsequentes⁴⁴. Afinal, jagunços foram mortos pelos posseiros nesse processo? Como se deu a captura? O Exército e demais forças oficiais intervieram em prol de algum dos lados? Qual foi a postura frente aos funcionários das Companhias, que muitas vezes também eram considerados como jagunços? Houve tiros, tensões e violências no processo de tomada das cidades ou foi um movimento completamente ordeiro, como costuma se dizer? É possível saber o que ocorreu com os jagunços após esses eventos?

⁴³ A noção aqui desenvolvida de gaúcho se relaciona muito mais com as características do “eurobrasileiro”, acima exposta, do que simplesmente com a proveniência do Rio Grande do Sul. Assim, é possível congregarmos nesse termo pessoas de Santa Catarina e Paraná.

⁴⁴ Esperamos que neste momento já tenha ficado claro que compreendemos a Revolta de 1957 para além dos momentos de tomadas das cidades, destacando-se, por exemplo, os confrontos do Verê e as tensões e embates diários. Não podemos negar, todavia, que foi com a tomada das cidades, primeiro na região de Fronteira, depois em Pato Branco e Francisco Beltrão, que o movimento passou, efetivamente, a atingir seus objetivos, especialmente a captura/expulsão dos jagunços da região.

O movimento de Revolta contra as ações arbitrárias das Companhias, as instabilidades legais e, principalmente, as violências cometidas pelos jagunços, foram iniciados de modo mais incisivo na região da fronteira com a Argentina. As pessoas dessa região empregaram estratégias de resposta às ações das Companhias pautadas especialmente em um enfrentamento direto, armado, com a prática de tocaias, tomada das cidades, etc. Nesse cenário, sendo demandado e demandando essas práticas, estava Pedro Santin, um farrapo, que uns dizem ser nascido na região, enquanto outros afirmam que veio de fora. Seja como for, por motivações não totalmente esclarecidas - mas possivelmente relacionadas também a questões pessoais, pois a irmã e o cunhado foram violentados por jagunços - Santin se envolveu na luta ao lado dos posseiros⁴⁵.

Santin foi um dos principais responsáveis pelas organizações e ações daquelas pessoas, por exemplo, na Tocaia do Km 17, e em outras ações reativas na região de fronteira. Apesar de essa ser uma parte frequentemente marginalizada na história da Revolta, as ações da Fronteira que, mais intensamente, antecedem em ao menos um mês as tomadas de Francisco Beltrão e Pato Branco, foram centrais. Buscando compreender o Sudoeste como tabuleiro ou campos em disputas, foram essas ações que iniciaram decisivamente, as movimentações, tomando a cidade de Capanema, expulsando os jagunços para Santo Antônio do Sudoeste e depois influenciando mais a leste, em Francisco Beltrão e Pato Branco; em grande medida incentivando ações de resposta, inclusive com as tomadas destas cidades.

Nas palavras de João Lopes, posseiro da região de fronteira:

Foi uma revolta dramática. Dramática! Porque o povo do Sudoeste não esperava aquilo. Ninguém pensava nem tinha ouvido falar na palavra 'jagunço'. Pensavam que era um bicho do mato. De repente as estradas e encruzilhadas amanheceram cheias de placas. A Companhia Citla, colonizadora, foi um meu Deus do céu. Tomaram conta do Lajeado, Pranchita e foram tomando conta até de Santo Antônio do Sudoeste. O povo não aguentou mais. Aqui deu certo com três Pedros. Pedro Santin, Pedro Pinto e Pedro Silveira foram os homens que levantaram a revolta (Jornal de Beltrão, 04/10/2007, p. 10).

Foi nesse cenário que se deu a prisão de diversas pessoas, especialmente durante a tomada das cidades de Santo Antônio do Sudoeste e Capanema, pelos posseiros levantados; oficiais de justiça, policiais, padres, funcionários e simpatizantes das Companhias, jagunços.

⁴⁵ A própria distinção entre farrapo e colono, entretanto, deve ser relativizada. Afinal, sob diversas óticas Pedro Santin podia ser considerado um colono: morava na região, também plantava e trabalhava na terra, não possuía propriedade legal, como todos os posseiros. A diferença é seu histórico policial e - especialmente significativo ao pensarmos no discurso pacificador sobre a Revolta - o emprego da violência. Uma distinção muito marcada entre farrapos e colonos, portanto, talvez seja justamente o que esse discurso pacificador queira.

Um desses jagunços foi Antônio Borges que, anteriormente, foi descrito pelo mesmo João Lopes acima citado, como “filho de um colono, mas era um rapaz que não gostava de trabalhar, até ladrão era, andou roubando corrente, tinha apelido de Antônio Corrente” (Jornal de Beltrão, 04/10/2007, p. 10). Um filho de colono, portanto, se tornou jagunço, foi preso durante a Revolta e terminou assassinado por um dos líderes do movimento.

Vale destacar a atuação das forças policiais nesses acontecimentos. Se durante muito tempo os posseiros, por todo o Sudoeste, haviam buscado auxílio desses agentes contra as violências das Companhias e jagunços e nada conseguiram, quando se levantaram e, dessa forma, passaram a ameaçar a “ordem”, viram as forças policiais se movimentarem. Uma atuação que apenas queria conter a Revolta, salvaguardar as propriedades e evitar mortes, especialmente de jagunços e demais funcionários das Companhias que, agora, se viam ameaçados. Algumas prisões foram feitas, inclusive, pelas próprias forças oficiais, muitas delas justamente com o intuito de proteger essas pessoas dos revoltosos.

Em um trecho de uma reportagem da revista *O Cruzeiro* - que após a Tocaia do Km 17 passou a cobrir intensamente o que ocorria no Sudoeste - que foi divulgado no Jornal de Beltrão, temos um texto assinado por Mário de Moraes, repórter que acompanhava os acontecimentos na região, que nos narra o que teria ocorrido a respeito do episódio envolvendo Pedro Santin e Antônio Borges:

Para garantir a ordem em Capanema, o Coronel Alcebiades formara, com vários civis, uma polícia local. O mesmo fora feito no quilômetro 35. Alguns funcionários das companhias haviam sido presos e o coronel evitara que os posseiros os matassem, mandando-os, sob escolta (dos próprios colonos) para Foz do Iguaçu. O último a ser enviado foi um tal Antônio Borges, empregado da ‘Citla’, de 19 anos de idade, que confessou ter praticado as piores atrocidades com os colonos a mando do seu chefe, um Paulo de tal, agrimensor da ‘Apucarana’, inclusive violentando mulheres. Para levar Antônio até Foz do Iguaçu foram mandados Pedro Santin, Pedro Pinto e mais um colono. Os dois primeiros, conhecidos como ‘jagunços’ em toda a região. Saíram pela manhã com o rapaz e voltaram no dia seguinte, também nas primeiras horas. O Coronel Alcebiades desconfiou, então, que algo havia acontecido, pois eles precisariam, no mínimo, de 4 dias para ir até Foz do Iguaçu e voltar. Combinamos uma saída, na manhã seguinte, pelo mesmo caminho que haviam tomado. Andamos de ‘jeep’ até certo ponto (o coronel, o cabo, o repórter e dois funcionários da Prefeitura local) e, quando o veículo não pôde mais prosseguir, montamos a cavalo. Dez quilômetros além de Capanema, descobrimos um colono que nos deu uma informação: se entrássemos pela mata, encontraríamos um homem morto. Saltamos dos cavalos e abrimos, com os facões, uma picada. Não havíamos andado 300 metros quando encontramos o corpo de Antônio Borges, todo crivado de balas. Havia sido fuzilado, pois todos os tiros lhes tinham sido dados de frente. O Coronel Alcebiades fez o laudo e mandou que os colonos enterrassem o morto (Jornal de Beltrão, 19/07/2007, p. 10).

Importante evidenciar que o repórter d'*O Cruzeiro* atuava quase como um adido militar, acompanhando, sendo acompanhado e, principalmente, reproduzindo, em grande medida, as visões dos militares. Não é de se estranhar, assim, a presença da noção de ordem a ser restabelecida - ordem, inclusive, que já havia sido perdida há muito, justamente em virtude da ausência de atuação desses mesmos agentes e das violências de jagunços a mando das Companhias - ou o julgamento das reações dos posseiros da fronteira⁴⁶. A despeito disso, esse trecho nos ajuda a compreender melhor como se deu esse acontecimento.

Essa atuação tardia, reativa, talvez reacionária das forças oficiais, não se deu apenas na região de fronteira, onde o movimento se iniciou. Encontramos essas dinâmicas por todo o Sudoeste, durante toda a Revolta - e mesmo depois de seu fim. Se antes do levante elas nada fizeram para proteger os posseiros, depois atuaram intensamente com o objetivo de proteger funcionários das Companhias e suas famílias, jagunços, propriedades e, talvez principalmente, “restaurar a ordem”.

Em outras passagens da mesma reportagem acima citada da revista *O Cruzeiro*⁴⁷ têm-se a perspectiva do tenente-coronel Henrique Dias, exaltado, juntamente com o coronel Alcebiades, como a “dupla de militares que tinha que resolver a angustiada situação”. Henrique Dias também destaca a restauração da ordem e a salvaguarda dos funcionários das Companhias⁴⁸. O destaque na sua fala, contudo, diz respeito a como ele coloca os funcionários das Companhias como vítimas dos posseiros. Mesmo os funcionários que estavam preparando uma tocaia para os posseiros, para se vingarem da Tocaia do Km 17, são apresentados dessa forma, como vítimas e amigos das vítimas da Tocaia do Km 17, apenas buscando vingança.

É verdade que, segundo diversas fontes, apenas uma das pessoas mortas na Tocaia era, efetivamente, um jagunço. Havia, portanto, funcionários comuns das companhias que acabaram sendo mortos. Esses fatos, bem como a postura de indistinção na narrativa de Henrique Dias, apenas reforça uma questão que vai se colocando ao longo deste trabalho, a saber, como a própria noção de jagunço podia ser fluída naquele contexto.

Outra narrativa interessante a que temos acesso, que diz respeito às atuações das forças oficiais, é a entrevista com Raul Veloso, policial militar em Verê quando da Revolta. Diferentemente dos dois anteriores, contudo, a fala de Veloso não é tão carregada de críticas

⁴⁶ Silvia Maria Amâncio empregou o termo “visão policialasca” em sua dissertação de mestrado (AMANCIO, 2009) quando trabalhou com as versões narrativas sobre a Revolta de 1957. Acerca dessa visão “policialasca” destacam-se justamente esses elementos que estamos visualizando na cobertura d'*O Cruzeiro*, muito pautada numa questão de ordem.

⁴⁷ Foram publicadas, ao longo de vários dias, no Jornal de Beltrão, partes dessa reportagem.

⁴⁸ É importante destacar que nessas narrativas dos militares o termo jagunço praticamente deixa de ser empregado. Muito provavelmente cumprindo uma função amenizadora, quiçá de negação e deslegitimação.

ao movimento, nem de exaltação de uma suposta restauração da ordem, nem uma postura amenizadora da ação de jagunços e Companhias. O fato dele ser um sujeito inserido naquele cenário - diferentemente dos dois anteriores, que vieram de fora para “resolver” a situação - em grande medida explica isso.

Veloso diz que depois do estopim da Revolta, entre 08 e 11 de outubro⁴⁹, a polícia militar “começou a trabalhar na prisão dos jagunços”. Ou seja, percebe-se que aqui, em uma região que já não era a de fronteira, a atuação reativa das forças oficiais se deu de modo muito semelhante. Ele narra, então, um episódio dessas prisões:

Descemos para aquela região próxima a balsa que ia para Nova Lurdes. Chegamos no reduto dos jagunços, que era cercado de arame farpado. Era protegido por cães também. Tomamos um jagunço de assalto e eu tirei da cintura dele um revólver 44, cheio de bala. Dentro de uma gaveta, encontrei mais balas. Nisso, o tal jagunço - o nome dele era Titão e era meio famoso - tava baixando as mãos e eu já gritei pra levantar os braços, ou ia mandar chumbo. Quando fui verificar, ele tava querendo tirar uma winchester que estava escondida debaixo do tampo de uma mesa de madeira. Ia passar fogo em todos nós’, conta seu Raul, fazendo suspense com a voz (Jornal de Beltrão, 29/05/2007, p. 06).

Mesmo que haja edições na narrativa de Veloso⁵⁰, parece pouco provável que isso comprometa a verossimilhança da ação central por ele narrada. O fato é que as forças oficiais – já estabelecidas no Sudoeste ou que para lá foram enviadas – que durante tanto tempo antes haviam sido coniventes - ou mesmo atuantes – com as Companhias e seus jagunços, somente frente ao levante, passaram a ter uma atuação efetiva; prendendo/protegendo jagunços. Devemos deixar claro, contudo, que essas ações não ocorreram por simpatia à causa dos posseiros, elas estavam de acordo com uma lógica de manutenção da ordem e redução de danos. Ao se conhecer e analisar as atuações dos posseiros nesse mesmo sentido de capturar e expulsar os jagunços, talvez fique mais claro esse ponto.

Assim como a ação/reação das forças oficiais foi uma constante durante a Revolta, as dinâmicas de captura dos jagunços também o foram. Se o caso de Antônio Borges, com seu destino final, foi um caso singular, o empenho incisivo dos revoltosos em capturá-los foi o padrão, que se repetiu até o fim da Revolta - e mesmo depois dela.

⁴⁹ Sua visão de Revolta, portanto, é mais um exemplo que se limita à tomada das cidades, especialmente Francisco Beltrão e Pato Branco.

⁵⁰ Como pode indicar a frase do Jornal de Beltrão ao final da passagem - “conta seu Raul, fazendo suspense com a voz” - revelando, talvez, sua experiência e intenções de cativar o ouvinte ao contar essa história.

Parece, entretanto, que isso se deu, ao menos de modo mais significativo, em momentos específicos da Revolta. Mesmo que haja referências a casos de prisões anteriores⁵¹, se mostra mais seguro afirmar que as ações de captura dos jagunços tiveram muito mais relevância nos momentos imediatamente anteriores às tomadas das cidades e, ainda mais, durante elas - principalmente quanto a Francisco Beltrão e Pato Branco. Afinal, não são poucas as narrativas sobre essas práticas.

Terezinha Traiano Toscan, por exemplo, filha de um dono de restaurante, em Francisco Beltrão, à época com doze anos, narra o episódio da captura do jagunço 44. Segundo ela, alguns dias antes da tomada da cidade, já com o ambiente muito tenso e agitado, o jagunço “44” estava no restaurante de seu pai, no mesmo ambiente que os posseiros, mas sem ser percebido e/ou reconhecido. Quando enfim foi reconhecido, se deu a tentativa de capturá-lo. Houve, então, um tiroteio e o “44” conseguiu fugir, sendo capturado, pouco depois pelo Exército, que o retirou da cidade (Jornal de Beltrão, 11/09/2007, p. 10).

Percebe-se aqui uma tentativa de captura de jagunço não planejada, abrupta. Muito diferente do que passou a ocorrer a partir das tomadas das cidades. Nesses momentos, com um grande número de posseiros mobilizados e tendo como objetivo a expulsão dos jagunços e das Companhias da região, a captura desses sujeitos se mostrava como uma demanda essencial. Como afirmou “Porto Alegre”: “nós estava dispostos pro que desse e viesse. Mas a finalidade era prender os jagunços e lacrar os escritórios, para afastar essa jagunçada da, da região. [...]” (TRENTO, Jácomo. Entrevista. Pato Branco, 1978. Concedida a Ruy Wachowicz, em sua residência, no dia 17/12/1978).

Fiorindo Nesi, que chama o movimento de 1957 de revolução, era posseiro da região de Francisco Beltrão e narra um episódio de captura de um jagunço, já nesse momento de intensa mobilização na tomada das cidades.

Não, medo não. O único que podia até acontecer de dar medo, eu fui fazer um assalto (sic), na saída de Água Branca, onde tinha um acampamento da companhia. Convidamos a turma do Jacaré e quem comandava a nossa turma era um tal de Antônio Fiori, que morava aqui na Vila Lobo. Ele diz ‘ó, vamos lá fazer um assalto’.

⁵¹ Maria Fantin Pellozo (Jornal de Beltrão, 28/08/2007, p. 10), colona da região do Verê, chega a dizer que os posseiros/colonos daquela região prenderam jagunços em momentos anteriores à tomada das cidades e mesmo anteriores aos confrontos do Verê - estes episódios, inclusive, em sua fala, é que são tidos como a Revolta. Segundo ela, os posseiros prenderam e mantiveram jagunços por um tempo, procuraram a polícia para saber o que fazer, mas não tiveram ajuda. Outro posseiro/colono, Egon Lange, também comenta, em entrevista à Ruy Wachowicz (PI 014 ds10 (Egon Lange)), sobre a prisão de seis jagunços, na mesma região de Santana, conforme também o disse Pellozo. As temporalidades exatas, em ambas as narrativas, entretanto, são difíceis de precisar. Além disso, trata-se de um episódio - mesmo que muito significativo, por mostrar uma intensa mobilização anterior e lançar luz sobre os embates entre posseiros/colonos acerca da postura com os jagunços, ao assassiná-los ou não - frente aos diversos casos que viriam a ocorrer com o transcorrer da Revolta.

O coitado, tinha só um (no acampamento), quando nós chegamo no barraco, foi bam! bam! bam! com aqueles taquari, e eu tinha uma 32, uma espingarda boa até por sinal, e fomos, quando entramos no barraco tinha só um coitado. Isso aqui (aponta para o coração) fazia assim ó, tremia! E viemos de volta. Bem na esquina, tinha o bar do Nino Soranso e o comando da revolução ficava lá em cima e gritavam ‘*esse bicho aí que está com nossa espingarda*’, o coitado morria de medo. Mas foi só o que nós fizemos (Jornal de Beltrão, 05/03/2008, p. 12).

Apesar de não deixar claro onde se deu esse episódio ou o nome do jagunço, a narrativa de Nesi é interessante para compreendermos um pouco melhor como se dava essa prática. Além disso, reforça as informações, presentes em outros trabalhos, sobre os agrupamentos de jagunços em acampamentos, ao mesmo tempo em que indica - pela presença de apenas um sujeito no acampamento - uma desmobilização/fuga dos jagunços frente ao movimento dos posseiros.

Outro episódio de captura de jagunços, nesse mesmo cenário, que podemos trazer aqui e que possui uma maior profundidade, pois é narrado por ao menos três pessoas, é o da captura do jagunço “Chapéu de Couro” ou “Pé de Chumbo”⁵². José Santolin, que trabalhava com pinheiros com seu irmão, na região de Francisco Beltrão, fala brevemente dessa captura.

E eu tava guarnecendo a entrada da Vila Nova. Eu tinha um grupo de 30, armados. De repente, no Hotel Cruzeiro tava um tal de Pé-de-Chumbo, ele pulou em cima de um sobrado e foi aqui no colégio, ele atirava com dois 38 assim, e saiu correndo pela invernada do Faedo e lá na sanga um dos nossos apanhou ele. E nós tava em 30 já armado, queria sair (Jornal de Beltrão, 06/07/2007, p. 14).

A continuidade desse episódio é narrada por Agenor de Almeida, comerciante, e Sérgio Dalla Vecchia, posseiro. Apesar de ambos se referirem a esse jagunço como sendo o “Chapéu de Couro” – e não o “Pé de Chumbo”, como havia dito José Santolin – frente à complementaridade das narrativas, o que parece ter ocorrido é apenas uma confusão entre os nomes/apelidos, de um ou outro lado.

Quando da tomada da cidade de Francisco Beltrão, Agenor diz o seguinte:

E os chamados jagunços vieram tiroteando, cruzaram bem ali atrás do Colégio Nossa Senhora da Glória, ali tinha o potreiro do Faedo. Nós fizemo uma cerca e um jagunço entrou por baixo da cerca e o Savenhago deu um tiro, pegou na barriga do jagunço, e ele assim mesmo levantou e se mandou. Estava o Sérgio Dala Vecchia atrás de uma árvore com uma 16, e botou aquela 16 no peito dele, e daí foi preso, levaram lá para a policlínica (Jornal de Beltrão, 05/03/2008, p. 12).

⁵² Há narrativas de posseiros/colonos falando que não conheciam pessoalmente determinados jagunços, não sabiam seus rostos - apesar de conhecerem muito bem seus feitos. Ao considerarmos isso, se torna um pouco menos estranho essa confusão entre os nomes - apelidos - desses jagunços.

Como a complementar as narrativas de José e de Agenor, Sérgio conclui a história da captura da seguinte forma:

Eu fui escalado pra ficar de plantão atrás do Liston, aqui no alto. E nesse meio tempo veio o pessoal que estava no interior, o pessoal da companhia, e os companheiros que estavam na nossa turma começaram a prender os caras e entregar pro Exército. Era tudo entregue lá no pavilhão da Cango. Dali a pouco eu escutei uns tiros na ponte, aonde que tirotearam esse tal de Chapéu de Couro. Escutei os tiros, fiquei na minha. Naquilo o Elson Daniel subiu numa picada, em cima de um animal, batendo com as mãos e fazendo sinal pra eu entrar no mato. Eu entrei, achei uma árvore caída, um buraco, me abaixei e fiquei ali. Numa dessas o Chapéu de Couro me pulou na frente, e eu segurei ele com o revólver. JdB: Ele estava armado? Sérgio: Ele estava sem arma. Eu segurei, e ele 'não, pelo amor de Deus, não me mate!', levantou as mãos e eu fui segurando e falando 'não se mexa, se tu se mexer, tu morre'. Aí tudo bem, gritei com os companheiros que vinham correndo atrás dele 'o homem está aqui! O homem está aqui!' (Jornal de Beltrão, 25/03/2008, p. 10).

Nota-se, com essas narrativas, a intensidade, a dimensão e as dinâmicas dessas práticas. Destaca-se também o emprego de armas de fogo, bem como as trocas de tiros em todo esse processo.

É verdade que há pessoas que também dizem que não houve tiros durante as tomadas das cidades - muito embora isso pareça pouco provável considerando-se o todo - como é o caso de Jairo Graminho de Oliveira, posseiro da região de Francisco Beltrão, que participou do movimento e afirma o seguinte:

Não, não teve tiro nenhum. O que aconteceu foi o seguinte, ali por volta das 10 horas da manhã, no dia - se não me engano, 10 de outubro, não tenho certeza - , a gente se reuniu e fomos, tinha três escritórios das companhias, tiramos todas coisas pra rua, quebramos o maquinário, queimamos o que pudemos queimar, na rua, não as casas, e agente prendeu um pessoal das companhias e levamos tudo pro exército, um dia ou dois depois, mandou eles pra Curitiba (Jornal de Beltrão, 06/08/2008, p. 09).

Talvez as fontes que mais informações apresentam sobre as capturas dos jagunços sejam as entrevistas - colhidas por Ruy Wachowicz em 1978 - com Jácomo Trento, o "Porto Alegre", e Virgílio Pedro Carbonera, comerciante e taxista, respectivamente, na região de Pato Branco. Afinal, eles foram pessoas que se empenharam intensamente nessa prática durante a Revolta. Na entrevista de Jácomo Trento, por exemplo, consta a informação de que essas buscas e capturas dos jagunços foram levadas a cabo pelos posseiros juntamente com forças oficiais.

Com condução e com o apoio desse coronel, que na hora aderiu a nós [major João Machado], ele achou que nós saíssemos com umas 15 ou 20 polícia dentro dos caminhões e que com estes policiais nós faríamos o ataque aos jagunços e que eu e os meus companheiros civis, sem prática de, de efetuar prisões de jagunços, assim,

que é uma coisa muito rara, que aconteceu meia dúzia de caso desse no país, nós iríamos entrar em tocaia dos jagunços e ficaríamos ralados (TRENTO, Jácomo. Entrevista. Pato Branco, 1978. Concedida a Ruy Wachowicz, em sua residência, no dia 17/12/1978).

É possível, com isso, compreender mais uma camada da atuação das forças oficiais que, durante tanto tempo, nada fizeram em prol dos posseiros e agora os ajudava - assim como aos jagunços, pois impediam casos de linchamentos, agressões e assassinatos, destes por posseiros. Assim, reforçando uma questão que já havíamos pontuado, a atuação desses policiais se deu muito mais no sentido de salvaguardar jagunços e demais funcionários das Companhias. Isso sendo válido tanto para os casos anteriormente abordados, quando eles apenas recebiam os jagunços e demais funcionários nos quartéis e outros locais para protegê-los, quanto agora, frente à informação apresentada por “Porto Alegre” de que eles também atuaram na captura de jagunços.

Essas entrevistas são importantes também, pois trazem alguns números a respeito dos jagunços. Nesse sentido, Virgílio Carbonera diz que “pegamos 34 no primeiro dia/ ‘34 jagunços?’, Jagunços. E no segundo dia descemos lá e pegamos mais 3, são 37, e os outros se entregaram e os outros se entregaram no Batalhão de Fronteira, em Beltrão, e pediram garantia no Exército, que o Exército garantisse a vida deles” (CARBONERA, Virgílio Pedro. Entrevista gravada realizada por Ruy Wachowicz em Curitiba em 17 dez. 1978).

Jácomo Trento, confirma essa cifra de cerca de trinta jagunços capturados nos primeiros dias das buscas e chega a dizer que por todo o Sudoeste deveria haver até 800 jagunços. Essas cifras, contudo, são muito difíceis de se confirmar⁵³. Seja como for, os momentos das tomadas das cidades, primeiro na faixa de Fronteira, depois em Pato Branco e Francisco Beltrão, foram marcados por uma intensa movimentação e desmobilização, seguida de fugas, busca por auxílio e prisões de um número significativo de jagunços.

Se os aprisionamentos dos jagunços, primeiro em locais mais precários e depois nos quartéis e/ou delegacias - ou diretamente nesses locais, para aqueles que ali buscaram refúgio - ainda no Sudoeste, são relativamente compreensíveis e bem documentados, a partir do momento em que deixaram a região, se torna quase impossível saber o que de fato lhes ocorreu. Temos, todavia, algumas indicações. A primeira delas quem nos fornece é, novamente, “Porto Alegre” que, ao ser questionado por Ruy Wachowicz sobre o que teria acontecido com os jagunços aprisionados, responde o seguinte:

⁵³ Muito embora o número de 800 nos pareça exagerado, não parece improvável que se passasse da centena de sujeitos.

Esses jagunços, após nós efetuarmos essas prisões que coube ao nosso cargo aqui nesta região de, da comarca de Pato Branco, que abrangia vários municípios, é, foram entregues ao batalhão de fronteira, sediado em Francisco Beltrão, e lá, em Francisco Beltrão, também tinha sido efetuado várias prisões e uma grande parte, eu acho que uns 200 jagunços, mais ou menos, foram pedir garantia de vida através do chefe deles, que era o Lino Marchetti, eles foram pedir garantia de vida no quartel, então, o quartel deu garantia de vida. Então ficando, o quartel de Francisco Beltrão, ficou com 260 ou 270 jagunços aquartelados, aonde esses jagunços acharam que tinham que entregar à polícia civil. Então como eles concederam essa? Entrega à polícia civil?, eles aquartelaram eles em uma caravana de veículos; trouxeram eles até União da Vitória, entregaram pro Exército em União da Vitória e o Exército em União da Vitória pegou esses jagunços e trouxeram aqui em Curitiba, entregaram pra polícia civil. Aqui entregues à polícia civil, no dia foram todos recolhidos ao xadrez, penitenciária do Ahú, não sei se, naquele tempo, penitenciária do estado, não sei se é Piraquara ou Ahú, e, porque nós mesmos lá também não tínhamos condições de segurar essa gente presa, né, e... nós achamos que por aí tinha encerrado e essa etapa e que esta gente não ia sair da cadeia tão logo. Mas pra surpresa nossa, logo em seguida, a gente ficou sabendo que saiu um aqui, outro ali, outro ali, todos foram soltos. E o negócio depois o governo do Lupion se dedicou mais a perseguir os que estavam na liderança deste movimento do que se incomodar com os próprios jagunços (TRENTO, Jácomo. Entrevista. Pato Branco, 1978. Concedida a Ruy Wachowicz, em sua residência, no dia 17/12/1978).

Independentemente das informações sobre os jagunços terem sido soltos de penitenciárias, por Lupion e/ou pessoas ligadas a ele, estarem ou não corretas, parece-nos muito plausível que num contexto de “mercado de terras”, profundamente marcante no Paraná daqueles tempos, sujeitos como os jagunços - que atuavam em prol desses grandes proprietários nessas dinâmicas e que justamente por isso possuíam informações e conhecimentos que poderiam prejudicar esses mesmos poderosos -, fossem resguardados, para se manter essas práticas e proteger esses interesses. Dessa forma, poderia realmente não ser interessante a esses grupos aprisionar “mão de obra” a eles tão caras. Tudo isso trata-se, no entanto, de hipóteses, já que não possuímos fontes para esclarecer tais questões.

Outra indicação que temos nesse sentido, agora referente a um espaçamento temporal maior e, ao menos a princípio, desvinculado da questão de terras e dos embates que a orbitam, encontra-se no livro de Rubens da Silva Martins (1986). O autor, em sua postura de deslegitimação do movimento de 1957⁵⁴, busca refutar as afirmações do então senador Othon Maeder acerca das violências do período⁵⁵. Nesse panorama, dentre outras questões, Martins trata das mortes, posteriores e violentas, de alguns sujeitos associados às Companhias, dos

⁵⁴ Em trabalho anterior (GOUVEIA, 2019) fizemos as análises acerca dos motivos e dinâmicas que orbitam essa postura de Martins.

⁵⁵ Também no jornal de Beltrão foram publicados trechos dessa parte do livro de Rubens Martins. (Jornal de Beltrão, 01/02/2008, s/p).

quais destacamos Amado Rosa e Abetino Silveira - que são apontados por Maeder como sendo jagunços.

Segundo Martins “dos relacionados [por Maeder como sendo os culpados pelas violências no Sudoeste], tiveram morte violenta: Abetino Silveira, linchado em Francisco Beltrão com a participação da Polícia Militar do Estado, no primeiro Governo Ney Braga⁵⁶, após matar num entrevero, um soldado da PM local” (MARTINS, p. 438). Pouco depois, afirma que “outro cidadão arrolado no referido "Balanço", Amado Rosa, foi morto a tiros por seus desafetos, alguns anos depois” (MARTINS, p. 438). Ambos, Abetino e Amado, constam na lista de Maeder - como em outras fontes - como jagunços. Apesar disso, Martins nega completamente essas informações.

O que nos interessa aqui, porém, é apontar que dois jagunços permaneceram ou voltaram ao Sudoeste depois da Revolta de 1957. Ali, por motivos e questões específicas que não podemos acessar, foram mortos. Entendemos que, se esses casos apresentados por Martins forem verdadeiros, não seria absurdo pensar que tais assassinatos tenham, efetivamente, ocorrido em decorrência do acerto de contas entre posseiros e esses jagunços pela atuação destes em 1957⁵⁷. Acertos de contas entre os próprios jagunços, envolvendo ou não as Companhias, também são uma possibilidade.

Na verdade, por mais estranho que possa parecer inicialmente, a própria distinção entre posseiros e jagunços, pode se mostrar uma questão bem mais complexa. Este é um ponto que vem demandando análise desde o início deste capítulo, quando trouxemos a afirmação de Ivo Pegoraro de que “todas as pessoas ligadas às companhias de terras passaram a ser chamadas de jagunços” (Jornal de Beltrão, 11/01/2008, s/p). Ao trabalharmos com as narrativas dos posseiros essa “confusão” parece se referir a uma distinção provavelmente mais tênue acerca de quem era jagunço no Sudoeste do Paraná em 1957; ou melhor, a respeito de quem era considerado jagunço.

Na bibliografia clássica sobre a Revolta (WACHOWICZ, 1985; LAZIER, 1986; GOMES, 1987) já encontramos indicações neste sentido. Em praticamente todas as obras sobre a Revolta de 1957 aborda-se a derrubada do obelisco de Júlio Assis Cavalheiro, um posseiro que é considerado o grande pioneiro do Sudoeste, bem como a apropriação de um significativo

⁵⁶ A menção, quase arbitrária, ao então governador do Estado do Paraná, Ney Braga, do Partido Democrata Cristão (PDC) e que havia substituído Moisés Lupion, do Partido Social Democrático (PSD), sendo este o grupo político de Martins - que o mesmo busca limpar a imagem depois da Revolta - dá bons indícios da centralidade da leitura político-partidária de Martins sobre o movimento de 1957.

⁵⁷ Isso, todavia, além de ser apenas uma possibilidade e especulação frente à ausência de fontes, não deve ser compreendido - como o queria Martins - como uma binaridade entre agentes da revolta de 1957 como vilões e os partidários do PSD/companhias como vítimas.

número de reses de sua propriedade durante a tomada de Francisco Beltrão. Cavalheiro atuou como funcionário da CITLA e precisou se esconder durante o levante. Possesores como ele, que tinham certa simpatia e relações com as Companhias ou que atuavam de alguma forma para elas, foram chamados de jagunços durante a Revolta e precisaram se esconder.

Devemos compreender, então, o jagunço da Revolta do Sudoeste em dois âmbitos ou camadas. A primeira se refere a uma perspectiva mais pragmática, concreta e material, na qual o jagunço era o sujeito que cometia as violências diretas contra os posseiros. “Chapéu de Couro”, “Maringá” e “44” são alguns dos principais exemplos. A segunda camada, por sua vez, ganha um caráter discursivo mais forte. O termo jagunço, nesse cenário, passa a se referir não apenas ao sujeito que praticava as violências diretas, passa a ser também uma “categoria de acusação” (VELHO, 1981). Neste sentido, diversos sujeitos foram chamados de jagunços, em situações específicas. Os funcionários burocráticos das Companhias, que não praticavam as violências diretas contra os posseiros, podiam ser chamados de jagunços; os posseiros que atuavam com as Companhias ou que eram simpáticos em relação a elas, como Júlio Assis Cavalheiro, podiam ser chamados de jagunços. Essas nomenclaturas variavam de acordo com o momento e o local. É seguro afirmar, todavia, que foi durante a Revolta, especialmente durante as tomadas das cidades e as capturas dos jagunços, que essa dinâmica se deu de modo mais intenso.

Em diversas narrativas de pessoas que vivenciaram e atuaram, mais ou menos diretamente na Revolta, pudemos perceber uma espécie de divisão no movimento de 1957. De um lado, um grupo moderado, que não queria o embate direto, que apenas queria prender os jagunços e tirá-los da região. Do outro lado, aqueles que não estavam satisfeitos com a simples prisão dos jagunços; que queriam agredir, matar, vingando-se dos sujeitos que tanta violência haviam lhes imposto.

Nas palavras do Jornal de Beltrão, na introdução da entrevista com o então comerciante Delvino Donatti, afirma-se que “um grande trabalho, difícil até de avaliar, foi feito pela comissão de lideranças que estava mais atenta no que poderia acontecer de pior e não na expulsão das companhias, que seria questão de tempo. Os colonos estavam ‘envenenados’, queriam o confronto com os jagunços. A comissão queria evitar derramamento de sangue” (Jornal de Beltrão, 19/09/2007, p. 12).

Nesta mesma entrevista, Donatti, que foi um dos sujeitos que atuou no sentido de conter as investidas desse grupo mais radical do movimento, afirma que “tinha homens que queriam avançar em nós, *chamava nós de jagunços* [grifo nosso], queriam porque queriam, estavam tudo envenenado” (Jornal de Beltrão, 19/09/2007, p. 12). De imediato, essa narrativa

- exposta aqui nas palavras de Donatti, mas que encontra respaldo em outras - coloca em xeque afirmativas como a de Ivo Thomazoni, em entrevista a Wachowicz, de que o movimento foi o mais ordeiro e civilizado. Percebe-se, portanto, que houveram disputas, tensões e divergências internas ao movimento. Muito embora nosso objetivo aqui não seja propriamente debater essas narrativas acerca da Revolta, consideramos importante pontuar essas questões, pois com elas podemos desmistificar elementos como a completa organicidade da tomada das cidades⁵⁸ ou a ausência de tensões internas ao movimento, bem como sua completa civilidade em um sentido quase moralista.

Voltando ao nosso objeto central, o jagunço, esse debate também é importante pois demonstra como o termo jagunço foi usado para definir inimigos, para acusar e se diferenciar. Para os posseiros “envenenados⁵⁹”, os posseiros que impediam o embate direto durante a tomada das cidades eram jagunços, pois estavam apenas prendendo aqueles que eram os jagunços de fato e não enfrentando-os diretamente, eliminando-os. Ou seja, a depender das divergências, mesmo dentre os sujeitos que haviam se levantando contra as Companhias, o termo jagunço podia ser empregado.

De forma semelhante, posseiros, bem como suas famílias, que não participaram do movimento e aqueles que haviam se envolvido com as Companhias, podiam ser vistos como jagunços durante a Revolta.

Amélia Fachinello Vettorello, moradora da cidade de Francisco Beltrão, diz que um parente seu estava “do lado das companhias, mas no final ele correu” (Jornal de Beltrão, 05/10/2007, p. 07). Por esse envolvimento, o referido parente, Adelino, era considerado um jagunço, logo, Amélia e as pessoas próximas eram a família do jagunço. E assim, por medo dos posseiros, durante a tomada da cidade, ela e a família se esconderam. Trata-se, portanto, da mesma situação de Júlio Assis Cavalheiro, dentre outros casos.

O quão do “lado das companhias” essas pessoas estavam, ou seja, quais ações realizaram, é difícil dizer. O que queremos destacar aqui é o emprego do termo jagunço para pessoas que, pragmaticamente, não o eram. O termo jagunço acaba se tornando uma espécie de “categoria de acusação” (VELHO, 1981). Ou seja, o jagunço é sempre o *outro*⁶⁰, logo, diferente e oposto ao *eu*. Dessa forma, acusar determinada pessoa de jagunço cumpre a função

⁵⁸ O posseiro da região de Santo Antônio do Sudoeste, Orlando Lemes da Rosa, por exemplo, diz que “Por decreto, todo Sudoeste tinha que participar” (Jornal de Beltrão, 28/03/2008, p. 12).

⁵⁹ Segundo Delvino Donatti, 95% dos posseiros/colonos eram ordeiros, restando, portanto, 5% como “envenenados” (Jornal de Beltrão, 20/09/2007, p. 10).

⁶⁰ Muito embora se trate de uma dinâmica diferente de *eu/outro* da que já abordamos acerca do discurso padrão dos posseiros/colonos sobre os jagunços e suas definições e construção de identidade nisso pautadas.

de afastamento e diferenciação para com ela - mesmo que momentaneamente. O fato de que muitos posseiros, durante a Revolta, não assumiram uma postura de reação violenta frente aos jagunços traçou, naquele momento, uma linha de fronteira entre eles e os posseiros que defendiam essa reação violenta; uma linha de fronteira traçada por estes. Diferentemente do que ocorre com as categorias de acusação trabalhadas por Velho - o “drogado” e o “subversivo” - todavia, não há, neste caso da atribuição da categoria de jagunço a pessoas que não o eram, a presença de uma totalização. Ou seja, não está presente neste caso a atribuição de características estanques e muito bem circunscritas - opostas às de quem acusa - que definem totalmente o acusado. Afinal, essas pessoas também eram posseiras. Na verdade, o que ocorre nesses casos é a associação dessas pessoas aos jagunços como forma de desmoralizá-las, ofendê-las, talvez justificar agressões, etc, num momento de tensão interna do movimento. Por outro lado, a figura à qual elas estão sendo associadas, o jagunço de fato, ele sim, é um sujeito totalizado na narrativa dos posseiros, como o violento, que não trabalha, *o outro*, o “nortista”, logo, o diferente que pode ser eliminado. Ao longo deste trabalho, entretanto, diversos casos e elementos que mostram como esta totalização é frágil, têm se apresentando.

Por fim, esse debate é importante para analisarmos elementos particulares que aparecem nas fontes, a saber, as famílias dos jagunços. Novamente citamos aqui Delvino Donatti. Segundo ele, o Exército, a pedido das lideranças moderadas do movimento, escoltou os “bandidos, mulheres e crianças” para fora da região, quando “foram expulsos até Palmas” (Jornal de Beltrão, 19/09/2007, p. 12). Pode ser que essa fala de Donatti se refira, efetivamente, aos jagunços propriamente ditos, ou seja, aos sujeitos que efetivamente praticavam as violências contra os posseiros. Muito embora não tenhamos fontes conclusivas a respeito da formação de famílias dentre estes sujeitos no contexto específico da Revolta do Sudoeste, sabemos que eles podiam ter origem no próprio Sudoeste, tendo ali família. De modo geral, no entanto, quando essas narrativas se referem a famílias de jagunços, entendemos que devemos pensar, mais seguramente, em casos como o de Júlio Assis Cavalheiro e de Amélia Vettorello.

2.3 AS VOZES DOS JAGUNÇOS

Como pontuado em momentos anteriores, basicamente não há documentos que tragam a voz dos jagunços que atuaram no Sudoeste do Paraná em 1957. A seguir, vamos trabalhar com os dois documentos que temos acesso que trazem essa voz. O primeiro referente a Vilmar Pereira e o segundo referente a Lourenço José da Costa. Em ambas as análises o próprio

conceito de jagunços, de acordo com elementos já trabalhados, estará em questão; dentre outros fatores pertinentes.

2.3.1 VILMAR PEREIRA

Em outro trecho da já referida reportagem d'*O Cruzeiro*, reproduzida no Jornal de Beltrão, quando da chegada da equipe ao Sudoeste, dizem que ouviram diversos posseiros e que todos afirmavam terem sido violentados e pressionados pelas Companhias, inclusive acusando diretamente Vilmar Pereira. Na sequência a revista diz ser necessário ouvir também o outro lado. Introduzem, então, Vilmar Pereira, que dizem terem encontrado “no hospital de Rio Claro, baleado” (Jornal de Beltrão, 14/07/2007, p. 13). O que se segue são as palavras de Vilmar, reproduzidas n'*O Cruzeiro*:

Sou funcionário da ‘Apucarana’, uma das companhias colonizadoras. Nós nunca ameaçamos os colonos. Oferecíamos as terras para eles, e lhes dizíamos que, caso não pagassem, teriam que se mudar, pois elas não lhes pertenciam. Tudo que eles contam é mentira. Eu e meus companheiros desafiamos a que nos mostrem uma pessoa que tenha sofrido em nossas mãos. Falam em moças violentadas. Onde estão elas? Onde os que foram espancados? E do nosso lado? Veja o meu caso. Certo dia, vinha pela estrada com o gerente da companhia, o Arlindo da Silva, e mais um companheiro, quando recebemos vários tiros de posseiros tocados no mato. O Arlindo morreu, eu fui baleado no braço, mas consegui fugir e o outro companheiro, mais feliz, não sofreu nada. E tem mais: há dez dias não vejo meus filhos, pois não posso sair do hospital, já que estou ameaçado de morte. Soube que os que me atacaram invadiram minha casa e roubaram tudo o que eu tinha. E nós é que somos os ladrões... (Jornal de Beltrão, 14/07/2007, p. 13).

Conforme trabalhamos anteriormente acerca do uso do termo jagunço para pessoas que não necessariamente eram jagunços, é possível que Vilmar não fosse esse sujeito da violência direta; portanto, podia não ser propriamente um jagunço. Ele afirma que é apenas um funcionário da Apucarana que foi vítima dos posseiros.

Se ainda há considerável espaço de debate acerca do emprego de violência direta por parte da CITLA⁶¹, o mesmo não é válido para a Comercial e a Apucarana. Dessa forma, mesmo que Vilmar não fosse propriamente um jagunço, a afirmação de que a Apucarana nada fazia aos posseiros ou é fruto de ignorância completa das ações da empresa onde trabalhava - o que é muito pouco provável - ou é um recurso discursivo para negar esses casos e se colocar como vítima e não como agente conivente ou agressor.

⁶¹ Há diversas narrativas de posseiros afirmando que a CITLA não empregava violências por meio de jagunços, como de fato faziam a Comercial e a Apucarana.

É possível perceber elementos, em sua fala, que indicam fortemente para sua atuação no sentido de pressionar e ameaçar os posseiros a saírem de suas terras. Isso, como sabemos, era a principal atividade dos jagunços no Sudoeste.

Ao cruzarmos essas informações com as presentes em outras fontes, bem como com a bibliografia e o cenário do Sudoeste daqueles dias, essa questão vai se tornando mais clara. No rol de culpados apresentado por Othon Maeder, de seu discurso ao Senado, feito nos dias 06 e 09 de dezembro de 1957, intitulado “A rebelião agrária no Sudoeste do Paraná em 1957”, consta o nome de “Vilmar Pereira de Mello, de Capanema, jagunço”.

Ao abordar “os primeiros conflitos com os liderados de Pedro Santin” (1985, p. 215) Ruy Wachowicz trata, justamente, dos acontecimentos na região de Capanema, envolvendo a Apucarana e as primeiras reações de posseiros. Foi nesse cenário que Vilmar foi baleado que ocorreu a Tocaia do KM 17 e que passou a ser realizada a cobertura midiática do que ocorria no Sudoeste. Um dos eventos destacados por Wachowicz é o seguinte: “c - no dia 6 de setembro, o gerente da Apucarana, de Lageado Grande, Arlindo da Silva, foi morto numa *espera*, resultando ferimentos em Vilmar Pereira de Melo, seu guarda costas” (1985, p. 216). Sabemos que a atividade de “guarda costas” dos gerentes das Companhias também era desempenhada pelos jagunços naquele contexto. Somando-se isto a todos os elementos anteriormente abordados, se mostra difícil negar que Vilmar fosse, de fato, um jagunço.

Sendo assim, sua fala se torna ainda mais significativa ao considerarmos a presença de sua família. Seria este apenas uma estratégia discursiva de acordo com a proposta de se colocar na condição de vítima? Teria de fato Vilmar uma família no Sudoeste? Teria ele sido um posseiro que foi cooptado e se tornou jagunço? Se sim, seria natural que ele tivesse família na região. Infelizmente as fontes das quais dispomos no momento não nos dão respostas acerca disso. Consideramos, contudo, que esta última possibilidade seja muito plausível ao se levar em conta tudo o que foi exposto até o momento.

2.3.2 LOURENÇO JOSÉ DA COSTA, O “MARINGÁ”

A outra fonte por meio da qual temos acesso a essa voz - muito intermediada, como veremos - e agora com a certeza desde o início a respeito do sujeito ser efetivamente um jagunço, é o depoimento colhido de Lourenço José da Costa, o “Maringá” (Têrmo de declarações prestadas por Lourenço José da Costa (“Maringá”) 22 de outubro de 1957, 03p).

No mesmo rol de culpados apresentado por Othon Maeder, “Maringá” consta como “Lourenço José da Costa, inspetor policial do lugar Costa do Rio Iguaçu, município de

Francisco Beltrão, e jagunço”; não consta o apelido “Maringá”. Sobre sua prisão citamos um importante trecho da entrevista de Ruy Wachowicz com Carbonera:

Quinze dias após o dia do levante, quinze dia após, nós recebemos uma informação que existia o chefe dos jagunços, entrosado no mato, com o apelido de Maringá e que seria aquele que comandava todo o banditismo contra os colonos, né, no sudoeste, e nomeado pelo chefe da companhia como o mandatário de tudo quanto era crime quando era pra liquidar um chefe de família, um colono, né. Então, nós pegamos um carro de propriedade do Jácomo Trento, né, Jácomo Trento, o Porto alegre, e descemos; chegamos em Dois Vizinhos e eles disseram que ele estava nas Canoas, nas Canoas. Fomos nas Canoas, fomos na casa de um tal de Divino Lorenzi (?) e daí ele informou melhor, daí ele chamou um vizinho dele, chamado-se “mexicano” (?). E daí fomos indo, descemos até a barra do Jaracatiá com o Iguaçu, quando chegamos na barra do Jaracatiá com o Iguaçu, chegamos aonde tinha sete ou oito colonos reunidos, né, num barraco. E nós chegamos lá e perguntamos o que eles estavam fazendo lá e disseram que era afim de prender o resto dos jagunço e o chefe dos jagunços, que era o Maringá, que tava lá naquela região, né, entrosado no mato e.. com mais quatro, não é/ [...] (CARBONERA, Virgílio Pedro. Entrevista gravada realizada por Ruy Wachowicz em Curitiba em 17 dez. 1978).

Entende-se, a partir dessa fala, que o movimento de captura dos jagunços quando da Revolta não foi totalmente bem sucedido, ou melhor, que os posseiros não conseguiram efetuar a captura de todos aqueles homens; restaram alguns, como foi o caso de “Maringá”. Além disso, a mobilização para as capturas, se manteve - certamente de outras formas - como a presença dos demais colonos, na fala de Carbonera, indica. Ele continua:

E daí, quando nós subimos o, esse Maringá se embrenhou no mato, não é, mas os colonos cercaram de um lado e nós cercamos pro outro. Quando ele viu que ia ser preso mesmo ele foi e se entregou na casa, se entregou para um filho de um colono; ele tirou o cinturão de balas que ele tinha, com 40 balas cruzadas e um [...]. Na cintura. É, ele tinha 40 balas cruzadas e um revólver Taurus 38, não é, e mais outra arma que deu certo aquela ele jogou fora, né, mas se via que ele carregava duas armas. E se entregou, então daí nós chegamos lá e ele tava, né, os colonos entregaram pra nós porque eles queriam ficar pra matar, mas nós pedimos pra não, pra não matar, né, porque ele foi, nós, ele se entregou no meio de um, assim, nos fumo brabo, sabe aqueles fumo brabo, roça uma roça e depois de deixar só cresce fumo brabo e ali não dava mais pra ele fugir, né, ficava muito trancado, ele tava todo rasgado quando nós pegamos ele, né, mas ele não queria ficar com os colono, ele queria vir com nós, porque com os colono ele ia morrer, né, quando nós pedimos pra não matar eles não mataram, daí entregaram pra nós, porque ele ia morrer lá com eles, né, porque tinha um negrinho lá que uns pouco de dias antes entraram lá na casa dele em quatro desses animal e pegaram a mulher dele e fizeram o que quiseram lá, né, quase mataram a mulher e ele tava na roça trabalhando e quando voltou é... justamente ele viu aquilo e quando nós descemos ele veio procurar nós, né, então ele queria uma arma de qualquer maneira e nós não demos pra não sair a chacina porque então nesses casos nós não tinha quem, e nós, o nosso interesse tinha que trazer esse homem pra Pato Branco pra dar depoimento porque ele era o maior, o que sabia de tudo os crime da companhia era ele, não é, porque esse crime da família do Saldanha que ele tinha feito fazia uns oito dia (CARBONERA, Virgílio Pedro. Entrevista gravada realizada por Ruy Wachowicz em Curitiba em 17 dez. 1978).

Novamente está presente aquela divisão do movimento, conforme já pontuamos, entre os que queriam apenas prender os jagunços e os que desejavam se vingar. Aqui, podemos perceber a associação daqueles especialmente com agentes urbanos - como o eram o “Porto Alegre” e Carbonera - e os posseiros do campo, ou colonos, que queriam a morte dos jagunços. As próprias palavras, os verbos, usados por Carbonera - “ele queria vir com nós, porque com os colonos ele ia morrer” -, reforçam essa leitura⁶².

Tendo sido realizada essa prisão foi colhido o depoimento de “Maringá”, datado de 22 de outubro de 1957, em Pato Branco, sendo José Meger o juiz e Dorvalino Cerutti o escrivão. “Maringá” é apresentado como “Lourenço José da Costa, vulgo ‘Maringá’, brasileiro, solteiro, com 29 anos de idade, lavrador, filho de Benedito Lourenço da Costa e Maria José de Jesus, natural de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, residente e domiciliado na Costa do Rio Iguaçu, neste Estado, no município de Francisco Beltrão” (Têrmo de declarações prestadas por Lourenço José da Costa (“Maringá”) 22 de outubro de 1957, 03p).

Na sequência, encontram-se uma série de informações sobre as atividades exercidas anteriormente por Lourenço, já no Estado do Paraná, na medição de terras e como administrador de glebas. Apresenta-se, com isso, a dúvida a respeito de se a nomeação dessas atividades atuava no sentido de dar um tom eufemístico à atuação de jagunço ou se realmente eram essas as atividades realizadas. Afinal, sabemos que medir as terras, ao menos no contexto da Revolta do Sudoeste, era também uma atuação de jagunços e se relacionava, frequentemente, a práticas violentas. Afinal, mesmo que não contasse com a atuação direta e violenta desses sujeitos, essa ação estava frequentemente relacionada com a lógica do “mercado de terras”, a venda, apropriação ou mesmo expulsão de posseiros. Dessa forma, aventa-se aqui a possibilidade de “Maringá” já ter atuado anteriormente como jagunço.

Lourenço teria chegado à região de Francisco Beltrão em 13 de abril de 1957. No depoimento consta que, muito embora ele próprio não tenha atuado nos episódios do assassinato de Pedrinho Barbeiro e dos confrontos do Verê, ele tinha um profundo conhecimento sobre os casos, indicando nomes, armamentos, etc. Diz também ter conhecimento do caso de espancamento de um posseiro, por João Alves dos Santos e por “Paraíba”, bem como do episódio de uma pessoa assassinada no Rio Santa Rosa, onde foi jogado, amarrado a uma pedra, além do caso de um estupro, cometido por “Pé de Chumbo” e “Chapéu de Couro”.

⁶² Certamente pode-se problematizar possíveis preconceitos com as pessoas do campo naquele contexto, tidas como rudes e violentas. Ou ainda se pensar em um “urbanocentrismo”, inegavelmente presente na construção da narrativa histórica da Revolta, por exemplo.

Passa-se, então, a abordar o caso João Saldanha. “Maringá” diz ter sido procurado por “José de Oliveira, vulgo ‘Chapéu-de-Couro’, um tal de Gaúchinho, um tal de Mato Grosso, um tal de Lapa, José Lucas e um tal de Walter de Tal, todos dizendo serem empregados da Companhia Comercial Agrícola Paraná” (Têrmo de declarações prestadas por Lourenço José da Costa (“Maringá”) 22 de outubro de 1957, 03p), para lhes indicar o caminho para a casa de Manuel Paraguay e João Saldanha. Narra-se, então, os elementos já conhecidos do episódio, do incêndio da casa, da fuga de João Saldanha, da morte do restante da família e do empalamento da criança.

Interessante destacar que nesse caso da família Saldanha, para além de ter indicado o caminho até a casa, o papel desempenhado por “Maringá” é basicamente de observador. Ele, inclusive, descreve-se como recebendo ordens de “Chapéu de Couro”, sendo quase passivo, o que destoava muito das afirmações de que ele era o maior dos jagunços, como pontuou Carbonera acima, acerca da importância de sua prisão - e de como aparece em diversas outras fontes.

Constam, ainda, uma série de acusações de ações conjuntas entre Companhias, jagunços e agentes do Estado, especialmente José Penso, ex-delegado de Francisco Beltrão. O “Têrmo de declarações prestadas por Lourenço José da Costa”, após falar de mais alguns casos de violências, termina em duas páginas e meia, quando “nada mais disse e nem lhe foi perguntado”.

O que nos parece, após a análise deste documento, é que as pessoas que colheram o depoimento de “Maringá”, apresentaram-lhe uma série de episódios de violências, do contexto da Revolta, que eram de seus conhecimentos, com o intuito de que ele os confirmasse e/ou assumisse a responsabilidade.

Todos os jagunços capturados pelos posseiros - juntamente com o Exército - durante a Revolta, foram quase que imediatamente retirados do Sudoeste. Isso impossibilitou que fossem tomados depoimentos, colhidas provas, feitos julgamentos, apontados e nomeados culpados, etc. Dessa forma, teria restado a “Maringá” - preso em um momento posterior em que a situação se encontrava em menor ebulição - a função de congregar os casos de violência, as responsabilidades e as confirmações desses casos sob seu nome?

Dizemos isso não com o intuito de questionar as responsabilidades de “Maringá” no cenário de violência do Sudoeste. Mas sim porque parece pouco provável que ele tenha atuado diretamente em todos os casos de violência daquele contexto. Assim como a ausência do depoimento de outros jagunços impunha essa função a ele.

Outro elemento que devemos considerar na análise desse depoimento encontra-se na seguinte passagem da entrevista com Jácomo Trento:

Este jagunço quando preso, ele, ele acabou dando um depoimento verbal em Dois Vizinhos, que quem tomou o depoimento dele na nossa presença foi esse delegado que nós nomeamos lá, que é o cabo Cigano, este cabo Cigano pegou o depoimento dele. Então ele prometeu de que se nós levássemos ele a Pato Branco vivo, com vida, ele contaria tudo, ele contaria tudo que ele sabia, que ele vivo valia mais pra nós do que morto; contaria a morte do Pedrinho Barbeiro, que ele tinha sido mandado e pago por esses dois elementos, que o senhor Ires Mario Caldart e o Lino Marchetti tinham dado 50 mil cruzeiros naquela época pra ele assassinar aquele vereador; e também tinha recebido 50 mil cruzeiros pra chacina da família Saldanha, pra matar a família Saldanha (TRENTO, Jácomo. Entrevista. Pato Branco, 1978. Concedida a Ruy Wachowicz, em sua residência, no dia 17/12/1978).

De imediato se apresenta aqui a dúvida acerca de quando, onde e por quem foi, efetivamente, colhido o depoimento de “Maringá”. O mais provável é que “Porto Alegre” se refira aqui a declarações anteriores feitas por “Maringá”, antes do Fórum de Pato Branco; e que podem ou não ter servido de base ou sido reproduzidas em partes no documento que hoje temos acesso.

São outras questões que nos interessam mais diretamente aqui, entretanto. “Porto Alegre” diz que “Maringá” contaria de sua atuação nos casos do assassinato de Pedrinho Barbeiro e na chacina da família Saldanha. O que percebemos na análise do depoimento de “Maringá”, contudo, foi uma narrativa na qual ele se coloca muito mais como observador desses fatos. Isso, por sua vez, já se mostra muito compreensível ao pensarmos que dificilmente uma pessoa irá produzir provas contra si mesma.

Por fim, ao dizer que “ele [“Maringá”] prometeu de que se nós levássemos ele a Pato Branco vivo, com vida, ele contaria tudo, ele contaria tudo que ele sabia, que ele vivo valia mais pra nós do que morto”, “Porto Alegre” acaba indicando para uma possível tática de sobrevivência de “Maringá”. Afinal, segundo Carbonera e “Porto Alegre”, posseiros tentaram matar “Maringá” quando ele foi capturado. Não seria estranho supor, assim, que esse clima tenso se manteve por algum tempo e que, portanto, “Maringá” temia por sua vida. Dizer que confessaria tudo pode ter sido um meio de garantir a própria vida.

A fonte histórica que nos apresenta a voz mais direta de um jagunço que atuou no contexto da Revolta do Sudoeste de 1957 a que temos acesso até o momento, portanto, possui uma série de intermediários, bem como é muito direcionada e inserida num momento de tensão. Assim, o depoimento de “Maringá” acaba falando tanto ou mais sobre os posseiros e o momento de produção dessa fonte, do que do jagunço em si.

3 O JAGUNÇO DA REVOLTA DO SUDOESTE PARANAENSE DE 1957: VIOLÊNCIAS

Ruy Wachowicz, tratando dos momentos mais tensos da Revolta, após os confrontos do Verê, elenca algumas das violências cometidas pelos jagunços, que naqueles dias se multiplicaram:

"a - o colono Angelo Faggion, testemunha de uma morte, foi perseguido e vivia escondido no mato; b - Pedro Jacosi teve sua casa invadida pela própria polícia de Pato Branco e com ameaças de morte, recebeu prazo de 30 dias para abandonar a posse; c - Guerino Zanela teve sua casa invadida e as plantações cortadas; d - Afonso da Silva Nechi foi espancado com borrachas e assaltado; e - Vitório de Coll foi roubado pelo sargento Basílio e coagido a cavar sua própria sepultura sob ameaça de arma de fogo; f - Melindo Carbona foi espancado pelo jagunço Pé de Chumbo; g - Angelo Bertoli foi espancado por quatro policiais; h - Francisco Gonçalves foi baleado e surrado na sua própria residência etc (WACHOWICZ, 1985, p. 236)".

Os casos citados de invasões de casas, destruição de plantações, ameaças de morte, coações e perseguições deixam claro, desde já, uma multiplicidade maior dentre as violências cometidas pelos jagunços⁶³ naquele cenário. Há, contudo, um claro destaque para os espancamentos dentre essas violências. Isso ocorre não apenas na obra de Wachowicz, mas nas produções como um todo - juntamente com os casos de assassinato e demais violências físicas.

De fato, esses casos devem ser destacados como o são. Mas devemos também nos atentar para as violências que não se enquadram nessas mais visíveis e físicas. Exemplos inclusive para além dos citados por Wachowicz são possíveis de serem abordados - afinal, os elencados pelo autor mantêm uma centralidade nos aspectos físicos. Podemos, por exemplo, pensar nas violências psicológicas, na incredibilidade das falas e denúncias de posseiros naquele cenário, do medo da "visita" de jagunços, etc. Somente assim é possível compreender a fundo aquele cenário, com as atuações dos jagunços, as resistências a eles, os elementos e o ambiente que de fato levaram ao levante. Destacamos isso pois entendemos que foi a construção de um ambiente de tensão, medos e violências múltiplas e constantes que geraram um cenário a tal ponto insustentável aos posseiros que os fez efetivarem o levante, em seus diversos momentos e diversas frentes.

⁶³ Podemos destacar ainda, retomando debates do capítulo anterior, a presença de agentes do Estado cometendo violências contra posseiros/colonos. Além da leitura que relaciona esses agentes, logo o Estado, com o cenário de violências do Sudoeste, podemos pensar na forma como o autor deixa de fazer distinções claras entre jagunços e agentes do estado como violadores. O termo jagunço parece abarcar, portanto, toda e qualquer pessoa que violentava os posseiros.

Além disso, atentar para essas violências múltiplas é fundamental para não se hierarquizar as violências - e mesmo as resistências - daquele contexto e, conseqüentemente, seus agentes. Luís Fernando Lopes Pereira, por exemplo, chega a afirmar que “a Revolta, para muitas mulheres, caracterizou-se como um período de medo e angústia, mais do que de violência propriamente dita, tal como enfatizava o discurso de Othon Mader” (PEREIRA, 2020, p. 62). Entendemos que - muito embora possa não ter sido a intenção do autor - essa postura acaba por hierarquizar as violências daquele período - ou mesmo desconsiderar violências não físicas como violências concretas. Se de fato as mulheres foram menos violentadas fisicamente do que os homens naquele período - o que parece estar correto, ao menos para casos de espancamentos, esfaqueamentos e tiroteios - isso não significa que elas tenham sofrido menos violências. Por outro lado, parece plausível que as pessoas daquele contexto, os homens, posseiros e mesmo os jagunços, sequer considerassem algo que não fosse minimamente físico como uma violência. O então senador do Paraná pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Othon Mader, que durante os eventos foi um incisivo crítico do que ocorria no Sudoeste - muito embora bastante limitado a uma leitura político-partidária - que foi citado por Pereira na passagem acima, possivelmente pensava desta forma ao se referir a essas “violências propriamente ditas”, ou seja, as físicas.

Todo esse debate, ao fim e ao cabo, tem por função evidenciar a importância de olharmos para as diversas formas de violência que ocorreram naquele contexto. Para isso, é claro, deve-se ter uma noção mais ampla de violência. Nesse sentido, nos apropriamos aqui das noções da colonialidade territorial, desenvolvida, dentre outros autores, por Milson Betancourt Santiago.

Essa linha de leitura, em última instância, se trata de uma forma de interpretar o mundo dentro de uma proposta de crítica ao histórico de violências do Norte Global, em âmbito local-global, compreendendo as estruturas de exploração e violências em sua integridade e buscando formas de resistência e reação. Defende-se - dentre outros pontos que não serão operacionalizados aqui - a importância de se compreender as violências em sua multiplicidade de práticas. Segundo Santiago, isso é importante “tanto para pensar su significado e impactos, como para construir escenarios de acción y resistencia civil” (SANTIAGO, 2020 p. 152). Trata-se, portanto, de uma compreensão integral das violências múltiplas praticadas em determinado contexto e inseridas em determinadas lógicas e projetos.

Essa postura resulta na superação de uma compreensão fragmentada de conflitos e suas violências. A elaboração dessa linha de leitura de Santiago é pautada muito mais em aportes da geografia e de acontecimentos presentes do que na história. Suas propostas, ao fim

e ao cabo, atuam no sentido de fortalecer, pela compreensão integral do conflito, as resistências e reações.

Apesar disso, entendemos que podemos pensar nesses termos também questões históricas. Afinal, conforme pontuamos, ao passo que se hierarquiza as violências - considerando-se apenas as físicas como relevantes, por exemplo - isso pode resultar em uma leitura fragmentada de determinado movimento ou conflito, como a Revolta, bem como marginalizar alguns de seus agentes e suas ações/reações.

Frente a isso, o presente capítulo, além de continuar os exercícios focados em pontos pouco desbravados das atuações e relações dos jagunços na Revolta de 1957, terá como uma preocupação central ou mesmo um fio condutor, destacar as violências múltiplas daquele cenário. A tabela a seguir, retirada do trabalho de Santiago, indica alguns exemplos dessas violências múltiplas e, assim, alguns caminhos a seguir e alguns locais para se olhar.

Tabla 1. Dos violencias de la colonialidad territorial en los espacios donde se expande: Violencia directa y violencia-criminalización

	Violencia directa	Violencia-Criminalización
Tipos/ formas	Asesinatos selectivos, asesinatos en manifestaciones, masacres, amenazas, lesiones, persecuciones, secuestros, torturas, intimidaciones, desplazamientos forzados por actores armados o por obras.	Detenciones arbitrarias, estigmatizaciones, ampliación de fueros militares, legislaciones que reprimen o limitan la protesta social, espionaje. Estrategias de debilitamiento/división. Cooptación de los miembros de organizaciones y comunidades por medio del ofrecimiento de empleos, programas sociales, igualmente se mencionaron las acciones de desinformación.
Objetivos	Eliminar, desplazar o presionar a los defensores del territorio y a las comunidades afectadas por los proyectos extractivos.	Hacer creer que la resistencia legítima de las comunidades o defensores del territorio es un acto criminal y por tanto legitimar el reproche social, económico, administrativo y penal.
Agentes	En su mayoría, agentes privados (empresas de seguridad, sicarios, militares y policías que no están en ejercicio de sus funciones legales) bajo la coordinación de las empresas.	En su mayoría, agentes estatales que coordinan acciones judiciales, punitivas, administrativas, extralegales, aunque con un manto de legalidad. Medios de comunicación y otros agentes promineros.

(SANTIAGO, 2020, p. 155).

3.1 O ENFRENTAMENTO DOS JAGUNÇOS PELAS MULHERES

“Enfrentei muitos jagunços até com arma de fogo e nunca tive medo. Eu fui uma mulher de muita coragem, mais coragem que meu marido, não fez o que eu fiz e botei eles a correr também da minha casa’ (Diversina Topanotti)” (ZANELLA; KRAMER, p. 126).

Uma questão pujante em nosso trabalho diz respeito aos embates entre posseiras com os jagunços que, em nosso entender, não são devidamente destacados na bibliografia sobre a Revolta⁶⁴. Afinal, ao passo que se dedica muita atenção às tomadas das cidades e aos grandes episódios de violência⁶⁵, sendo sempre os homens os protagonistas desses momentos, pouca atenção é dada à violência que precedeu e permeou esses momentos, nas quais as mulheres tiveram grande protagonismo. Entendemos que essa marginalização das vozes femininas ocorre devido a uma hierarquização das vozes que são ouvidas (GOUVEIA, 2022). Ao longo do tempo, na produção de conhecimentos sobre a Revolta, construiu-se “testemunhas autorizadas” (POLLAK, 1989), que seriam basicamente os líderes homens e urbanos do movimento. Esse debate toca também na hierarquia dos fatos, pois costuma-se destacar os eventos emblemáticos (KOLING, 2018), como os episódios de violência mais marcantes e as tomadas das cidades, enquanto marginaliza-se o cotidiano e as diversas formas de violência e resistências que nele ocorriam.

No documentário *A Revolta* (2010) temos uma passagem muito simbólica no sentido dessas problematizações. No filme, por volta do minuto 14:00 ocorre a seguinte fala de Margarete Preilipper⁶⁶:

Porque quando o pai tava falando, falando da questão da tia dele, da violência das mulheres; nós fizemos uma pesquisa sobre a participação das mulheres na revolta. E aí assim, ó, quando, não sei qual que é o objetivo de vocês, né, na questão, mas nós fizemos enfocados na participação das mulheres. Então o nosso ponto de entrevista e de pesquisa foi as mulheres. E aí quando falou da, da, falava dessa questão da

⁶⁴ Recentemente houve a publicação de *Movimentos sociais, terra e cidadania nos tempos de JK: estudos sobre a Revolta dos Posseiros no sudoeste paranaense*. (1957) [recurso eletrônico] / Luís Fernando Lopes Pereira -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020., que tem um de seus capítulos dedicado a trabalhar com luta e resistência das mulheres na Revolta de 1957. Ainda assim, entendemos que se trata de um recorte pouquíssimo abordado e que, por isso, demanda ainda mais abordagens.

⁶⁵ Koling (KOLING, 2018), pontua cinco casos de violência centrais/emblemáticos: 1) o assassinato de Pedrinho Barbeiro (p. 148); 2) o confronto do Verê (p. 151); 3) a Tocaia do Km 17 (p. 153); 4) a chacina da família Saldanha (p. 159) e 5) o espancamento das crianças (p. 162).

⁶⁶ Margarete não vivenciou os eventos de 1957, mas é de uma família marcada por eles. Chegou a ser vereadora de Verê, além de atuar em associações e sindicatos da região. O projeto que deu origem ao artigo de José Luiz Zanella e Sílvia Ana Kramer (1997) teve sua participação. Além disso, grande parte de nossa abordagem sobre as mulheres na Revolta foram instigados por suas problematizações.

violência que as mulheres sofreram, na verdade, assim, os homens foram pro mato, na maioria, né, e as mulheres é que ficavam em casa, então as mulheres que enfrentaram essa realidade [grifo nosso], essa questão de se juntarem a noite, né, muitas contavam isso, que elas se juntavam a noite, se juntavam numa casa, enquanto que as crianças dormiam; e daí elas, umas ficavam cuidando das crianças, as outras dormiam. Daí quando essas levantavam as outras iam cuidar das crianças, né. Então, pra se proteger. E nessa questão da violência sexual que as mulheres sofreram, então isso pouco se fala na história, porque as mulheres mesmo, elas nunca contaram essa história, né, elas não contavam essa história porque naquele tempo não se falava sobre isso. Então elas sofriam a violência, ficavam quietas. E quando o pai falou da tia dele que se enforcou, então teve muitas mulheres que passaram por isso né de, de sofrer a violência e não comentar porque também eram elas a, que, repreendidas, porque mulher naquele tempo não falava, não se manifestava, né. (PREILIPPER, Margarete. In: A Revolta. Direção: Aly Muritiba e João Marcelo Gomes. Brasil, DOCTV-PR, 2010. Digital. Disponível em: A Revolta - YouTube. Acesso em 02/06/2022. (14:40-16:08)).

Nota-se nessa passagem o destaque das violências sofridas pelas mulheres na Revolta; frente a isso, as resistências. Margarete evidencia as hierarquias entre as vozes que são ouvidas e aponta para os caminhos que também devem ser trilhados. Façamos, então, uma pequena contribuição nesse sentido.

No já citado artigo de Zanella e Kramer (1997) temos um trabalho pioneiro no sentido de pontuar essas questões. Ao tratarem da “Participação da mulher na Revolta de 1957”, os autores afirmam que “na época em que os jagunços procuravam os homens para forçá-los a vender as terras e estes se refugiavam no mato, as mulheres permaneciam em casa cuidando dos filhos, das plantações e dos animais. Longe ou perto de vizinhos, isoladas no meio do mato, souberam defender a propriedade com coragem e resistência” (ZANELLA; KRAMER, 1997, pp. 123-124).

Um das falas trazidas por Zanella e Kramer (1997) acerca disso é a da posseira Diversina Topanotti, que diz o seguinte:

Bem, os homens se escondiam tudo porque eles não ficavam em casa, porque tinham medo dos jagunços que vinham matá e as mulheres tinham que enfrenta porque tinham os filho; não podia deixá eles levá os filho. Eu trabalhava assim na beira da estrada, do carreiro, levava as criança numa caixinha e eles passavam [jagunços], um tal de Orélio, que judiou de todo mundo, dizia: vai embora mulher boba, para de trabalhar nesta roça, leva estas criança pra casa, isso aí não adianta tu plantá, porque é tudo nosso mesmo. Nós vamo soltá os cavalo pra comer tudo que você plantá aí. E eu mandava que eles viesse. Eu enfrentava eles, eu não tinha medo (Diversina) (ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 124).

Como estamos trabalhando aqui com uma noção de violência múltipla, apesar de não haver, na narrativa de Diversina, um caso de violência física, isso não significa que aquilo não tenha sido um episódio de violência. Afinal, num cenário em que uma família tem sua sobrevivência diretamente dependente do que é produzido na sua terra, uma ameaça direta que

se propõe a destruir essas plantações, ou seja, o meio de sobrevivência da família, tem um peso muito grande; esta talvez seja a violência mais perceptível nessa passagem. O conhecimento, por parte de Diversina, de episódios de violências - físicas ou não - praticadas por estes mesmos sujeitos que a estavam ameaçando à outras pessoas, certamente também tinha um peso enorme sobre ela.

Em uma fala de Damásio dos Santos (Jornal de Beltrão, 28/11/2007, p. 05), temos alguns elementos que reforçam essa leitura. Damásio, que em 1957 tinha seis anos⁶⁷, diz que sua família não recebeu a “visita” dos jagunços. Apesar disso, viviam constantemente com medo da possibilidade de isso acontecer. A partir disso podemos pensar que mesmo as famílias que não foram atingidas direta e fisicamente pelos jagunços, que não receberam suas “visitas”, num cenário em que isso era constante e que o conhecimento sobre as violências por eles praticadas circulava, a simples possibilidade de isso acontecer, resultava em medo e tensão constantes - o que pode ser encarado como uma dinâmica de violência.

Os casos em que mulheres tiveram que enfrentar os jagunços não foram poucos. João Lopes, posseiro da região da Fronteira, narra sobre a postura de sua mãe frente aos jagunços:

A minha mãe era uma mulher velha já, mas era uma mulher que cuidava dos seus interesses e tinha coragem. Se fosse preciso ir pra trincheira ela ia também, de arrasto. Os jagunços chegaram na nossa casa, nós não tava, nós tava recuado. Vieram pra sabê onde é que estavam os homens. Ela diz: “Os homens se retiraram um pouco”. Eles disseram: “Nós vamos entrar aí, ver se eles não estão”. Ela disse: “Não, aqui não entra ninguém”. Calçou o pé na porta, “aqui não entra ninguém, quem manda aqui sou eu e pronto”. Antes disso um pouquinho, o Pedro Santin mandou avisar lá em casa que era pra se cuidar porque os jagunços iam fazer uma vassoura costeando o Lageado Grande pra requisitar as armas e os homens, os revoltosos. Ah, o que que deu? Ah, tão avisado? Tão. Então que venham!. (Jornal de Beltrão, 04/10/2007, p. 10).

Parece ter sido nos dias posteriores aos Confrontos do Verê⁶⁸ em que mais se deram esses casos - ao menos, é sobre esse cenário que a maioria das fontes que relatam essas questões se referem. Nesse recorte se mostra seguro acrescentar o elemento de vingança, por parte dos jagunços, contra os posseiros que participaram dos confrontos. Afinal, segundo Idalina Oening

⁶⁷ A pouca idade de Damásio quando dos eventos relatados (cinco anos), indica que o que ele narra não provém de uma memória própria. Isso pode indicar para uma possível memória herdada, mais do que uma memória direta, o que, por sua vez, aponta para uma leitura feita e transmitida por seus pais. Em outras palavras, entendemos que, sendo uma memória herdada, a presença e agora narração desse medo, reforçam o impacto desse sentimento (o medo) nos pais de Damásio, a ponto de lhe ser transmitida, guardada e novamente externalizada.

⁶⁸ No dia 02 de agosto de 1957, em um cenário já bastante tenso e violento, diversos colonos da região de Verê - então distrito de Pato Branco - se mobilizaram para realizar um “assalto” - é a palavra frequentemente utilizada nas fontes para se referir às investidas armadas de colonos - contra a sede da Companhia Comercial, em dois momentos ao longo do dia. Houve tiroteios e, ao menos, dois colonos morreram, Leopoldo Preilipper e Guilherme Oening. Do lado dos jagunços, não é possível saber ao certo sobre baixas.

(Jornal de Beltrão, 04/08/2007, s/p), posseira da região de Verê, cujo marido foi morto no confronto, havia uma lista negra de posseiros a serem assassinados pelos jagunços, em represália à sua participação nos confrontos.

Nessa conjuntura, mesmo pessoas que não haviam participado dos confrontos também foram perseguidas e violentadas pelos jagunços, conforme relata Zélia Garbossa. Na mesma entrevista de Zélia - posseira da região do Verê, cujo marido, Olivino Garbossa participou dos confrontos - encontram-se muitos dos elementos aqui destacados. Segundo ela, “ao cabo de duas horas ou mais, eles [os maridos] chegaram em casa correndo, e só pegaram a muda de roupa e saíram correndo, com medo que os jagunços vinham atrás” (Jornal de Beltrão, 12/02/2008, p. 07). Percebe-se, então, a estratégia de sobrevivência desses homens ao fugirem e se esconderem dos jagunços.

Ao passo que muitas mulheres e famílias completas também se esconderam, como foi o caso de Zélia - algumas famílias chegaram a sair do Sudoeste - outras tantas acabaram ficando em suas casas e tendo de enfrentar os jagunços que buscavam por seus maridos. Ao falar sobre o velório de Guilherme Oenning - assassinado por jagunços nos Confrontos do Verê -, ela afirma que este “foi enterrado no outro dia, mas só tinha mulher no enterro, porque os homens tinham fugido, todos, de medo dos jagunços”, Zélia reforça essa estratégia de fuga dos homens, ao passo que as mulheres tinham que enfrentar os jagunços.

Em trabalho anterior (GOUVEIA, 2022) nos dedicamos mais propriamente à importância de se estudar a Revolta de 1957 a partir das vozes das mulheres, contrapondo-se assim à marginalização delas ainda dominante e respaldados nos grandes avanços que disso podem advir. Pontuamos, retomando ao trabalho de Eleni Varikas (1994), que a autora “parece apontar para uma direção segundo a qual as mulheres, frequentemente, experienciam de modos diferentes determinados cenários, se comparado aos homens; isso ocorrendo, justamente, como resultado dessas relações [de construção do gênero e suas consequências] e experiências como sendo uma construção” (GOUVEIA, 2022, p. 119).

Os exemplos expostos anteriormente parecem apontar justamente nesse sentido. É seguro afirmar que homens e mulheres experienciaram o contexto da Revolta - e aqui nos restringimos aos seus aspectos relacionados à violência - de modos significativamente diferentes. Os homens eram constantemente perseguidos pelos jagunços para que assinassem os “contratos frios”⁶⁹; se se recusassem eram agredidos ou mesmo mortos. Por isso, era comum

⁶⁹ Forma como os posseiros se referiam aos contratos assinados com as Companhias, devido à falta de segurança jurídica nos procedimentos e às dúvidas acerca da efetividade da propriedade das terras pelas Companhias. Muitas

que - quando conseguiam se informar antecipadamente ou de alguma forma se preparar - fugissem ou se escondessem, em suas próprias casas ou nas matas próximas. Por outro lado, as mulheres que, como afirma Luís Fernando Lopes Pereira (2020), não eram o foco dos jagunços, ou seja, não eram elas quem eles buscavam, nem por isso escapavam de práticas violentas. Nos casos abordados acima essas violências não físicas às quais aquelas mulheres eram submetidas já foram expostas. E mesmo que a grande maioria dos casos de violências físicas tenham ocorrido contra homens, as mulheres, especialmente nesses momentos em que recebiam as “visitas” dos jagunços, também sofreram com isso. Pereira (2020) nos fala do caso de Paula Preilipper - cujo marido foi assassinado por jagunços nos Confrontos do Verê - e que teve que atirar e matar jagunços para se defender. Há, ainda, o emblemático caso da chacina da família Saldanha, no qual após o pai e o filho mais velho fugirem, toda a família foi assassinada.

Podemos finalizar esse debate sobre as experiências diversas entre homens e mulheres, por enquanto, trazendo mais uma passagem da fala de Margarete Preilipper.

Eu fico com raiva da história porque, porque esses assim, o pai e esses outros não falam dos nomes, né. Por exemplo, o seu Luiz Francisco Paggi, que tem uma avenida com o nome dele lá na cidade, ele foi coordenador dos jagunços aqui no Verê; e esse homem foi farmacêutico; e essa mulher que me contou em, em 1997, foi quando nós fizemos a pesquisa, ela disse assim: ‘Ele coordenava os jagunços pra fazer as violências e daí os nossos maridos iam lá buscar remédio pra nós curar’. Né? Então isso, pra mim, revoltou muito, né. (PREILIPPER, Margarete. In: A Revolta. Direção: Aly Muritiba e João Marcelo Gomes. Brasil, DOCTV-PR, 2010. Digital. Disponível em: A Revolta - YouTube. Acesso em 02/06/2022. (16:35-17:08)).

Muito poderia ser discutido a partir dessa fala, uma vez que uma mesma pessoa vender os remédios para aqueles que foram violentados por sujeitos sob o seu comando, definitivamente não é algo trivial. Pode-se pensar no quão intrínsecas eram as violências naquele cenário ou na separação entre público e privado, por exemplo. Só o que queremos destacar, contudo, neste momento, é a profundidade das diferenças entre as formas como as mulheres e os homens experienciaram a Revolta de 1957.

Todo esse cenário, especialmente das “visitas” dos jagunços às mulheres, que poderiam terminar de formas diversas - mas sempre envolvendo algum tipo de violência - acabavam por gerar um ambiente de tensão constante e de escalada de violência. Essa abordagem, portanto, além de destacar a participação das mulheres no movimento de 1957, como protagonista de práticas de resistência, nos permite compreender os eventos daquele

vezes aos contratos assinados à força os posseiros/colonos recebiam como recibo apenas um papel de cigarro com a assinatura do jagunço.

contexto para além da tomada das cidades e dos acontecimentos considerados principais⁷⁰. Afinal, conforme esperamos que tenha ficado claro, tanto as violências quanto as resistências, não se limitavam a uma dinâmica entre homens, tampouco aos acontecimentos mais marcantes ou às tomadas das cidades.

Ao longo deste capítulo, ao trabalharmos com os casos de relações mais complexas entre posseiros e jagunços, vamos perceber mais alguns elementos que dialogam com essas experiências diferentes entre homens e mulheres no contexto da Revolta, especialmente acerca das violências.

3.2 OUTRAS RELAÇÕES ENTRE POSSEIROS E JAGUNÇOS

Ao trabalhar com casos - por ele considerados - de “banditismo” (HOBSBAWM, 2012) no recorte espaço temporal do Centro-Oeste do Paraná entre os anos de 1940 e 1960, Moisés Wagner Franciscon aborda, dentre outros sujeitos, os jagunços que atuaram naquele contexto. Segundo o autor “nenhum bandido poderia ser mais antissocial, ser mais visto como inimigo, do que o pistoleiro ou jagunço que amedrontava, ameaçava ou exterminava posseiros e colonos” (2014, p. 72).

Analisando as narrativas dos posseiros sobre a Revolta de 1957, contudo, foi possível identificar que haviam narrativas e casos que fugiam desse padrão; percebemos a existência de relações muito diferentes dessas pautadas exclusivamente na violência, resistência e de uma memória de oposição, inclusive casos de relações amistosas. São a essas relações, interações e dinâmicas que tratam dessas outras formas, que não apenas ou propriamente violentas, ou seja, que fogem do padrão, às quais nos referimos quando falamos de relações mais complexas entre jagunços e posseiros.

Deve ficar bem claro, que nossa intenção aqui não é questionar esse panorama geral, essa dinâmica, tampouco deslegitimá-la - afinal, conforme foi possível perceber a partir dos casos de violências e ações dos jagunços contra posseiros, essa oposição encontra-se alicerçada em atos muito concretos. Nosso intuito é expor algumas relações que fogem desse padrão. O que pretendemos cumprir aqui é a função anti totalizante da história, conforme apregoa Michel de Certeau (1982), ou seja, seu caráter de estabelecer limites totalizantes.

⁷⁰ E mesmo nestes deve-se destacar a participação das mulheres. Manoela Pécoits, que diz só ter usado armas nos dias da tomada da cidade, diz que praticava tiro com frequência, e teve um papel de destaque no movimento em Francisco Beltrão. A mesma Manoela diz que sabia de pelo menos mais três mulheres que também usavam armas, além de outras mulheres, como Ervilia Cella, que participaram ativamente do movimento (Jornal de Beltrão, 21/07/2007).

E esse exercício, por sua vez, parte da materialidade que as fontes nos impuseram, pois ao trabalharmos com as narrativas dos posseiros essas questões se apresentaram e não puderam ser ignoradas. São casos muito menos significativos, quantitativamente; mas muito significativos qualitativamente, pois indicam, por exemplo, a possibilidade de que aqueles jagunços poderiam não ser tão afastados assim daquela comunidade. Ou ainda, mostrar posicionamentos divergentes de posseiros e colonos acerca daquelas disputas, e mesmo apontar para táticas de sobrevivência e convivência adotadas por posseiros, homens e mulheres, nessas relações.

Um exemplo interessante dessas relações é o caso do já citado Segundo Tesser, que é apresentado pelo Jornal de Beltrão da seguinte forma:

Segundo Tesser começou a puxar mudanças do Rio Grande do Sul para o Paraná ainda em 1948, tempo que conheceu Marrecas. Dois anos após, comprou terras e veio morar para cá ('em 1950 nós compramos uns oito ou nove lotes onde era a Vidraçaria Vera, do Natalino Faust, ali era tudo nosso, tinha uma casinha de madeira'), junto com seu pai Fiorindo Tesser, aquele que foi o primeiro a receber o título do GETSOP, seu nome está no monumento da praça Virmond Suplicy (Jornal de Beltrão, 28/09/2007, p. 07).

Percebe-se que as atividades de Tesser não se relacionavam diretamente às do campo; os oito ou nove lotes aos quais ele se refere, provavelmente eram na área urbana. Todos esses elementos, além de sua grande mobilidade no trabalho com mudanças, possivelmente lhe conferiam uma condição muito distinta, por exemplo, dos colonos. Por fim, sua proximidade com o jagunço "44" - por ter trazido sua mudança para o Sudoeste, conforme já foi abordado - é um elemento central para entender suas relações com os jagunços. Tesser construiu uma relação de proximidade com "44" antes deste tornar-se jagunço. Depois que "44" se tornou jagunço, essa relação lhe possibilitou certos "privilégios" que a imensa maioria dos posseiros e colonos não dispunham.

Uma das práticas realizadas pelos jagunços a mando das Companhias, que tinham o objetivo de impedir a entrada de posseiros e colonos no Sudoeste que não passassem por seus controles, era estabelecer barricadas e bloquear caminhos - mais um tipo de violência. Complementava essa prática uma espécie de cobrança de pedágio aos que tinham a passagem permitida - como no transporte de madeira. Nesse cenário é que se passa a seguinte narrativa de Tesser, que aponta exatamente para esses "privilégios":

Essa história foi o seguinte, quando eu puxava madeira do Fabris e Liston, tinha jagunços lá no rio Santa Rosa em dois acampamentos. Eles pediram a nota da madeira. Eu disse 'a nota é pra tirar em Beltrão, que tem o escritório, e vocês sabem

que eles têm um acerto com a companhia'. Eles tinham acerto mesmo, cobravam um tanto pra passar. Mas o problema é que eu passei lá eram umas 10 horas da noite, e eles 'parai'. A gente parava. 'Cadê a nota da madeira?'. 'A nota da madeira está lá em Beltrão, tem que tirar lá'. Diz ele: 'como que nós vamos acreditar?'. Eu perguntei: 'cadê o Quarenta e Quatro?'. Era esse que eu tinha trazido de mudança lá do Rio Grande (Jornal de Beltrão, 28/09/2007, p. 07).

Segue-se a isso a chegada do jagunço "44" na conversa, dizendo assinar embaixo do que Tesser dizia, possibilitando-lhe prosseguir seu caminho. É com base nesse tipo de ação de "44" - e possivelmente de outras que não foram contadas - que Tesser afirma que "sim, era conhecido, chegava ali e não tinha problema, estava liberado. O Quarenta e Quatro era ruim, mas para mim foi bom" (Jornal de Beltrão, 28/09/2007, p. 07).

Essa postura de Tesser se mantém mesmo ele tendo participado da Revolta; mesmo ele tendo ajudado na tomada da cidade de Francisco Beltrão; mesmo com seu caminhão tendo sido alvejado por jagunços quando foi deixado bloqueando uma estrada - sem intenção, pois havia tido problemas mecânicos; e mesmo com Tesser afirmando que, para ele, a Revolta "foi uma alegria, porque daí eu estava livre, e mesmo que eu tinha muita dó do que eles faziam com o pessoal, o pessoal que chegava no hospital do dr. Walter tudo cortado e baleado pela jagunçada, então aquele dia [10 de outubro de 1957] foi coisa mais linda" (Jornal de Beltrão, 28/09/2007, p. 07). Ou seja, não se trata de uma pessoa que nega os problemas daquele cenário ou as ações violentas dos jagunços. Longe disso, trata-se de uma pessoa favorável à causa dos posseiros e colonos e que agiu nesse sentido. Ainda assim, possui um posicionamento que, ao mesmo tempo em que se destacam todos esses fatores, por uma questão pessoal, mantém uma visão positiva de um jagunço, que era diretamente responsável por essas práticas e por esse cenário de violências.

Há, todavia, narrativas que possuem uma postura mais amenizadora desse cenário de violências. É o caso, por exemplo, de Antônio Damázio dos Santos, colono da região de Francisco Beltrão e, depois, de Jacutinga, região da atual Coronel Vivida. Antônio, quando questionado sobre as violências cometidas pelos jagunços, diz que não tinha conhecimento sobre elas, que muito do que se dizia sobre isso era mentira. No entanto, logo entra em contradição, ao mostrar ter conhecimento do caso João Saldanha que, segundo Antônio, foi um engano, "porque não era aquela família que eles queriam matar" (Jornal de Beltrão, 06/09/2007, p. 10); nega-se, assim, o foco em Saldanha, mas não os atos. Por fim, essas contradições se fortalecem quando ele afirma que essas violências ocorriam em outros lugares, mas não na região de Francisco Beltrão, de onde ele era.

Não fica claro se Antônio, como Tesser, possuía algum tipo de relação amistosa com jagunços ou demais agentes das Companhias. Dessa forma, mostra-se necessário considerar outros fatores para se compreender essas posturas. Destacamos o posicionamento político e as relações pessoais de Antônio - elementos que no Sudoeste da década de 1950 comumente se confundiam. Afinal, conforme consta no subtítulo de sua entrevista, ele era “Eleitor do dr. Rubens” e “amenizava a ação dos jagunços”. Essa proximidade com o referido Dr. Rubens, que no título aparece como uma “amizade”, é muito significativa. Isso porque Rubens da Silva Martins era um quadro do PSD, possuía relações com as Companhias de terra que atuavam na região e estava inserido no círculo político que, em última instância, possibilitou todo esse cenário de violência que culminou com a Revolta - sendo a figura de Moisés Lupion o nome de mais destaque. Não é estranho que Martins tenha escrito um livro, *Entre jagunços e posseiros* (MARTINS, 1986), no qual sua tese central era, basicamente, amenizar a situação de 1957 e defender e exaltar o PSD (GOUVEIA, 2019, pp. 37-38).

Essa leitura do movimento de 1957, que o simplificava como uma disputa político-partidária, conforme abordou Sílvia Maria Amâncio (AMANCIO, 2009), foi extremamente presente e difundida, especialmente durante os acontecimentos - como é possível perceber em grande parte da cobertura jornalística da época - e nos anos imediatamente posteriores.

Essas reflexões são importantes para entendermos uma outra explicação para essas relações mais amistosas e/ou posicionamentos favoráveis ou ao menos amenizadores das ações de jagunços e das Companhias. Afinal, se no caso de Tesser isso se manifestava em sua relação específica com o jagunço “44”, pautado na construção de uma relação prévia entre eles, no caso de Antônio, temos uma postura muito mais ampla e pautada em posicionamentos políticos, relações pessoais e no fato dele não ter sofrido as violências do período. Nesse sentido, inclusive, entendemos que há uma espécie de ciclo retroalimentado. Se naquele contexto ser partidário do PSD certamente conferia uma visão ao menos amenizadora das práticas de jagunços - devido à associação desse grupo político com as Companhias de terra que empregavam os jagunços -, esse mesmo posicionamento podia resguardar determinada pessoa das violências daqueles agentes. Dessa forma, a pessoa não sofrendo diretamente com a violência e sendo partidária desse grupo político concretizava sua visão sobre aqueles agentes e aquele cenário.

Ainda que essa interpretação deva ser vista com cuidado e ressalvas a cada caso, há um elemento, que está presente em todos aqueles em que posseiros ou colonos possuíam alguma postura mais conciliadora ou amistosa com os jagunços, que é sua experiência pessoal. Dentre os que expuseram algum tipo de comentário nesse sentido, nenhum foi diretamente

violentado pelos jagunços. Mais do que isso, alguns podem ter sido ajudados, como foi o caso de Tesser. Outros podem não ter queixas dos jagunços, como é o caso de Júlio Ferreira Teles, comerciante, dono de uma bodega, na região de Salto do Lontra. Júlio afirma que “vendia para todos, inclusive os jagunços das companhias” (Jornal de Beltrão, 03/10/2007, p. 12). Para ele as Companhias foram boas, pois compravam muitas coisas e pagavam tudo corretamente. Soma-se a isso o fato de que Júlio nada sofreu nas mãos dos jagunços - apesar de ter conhecimento das violências praticadas por “Pé-de-Chumbo”, “Gauchinho” e “Mato Grosso”, que são os jagunços citados por ele. Por outro lado, teve problemas com “uns do mato”, que ao que parece, seriam farrapos⁷¹ e com “colonos do Walter”, que teriam roubado sua bodega.

Os momentos de tomada das cidades nos fornecem casos significativos acerca dessas outras relações com os jagunços. É o que percebemos, com grande destaque, na narrativa de Deorides Grando, então moradora de Francisco Beltrão. Deorides diz que durante a tomada da cidade de Francisco Beltrão, entre os dias 10 e 12 de outubro de 1957, seu marido, Roberto Grando, escondeu um amigo jagunço em sua casa, para que ele não fosse pego pelos revoltosos. Longe de ser um simpatizante das Companhias, no entanto, Roberto é apresentado da seguinte forma:

Deorides Grando, que reside em Marmeleiro, é viúva de Roberto Grando (1921-2005), o primeiro funcionário da Prefeitura de Francisco Beltrão. Ele começou chefiando uma trincheira, depois acompanhava o dr. Walter. Empenhou-se tanto na revolta que esqueceu a família, ficou três dias fora de casa, os dias em que levou o título de prefeito de Francisco Beltrão. E um filho estava pra nascer. Dona Deorides teve que se virar sozinha (*O tempo da Revolta. Lembranças de quem viveu*, 10 de outubro de 2007, p. 12).

Roberto era partidário da causa dos posseiros e colonos chegando a atuar diretamente no movimento. Por outro lado, ele possuía uma relação de amizade com um jagunço, a ponto de escondê-lo, durante a Revolta, com o intuito de protegê-lo. Segundo o subtítulo da entrevista, “ele [Roberto Grando] defendia os colonos, mas no sótão de sua casa escondia um jagunço das companhias (Amado Rosa) e um inimigo dos colonos”. Nas palavras de Deorides, essa ação se deu da seguinte forma:

E o mais ‘bandidão’ eles botaram no meu sótão, o Amado Rosa, que era a favor da Citla, os colonos queriam matar ele, mas ele era muito amigo do Roberto, o Roberto mandou ele e o Pedro Ferronato, ficaram escondidos, tiraram aquela partezinha pra

⁷¹ Nesse contexto, o termo farrapo se refere especialmente a pessoas com alguma pendência jurídica, perseguida por algum crime, etc, que acabavam se refugiando no Sudoeste. Pedro Santin e João Saldanha seriam farrapos. As delimitações entre farrapos, posseiros/colonos e mesmo jagunços, frequentemente poderiam ser bastantes tênues, no entanto.

subir no forro, e foram lá em cima. O Walter, meu filho, que era um piazinho, alcançava comida pra eles, nós fazia comida e levava lá em cima pra eles, ficaram três dias no forro da minha casa (*O tempo da Revolta. Lembranças de quem viveu*, 10 de outubro de 2007, p. 12).

Com base na entrevista de Deorides, a respeito de Pedro Ferronato - a outra pessoa escondida e protegida por Roberto Grandó - não é possível saber muita coisa. Provavelmente não era um jagunço, mas possuía alguma proximidade com as Companhias. Outra questão que fica mais clara nessa passagem, diz respeito às frequentes confusões acerca do termo jagunço naquele contexto, quando praticamente toda e qualquer pessoa ligada às Companhias poderia ser chamada dessa forma. Neste caso, não parece ser isso que acontece, já que ao tratar de Amado Rosa como “o mais bandidão”, a narrativa de Deorides aponta para o fato dele ser, efetivamente, um jagunço. Além disso, o nome de Amado Rosa aparece em outras fontes como um jagunço; inclusive na lista de culpados apresentada pelo então senador Othon Mader (A rebelião agrária no sudoeste do Paraná em 1957. Separata de dois discursos pronunciados no Senado Federal em 6 e 9 de dezembro de 1957 pelo senador Othon Mader. ANAIS DO SENADO FEDERAL, p. 31). Novamente nas palavras de Deorides “o Amado Rosa era muito amigo do Roberto, ele foi muito bom pro Roberto, ele era ‘bandidão’ mesmo, era um dos jagunços, e os colonos eram contra ele” (*O tempo da Revolta. Lembranças de quem viveu*, 10 de outubro de 2007, p. 12).

O que deixa toda essa situação anedótica, além de representar concretamente a complexidade dessas relações e práticas, é que durante esses mesmos dias, nessa mesma casa, Roberto Grandó acolheu também posseiros e colonos que participavam do movimento. Durante os dias da tomada da cidade de Francisco Beltrão, portanto, a casa de Roberto Grandó e Deorides Grandó forneceu estadia ao jagunço Amado Rosa e também para os posseiros e colonos do levante⁷², que buscavam por ele e por tantos outros jagunços⁷³.

Um último exemplo significativo com o qual trabalharemos aqui, se encontra no documentário *A Revolta* (2010). Esse caso, envolvendo a família Zanoni, é central em nossa proposta de trabalhar com o cenário do Sudoeste paranaense de 1957, dos ambientes de tensão

⁷² A história dos Grandó parece ter sido realmente marcante, visto que aparece até mesmo na peça teatral *A Revolta dos Posseiros*, escrita por Ivo Pegoraro e encenada no mesmo cenário de comemorações do cinquentenário de 2007, em Francisco Beltrão. Importante destacar que essa postura de Roberto Grandó em proteger um jagunço não parece ser julgada no texto teatral. O destaque, nesse personagem, está realmente em sua atuação no movimento de tomada da cidade, inclusive amenizando sua postura de marginalizar a gravidez e iminente nascimento do filho durante aqueles dias de sua ausência.

⁷³ Temos conhecimento de ao menos mais um caso semelhante a esse durante a tomada das cidades. Trata-se do caso da família Paggi, que também teria escondido um jagunço, conforme conta Jácomo Trento, o “Porto Alegre”, em entrevista a Ruy Wachowicz (TRENTO, Jácomo (Porto Alegre). Entrevista gravada realizada em Curitiba a 17 dez. 1978). Neste caso, no entanto, os Paggi encontravam-se do lado das Companhias.

e violências constantes, e especialmente das relações entre posseiros e colonos com os jagunços, sob uma perspectiva que destaca suas complexidades, além de retomar e aprofundar alguns debates da seção em que trabalhamos sobre as experiências das mulheres na Revolta.

Nesse documentário temos duas passagens com Ângela Zanoni e Dovílio Zanoni, que são os pais de Iria Zanoni Gomes - socióloga com escritos clássicos e pioneiros sobre o tema da Revolta - que, por sua vez, é mãe de João Marcelo Gomes, um dos realizadores do documentário. Trata-se, portanto, de um recorte e conteúdo que envolve três gerações de uma mesma família e que, por esta razão, carrega consigo um teor particular, próprio, sobre o qual não nos debruçaremos propriamente aqui. O que nos interessa diretamente dessas passagens é o seu conteúdo, que indica para relações mais complexas entre Dovílio e Ângela com os jagunços. Esse caso, por sua vez, aponta para questões que até então, nos outros exemplos aqui trabalhados, não apareceram.

Com base na narrativa de Ângela e Dovílio, é possível depreender que eles possuíam casa na cidade de Francisco Beltrão, onde moravam, além de posse na região rural, onde trabalhavam. Esse assunto, entretanto, não é abordado diretamente, o que nos impossibilita concluir categoricamente sobre suas moradias e atuações. Mostra-se bem mais seguro, afirmar que, a despeito das maiores complexidades nesse assunto, bem como de elementos que nos escapam, a linha de separação entre campo e cidade, ao menos nesse caso em específico, era bastante nublada. Essa leitura se respalda em Iria Zanoni Gomes que afirma isso nesse mesmo documentário - como já havia feito em seu livro (GOMES, 1987). O que queremos destacar com isso, é que, ao menos até o momento, permanece esse padrão de relações mais complexas - ou seja, que não se limita à violência física e direta - com os jagunços dentre posseiros das cidades ou com alguma proximidade maior com os ambientes urbanos e estabelecimentos comerciais.

A introdução do casal Zanoni se dá com Dovílio dizendo que “o negócio era não fazer muito caso”, com os jagunços, com as Companhias e suas ações. Questionado, então, se os jagunços os ameaçaram ou fizeram algo contra eles é Ângela quem responde, dizendo “não, nunca, porque nós lavávamos as roupas deles, eu e minha vizinha. Só que nós ficava quieta, não dizia. Mas a vizinha enxergava tudo”. Ou seja, percebe-se aqui uma tática, verbalizada tanto por Dovílio quanto por Ângela, de não se manifestar, de não “fazer muito caso”, a respeito das ações violentas dos jagunços - que, como fica claro, especialmente na fala de Ângela, eram de conhecimento deles - para evitar que eles também fossem vítimas dessas violências. Ainda nessa breve frase de Ângela, evidencia-se mais uma tática com o mesmo fim, por ela adotada,

que pode ser lida, efetivamente, como de sobrevivência frente aos jagunços e suas violências: Ângela e uma vizinha lavavam as roupas dos jagunços para não serem incomodadas por eles.

Logo na sequência dessa fala, Dovílio retoma a palavra, dizendo que eles eram “meio bobos”, pois tinham medo de tudo. A intenção de Dovílio, com essas palavras, parece ser, de certa forma, amenizar as violências e o medo que havia naqueles tempos, como se não fossem assim tão justificáveis. A resposta de Ângela, novamente, traz um contraponto à perspectiva do marido. “E as gente que matava e botava dentro do rio?”, ela questiona. “E daí podia morrer nós também. Tinha medo, né. Matava boi, vaca, na colônia. Vinha pra casa no Beltrão só de noite. Se tu ia com as boa, não, né, aí deixava. Então eles brigava. Na colônia, nossa!”.⁷⁴ Sua fala, portanto, age no sentido de defender que havia, sim, violências, que o medo era justificável e que eles e possivelmente qualquer outra pessoa, podiam ser as próximas vítimas. Entretanto, as pessoas da “colônia”, ou seja, do campo, eram as mais visadas e eram nesses ambientes que as violências ocorriam sobremaneira.

É Dovílio, então, quem reconhece, que os jagunços praticavam, sim, violências, mas, novamente, retoma a narrativa de que não era algo cometido contra ele. “É, na colônia eles brigavam com os outros, comigo não. Eu ia caçar junto com eles, caçava passarinho e depois fazia passarinhada”. Há aqui, então, uma relação muito mais próxima, com exemplos práticos, entre Dovílio e os jagunços. É verdade que essa convivência possa ter nascido ou ter se desenvolvido como uma tática de sobrevivência, para se manter seguro das violências cometidas pelos jagunços; assim como o ato de lavar as roupas dos jagunços também cumpria essa função. Diferentemente da ação de Ângela, no entanto, a convivência de Dovílio com os jagunços, por meio de caçadas conforme ele descreve, parece carregar um teor para além de uma pura tática de sobrevivência, talvez uma amizade. Ao dizer que eles eram bobos por terem medo de tudo e que isso não se justificava, ou seja, ao amenizar aquele cenário de violências, Dovílio aponta para isso; as expressões faciais, bem como o modo como o casal, muito diferente um do outro, verbaliza suas frases também aponta nesse sentido.

Por fim, num segundo momento do documentário, quando essa conversa e essas pessoas retornam, é a própria Iria quem conclui nesse sentido, dizendo que “se eu pensar em termos da minha família, depois de publicar o livro eu fui saber que *o meu pai era amigo dos caras das companhias de terra* [grifo nosso]. E por que... eu nunca conversei com ele, mas conhecendo meu pai, por que ele fez isso?”.

⁷⁴ A colônia aqui referida pelos Zanoni, se refere à região rural, aos espaços de embate mais direto, onde os colonos tentavam se assentar.

Numa espécie de resposta à pergunta de Iria, a edição do documentário direciona nossa atenção para as palavras de Dovílio: “Essas coisas assim era comum, né, fazer pescaria, passarinhada, essas coisas; isso era comum”, diz ele. Nesse momento, no início do minuto 29, o documentário mostra Dovílio em primeiro plano e ao fundo Iria, com uma expressão de ressentimento ou algo semelhante. Iria toca o próprio rosto, desvia o olhar e então fixa-o novamente no pai, que volta a falar. “E a turma estava trabalhando, estava trabalhando e dizia, vamos se reunir, fazer uma passarinhada ou pescaria, aí largavam tudo e ia. Não estavam vendo se tinha que fazer ou não fazer”. Nesse momento Ângela começa a falar algo, interrompendo o marido, mas Iria logo interrompe a mãe; é como se fosse a resposta de Dovílio a algo sensível que tivesse o foco das atenções e precisasse ser ouvida naquele momento. Porém, nada mais é dito. A edição corta para outras pessoas, em outros ambientes, falando de outros assuntos. É como se o que tivesse sido falado, a partir daquele momento, somente coubesse àquela família.

Podemos pensar, com essa última fala de Dovílio, sobre a quem ele estava se referindo como as pessoas que largavam o trabalho para caçar. Se ele já havia deixado claro que caçava com os jagunços, parece coerente pensar que essa sua colocação se refere também aos jagunços. E isso, por outro lado, acabaria adicionando mais uma camada na visão e narrativa que Dovílio possui sobre esses sujeitos: a de que eles apenas estavam cumprindo seu trabalho. E esses trabalhos desempenhados pelos jagunços, por sua vez, podiam ser bem mais complexos do que questões apenas relacionadas à uma violência direta, como sabemos.

Ainda nesta questão, o plural utilizado por Dovílio indica que ele não seria o único posseiro/colono a fazer isso. Havia, então, outras pessoas com relações semelhantes às aqui trabalhadas a partir de Dovílio Zanoni com os jagunços? O fato de Dovílio não ser um caso isolado, como demonstram as narrativas já trabalhadas de Tesser e Grando, apontam para uma resposta positiva.

Os elementos presentes no caso de Dovílio, inclusive, podem lançar luzes sobre outros casos, como o de Roberto Grando. Neste, a palavra amizade também é empregada para se referir à relação do posseiro com um jagunço, aqui nomeado, Amado Rosa. Todavia, não é possível saber nada a respeito de como essa relação teria começado, como é possível, por exemplo, constatar no caso de Segundo Tesser e do jagunço “44”; ou de como isso se manifestava, como é possível constatar no caso de Dovílio. Obviamente seria um erro simplesmente congregiar esses três casos com o intuito de apresentar um panorama mais completo e conclusivo de relações entre posseiros e jagunços. Entretanto, o fato de termos, separadamente entre esses três casos, elementos que apontam para como essas relações podiam começar, no caso de Tesser e “44”, de como elas se manifestavam, no caso de Dovílio e de

como elas podiam entrar em choque com outras questões e serem provadas apesar disso, no caso de Grando, acaba nos fornecendo uma visão ampla, porém fragmentada, mas muito significativa para se compreender essas relações.

As perspectivas e narrativas de Tesser, Grando e Dovílio, manifestadas entre 2007 e 2010, quando ocorrem suas entrevistas, parecem apontar, por fim, para a veracidade dessas relações pautadas em uma amizade naqueles tempos. Afinal, todos eles, mesmo reconhecendo as violências dos jagunços, e se manifestando num cenário que comemorava a Revolta e que tinha no jagunço seu *outro*, mantiveram uma narrativa pautada em suas experiências e relações particulares com esses sujeitos.

Por outro lado, ainda pensando nas relações dessa abordagem com a memória, parece ter ficado nítido um ressentimento por parte de Iria a respeito dessa amizade de seu pai com os “caras das companhias colonizadoras”, como ela diz no documentário. Podemos pensar se o não emprego do termo jagunço não seria uma tentativa, mesmo que inconsciente, de amenizar essa relação tão malvista. Afinal, a despeito da necessária problematização a acerca da pertinência ou não em se distinguir, por exemplo, os jagunços que praticavam as violências diretas contra os posseiros dos gerentes das Companhias, que comandavam os jagunços, mas não agiam diretamente, é um fato que há uma grande diferença de significados, pesos e simbolismos entre esses termos. É a palavra jagunço que carrega, efetivamente, o peso da violência.

Ainda a partir disso, poderíamos até questionar se esses sujeitos com quem Dovílio caçava eram efetivamente jagunços ou demais funcionários das Companhias. Novamente aqui se apresentaria o debate sobre a pertinência ou não dessa distinção; pois não seriam todos os agentes envolvidos com as companhias em algum nível responsável por aquele cenário de violências? Devido ao grande destaque das práticas violentas desses sujeitos, especialmente nas falas de Ângela, que sempre atuavam como um contraponto às falas do marido, no entanto, torna-se pouco provável que os companheiros de caça de Dovílio não fossem concretamente - ou efetivamente vistos como - jagunços.

A narrativa de Ângela em contraponto à de Dovílio, inclusive, não é por acaso. Primeiro, porque como já vimos, ao tomarmos as violências daquele período em suas múltiplas manifestações, as mulheres eram também as grandes vítimas das ações dos jagunços e daquele cenário de violência em sentido mais amplo. Mesmo que não fossem o foco das agressões física, as violências através da destruição de suas posses, da perseguição a seus maridos, bem como delas mesmas e de seus filhos, da tensão psicológica construída por meio das ameaças e do reconhecimento da possibilidade de que cada uma dessas violências pudesse acontecer a

qualquer momento, certamente tornava as vidas dessas mulheres qualquer coisa que não fosse calma. Enfim, elas experienciaram de modos diferentes aquele contexto e o ambiente de violências que o caracterizava.

Todo esse panorama, certamente influenciava também outras mulheres, como Ângela que, mesmo ela e sua vizinha desempenhando uma tática de sobrevivência e respaldo frente a essas violências, tendo conhecimento de todos esses casos se sentiam vulneráveis. Além disso, o fato de ser impossibilitado às mulheres praticamente qualquer forma de sociabilidade⁷⁵ quase que “naturalmente” restrita aos homens, resultava na construção de relações mais profundas apenas entre eles.

Dessa forma, pensando no caso do casal Zanoni, mesmo que ambos desempenhassem táticas de convivência e sobrevivência, elas não eram equivalentes. A relação de Dovílio com os jagunços possivelmente lhe rendeu amizades, no passado, o que possibilitou a construção de uma narrativa amenizadora sobre as práticas dos jagunços, bem como sua permanência mais de meio século depois. Já a relação de Ângela com os jagunços, muito diferentemente, não lhe conferiu relações nesse sentido em 1957, tampouco essa perspectiva, em 2010. Longe disso, ela manifesta, assim como a filha Iria, um pesar pelas práticas daqueles homens no passado e o que parece ser um ressentimento com a relação que uma pessoa tão próxima delas, Dovílio, construiu com aqueles mesmos sujeitos. Trata-se, portanto, de mais um exemplo de como as mulheres da Revolta experienciaram aquele contexto de formas muito diversas dos homens, bem como isso resulta em memórias e sentimentos diferentes.

Por fim, deve-se destacar que ao apontarmos para essas relações mais complexas entre posseiros e jagunços, de modo algum temos a intenção de deslegitimar ou minimizar os sofrimentos e as violências daquele período. O caso da família Zanoni, inclusive, que nos forneceu possivelmente o exemplo mais rico nesse sentido, mostra exatamente para a convivência desses fatores, com prováveis ressentimentos, é verdade, mas que em momento algum caem num apagamento da história ou numa negação dos elementos de violência.

3.3 VIOLÊNCIAS MÚLTIPLAS E TENSÃO CONSTANTE

Quando se fala da atuação dos jagunços no cenário da Revolta de 1957, imediatamente vem-nos à mente suas ações de pressão e cobrança frente aos posseiros para que estes

⁷⁵ Diversas narrativas de posseiras e colonas apontam para isso, de que elas não tinham práticas de diversão, quando muito uma ou outra conversa com as vizinhas, bailes esporádicos e os ritos religiosos. Ao passo que, como pontua Pereira (2020), os homens possuíam maiores e mais frequentes opções de sociabilidade, como as bodegas.

assinassem os contratos com as Companhias - e claro, todos os métodos violentos, especialmente os físicos, que se empregava nesse processo. Obviamente isso não está errado. Entendemos que essas ações efetivamente constituíram alguns dos elementos centrais daquele momento, pois elas foram as principais estratégias empregadas pelas Companhias para atingirem seus objetivos, a saber, a obtenção de lucros por meio da venda de lotes de terra.

Não podemos ignorar, contudo, que as violências, em suas diversas manifestações, ocorriam também em outros lugares e de outras formas. Nesse sentido, os ambientes de sociabilidade, especialmente as casas comerciais, frequentemente chamadas de bodegas, desempenhavam papel de destaque. Afinal, conforme já pontuamos, os jagunços do Sudoeste não se encontravam descolados daquelas comunidades. Especialmente em locais com uma movimentação de lazer e comércio maiores, como se dava em Francisco Beltrão, por exemplo, onde a convivência entre jagunços e posseiros era constante. Ainda que episódios de violência física e direta não ocorressem a todo momento nesses espaços, a tensão, bem como outras formas de violência eram uma constante.

O contato entre posseiros e jagunços nos ambientes de sociabilidade eram, naquele contexto, algo corriqueiro. Ambos os grupos frequentavam as mesmas bodegas, frequentemente se hospedavam nos mesmos estabelecimentos, se alimentavam nos mesmos lugares. Por isso, é difícil ter acesso à totalidade desses encontros. Algo que é banal, dificilmente ganha espaço de destaque na memória. Dessa forma, mesmo que sejam diversas as narrativas que nos falam desses frequentes encontros e destaquem as tensões sempre presentes, elas são gerais, superficiais. São, por outro lado, os episódios mais marcantes para as pessoas que recordam que acabam ganhando luz, sendo lembrados e narrados; episódios de tensões mais significativas, de violências mais diretas e mesmo a ocorrência de mortes.

Nesse sentido, provavelmente um dos episódios mais marcantes diz respeito ao assassinato de Reimundinho⁷⁶, um posseiro da região de Francisco Beltrão⁷⁷. Esse caso é significativo por diversos motivos. Além de ser um acontecimento que envolve mais de uma

⁷⁶ A grafia desse nome aparece de formas diferentes conforme a fonte - Reimundinho ou Raimundinho. Quando for o caso de citações diretas, manteremos a grafia presente no documento, quando não, usaremos "Reimundinho", pois é a forma que aparece com maior frequência.

⁷⁷ Importante pontuar aqui que Ruy Wachowicz (1986) já havia abordado esses acontecimentos. Segundo o autor, "Na localidade de Rio do Mato, próximo de Francisco Beltrão, encontraram-se numa bodega, colonos e jagunços. Do tiroteio resultaram três jagunços mortos e a fuga do líder dos colonos para o Paraguai" (WACHOWICZ, 1985, pp. 235-236). Veremos, a partir das narrativas de posseiros que há divergências em alguns pontos. De qualquer forma, na época em que escreveu, Wachowicz parecia não ter acesso a maiores detalhes, como o próprio nome de Reimundinho. Entendemos que o acesso a essas informações, com as entrevistas de 2007, evidenciam a importância da diversidade de vozes ouvidas, bem como da compreensão do papel desempenhado pela passagem do tempo nas dinâmicas da memória.

morte, ele também lança luz sobre diversas questões, como veremos. Trata-se de uma história narrada por ao menos seis pessoas - todas nas entrevistas publicadas pelo Jornal de Beltrão ao longo de 2007 e 2008 -, o que nos permite contrapor, complementar, problematizar e aprofundar a análise.

Talvez a narrativa mais completa sobre esse caso seja a de Izidoro da Rosa, que à época tinha dezessete anos e morava na região de Francisco Beltrão, sentido atual Enéas Marques. Izidoro era sobrinho de segundo grau de Reimundinho, que era tio de sua mãe. Ele diz que seu tio havia ido até uma loja comprar uma enxada. Em frente à loja havia um bar, no qual se passou a confusão que resultou na sua morte. Ao ser questionado pelo Jornal de Beltrão sobre o início do tiroteio, que teria ocorrido no dia 21 de setembro de 1957, em Rio do Mato, região de Francisco Beltrão, Izidoro responde que:

Começou porque chegou esse colono, o Luíz Piva. Ele chegou da roça com o revólver debaixo da roupa, o facão pendurado, e os caras das companhias estavam tomando cerveja, tudo no respeito. Aqui [no acampamento da Companhia] tinha nove, ficaram no acampamento só dois, provavelmente tinha sete pessoas lá no bar. Esse Piva mandou fazer uma caipira, puxou o facão e começou a mexer a caipira com o facão e ofereceu pros jagunços. Diz o jagunço que morreu '*não senhor, eu não tomo caipira. O senhor aceita um copo de cerveja?*' Aí diz '*não, eu não tomo cerveja de jagunço*'. Aí começou. O Piva atirou no jagunço e matou na hora, no meio da cabeça, fez três olhos, com um 32, aquilo a um metro de distância. E aí ferveu os outros, os jagunços começaram a atirar. E o cozinheiro que tinha uma faca foi no Piva de faca, já estava baleado (Jornal de Beltrão, 19/01/2008, p. 1?).

O resultado dessa confusão foi a morte de Reimundinho. Segundo Izidoro e Pedro José Duarte, posseiro da região de Renascença, Reimundinho teria sido baleado sem nem estar envolvido ou saber o que estava acontecendo, tampouco tomar partido. Segundo Luiz Lorencett, no entanto, ele teria chegado a realizar disparos e mesmo a matar um jagunço antes de ser morto. A exatidão sobre esse evento é difícil de ser alcançada, o que se mostra também a respeito do número de vítimas. Segundo Izidoro, outras duas pessoas morreram, o cozinheiro e um outro homem que estava no bar naquele momento. Já segundo Pedro José Duarte teriam sido quatro. Essa diferença pode ser referente a Piva, que segundo Izidoro sobreviveu, mas que, segundo Ivone de Ross Fabris (Jornal de Beltrão, 21/08/2007, p. 10), então moradora de Francisco Beltrão, não teria resistido, pois ela vira seu corpo, junto com o de Reimundinho e de um dos jagunços sendo trazidos para o hospital de Rubens Martins. Luiz Lorencett, por sua vez, diz ter levado os corpos de Reimundinho, mais um ou dois mortos, e Piva, baleado, mas vivo, ao hospital. Seja como for, ao menos três pessoas perderam a vida nesse episódio que nos ajuda a compreender melhor aquele cenário de violência, dotado de uma tensão constante.

Afinal, mesmo sem nenhuma ação provocativa por parte dos jagunços, ao menos segundo essas fontes, um violento tiroteio ocorreu em um bar, resultando na morte de ao menos três pessoas. Com base em algumas passagens poderíamos até mesmo nos questionar se aqueles sujeitos eram mesmo jagunços, pela forma como são descritos, como não violentos, etc. O seguinte trecho da entrevista com Izidoro pode nos ajudar a esclarecer um pouco isso:

JdeB ‘E porque aquela provocação do Piva, ele foi perseguido pelos jagunços das companhias?’ Izidoro: ‘Não, não foi perseguido. É o seguinte: a companhia fazia e desfazia, mas aqui não, faziam em redor, e ele queria ser o tal, queria ser o quebra, queria ser o mandão, e foi o que aconteceu, ele queria ser valente, e acabou resultando três mortes’ (Jornal de Beltrão, 19/01/2008, p. 1?).

A personalidade de Piva poderia cumprir aqui a função de explicação para esse evento. Ele era valente e queria uma briga, logo, conseguiu. No entanto, entendemos que seria demasiado simplista reduzir esse evento à iniciativa encrenqueira de um sujeito. Izidoro reconhece que pelo Sudoeste “a companhia fazia e desfazia” se referindo, com isso, às violências cometidas pelos jagunços, muito embora naquela região, de Francisco Beltrão, isso não ocorresse. De imediato, devemos destacar que essa perspectiva de que na região de Francisco Beltrão, onde a CITLA era a Companhia atuante, não havia violências, não é um caso isolado. Segundo, é difícil ter certeza, com base na fala de Izidoro, de que Piva realmente nunca tenha sofrido nas mãos das Companhias e seus jagunços. E mesmo que não tivesse sofrido, o conhecimento de casos de violência em profusão pelo Sudoeste podia gerar nele sentimentos de empatia e/ou revolta. Mesmo posseiros que nunca haviam sido violentados pelos jagunços temiam serem os próximos.

O que queremos pontuar com isso é que, devido às violências cometidas por jagunços, a mando das Companhias e contra posseiros, por diversas partes do Sudoeste, criou-se um ambiente tenso, no qual mesmo quem não havia sido violentado, temia ser o próximo. Essa tensão também se manifestava no cotidiano, nas casas, individualmente. Não são poucos os relatos de pessoas que dizem terem cerceado sua mobilidade como tática de sobrevivência. O seguinte trecho da entrevista do Jornal de Beltrão com Aurélio Antônio Negri, motorista, exemplifica bem isso:

JdeB: Ainda hoje falam que à noite tinha jagunço andando armado pela rua e era perigoso sair de casa. Aurélio: Mas põe perigo nisso daí, pelo amor de Deus, aqueles caboclos mal encarados, chapéu, facão na cinta e um revólver, pelo amor de Deus, aquele tempo tinha aqueles bodegões não só de noite, de dia também não dava pra chegar, aquela gente mal encarada, *gente que não sei de onde veio* [grifo nosso] (Jornal de Beltrão, 18. 26/07/2007, p. 10).

Ou ainda na seguinte passagem, de Maria Fantin Pellozo, da região do Verê, que aponta para o cerceamento dessa mobilidade a tal ponto que passavam necessidades, pois não iam aos mercados, com medo dos possíveis encontros com jagunços:

Mas antes eles [os jagunços] andaram aqui. E ninguém mais podia sair na rua. Ninguém mais podia ir pro Verê, principalmente os homens. Nós (mulheres), se quisesse ir, podia, e as crianças também, mas a gente não mandava pro Verê, porque era perigoso, eles acercavam. A gente andava escondido. Não tinha como fazer, se precisasse alguma coisa, passava falta por não poder ir no mercado. Passamos uns tempos assim (Jornal de Beltrão, 28/08/2007, p. 10).

A particularidade desses espaços de sociabilidade é que neles posseiros e jagunços, mesmo que não se conhecessem, mesmo que não houvessem cometido ou sofrido violências, mas inseridos nesse ambiente de tensão, dividiam o mesmo espaço. Impulsionados, então, por personalidades fortes, talvez álcool e jogos, esse espaço tornava-se propício para a evolução da tensão em violência direta - como foi o caso do tiroteio que resultou na morte de Reimundinho.

Os donos desses estabelecimentos além de frequentemente presenciarem esses casos, também poderiam ser vítimas. É o que nos conta Terezinha Traiano Toscan, que em 1957 tinha doze anos, sobre seu pai, Vitório Traiano, à época dono da Churrascaria do Povo, em Francisco Beltrão. Ele é descrito pelo Jornal de Beltrão como o “repórter Esso”.

Freguesia não faltava à Churrascaria do Povo, conversa muito menos, Vitório Traiano, o Repórter Esso daqueles primeiros tempos, sabia tudo porque vivia interrogando as pessoas, fosse quem fosse. E não lhe faltavam também ameaças de morte, porque ele falava abertamente contra as companhias (Jornal de Beltrão, 08/09/2007, p. 04).

Percebe-se aqui algo que já foi muito bem abordado em outros trabalhos, como o de Iria Zanoni Gomes (1987), que aponta para a importância que os agentes urbanos e/ou agentes comerciais possuíam naquele cenário, especialmente a respeito da circulação de informações. E mesmo que não tivessem diretamente a participação do proprietário, como o fazia Traiano, as informações circulavam largamente nesses ambientes.

No caso de Vitório Traiano, soma-se à sua participação direta na circulação de informações, sua postura abertamente crítica às Companhias. Segundo sua filha, eles também eram cobrados pelos jagunços a pagarem por seu lote urbano, apesar de desconhecem outras pessoas na cidade que passavam pelo mesmo - o que pode ser interpretado como uma represália das Companhias.

Foi nesse cenário que, segundo Terezinha, jagunços tentaram matar Vitório na Churrascaria do Povo. Os jagunços que frequentavam o estabelecimento poucos dias antes do levante lá estavam e na hora da conta pediram para serem atendidos especificamente por Vitório. Ele, no entanto, havia sido informado por uma pessoa que os jagunços fariam essa tentativa. Assim, ele se escondeu e foi dito aos jagunços que ele não estava. Então, “na hora de pagar a conta, queriam que fosse com o Vitório, mas como ele fora avisado, não apareceu. Os jagunços viraram a mesa e foram embora sem pagar” (Jornal de Beltrão, 08/09/2007, p. 04).

Assim como as relações entre posseiros e jagunços poderiam ser mais complexas do que inicialmente se pensa, as relações entre comerciantes e os jagunços também podiam variar. O já citado Júlio Ferreira Teles, por exemplo, comerciante, com uma bodega na região de Salto do Lontra, diz que “vendia para todos, inclusive os jagunços das companhias” (Jornal de Beltrão, 03/10/2007, p. 12). Isso era o padrão. Mesmo Vitório Traiano, abertamente contrário às Companhias e seus jagunços, comerciava com eles. Theolinda Daros, viúva de Balduino Daros, comerciante que é considerado um dos líderes da Revolta em Francisco Beltrão, também argumenta nesse sentido, dizendo que “bom, eu conhecia, porque eles vinham comprar aí, mas vou saber quem era, quem não eram, que a gente se calava, entregava as coisas e tchau e bença, né” (Jornal de Beltrão, 31/11/2007, p. 11), reforçando, ainda, que eles pagavam corretamente as contas.

Novamente, entendemos que tudo isso reforça o que temos defendido como a existência de uma sociedade e de um contexto nos quais esses sujeitos, posseiros, colonos e jagunços, comerciantes, etc, não se encontravam em mundos diferentes e alheios uns aos outros - apenas se encontrando nos episódios de violência física e direta. Os diversos sujeitos daquelas comunidades se inter-relacionavam, muitas vezes, para além das questões de conflito de terra e violências - muito embora possivelmente houvesse uma tensão constante devido a isso. A diferença entre Vitório, Balduino e Júlio, é que este diz que para ele as Companhias foram boas, pois pagavam tudo o que compravam corretamente - assim como o faziam com os outros de modo geral. Ou seja, temos aqui mais um exemplo que aponta para o fato de que os posicionamentos sobre as disputas que marcavam o Sudoeste naquele tempo, não eram homogêneas.

As narrativas, visões e descrições dos jagunços nesses ambientes de sociabilidade em sua maioria estão de acordo com o que já apresentamos anteriormente. Mesmo no episódio que culminou no assassinato de Reimundinho, no qual a responsabilidade do início da confusão é atribuída a Piva, e no qual temos uma visão geral menos pejorativa sobre os jagunços, temos a

descrição de Luiz Lorencett de que o jagunço “era uma pessoa que enchia a cara e ficava querendo dar tiro” (Jornal de Beltrão, 31/08/2007, s/p).

O relato de Egídio Zanatta, oficial de justiça em Francisco Beltrão em 1957, vem reforçar essa coerência, expondo, ainda, uma visão também comum, de estranhamento e distinção frente ao jagunço. Essa postura, além de questões de construção de uma identidade frente ao *outro*, na prática diária, poderia também contribuir para esse ambiente de tensão, especialmente nos lugares de sociabilidade, como é o caso por ele narrado:

Digo ‘olha, doutor, a coisa está feia, agora de manhã eu estive lá no bar do Pedro Polli - perto onde é o São Francisco - eu fui intimar o pessoal pro júri, cheguei lá - o Pedro Polli era jurado - quando entrei estava a mulher - falecida Pina Polli, mulher do Pedro - dentro no balcão, lá num canto, e uma jagunçada, um tal de Breda, o Teixeira e um outro cara novo. O Breda com uma pistola automática na cintura, revólver do outro lado, o outro com mais um trinta e oito e uma adaga, a cinta rodeada de bala e mais uns cinco ou seis jagunços. O Breda e mais um estavam no lado de dentro do balcão pegando os litros, ‘esse é bom’, e esse outro rapaz falou ‘Breda, qual que pesa mais do nosso cinto, o meu ou o teu?’ Tinha uma balança em cima do balcão, e soltaram os cintos, enrolaram e puseram em cima da balança, pesaram e o do Breda ganhou, porque tinha duas armas (Jornal de Beltrão, 21/09/2007, s/p).

Ainda é possível perceber nessa passagem elementos da sociabilidade própria dos jagunços. Ou ao menos a visão que os posseiros - ou mais especificamente neste caso, de um agente público de Francisco Beltrão - tinham sobre as sociabilidades deles.

Essa tensão quase que onipresente no Sudoeste daqueles tempos, também pode ser percebida e, assim, melhor compreendida, se nos atentarmos às atuações dos jagunços que comumente não recebem tanta atenção dos estudos sobre o tema. A presença desses sujeitos, nos ambientes de sociabilidade, como mostramos anteriormente, bem como nas ruas das cidades, nos caminhos do campo, enfim, o constante pairar de sua presença e mesmo de sua possível presença, pode também ser considerado uma das atuações de destaque dos jagunços naquele contexto; uma estratégia, mais ou menos planejada, que podia desempenhar diversas funções e ter consequências significativas.

O estabelecimento de um ambiente tenso, pautado no medo das violências cometidas pelos jagunços podia desempenhar a função de dissuadir os posseiros de se oporem aos objetivos das Companhias, bem como de convencê-los a assinar os contratos e, assim, não serem mais pessoas visadas. Nesse sentido, podemos pensar a partir das palavras de Amélia Fachinello Vettorello, moradora de Francisco Beltrão, quando diz que “viam-se os crimes, mas ‘o medo era tanto que a gente ficava quieto, ninguém falava nada’” (Jornal de Beltrão, 05/10/2007, p. 07). Ou seja, percebe-se aqui mais uma explicação ou consequência ou objetivo

- provavelmente todos em complementaridade - do estabelecimento desse ambiente de medo e tensão: calar denúncias, impedir investigações, manter as coisas como estavam.

Podemos, então, a partir dessas reflexões, trazer alguns exemplos que podem esclarecer um pouco mais esses aspectos. Os ambientes de sociabilidade, especialmente as bodegas, parecem ser, efetivamente, os locais de destaque para se pensar esse tensionamento, muito embora agora haja uma expansão para ruas, moinhos e outros espaços.

Aurélio Antônio Negri, que destaca sua atuação na Revolta ao conduzir - em três viagens de caminhão - posseiros para a cidade de Francisco Beltrão, ao ser colocado, pelo Jornal de Beltrão, frente à questão de que “ainda hoje [2007] falam que à noite tinha jagunço andando armado pela rua e era perigoso sair de casa”, responde afirmativamente acerca desse medo e perigo. Negri, inclusive, destaca a necessidade de se evitar determinados locais, devido a essa tensão e possibilidades de embates (Jornal de Beltrão, 26/07/2007, p. 10).

Nota-se aqui a já trabalhada percepção e caracterização que os posseiros tinham dos jagunços, como “caboclos mal encarados”, além da afirmação de que essa tensão não se dava apenas à noite, mas também durante o dia. Reforça-se, assim, a interpretação de que esse medo e essa tensão estavam permanentemente presentes naquele contexto⁷⁸.

Francisco Pesente, da região de Rio do Mato, aponta na mesma direção. Ele nos fala das investidas que jagunços faziam em suas posses, em seu moinho buscando por farelo. Fala também de embates que sempre ocorriam nas bodegas, com posseiros tendo que sair fugidos dos jagunços.

Olha, eu não lembro mais [do valor pago às companhias, do contrato por ele assinado sobre a compra de suas terras], mas era muito caro, o pior era a maldade que eles te faziam, eles vinham lá na bodega, tinha uma bodega em perto ali na frente da loja do Nercindo Decarli e do velho Sartori, eles [jagunços] vinham lá e provocavam, diz ih! esse Adelar Liston cansou de pular a janela da bodega uns cinco metros pra baixo, que eles queriam matar, pode pedir pro Adelar Liston que ele sabe quantas vezes pulou a janela. Eu fechava o moinho quando eles vinham, e me recolhia dentro de casa, nunca foi mexido, mas me prometeram de surrar umas quantas vezes (Jornal de Beltrão, 27/06/2007, s/p).

Não é difícil de imaginar a função que essas promessas de surras e os constantes aparecimentos de jagunços no moinho de Pesente desempenharam em sua “escolha” por assinar um contrato com as Companhias.

Egídio Zanatta, relata sobre o quão comum era a presença de sujeitos armados naquele cenário. Segundo ele, “numa ocasião, um tal de “Maringá” chegou lá no bar bem de noitezinha,

⁷⁸ Iria Zanoni Gomes, inclusive, em seu livro *1957: a revolta dos posseiros*, já apontava para essas questões.

com uma winchester assim no limpo, um revólver na cintura e uma sacolinha cheia de bala de winchester; revólver e essas coisas você via a qualquer hora [...]” (Jornal de Beltrão, 22/09/2007, s/p).

Oswaldo Lehr, então veterinário e depois fotógrafo em Francisco Beltrão, também nos fala sobre isso. Destaca-se, em sua fala, a reunião de famílias na cidade à noite, com medo dos jagunços:

Normal, de noite se escutava tiro pra tudo quanto era lado, só de arma, não era foguete não. Era um perigo sair de noite, por isso que a gente se reunia quatro ou cinco famílias numa casa só, todo mundo ficava de ronda, e ninguém mais saía na rua, chegava seis horas fechava tudo, ficava ali em algum bar, Hotel do Comércio, onde os chefões estavam hospedados, e mais alguns hoteizinhos, e alguma lanchonete, mas era muito difícil, porque todo mundo fechava e se recolhia (Jornal de Beltrão, 27/09/2007, p. 10).

Ao ser questionado se algo semelhante também ocorria durante o dia, Lehr complementa: “Ah, de dia eles andavam também, e naquela época era de jipe. Tinham duas ou três Rural. Andar de dia era normal, mas o comércio praticamente zero, igual os agricultores também. Se tinham alguma coisa pra vende, vinham, vendiam, recolhiam durante o dia” (Jornal de Beltrão, 27/09/2007, p. 10). É verdade que casos de se paralisar o comércio, como o acima narrado por Lehr, se referem a momentos bastante específicos, mais propriamente nos dias das tomadas das cidades e nos dias anteriores ou ainda em momentos de eventos mais amplos como os Confrontos do Verê.

Há, ainda, muitas outras narrativas tratando desses medos e tensões em decorrência das presenças - e mesmo a possibilidade da presença - e atuações dos jagunços. Abordaremos apenas mais uma, que traz como elemento novo a proximidade com a sede de uma Companhia. Acerca disso é Balduíno Beal, filho de Santo Beal, que à época tinha uma loja em Francisco Beltrão, na qual trabalhavam juntos, quem narra o seguinte:

E ali de casa dava pra ver alguma coisa do escritório deles. Quando chegava a noite, aquele movimento de jipe, chegavam e saíam, era aquela correria. A gente não podia, vamos dizer assim, nem abrir a janela, porque era perigoso. Inclusive duas ou três vezes eles bateram na porta de casa de noite, pra ver se alguém abria a janela. O que eles queriam era matar o meu pai (Jornal de Beltrão, 01/09/2007, s/p).

Encerrando esta seção, podemos trazer algumas passagens de *Os dias do demônio*, de Roberto Gomes, que de uma perspectiva literária, acaba captando e transmitindo muito bem o peso desse ambiente de tensão e violência que buscamos expor aqui. Um ambiente no qual “todo mundo andava com medo, escondido em casa, a cada dia aparecia um morto boiando no

rio Iguaçu, um espancado na beira do mato, nunca se sabia quando os jagunços iriam voltar” (GOMES, 2001, p. 140). Nas palavras de Gomes:

Nos últimos anos, aquela rua em frente ao hotel, que ele mesmo ajudara a abrir, quase com as próprias mãos, sempre estivera coberta de gente que ia e vinha. Colonos a cavalo, em carroças, mudanças de famílias que chegavam a todo instante ao único hotel das redondezas para uma refeição ou um pernoite, um banho, uma última conversa *e muitos pedidos de informações* [grifo nosso] antes de se embrenharem nos matos. Agora, nos últimos meses, aquela era uma rua deserta, até a poeira diminuía. Isso dava menos trabalho na limpeza, mas não agradava a Otto Germer. Era mau sinal. Sinal da guerra que iria arrebentar, quisessem ou não. As pessoas andavam com medo, saíam pouco, ficavam escondidas em suas casas ou nos matos, enquanto os jagunços aprontavam tropelias por toda parte. A freguesia do hotel diminuía, mesmo os viajantes se cuidavam com medo de uma bala perdida. E as famílias já não chegavam na mesma quantidade. Os jagunços fechavam as estradas do sudoeste, não deixavam os caminhões circularem, pediam documentos, exigiam assinaturas em promissórias e contratos. Ali mesmo, em frente ao hotel, ele assistira um reboliço em torno de um caminhão. Os jagunços impediam que seguisse viagem (GOMES, 2001, p. 135).

De modo muito semelhante - a despeito de suas particularidades inerentes - essa tensão devido à presença dos jagunços se deu também em situações bastante específicas, mas nem um pouco isoladas: em velórios de posseiros mortos devido à disputa de terras. Podemos destacar aqui dois casos, o do velório de Pedro Paulo Ambrust, morto na Tocaia do Km 17, em setembro de 1957 - possivelmente por seu próprio filho - e os velórios que se seguiram aos Confrontos do Verê, em agosto de 1957.

O episódio da Tocaia do Km 17 é, certamente, um dos que mais atenção recebeu da historiografia sobre o tema. E com o devido merecimento, afinal, em grande medida, foi ele que tornou o que se passava no Sudoeste conhecido e divulgado pelo estado e pelo Brasil - e mesmo fora dele. Alguns aspectos que se referem mais propriamente aos acontecimentos posteriores e que foram desdobramentos e/ou consequências da Tocaia, no entanto, talvez não tenham recebido tanta atenção. Nesse sentido gostaríamos de destacar aqui a presença de jagunços no velório de Pedro Paulo Ambrust.

Quem nos fala sobre isso é Gerti Ambrust, esposa de Oscar Ambrust, o posseiro que participou da Tocaia que vitimou seu pai.

Sim, mas quase morremos de medo, que os jagunços, Deus me livre! Eles estavam acampados no armazém do finado Metz e o finado sogro morava na varanda, e foi velado ali. Eles [jagunços] vinham ali de noite, atentando o meu cunhado, o Nivaldo. Um grilo gritando e ele tentando pro meu cunhado ir procurar o grilo, e o homem de medo, coitado, se levantou pra ir procurar de verdade o grilo, veja só, nós quase morremos de medo aquela noite, todos nós. E estava aquele baleado, e de manhã cedo, eles levantaram cedo e estavam parados lá fora e não sabiam que rumo

pegavam, pra onde iam, de repente sei que juntaram as mochilas e sumiram e nunca mais voltaram a incomodar (Jornal de Beltrão, 07/11/2007, p. 12).

Lorena Geny, filha de Pedro Paulo Ambrust, confirma o relato de Gerti, acerca da presença de jagunços no velório de seu pai. Segundo Lorena, durante o velório “[...] umas horas da noite os jagunços também chegaram no velório”. Questionada sobre o que eles queriam, responde que “não falaram nada, tudo armado”, e concluindo, ao ser questionada se houve medo, dizendo que “oh, todo mundo com medo daquelas metralhadoras, aquelas armas grandes, todo mundo ficou com medo, porque o que a gente ia fazer?” (Jornal de Beltrão, 01/04/2008, p. 09).

Ao longo do ano de 2007, no cenário de comemorações do cinquentenário da Revolta, diversos seminários foram realizados pelo Sudoeste, em diversas cidades, com o intuito de ouvir pessoas que vivenciaram os acontecimentos de 1957. Um desses seminários foi o Memória Viva, em Verê, no dia 02 de agosto de 2007, exatamente no aniversário de cinquenta anos dos Confrontos do Verê - considerados por muitos posseiros a verdadeira revolta, ou ao menos o início de uma revolta mais ampla, que vai além das tomadas das cidades de outubro. Parte das falas desses eventos foram divulgadas pelo Jornal de Beltrão ao longo de 2007 e 2008. No evento em questão muito se falou sobre os confrontos de agosto de 1957, bem como algumas de suas consequências. A esse respeito destaca-se o relato da já citada Zélia Garbossa. Segundo ela, o corpo de Guilherme Oenning, que morreu no confronto, somente foi retirado do local dois dias depois, pois as pessoas tinham medo. Além disso, apenas as mulheres estavam presentes no velório, pois os homens estavam escondidos dos jagunços.

Não fica explícito, na fala de Zélia, se os jagunços estavam presentes no velório - muito embora isso seja muito provável. De qualquer forma, fica claro que os homens tinham consciência de que esta era uma possibilidade muito concreta, por isso eles próprios não estavam no velório.

Ou seja, os jagunços podiam estar nos velórios de posseiros que haviam morrido em embates diversos com os próprios jagunços, com as Companhias, enfim, lutando por suas terras, e amedrontando-os, ou, mesmo que não estivessem presentes, essa possibilidade também desempenhava uma função parecida, fazendo os posseiros se refugiarem e não estarem presentes naquele momento.

Outro elemento que deixa bem claro que as violências e, de modo mais geral, as ações dos jagunços não se restringiam aos momentos de confrontos mais diretos, diz respeito às frequentes apropriações e roubos de posses de posseiros. Na já citada entrevista de Pesente, ele

aponta para essas práticas. Ao ser questionado se os jagunços tinham ido na sua casa, responde que:

Ôh! se foram, eles vinham no Rio do Mato, na época eu tinha um moinho grande. Eu, o finado José Fabris e o finado Balduino de Ross. E eles chegavam lá e diziam assim pra gente: ‘Quero 25 sacos de farelo, senão te passem o laço, te surremo até... Nós imo lá no Verê, se nós voltar de volta e você não tiver o farelo nós vamo te passem o laço’. Eu disse ‘pode passar já então, quer passar o laço? Pode passar já, porque o farelo eu não tenho, um cilindro só ele passa diversas vezes e o farelo vai saindo no fim, primeiro sai a casca, depois vem a farinha, depois no fim sai a semolina, então não tenho o farelo agora’. Às vezes passava dois meses, aquela pilha de farelo deles e não vinham buscar, daí eu atacava eles e falava ‘como é, vão pegar o farelo ou vão deixar os ratos comer tudo as bolsas?’ aí eles vinham pegar. E me pagavam (Jornal de Beltrão, 27/06/2007, s/p).

Mesmo tendo recebido pelo produto, fica claro que esse “comércio” não se dava de modo amigável. Dessa forma, se anteriormente havíamos apontado que as tensões dos encontros e mesmo dos possíveis encontros com os jagunços desempenharam um papel central na “escolha” de Pesente em assinar um contrato com a Companhia, essas relações, esse comércio e as cobranças dos jagunços, de modo complementar, também certamente desempenharam.

Interessante destacar, ainda a partir da fala de Pesente, o fato de que os jagunços não teriam ido buscar o farelo por um bom tempo. Uma forma de interpretar essa questão é que os jagunços, mais do que efetivamente tomar posse desse produto - ou de outros que eventualmente podiam requisitar - tinham o interesse de tensionar o ambiente com os posseiros, de ameaçá-los e, assim, impulsioná-los às Companhias para assinarem os contratos e, então, se verem livres dessas ameaças e práticas. Todavia, também há narrativas que nos falam de casos em que os jagunços se apropriaram efetivamente dos produtos dos posseiros. Isso, por sua vez, não descarta, automaticamente, a estratégia e intenções destacadas acima.

Idalina Oenning, por exemplo, diz que “pras mulheres eles não faziam nada, mas se os homens não se escondessem eles matavam. A gente tinha matado um porco que deu um monte de salame, os jagunços levaram tudo. E as armas também, ficamos sem nada” (Jornal de Beltrão, 04/08/2007, s/p). Apesar de ser bastante curta e trazer poucas palavras, as escolhas dos termos usados, bem como o contexto, indicam que essa apropriação por parte dos jagunços não foi nada amigável, novamente. Aqui, tanto alimentos como objetos, armas, bens essenciais àquelas pessoas naquele cenário, foram levados. Tudo isso ganha ainda mais peso ao se considerar que isso tenha se passado no momento em que já havia se iniciado a Revolta, com

os Confrontos do Verê, por exemplo, bem como seus resultados, ou seja, o assassinato do marido de Idalina.

Maria Borghesan Iurko, posseira da região de Francisco Beltrão, diz que, devido ao seu marido, José Iurko, viajar constantemente para mascatear, passava, com frequência, noites sozinhas em sua casa. Por medo dos jagunços, ficava noites em claro, muitas vezes deixando luzes acesas dentro de casa, e ficava do lado de fora, para enganar os jagunços, caso eles atacassem; isso, contudo, não ocorreu (Jornal de Beltrão, 08/07/2008, p. 09). Entretanto, outro motivo de medo em Maria Iurko, era a simples presença dos jagunços - que possuíam um acampamento próximo à sua casa - e suas frequentes visitas, pedindo alimentos.

JdeB: Na sua casa eles não iam [buscar água como faziam na casa de Lúcia]? Maria: Não, na minha casa eles [os jagunços] só vinha pedir comida. Uma vez por semana, e eu dava às vezes o último pão que tinha, dava pra eles pela janela, de medo [...] e daí apareciam aqueles bichos mais feios lá na frente, de capa às vezes quando tava garoando, com aqueles revólver tudo armado, eu quase morria de medo (Jornal de Beltrão, 09/07/2008, p. 09).

Um último caso que destacamos aqui - muito embora haja outros na documentação - diz respeito a um saque generalizado de uma bodega, cometido por jagunços. Quem nos narra essa história é Antônio Ari Ferreira, que à época residia em Francisco Beltrão e, durante a Revolta, se mudou para Pato Branco, o que torna difícil concluir se o que ele narra se passou na primeira ou na segunda cidade. Abordando as violências do período, Antônio diz o seguinte:

Na época foi feroz, inclusive tinha um armazém aqui de um tal de Valdomiro, aqui na comunidade, ele não teve tempo de pregar paredes, nada, portas pra sair ele teve que enfrentar os homens. Quando ele viu que não tinha jeito, abandonou, mas apanhou muito, sofreu muito, aí abandonou o armazém e ficou assim quinze dias fora. Quando voltou não tinha mais nada, carregaram tudo até as prateleiras (Jornal de Beltrão, 02/07/2008, p. 09).

A narrativa de Antônio é interessante no sentido de ter em si muito de uma indistinção do medo gerado pelos jagunços ou pelos posseiros quando da Revolta, especialmente nas tomadas das cidades - elementos que aparecem com certa frequência na documentação, especialmente dentre as pessoas das cidades. Não à toa, não seria estranho ver essa ação ser atribuída aos posseiros, quando tomaram as cidades. Todavia, ao ser questionado sobre quem levou as prateleiras, produtos, enfim, Antônio afirma que foram “eles, a turma, dos jagunços” (Jornal de Beltrão, 02/07/2008, p. 09). O que ganha mais um respaldo ao nos atentarmos ao que estava sendo falado por Antônio imediatamente antes, a saber, sobre a expulsão e assassinato de quem não pagava as terras - ou seja, a clássica atuação dos jagunços.

Um último aspecto que vamos trabalhar aqui diz respeito aos casos de violência entre os próprios jagunços. Afinal, como disse Virgílio Pedro Carbonera, “tinha mais essa, os jagunços que não obedecessem, eles matava também” (CARBONERA, Virgílio Pedro. Entrevista gravada realizada por Ruy Wachowicz em Curitiba em 17 dez. 1978).

Ruy Wachowicz já havia abordado essas práticas, permitindo-nos, ainda, pensar a sociabilidade dentre os jagunços, onde eles ficavam, bem como as tensões entre eles e a constante “queima de arquivo”:

Os jagunços da Comercial dominavam as ruas da cidade [Francisco Beltrão], principalmente à noite. Deslocavam-se à noite em jipes barulhentos, batiam nas casas dos adversários, tiroteavam. Esses jagunços estavam domiciliados na parte mais baixa da cidade, no hotel Cruzeiro. Era a chamada *República dos jagunços*. Numa noite, houve um desentendimento entre eles próprios e acabaram matando um deles, por questões pessoais. Jogaram o corpo no rio Santa Rosa, esquecendo-se que o rio estava em cheia. Como nas margens havia muito sarandí, quando o rio baixo, o jagunço ficou de pé com a cabeça numa forquilha. Seu corpo Foi trazido para autópsia. Tinha na testa perfuração de bala. Fora divulgado pela polícia que ele havia *morrido de susto* (WACHOWICZ, 1985, pp. 244-245).

Muito embora estas ações não fossem direcionadas aos posseiros, como todas as outras até aqui abordadas, consideramos essas questões como essenciais para se compreender os jagunços que atuaram no Sudoeste. Além disso, conforme vamos expor a seguir, o que temos nesses casos são assassinatos de jagunços por jagunços, por motivos diversos, mas em sua maioria relacionados a acertos de contas, não necessariamente financeiras, envolvendo, é claro, as Companhias de terra. Ou seja, essas dinâmicas podem lançar luz, também, sobre as práticas das Companhias: como elas tratavam os jagunços, suas formas de lidar com desavenças, etc. Percebendo-se, assim, um padrão violento não apenas para com os posseiros, mas também internamente, com os jagunços, revelando talvez a descartabilidade desses sujeitos.

A despeito de outros casos - especialmente mais pulverizados - que exponham essas dinâmicas e práticas, vamos trabalhar aqui com as narrativas presentes mais diretamente nas entrevistas de seis pessoas, que têm como elemento de coesão, uma possível vala comum em Francisco Beltrão e os assassinatos de jagunços por outros, à noite, nas ruas dessa cidade.

Oswaldo Lehr diz que em uma noite, quando estava reunido com outros três homens na casa veterinária, ouviu pedidos de socorro:

Levantamos e abrimos a janela um pouquinho, eles estavam matando um mulatozinho, que era funcionário [jagunço?] das companhias, eu conhecia aquele mulato. JdeB: Ele teria feito alguma coisa contra a companhia? Oswaldo: Eu acho que ele queria acertar a conta. Quando os caras queriam acertar as contas com as

companhias e saíam, eles tinham medo que o cara saísse e dedurasse tudo o que acontecia lá dentro, daí eles matavam (Jornal de Beltrão, 27/09/2007, p. 10).

Amélia Fachinello Vetorelo, então moradora da cidade de Francisco Beltrão, ao ser questionada sobre o que via, de sua casa, acerca de movimentações de jagunços e demais funcionários das Companhias, reforça essa narrativa de Osvaldo, contando, basicamente, a mesma história:

A gente via lá embaixo onde tem a Alfana hoje, era casa do Angélico Penso, uma noite nós tava todo lá na área, a gente viu quando matavam os empregados, trouxeram tudo pra baixo meio de arrasto, abriram um jipão e colocaram dentro. Pelo menos dois que a gente viu, dali eles iam lá em cima no campo de aviação e enterravam, que lá era um cemitério (Jornal de Beltrão, 01/04/2008, p. 09).

Ao ser dito, pelo Jornal de Beltrão, que Osvaldo Lehr também havia dito que matavam funcionários, Amélia reforça dizendo que “Sim. Ih! Mataram muitos, muitos. Numa noite duas, porque eles tiraram assim pra baixo, aí caíram aqueles homens todos amontoados. Daí em dois pegavam e jogavam no jipe. Toda semana era morte” (Jornal de Beltrão, 01/04/2008, p. 09). Soma-se a esse caso, uma possível frequência desses atos.

Uma diferença significativa entre as narrativas de Osvaldo e Amélia, entretanto, diz respeito às motivações para tais atos. Para Osvaldo, conforme já foi possível perceber pelo trecho citado, as Companhias tinham receios de que pessoas que deixassem de trabalhar para elas, que fossem embora, pudessem contar o que eles faziam, as violências cometidas, enfim, tornando conhecidas informações prejudiciais às Companhias. A forma como elas lidavam com isso era a execução dessas pessoas. Já para Amélia, as motivações seriam relacionadas a acertos de contas, por valores não recebidos e que para não os pagar, as Companhias recorriam ao assassinato.

Muito embora seja difícil no presente momento e com as fontes disponíveis, cravar qual destas motivações fossem as mais relevantes naquele cenário, entendemos que o mais provável e coerente é que ambas fossem relevantes, presentes e complementares. De qualquer forma, as duas motivações aqui abordadas, bem como o caso em si, demonstram muito bem a forma violenta com que as Companhias tratavam os “seus”.

Ainda sobre essas execuções, tanto Osvaldo quanto Amélia, contam sobre o destino desses corpos - bem como de outros. Eles se referem a uma vala comum ou a um cemitério, que existia no então aeroporto de Francisco Beltrão, no qual as Companhias enterravam essas pessoas assassinadas.

Clemente Machado dos Santos, posseiro que se tornou, em 1956, funcionário da CANGO, atuando como vigilante/guarda, ao contar sobre os medos e tensões nos momentos mais críticos da Revolta, diz o seguinte:

Não, a gente medo não tinha. Medo dava antes da revolução. Às vezes eu tava lá em cima cuidando, de repente o jipe deles vinha e fazia a volta bem onde eu estava. Diziam que quando passava um com os pés - que o jipe é curto né - com os pés pra fora, diz que era assim: os camaradas que trabalhavam pra eles, o dia queriam pedir ou acerta as contas, levavam lá pra cima, não sei lá, e contam que nesse aeroporto tinha um cemitério, tinha muita gente enterrada aqui, diziam né, diziam... (Jornal de Beltrão, 06/10/2007, p. 07).

Apesar de não fazer afirmações, o que fica claro no emprego da expressão “diziam, né, diziam”, a fala de Clemente vai ao encontro do que Osvaldo e Amélia disseram, inclusive apresentando uma versão que poderia ser uma junção das motivações para os assassinatos anteriormente expostas. Clemente reforça, portanto, as práticas de assassinato entre os jagunços e, com menos afinco, dos enterros no aeroporto.

É, contudo, na entrevista com a família Oro - o pai, Guilherme, a mãe, Therezinha e o filho, Getúlio - que encontramos afirmações ainda mais contundentes acerca dessa vala comum/cemitério. Segundo a introdução do Jornal de Beltrão à entrevista, Getúlio, que trabalhou em obras posteriores como tratorista na construção do aeroporto novo, diz que ali foram encontradas ossadas humanas.

Os membros da família Oro, que moravam nas proximidades, afirmam também, que viram casos de assassinatos e enterros no aeroporto nos tempos da Revolta. Segundo Getúlio:

Uma tarde que chegou um avião, até foi um avião com duas asas, em cima e em baixo, então chegou dois da companhia, e logo chegou outro avião que nunca me esqueço o nome do piloto, o seu Vicente, um polaco, nos conhecia todos os pilotos, e tinha um outro piloto que chegou logo em seguida, nós chamava ele de Curi. Naquela tarde chegou quatro aviões, e na boca da noite houve uma discussão e eles mataram um ali. O pai tinha ido pra casa, tava eu e meu irmão cuidando, nós cuidava o avião, era de noitezinha já, eles mataram um justamente enterraram naquele barranco (Jornal de Beltrão, 27/10/2007, p. 11).

Na sequência, Getúlio reforça, afirmando que “agora ali no aeroporto, naqueles anos que nós cuidamos dos aviões, eles matavam muita gente, teve até discussão, mataram e enterravam por lá mesmo” (Jornal de Beltrão, 27/10/2007, p. 11). Com isso, parece coerente afirmar que os assassinatos entre pessoas relacionadas às Companhias - não necessariamente apenas jagunços, mas provavelmente principalmente eles - poderiam ocorrer também por questões mais banais, como discussões, conforme destacado duas vezes por Getúlio.

Além disso, temos aqui outras narrativas que reforçam a frequência desses atos - conforme já havia pontuado Amélia Vetorelo. Afinal, nas falas da família Oro aparecem ainda outros casos, além dos aqui expostos, e mesmo estes, conforme foi possível perceber, eram comuns segundo eles. Com isso, mostra-se mais compreensível a impactante frase de Theolinda Daros dizendo que “quantas pernas que acharam”, no aeroporto (Jornal de Beltrão, 31/11/2007, p. 11).

**SEGUNDA PARTE: A CATEGORIA JAGUNÇO E SUA PRESENÇA NA HISTÓRIA
DO BRASIL**

A partir deste ponto deve-se ter bastante claro que as particularidades dos jagunços, trabalhadas nos dois capítulos anteriores, são restritas àquele contexto. Trata-se de um estudo de caso sobre o jagunço que atuou no Sudoeste do Paraná em 1957 e suas análises e conclusões são válidas exclusivamente para aquele recorte.

Dito isso, por outro lado, aspectos gerais do jagunço do Sudoeste serão tomados, a partir de agora, como guias para a construção de uma categoria jagunço - à qual poderemos nos referir também como jagunço da violência direta⁷⁹. Assumimos como elementos essenciais para essa definição os seguintes pontos: 1) o jagunço é o sujeito que pratica a violência direta, em suas múltiplas formas, contra camponeses - ou demais grupos vulneráveis, como indígenas - a mando de grandes proprietários - como os jagunços fizeram no Sudoeste através de violências múltiplas a mando das Companhias; 2) esses grandes proprietários - que podem ser donos de empresas, grileiros, latifundiários, políticos, etc - são moldados e moldam uma estrutura intrinsecamente violenta e é seguindo os seus interesses que agem os jagunços quando por eles acionados - como foi propiciado pelo “mercado de terras” no Paraná e pela demanda de mercantilização das terras pelas Companhias; 3) os conflitos de terra são o cenário por excelência de atuação desses agentes e dessas dinâmicas - como o foi a Revolta de 1957. Percebe-se, com isso, que as delimitações dessa categoria jagunço não se restringem às características particulares desses sujeitos, tampouco a atuações específicas. Outrossim, se refere intrinsecamente aos contextos, outros agentes e projetos com os quais se relaciona.

O que propomos, portanto, é definir uma categoria jagunço, partindo do nosso estudo de caso específico, pois entendemos que sujeitos muito semelhantes a ele, ou seja, pertencentes a essa mesma categoria, estiveram presentes ao longo de grande parte da história do Brasil, envolvidos em conflitos de terra e inseridos em uma lógica mais ampla. Entendendo que conseguimos compreender suficientemente a fundo o jagunço do Sudoeste em sua especificidade anteriormente - como sujeito - nosso objetivo agora é compreendê-lo em uma dimensão mais ampla - enquanto categoria.

Este objetivo, por sua vez, parte da constatação de que, muito embora o sujeito exato que estudamos no contexto da Revolta de 1957 não se repita, enquanto uma categoria - ou seja, uma série de sujeitos com especificidades, mas que mantêm os elementos essenciais acima expostos em comum - ele está presente por todo o território nacional, especialmente ao longo

⁷⁹ A ideia de que existe uma violência direta implica, necessariamente, que existe também outro tipo de violência. E de fato entendemos que há. Porém, não se trata de uma violência indireta, que se opõe à direta, mas sim de uma violência estrutural, que demanda a violência direta do jagunço. Além dos elementos já pontuados nesse sentido, entendemos que com as análises do capítulo quatro esse debate será concluído.

do século XX. E essa constatação se construiu a partir da busca que empreendemos - analisando casos de violência no campo, especialmente a partir das Comissões da Verdade - por sujeitos semelhantes ao que atuou no Sudoeste do Paraná em 1957 logo que percebemos que ele não era um caso isolado na história. Analisar a presença histórica dessa categoria - mesmo que não seja possível, neste momento, adentrar nas especificidades de cada caso - nos ajuda a compreender, mais uma vez, também o jagunço específico do Sudoeste. Afinal, ele, como um sujeito dentro desta categoria - bem como a categoria como um todo e em cada uma de suas manifestações - não é uma anomalia ou um acaso na história do Brasil; as dinâmicas que os geraram e os conflitos de terra nos quais atuaram não são ilhas isoladas em si mesmas. Longe disso, como veremos, essas estruturas, dinâmicas, presenças e atuações são uma constante. Dessa forma, esse exercício também nos ajuda a compreender um pouco mais da história de violência no campo e dos conflitos de terra de um modo geral, focados em um de seus principais agentes, o jagunço, bem como as estruturas e lógicas que os movem.

4 A CATEGORIA JAGUNÇO: DEFINIÇÕES E OUTROS

Temos consciência de que sujeitos históricos que não se enquadram nessas delimitações foram, são e continuarão sendo chamados de jagunços. Inclusive, não temos, necessariamente, a pretensão de alterar essas nomenclaturas em sentido mais amplo. Todavia, não é possível simplesmente ignorá-los, neste trabalho, devido a um motivo bastante concreto: frequentemente confunde-se esses diversos sujeitos chamados de jagunços.

Ao longo de toda nossa trajetória de pesquisa com o jagunço da Revolta do Sudoeste, ao falarmos sobre ele foi comum que pessoas acabassem pensando nos “jagunços do Nordeste”: o cangaceiro, ou no “fanático-messiânico”, de Canudos - e mesmo nos do Contestado, que apesar de se tratar de outra região, mantinham uma suposta coesão devido ao fator do “fanatismo” e da semelhança entre os movimentos. Tantas vezes nos foram sugeridos o estudo de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, do *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, do Museu do Jagunço, em Fraiburgo/SC, dentre tantas outras indicações.

Sempre tivemos bastante claro, no entanto, que esses três sujeitos pouco tinham em comum com o jagunço do Sudoeste. De qualquer forma, essa recorrência nos impõe duas questões complementares. Primeiro, que pouco se sabe sobre a categoria jagunço que aqui delimitamos. Segundo, possivelmente por esse desconhecimento, acaba-se associando esse termo e essa categoria a outras manifestações de jagunços que, a despeito do mesmo nome e mesmo de alguns elementos comum, são sujeitos e categorias históricas muito diferentes, singulares, que estiveram presentes em contextos históricos diversos e com atuações distintas. Estes outros jagunços, inclusive, possuem muito mais estudos, quantitativa e qualitativamente, do que o jagunço da violência direta; não é de se estranhar, portanto, que essa confusão seja tão frequente.

Mesmo em obras acadêmicas importantes, antigas e recentes, essa confusão, ou ao menos a ausência de uma delimitação explícita e diferenciações necessárias entre esses jagunços, estão presentes. Podemos trabalhar com o caso de *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político* (MARTINS, 1981) de José de Souza Martins. Nesse livro o autor defende a tese de que os movimentos sociais de luta pela terra avançam e combatem mais rápido, com respostas mais efetivas e coerentes, do que estruturas partidárias e demais órgãos tradicionais. Construindo essa abordagem o autor analisa diversos personagens, episódios, movimentos e conjunturas acerca da atuação camponesa, das disputas pela terra, etc. Nesse panorama, insere-se um capítulo inteiro dedicado ao messianismo e ao cangaço. Segundo Martins:

O banditismo, particularmente no Nordeste, vinha desde os tempos da colônia, mas se tornou muito significativo com o coronelismo da República. Os exércitos privados dos chefes políticos eram constituídos por jagunços, palavra que quer dizer várias coisas. Jagunços foram chamados os sertanejos em armas em Canudos e no Contestado. Muitos dos jagunços dos fazendeiros eram na verdade trabalhadores, moradores e agregados, de suas fazendas. Entre os serviços de sua obrigação incluía-se o de lutar em defesa dos fazendeiros. Num regulamento de sua fazenda, um fazendeiro do Maranhão incluía, em 1912, como o primeiro dever do agregado 'defender a vida e a propriedade dos proprietários'. Em muitos lugares, jagunço e agregado são palavras quase sinônimas. As grandes lutas de famílias e de coronéis, nas várias regiões do país, de 1890 a 1930, foram conduzidas graças ao braço armado do morador (MARTINS, 1981, p. 58).

Percebe-se nesta passagem que Martins tem uma clara compreensão de que jagunço “quer dizer várias coisas”, desde o capanga de coronel - que parece se aproximar bastante dos jagunços da violência direta - até os fanáticos e cangaceiros. No recorte abordado pelo autor parece bastante compreensível que uma mesma palavra se refira a sujeitos diferentes. Uma possível fluidez entre esses sujeitos, bem como origens em comum, talvez explique essa ausência de delimitações de fronteiras claras entre as diferentes manifestações e significados do jagunço. O problema realmente aparece quando essa suposta indistinção é transportada para outros contextos. Ou melhor, quando se assume determinada concepção de jagunço - qual delas? do cangaceiro? do fanático? - que foi pensada a partir do contexto do sertão nordestino dos séculos XIX/XX, mantendo-se ou relacionando-se com essa indistinção - que naquele contexto podia fazer sentido - em outros contextos. Voltemos ao livro de Martins para compreender melhor esse debate.

Antes e depois desse capítulo especialmente dedicado à análise dos jagunços do sertão nordestino, o termo jagunço aparece muitas vezes ao longo da obra do autor. Antes, como um conceito vago, ainda por definir. Há, então, o capítulo no qual esse(s) sujeito(s) é definido. Depois, no entanto, ocorre uma espécie de aceitação do que foi definido para contextos muito diferentes.

Após o capítulo de definição dos jagunços, Martins passa a analisar mais intensamente movimentos, episódios, personagens e conjunturas em recortes temporais posteriores à década de 1930 e também, de modo geral, mais ao sul do país, passando por Trombas e Formoso, em Goiás, na década de 1950, Santa Fé do Sul, em São Paulo, entre 1959 e 1960, as revoltas de Porecatu e do Sudoeste, no Paraná, entre as décadas de 1940 e 1950, etc. Nesse percurso, não é incomum que o termo jagunço volte a aparecer. Todavia, não há mais reflexões, problematizações, enfim, análises a respeito desse termo. É como se os jagunços que foram definidos anteriormente – tratados pelo autor como relacionados ao messianismo e/ou ao

cangaço, típicos do sertão nordestino – ainda fossem os mesmos nesses recortes temporais e espaciais diferentes. Ou melhor, é como se as definições e análises realizadas pelo autor acerca daqueles sujeitos típicos de um contexto do sertão nordestino e coronelista, ainda fossem válidas para sujeitos que, apesar de frequentemente serem referenciados com o mesmo nome, jagunço, estavam inseridos em contextos profundamente diferentes. Mais, não há referências à compreensões de que se está usando um termo definido a partir de determinado contexto em outro devido à falta de um conceito a ser construído e que deve-se ter em mente que são sujeitos distintos agrupados sobre o mesmo conceito. O termo jagunço torna-se abstrato.

Ao tratar das Ligas Camponesas, ainda no Nordeste, o próprio autor, indiretamente, nos fornece um forte argumento para questionarmos essa sua postura que parece generalizar uma noção de jagunço pautada nos sujeitos do cangaço e do messianismo - e, talvez, e em menor medida, do capanga de coronel - para outros recortes, ao dizer que: “Apesar da oposição dos senhores de engenho, agora reduzidos à condição de meros fornecedores de cana das poderosas usinas de açúcar, as ligas camponesas e, logo depois, um forte movimento de sindicalização rural tem lugar na região, garantido num primeiro momento pelo enfraquecimento político desses antigos coronéis” (MARTINS, 1981, p. 77). Dessa forma, se nem mesmo no próprio Nordeste o coronelismo era mais central nesse novo cenário dos anos de 1950 em diante, como pensar que as dinâmicas e definições de um jagunço - em si múltiplo - , pensado a partir e em um cenário coronelista de inícios do século XX, pode dar conta de explicar sujeitos chamados de jagunços que atuaram na segunda metade do século XX em regiões tão distantes e diferentes como o Sudoeste paranaense dos anos de 1950?

E a resposta é que, de fato, não dão conta, pois são sujeitos e mesmo categorias distintas. Os jagunços da violência direta, como o que atuou no Sudoeste e como outros que ainda veremos, não devem ser colocados ao lado dos sujeitos chamados de jagunços que atuaram como cangaceiros e menos ainda daqueles que estiveram em Canudos ou no Contestado.

Para elucidar e, principalmente, exemplificar todas essas afirmações e interpretações, teremos que expor a seguir algumas análises mais profundas e concretas acerca desses outros jagunços. Com isso, e contrapondo às análises anteriormente feitas sobre o jagunço do Sudoeste, entendemos que se mostrará definitivamente compreensível essas distinções. Atuarão, também, no sentido de definir as linhas gerais desses outros jagunços e do jagunço da violência direta, mesmo que a partir da diferenciação - uma espécie de definição a partir do *outro*.

Para tanto, vamos trabalhar com os três sujeitos que já havíamos dito que são os mais frequentemente confundidos com o jagunço do Sudoeste. São eles o jagunço cangaceiro, o jagunço de Canudos e o jagunço do Contestado. O caso do Contestado certamente é um ponto extraordinário, afinal, trata-se de um movimento que ocorreu nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, logo muito distante e com especificidades acerca do contexto do sertão nordestino. Entretanto - por motivos que talvez se mostrem mais compreensíveis a partir da análise desses dois casos - ele é frequentemente colocado lado a lado com o movimento de Canudos. Em ambos, seus membros são chamados de jagunços e pejorativamente como fanáticos. E realmente possuem ainda outras semelhanças; talvez mais do que um contexto coronelista, um messianismo, esse sim pautado em “causas estruturais comuns”, como os problemas de acesso à terra, parecem ter sido o elemento de aproximação. O fato é que sempre nos foram apresentados como semelhantes e confundidos com o jagunço da violência direta.

Definidos os três “outros jagunços” com os quais vamos trabalhar⁸⁰, devemos definir as fontes a partir das quais o faremos. Para tanto, optamos por obras literárias. Os livros escolhidos e dos quais partiremos são, no caso do “jagunço cangaceiro”, *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa (1994), e no caso do “jagunço fanático-messiânico”, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (2002), para Canudos, e *O bruxo do Contestado*, de Godofredo de Oliveira Neto (2012), sobre o Contestado⁸¹.

Esclarecendo a escolha pelo material literário, optamos por partir dessas obras justamente por entendê-las como materiais centrais na construção de uma visão, de conhecimentos e de representações sobre esses sujeitos. Como nosso trabalho, neste momento, parte exatamente das visões, percepções, representações, enfim, do (des)conhecimento que se tem sobre o jagunço enquanto um sujeito histórico diverso, consideramos como sendo coerente partir de materiais que são centrais na construção desses elementos.

⁸⁰ Importante deixar claro que nosso trabalho não se propõe a dar conta de todas as manifestações de outros jagunços ao longo da História do Brasil. Se o fizéssemos, teríamos de voltar ao Brasil Colônia, pois desde aquele período há referências a jagunços. Laima Mesgravis, por exemplo, cita os “escravos-jagunços” (MESGRAVIS, 2020. p. 55). No contexto do avanço da pecuária para o sertão nordestino, sujeitos denominados jagunços também já se faziam presentes. As origens do termo e dessa categoria parecem estar fortemente associadas a esse contexto, inclusive. É difícil negar, por outro lado, que foi nos séculos XIX e XX que esse termo e as diversas manifestações nele congregadas se mostraram mais marcantes, se expandiram e sobre os quais oferecem as condições para serem melhor compreendidas.

⁸¹ Acerca do “jagunço cangaceiro” e do “jagunço fanático-messiânico”, de Canudos, as obras óbvias, basilares, são as supracitadas de Rosa e Cunha, respectivamente; afinal, são clássicos, há anos compõem listas de leituras para diversos vestibulares por todo o país e, com isso, moldam o imaginário e mesmo os conhecimentos sobre os sujeitos que abordaremos. Acerca do Contestado, contudo, a escolha não foi tão óbvia, já que parece não haver grandes clássicos literários sobre o tema. Assim, acabamos chegando ao título de Oliveira Neto a partir de buscas com palavras chaves e, como o livro se mostrou profícuo, o mantivemos.

A sequência de trabalho – Rosa, Cunha, Neto – se justifica em parte pela sequência cronológica dos eventos abordados - válido especialmente para os dois últimos, visto que o primeiro exprime uma cronologia mais diluída. Além disso, parece haver influências, manifestadas no emprego do termo jagunço, nessa mesma ordem. Nos referimos aqui ao que parece ser uma transposição do termo jagunço de Canudos para o Contestado, devido às semelhanças entre os eventos, à influência da obra de Euclides da Cunha e à atuação de agentes em ambos os movimentos, especialmente militares. Essa suposta influência, contudo, é algo muito difícil de se comprovar ou não, a despeito de significativas menções em fontes e bibliografia. De qualquer forma, não nos propomos a trabalhar com esse segmento, muito embora, vez ou outra, possam aparecer referências a isso, especialmente a partir das fontes e possa-se, também, a partir disso, aventar hipóteses acerca das confusões sobre o termo jagunço.

Teremos como base teórica para esse exercício trabalhos como o de Antônio Celso Ferreira, que compreende a literatura como uma “transfiguração da realidade” (FERREIRA, 2009: 75), ou seja, que ela não é um espelho ou mesmo uma simples tentativa de representação de uma realidade, mas sim algo que se cria e se transforma a partir de uma realidade. Podemos citar também o trabalho de Michelle Márcia Cobra Torres (2020), que, a partir das reflexões de Wolfgang Iser, entende que a realidade repetida na literatura se torna um signo, uma espécie de efeito daquilo ao que se refere da realidade. E claro, os trabalhos de Hayden White, que, dentre outras questões, evidenciam que a história nunca conseguiu separar-se completamente da ficção ou ainda que todos os tipos de fontes históricas têm, em si, algo de ficção (2018).

Por fim, o aporte mais importante, no sentido de costurar essas leituras e guiar nossas interpretações, vem do trabalho de Jaime Ginzburg (2010). Ao trabalhar com o diálogo entre crítica literária e o histórico de violência da sociedade brasileira, Ginzburg defende que “seguindo uma idéia de Theodor W. Adorno, podemos interpretar obras de arte como ‘historiografia inconsciente’ de seu tempo. Com isso admitimos que a experiência histórica está presente nas obras, mas não de modo que os conteúdos sejam expostos de modo direto na superfície” (GINZBURG, 2010, p. 215).

Os conteúdos abordados por Ginzburg são principalmente relacionados à violência que, segundo o autor, é uma constante na história brasileira, devido à sucessão de regimes autoritários que marcam nossa história. Nesse sentido, Ginzburg argumenta que a constante e intensa presença da violência na literatura brasileira pode ser interpretada como uma forma pela qual lidamos, enquanto coletivo, com o histórico de violência do país. Ou ainda, uma forma de lidar com a ausência de superação e elaboração de traumas coletivos relacionados à violência estrutural de nossa história. Como pontua Ginzburg, acerca da obra *Os ombros*

suportam o mundo, Carlos Drummond de Andrade, e do *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, são escritores e textos “hábeis em mostrar o sinistro solo em que se constitui a formação social brasileira” (GINZBURG, 2010, p. 121).

Em *Os Sertões* e em *O bruxo do Contestado*, a violência também é um elemento presente, seja nas formas físicas e diretas, seja na forma estrutural, que tem na desigualdade fundiária seu elemento central nesse recorte. Portanto, sem nunca cair na armadilha de entender que o que está sendo narrado nessas obras é a realidade, elas podem ser trabalhadas como “transfigurações” e “signos”, bem como estratégias pelas quais lidamos com um elemento constituinte de nossa sociedade, a violência. Novamente citando Ginzburg:

Se de fato a sociedade brasileira teve na violência um elemento constitutivo, se essa violência teve um impacto traumático e não foi coletivamente superada, é possível que, de maneiras diretas ou indiretas, na produção cultural do século XX, encontremos marcas desse impacto, em formas variadas de elaboração estética e lingüística, como o testemunho, a dissolução do realismo, a fantasmagoria, a fragmentação de perspectiva (GINZBURG, 2010, p. 106).

Afinal, não é coerente pensar que os massacres de Canudos e do Contestado deixaram marcas significativas em nossa sociedade, verdadeiros traumas coletivos? Entendendo que sim, podemos dizer que a presença das violências na literatura brasileira dialoga diretamente com a presença das violências na história brasileira.

4.1 O JAGUNÇO CANGACEIRO EM *GRANDE SERTÃO: VEREDAS*

Nascido em 27 de junho de 1908, na cidade de Cordisburgo, Minas Gerais, João Guimarães Rosa foi médico, diplomata e escritor. Apesar de importantes atuações nas duas primeiras áreas⁸² é certamente enquanto escritor que seu nome é mais associado e reconhecido. Não à toa ocupou a cadeira de número 2 da Academia Brasileira de Letras em 1963 e foi indicado ao Prêmio Nobel de Literatura em 1967; neste mesmo ano acabou falecendo, vítima de um ataque cardíaco.

Grande Sertão: Veredas, publicado originalmente em 1956, é sua obra de maior renome. Frequentemente presente em listas de leituras de diversos vestibulares pelo Brasil, bem como na educação básica e nos meios acadêmicos e especializados, mantém sua relevância e influência. Desde seu lançamento até os dias de hoje se destaca pela abordagem do que muitas vezes é chamado de “Brasil profundo”, o Brasil de verdade – um deles. O sertão – que abrange

⁸² Destacou-se, por exemplo, na vida diplomática na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial.

grande parte do Brasil, inclusive não excluindo definitivamente as Minas Gerais do autor – é abordado nesta obra de modo íntimo e profundo, respeitoso, cativante e amedrontador. A figura de Riobaldo nos encanta e nos guia pelas veredas de suas memórias. E é em Riobaldo que se tem talvez uma das representações mais conhecidas, reconhecidas e influentes de um jagunço.

O jagunço em Guimarães Rosa, com Riobaldo e seu bando – quando ele se torna o Urutu-Branco e o Tatarana – são, certamente, uma das principais representações desse importante sujeito da história brasileira. Riobaldo acaba sendo o arquétipo do jagunço/cangaceiro e pela relevância da obra de Guimarães Rosa, se torna também o exemplo mais associado ao termo jagunço de modo geral⁸³.

Mesmo considerando apenas o *Grande Sertão: Veredas*, ou mesmo apenas Riobaldo, pudemos perceber, entretanto, que esse grande símbolo do que é o jagunço, possui muitas nuances e manifestações diversas. Ao nos debruçarmos sobre este caso, portanto, acabamos percebendo que o jagunço presente nesta obra é múltiplo.

Para melhor compreendermos essas questões - antes de entrarmos na análise do conteúdo do livro - são importantes alguns apontamentos sobre esse tema e contexto de modo geral. Afinal, se inicialmente afirmamos que não havia bibliografia específica sobre o jagunço do Sudoeste paranaense, o mesmo não é válido para os “jagunços do sertão”⁸⁴.

Começamos pelo livro clássico *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*, publicado originalmente em 1963. Seu autor, o cearense de Beberibe, Rui Facó, um jornalista, intelectual e ativista comunista, morreu naquele mesmo ano, na Bolívia, antes mesmo de conseguir lançar seu livro. A obra de Facó se mostra um importante exemplar da literatura brasileira acerca desse tema, sua utilização em estudos posteriores como *O desmoronamento do mundo Jagunço* (DERENGOSKI, 1986) até trabalhos mais recentes e interdisciplinares (FILHO; SAMPAIO, 2014) evidenciam essa importância. Apesar de diversas questões problemáticas enquanto um estudo de humanidades - muitas delas compreensíveis devido a seu momento de produção - consideramos que essa obra oferece uma importante contribuição para os estudos sobre os temas aqui abordados⁸⁵.

⁸³ Isso, é claro, considerando o recorte da literatura, pois dentre os personagens históricos Lampião ocupa esse posto.

⁸⁴ Como vimos, este é um termo que pode congrega em si certa multiplicidade de sujeitos, dos cangaceiros aos chamados fanáticos de Canudos, retomando, portanto, ao século XIX, e tendo uma presença destacada no Nordeste.

⁸⁵ Obviamente, há críticas que devem ser feitas, deixadas claras e consideradas ao se trabalhar com essa obra. Críticas como a massificação/homogeneização das populações pobres/rurais do sertão, a ausência de fontes ou ao menos a não presença clara delas, indispensável para a conferência dos pares, bem como uma postura crítica ao capitalismo pautado num marxismo hoje em desuso, mas característico dos anos 1950, destacando-se, por exemplo, a defesa de um Brasil semifeudal ou de uma visão de progresso tangente ou, ainda, certo paternalismo

Dentre outras questões, Facó aponta para a frequente “confusão” entre os tipos de jagunços/cangaceiros/fanáticos, direcionando sua análise para o caráter de fluidez entre essas categorias naquele contexto - final do século XIX e início do século XX. Nas palavras do autor:

É necessário fazer-se aqui distinção entre fenômenos que algumas vezes se confundem: o cangaceiro, o capanga (jagunço ou cabra) e o ‘fanático’. Nem sempre é fácil semelhante distinção e nem sempre tem sido feita. Em *Os Sertões*, por exemplo, Euclides da Cunha, não estabelece diferença entre jagunços e cangaceiros, e entre estes e o ‘fanático’. Talvez porque a campanha de Canudos englobasse-os a todos. O mesmo se pode dizer em relação a Juazeiro, ao tempo do Padre Cícero. ‘Os jagunços do Conselheiro’, ‘os jagunços do Padre Cícero’ — é como são conhecidos popularmente todos aqueles que pegavam em armas para a defesa de Canudos e de Juazeiro. Não importava que fossem antigos cangaceiros, antigos capangas, ou cangaceiros e capangas atuantes ou ainda simplesmente místicos que jamais tivessem participado de um bando de cangaceiros ou fossem capangas de qualquer senhor. O termo jagunço, embora sinônimo de capanga, tem assim um sentido mais genérico, enquanto o de capanga é mais restrito (FACÓ, 1976, pp. 57-58).

Ou seja, não haveria uma distinção clara entre esses sujeitos, uma vez que essas manifestações, por si só múltiplas, eram fluídas. Dessa forma, determinado sujeito que em determinado momento atuava como jagunço/cabra/capanga, em outro determinado momento poderia estar atuando como cangaceiro e, ainda, poderia também buscar o auxílio de um Padre Cícero ou Antônio Conselheiro e passar a ser visto, assim, como um fanático.

Maria Zaíra Turchi, da perspectiva da análise literária, trabalhando com o *Grande Sertão: Veredas*, e tendo como foco a figura do jagunço e o mundo do “jaguncismo”, aponta também para essa multiplicidade e fluidez entre as categorias.

A paisagem humana do sertão diversifica-se na figura do sertanejo, do jagunço, do capanga, do cabra, do cangaceiro, do pistoleiro. Se há nuances próprias a cada denominação, essas figuras humanas identificam-se pela valentia e coragem, necessárias para viver num ambiente inóspito, num mundo regido por códigos próprios de honra e de justiça” (p. 122). E: “No romance, há grupos de todos os tipos: bandos armados que espalham a desordem e o terror, invadindo cidades, arrasando o comércio, saqueando, desafiando as autoridades e ofendendo mulheres de famílias; bandos de jagunços como os de Joca Ramiro e Medeiro Vaz, que, sendo contrários ao Governo, buscam instaurar a ordem e a justiça e coibir a ação de bandidos e desordeiros; homens a soldo como Zé Bebelo, que almeja liquidar com os jagunços e trazer o progresso e a civilização para o sertão. Valentes assalariados ou camaradas em armas [...] (TURCHI, 2006, p. 128).

Foi, inclusive, este trabalho de Turchi que deixou claro para nós a multiplicidade de sujeitos agrupados sobre a denominação generalista de “jagunço do sertão”, até mesmo mais

acerca do “fanatismo” daqueles sujeitos que, embora problematizado pelo autor, permanece em uso para caracterizá-los. Isso tudo, no entanto, não justifica o descarte completo do trabalho do autor. Muita coisa pode ser tirada dele e, principalmente, inspirada nele.

complexa do que a tríade apresentada por Facó – capanga, cangaceiro e fanático. Esse panorama também está presente em *Grande Sertão: Veredas*.

No trecho a seguir temos uma importante passagem acerca dessas maiores complexidades, ou seja, da fluidez entre esses sujeitos, presente na obra de Guimarães Rosa:

Mas, mire e veja o senhor: nas eras de 96, quando os serra nos cismaram e avançaram, tomaram conta de São Francisco, sem prazo nem pena. Mas, nestes derradeiros anos, quando Andalécio e Antônio Dó forcejaram por entrar lá, quase com homens mil e meio -mil, a cavalo, o povo de São Francisco soube, se reuniram, e deram fogo de defesa: diz -que durou combate por tempo de três horas, tinham armado tranquiás, na boca das ruas –com tapigos, montes de areia e pedra, e árvores cortadas, de través – brigaram como boa população! Daí, aqueles retornaram, arremeteram mesmo, senhores da cidade quase toda, conforme guerrearam contra o Major Alcides Amaral e uns soldados, cercados numas duas ou três casas e um quintal, guerrearam noites e dias. A ver, por vingar, porque antes o Major Amaral tinha prendido o Andalécio, cortado os bigodes dele. Andalécio – o que, de nome real: Indalécio Gomes Pereira homem de grandes bigodes. Sei de quem ouviu, se recordava sempre com tremores: de quando, no tiroteio de inteira noite, Andalécio comandava e esbarrava, para gritar feroz: – ‘Sai pra fora, cão! Vem ver! Bigode de homem não se corta!...’. Tudo gelava, de só se escutar. Aí, quem trouxe socorro, para salvar o Major, foi o delegado Doutor Cantuária Guimarães, vindo às pressas de Januária, com punhadão de outros jagunços, de fazendeiros da política do Governo. Assim que salvaram, mandaram desenterrar, para contar bem, mais de sessenta mortos, uns quatorze juntos numa cova só! Essas coisas já não aconteceram mais no meu tempo, pois por aí eu já estava retirado para ser criador, e lavrador de algodão e cana (ROSA, 1994, pp. 228-229).

Percebe-se, inicialmente, um embate entre forças policiais e jagunços – ou cangaceiros. Ao final, Riobaldo nos fala da chegada de “punhadão de jagunços de fazendeiros da política do Governo”, ou seja, capangas, cabras, mas muito comumente chamados também de jagunços – como no próprio trecho – que chegaram em apoio ao grupo de policiais contra o grupo de jagunços/cangaceiros. O que há, então, é a distinção já apontada por Facó entre jagunços/capangas e jagunços/cangaceiros.

Mais à frente, em uma narrativa do padrinho de Riobaldo, Selorico Mendes, fica ainda mais claro a presença e atuação desses jagunços/capangas, ou jagunços de coronel.

– ‘Ah, a vida vera é outra, do cidadão do sertão. Política! Tudo política, e potentes chefias. A pena, que aqui já é terra avinda concorde, ronçice de paz, e sou homem particular. Mas, adiante, por aí arriba, ainda fazendeiro graúdo se reina mandador – todos donos de agregados valentes, turmas de cabras do trabuco e na carabina escopetada! Domingos Touro, no Alambiques, Major Urbano na Macacá, os Silva Salles na Crondeúba, no Vau -Vau dona Próspera Blaziana. Dona Adelaide no Campo-Redondo, Simão Avelino na Barra-da-Vaca, Mozar Vieira no São João do Canastrão, o Coronel Camucim nos Arcanjos, comarca de Rio Pardo; e tantos, tantos. Nisto que na extrema de cada fazenda some e surge um camarada, de sentinela, que sobraça o pau-de-fogo e vigia feito onça que come carcaça. Ei. Mesma coisa no barranco do rio, e se descer esse São Francisco, que aprova, cada lugar é só de um grande senhor, com sua família geral, seus jagunços mil, ordeiros: ver São Francisco

da Arrelia, Januária, Carinhanha, Urubu, Pilão Arcado, Xiquexique e Sento-Sé” (ROSA, 1994, pp. 150-151).

Ao falar mais diretamente do imenso poder dos coronéis, evidencia-se o papel central e a presença indispensável do jagunço/capanga nesse cenário. Não à toa Facó diz que esse elemento era a arma de manutenção do latifúndio. Nesse ponto, especificamente acerca desse jagunço capanga, temos uma grande aproximação com o jagunço da violência direta, no sentido de atuarem para algum grande proprietário segundo os interesses deste.

Como bem sabemos, não se deve considerar o rural e o urbano como desconexos. Tampouco as violências exercidas nesses meios o são. Os mesmos grupos de jagunços de coronel, frequentemente empregados para conter de modo violento instabilidades em suas terras, quase sempre contra pequenos agricultores sobre sua influência ou em disputas contra outros coronéis, também atuavam nas cidades, em disputas políticas, a mando desses coronéis:

– ‘Sei seja de se anuir que sempre haja vergonha de jagunços, a sobre-corja? Deixa, que, daqui a uns meses, neste nosso Norte não se vai ver mais um qualquer chefe encomendar para as eleições as turmas desacripantes, desentando da justiça, só para tudo destruírem, do civilizado e legal!’ Assim dizendo, na verdade sentava o dizer, com ira razoável. A gente devia mesmo de reprovar os usos de bando em armas invadir cidades, arrasar o comércio, saquear na sebaça, barrear com estrumes humanos as paredes da casa do juiz-de-direito, escramuçar o promotor amontado à força numa má égua, de cara para trás, com lata amarrada na cauda, e ainda a cambada dando morras e aí soltando os foguetes! (ROSA, 1994, p. 178).

Muito embora não se enquadre neste conceito de jagunço de coronel, Riobaldo a compreende, a analisa e nos narra, possivelmente porque para isso não é indispensável estar inserido nessa categoria, afinal, como estamos vendo as linhas entre elas são suaves. É nessa análise da relação entre jagunço e coronel que Riobaldo nos diz o seguinte:

Fiquei notando. Em como Zé Bebelo aos poucos mais proseava, com ensejos de ir mostrando a valia declarada que tinha, de jagunço chefe famoso; e daí, sutil, se reconhecia da parte dele um certo desejo de agradar ao outro. Por causa que o outro era diferido, composto em outra séria qualidade de preocupações. E seô Habão, que escutava com respeito, devagarzinho pegava a fazer perguntas, com a idéia na lavoura, nos trabalhos perdidos daquele ano, por desando das chuvas temporãs e do sol grave, e das doenças sucedidas. O que me dava a qual inquietação, que era de ver: conheci que fazendeiro – mor é sujeito da terra definitivo, mas que jagunço não passa de ser homem muito provisório” (ROSA, 1994, p. 588).

Destacam-se aqui dois elementos. Primeiro, devido ao fato de o grupo de Zé Bebelo dificilmente poder ser enquadrado como de jagunço de coronel puramente, percebe-se uma fluidez dessas categorias, já que Zé Bebelo, nessa passagem, estabelece relações com um

coronel – ou ao menos um fazendeiro. Segundo, Riobaldo nos apresenta sua consciência acerca daquela realidade, na qual, a despeito do poder bruto que os jagunços possuíam, é o detentor da terra – das propriedades, do capital – quem realmente possui poder naquele contexto, apresentado nas palavras de Riobaldo como “definitivo”, em oposição ao dos jagunços, que seria “provisório”.

Em outra passagem, pouco adiante, Riobaldo aprofunda e conclui seu pensamento:

Ele repisava, que o que se podia estender em lavoura, lá, era um desadorno. E espiou para mim, com aqueles olhos baçosos – aí eu entendi a gana dele: que nós, Zé Bebelo, eu, Diadorim, e todos os companheiros, que a gente pudesse dar os braços, para capinar e roçar, e colher, feito jornaleiros dele. Até enjoiei. Os jagunços destemidos, arriscando a vida, que nós éramos; e aquele seô Habão olhava feito o jacaré no juncal: cobiçava a gente para escravos! Nem sei se ele sabia que queria (ROSA, 1994, p. 591).

Percebe-se, assim, que mesmo na categoria de jagunço/cangaceiro, na qual se insere Riobaldo e seu bando, há nuances. Talvez há que se fazer aqui uma divisão. Haveria o jagunço/cangaceiro, mais afastado dessas relações com os coronéis, mais frontal e definitivamente oposto a eles. E os jagunços de bando, uma categoria ainda mais intensamente móvel; ora se aproximando de coronéis, como visualizamos nos trechos acima, ora se afastando e se opondo a eles mais fortemente. Entendemos que nesse grupo é que se encaixaria melhor Riobaldo.

Enquanto essa distinção entre jagunço-cangaceiro e jagunço de bando se mostra ainda frágil, a distinção com os jagunços de coronéis ou jagunços-capangas é mais nítida e segura. Afinal, ao passo que os primeiros constantemente se opunham aos coronéis, estes atuavam em seus nomes. Isso não significa, contudo, que não houvesse fluidez entre essas categorias. Aos nos falar sobre a retomada de contato com o jagunço Quipes, que teve proposta para ser jagunço-capanga, Riobaldo esclarece essa questão: “Só, por terminar, se gabou [Quipes] de ter tido duas ofertas: para servir de jagunço de Dona Adelaide, no Capão Redondo, e do Coronel Rotílio Manduca – em sua Fazenda Baluarte” (ROSA, 1994, p. 696). Ou seja, percebe-se certa naturalidade na reação de Riobaldo, indicando que tal relação não era incomum.

Essa mobilidade em que os jagunços se encontravam se refletia também nas diferentes posturas que as demais pessoas tinham sobre eles. Riobaldo considera que seu padrinho possa ter ficado orgulhoso de ele ser jagunço: “Acabei, por razão outra, fugindo do São Gregório, o senhor vai ver. Nunca mais vi meu padrinho. Mas por isso ele não me desejou mal; nem entendo. Decerto, ficou entusiasmado, quando teve notícias de que eu era o jagunço. E me deixou por herdeiro, em folha de testamento: das três fazendas, duas peguei” (ROSA, 1994, p.

156). Essa mesma posição, por outro lado, poderia resultar em problemas com a população de modo geral. “Do povo morador, não faltava quem, desconfiando de nós, mandasse a eles envio de denúncia, pois todos queriam aproveitar a ocasião para se acabar com os jagunços, para sempre” (ROSA, 1994, p. 206). Tal como a própria figura do jagunço é múltipla, também o eram suas relações e as posturas frente à eles.

As relações entre jagunços-cangaceiros – com exceção da que havia entre o próprio Riobaldo e Diadorim como vai se percebendo ao longo da trama – é apresentada como algo simples por Riobaldo: “Diadorim e eu, nós dois. A gente dava passeios. Com assim, a gente se diferenciava dos outros – porque jagunço não é muito de conversa continuada nem de amizades estreitas: a bem eles se misturam e desmisturam, de acaso, mas cada um é feito um por si” (ROSA, 1994, pp. 32-33). Essa relação com Diadorim, inclusive, em determinado momento, é apresentada por Riobaldo como o motivo de sua entrada para o mundo jagunço:

Aí, ai, oi, espécie de dor em meus cantos, o senhor sabe. Agora eu pateteava. Que que era ser fiel; donde estava o amigo? Diadorim, na pior hora, tinha desertado de minha companhia. Às certas, fuga fugida, ele tinha ido para perto de Joca Ramiro. Ah, ele, que de tudo sabia em tudo, agora assim de tenção me largava lá sem uma palavra própria da boca, sem um abraço, sabendo que eu tinha vindo para jagunço só mesmo por conta da amizade! (ROSA, 1994, p. 317).

De modo geral, no entanto, os motivadores para se entrar no jaguncismo eram bem diferentes dessa amizade. O próprio Riobaldo nos expõe outro motivo em momentos anteriores: “Mas o mais garboso fiquei, prezei a minha profissão. Ah, o bom costume de jagunço. Assim que é vida assoprada, vivida por cima. Um jagunceando, nem vê, nem repara na pobreza de todos, cisco. O senhor sabe: tanta pobreza geral, gente no duro ou no desânimo” (ROSA, 1994, p. 93). Ou seja, ser jagunço seria uma forma de suportar e/ou ignorar a realidade.

Outro importante motivador é que se determinado sujeito não adentrasse ao mundo jagunço, ele estaria sujeito às violências desse mesmo mundo, dos próprios jagunços, dos coronéis, da polícia, enfim:

Mas eu ficava imaginando: se fosse eu tivesse tido sina outra, sendo só um coitado morador, em povoado qualquer, sujeito à instância dessa jagunçada? A ver, então, aqueles que agorinha eram meus companheiros, podiam chegar lá, façanhosos, avançar em mim, cometer ruindades. Então? Mas, se isso sendo assim possível, como era pois que agora eles podiam estar meus amigos?! O senhor releve o tanto dizer, mas assim foí que eu pensei, e pensei ligeiro. Ah, eu só queria era ter nascido em cidades, feito o senhor, para poder ser instruído e inteligente! E tudo conto, como está dito. Não gosto de me esquecer de coisa nenhuma. Esquecer, para mim, é quase igual a perder dinheiro (ROSA, 1994, p. 579).

Dito tudo isso, talvez uma das definições de jagunço, apresentada por Riobaldo, se mostre mais compreensível: “Jagunço é isso. Jagunço não se escabreia com perda nem derrota – quase que tudo para ele é o igual. Nunca vi. Pra ele a vida já está assentada: comer, beber, apreciar mulher, brigar, e o fim final” (ROSA, 1994, p. 71). Pois, afinal, até que ponto essa definição não seria válida para todos os elementos agrupados sob o termo jagunço abordados até aqui a partir de *Grande Sertão: Veredas*? Ou dito de maneira mais resumida: “Jagunço é o sertão” (ROSA, 1994, p. 438).

4.2 O JAGUNÇO DE CANUDOS EM *OS SERTÕES*

“Aquela campanha lembra um refluxo para o passado./ E foi, na significação integral da palavra, um crime./ Denunciemo-lo” (CUNHA, 2002, p. 09).

O escritor, jornalista e com formação militar, Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha cumpriu um papel essencial ao nos legar um amplo relato sobre um dos episódios mais sangrentos de uma República recém-nascida, o massacre de Canudos. Sua obra, *Os Sertões* é, certamente, ainda hoje, uma das principais fontes históricas no estudo sobre aquele movimento que, do interior da Bahia, abalou todo o país. Mais do que uma fonte histórica, *Os Sertões* assumiu, ao longo do tempo, papel de destaque no cenário literário brasileiro – muito embora, originalmente, não seja uma obra literária. Destaca-se sua ampla presença em currículos de ensino básico, bem como de leituras de vestibulares pelo país. Tais elementos justificam a escolha dessa obra para trabalharmos com esse primeiro caso de jagunço “fanático-messiânico”.⁸⁶

Nascido em 20 de janeiro de 1866, na cidade de Cantagalo, no Rio de Janeiro, Euclides da Cunha, trabalhando no jornal A província de São Paulo – atual O Estado de São Paulo – atuou como jornalista correspondente em Canudos, acompanhando a quarta expedição, no ano de 1897, como um adido militar. Foi, portanto, desse lugar que observou aqueles acontecimentos e escreveu seu livro. Este, por sua vez, acabou por ser publicado apenas no ano de 1902. Tal obra constitui, por fim, direta ou indiretamente – servindo, por exemplo, de base para obras que possam ter maior alcance – um dos grandes elementos construtores da visão que se tem sobre o jagunço de Canudos, sobre os chamados “fanáticos de Conselheiro”.

⁸⁶ Podemos pensar nessa relevância associando a uma intensa presença da história de Canudos no imaginário nacional, com obras como *Súplica Cearense*, d’O Rappa, especialmente o videoclipe, ou do filme *A guerra de Canudos*, de 1997, que tomam a obra de Euclides como base, e mesmo internacionalmente, com *A guerra do fim do mundo* (1981), de Mario Vargas Llosa, que é uma releitura direta de *Os Sertões*.

Uma questão central para compreender a obra de Euclides da Cunha e mesmo num recorte mais específico dela, como em nosso caso, com a representação de seus jagunços, é que o autor possuía uma postura fortemente pautada, dentre outros elementos, num determinismo geográfico e no que hoje chamaríamos de racismo científico. Essas duas “teorias” acabam direcionando, mais ou menos intensamente, toda a narrativa do autor, bem como suas análises e seus julgamentos.

Ao relembrarmos do longo espaço dedicado à análise dos elementos físicos e geográficos da região em pauta – na primeira parte do livro, intitulada “A terra” –, onde o autor remonta a milhões de anos, abordando, por exemplo, movimentos tectônicos e outras questões correlatas, já exemplificam bem essa centralidade da geografia física em sua obra. Não se trata, porém, puramente de uma descrição. Como dissemos, Euclides da Cunha se pauta em um determinismo geográfico, ou seja, questões geográficas, especificamente da geografia física, determinariam sobremaneira, portanto, explicariam, diversos elementos, questões, constituições sociais, culturais, históricas, etc. Isso fica mais claro quando o autor associa essa sua longa descrição da geografia do local com a constituição da população que a habita. Segundo Euclides da Cunha, teria havido um significativo insulamento da população que constitui os sertões da Bahia. Esse fenômeno, por sua vez, seria em grande medida explicado por questões geográficas. Posteriormente, o autor tece algumas críticas acerca da falta de iniciativa da República em retomar o contato com essas pessoas, para inseri-las na “civilização”; além de apresentar também o que ele entende como séculos de abandono dessas pessoas pelo Reino de Portugal e do Império do Brasil. Apesar disso, o destaque se mantém nas questões geográficas como fator explicativo.

Enfim, esse isolamento teria gerado um tipo único de pessoa, o sertanejo, o beato de Conselheiro, o fanático, o jagunço messiânico. Nas palavras do autor:

Fora longo traçar-lhes a evolução do caráter. Caldeadas a índole aventureira do colono e a impulsividade do indígena, tiveram, ulteriormente, o cultivo do próprio meio que lhes proporcionou, pelo insulamento, a conservação dos atributos e hábitos avoengos, ligeiramente modificados apenas consoantes às novas exigências da vida. – E ali estão com suas vestes características, os seus hábitos antigos, o seu estranho aferro às tradições mais remotas, o seu sentimento religioso levado até ao fanatismo, e o seu exagerado ponto de honra, e o seu folclore belíssimo de rimas de três séculos... (CUNHA, 2002, p. 69).

Por fim, colocando com todas as letras seu posicionamento acerca da centralidade do meio físico nesse processo, Euclides da Cunha diz o seguinte:

Raça forte e antiga, de caracteres definidos e imutáveis mesmo nas maiores crises – quando a roupa de couro do vaqueiro se faz armadura flexível do jagunço –, oriunda de elementos convergentes de todos os pontos, porém diversa das demais deste país, ela é inegavelmente um expressivo exemplo do quanto importam as reações do meio (CUNHA, 2002, p. 69).

É nesse cenário, portanto, segundo o autor, que surge o homem médio do sertão baiano, o jagunço de Canudos. Apresentando agora sua constituição, sua aparência física, suas características, têm-se o seguinte:

É natural que grandes populações sertanejas, de par com as que se constituíam no médio São Francisco, se formassem ali com a dosagem preponderante do sangue tapuia. E lá ficassem ablegadas, envolvendo em círculo apertado durante três séculos, até a nossa idade, num abandono completo, de todo alheia dos nossos destinos, guardando, intactas, as tradições do passado. De sorte que, hoje, quem atravessa aqueles lugares observa uma uniformidade notável entre os que o povoam: feições e estatura variando ligeiramente em torno de um modelo único, dando a impressão de um tipo antropológico invariável, logo ao primeiro lance de vistas distinto do mestiço proteiforme do litoral. Porque enquanto este patenteia todos os cambiantes da cor e se erige ainda indefinidos, segundo o predomínio variável dos seus agentes formadores, o homem do sertão parece feito por um molde único, revelando quase os mesmos caracteres físicos, a mesma tez, variando brevemente do mamaluco bronzeado ao cafuz trigueiro; cabelo corredio e duro ou levemente ondedado; a mesma envergadura atlética, e os mesmos caracteres morais traduzindo-se nas mesmas superstições, nos mesmos vícios, e nas mesmas virtudes (CUNHA, 2002, p. 73).

Percebe-se nessa passagem uma leitura de Euclides da Cunha que coloca esses sujeitos fora da história, como imutáveis; além de apresentá-los como sujeitos homogêneos. Chegamos, assim, ao segundo componente central da leitura euclidiana, o racismo científico. Afinal, negar a historicidade de determinada população, retirando-a da história através de uma atribuição a elas de uma imutabilidade, bem como definir essa mesma população - que, como todas, compõe-se de sujeitos diversos - como homogênea, não pode ser vista de outra forma que, ao menos, um paternalismo e uma visão hierárquica.

É evidente que a sociedade, os pensamentos e as formas de ver e de estar no mundo nas décadas de 1890-1900 eram muito diferentes dos atuais, portanto, devemos ter cuidado em atribuir a Euclides da Cunha e sua obra questões do nosso presente, problematizações que apenas hoje fazemos. Os exemplos acima possivelmente demandariam maior aprofundamento se nos propuséssemos a efetivamente analisá-los. Todavia essa não é nossa proposta; muito embora seja difícil fugir totalmente desse debate. Apresentemos, então, algumas breves considerações.

Há diversas outras passagens que deixam essa questão mais clara, como quando o autor diz que “a mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. [...] A mestiçagem extremada é um retrocesso” (CUNHA, 2002, p. 73). Tal questão fica ainda mais

explícita se compararmos, brevemente, com posturas de outras pessoas do período. Por exemplo, temos o caso de Afonso Celso (1860-1939), que também escreveu sobre os chamados mestiços do sertão nordestino e sobre Canudos. Segundo Flávio Raimundo Giarola “Celso contrariava as teorias que afirmavam ser o mestiço um degenerado e racialmente inferior. Ao contrário, dizia que o ‘mestiço brasileiro não denota inferioridade alguma, física ou intelectual’” (GIAROLA, 2013, p. 210).

Nosso objetivo com isso é apenas esclarecer alguns elementos que compõem e direcionam a leitura de Euclides da Cunha. Entendemos que isso é importante também para melhor compreender as representações dos sujeitos presentes na obra, destacadamente o jagunço - e que parece se manter, com as devidas adaptações, em contextos e produções posteriores, como no Contestado. Por fim, entendemos que esse exercício se justifica no sentido de fugirmos de binarismos ou leituras simplistas. Afinal, se é verdade que *Os sertões* tem um caráter de denúncia de um crime da República, como o autor deixa bem claro - no trecho com o qual abrimos este capítulo - também é verdade que Euclides da Cunha se pautava em grande medida em um conhecimento pseudocientífico – muito marcante naquele período e difundido por pessoas como Cesare Lombroso – que a época já era questionado, por estar alicerçado num racismo que buscava se disfarçar de ciência. Dessa forma, percebe-se, por toda a obra, diversas posturas paternalistas, tolerantes – no sentido realmente de tolerar o que é inferior – e hierarquizantes do autor para com as pessoas envolvidas naquele cenário. Isso não deslegitima, contudo, a importância de denúncia que essa obra possui. Continuemos, então.

Ainda no sentido de definir o jagunço de Canudos, é célebre a frase em que Euclides da Cunha diz que “O sertanejo é, antes de tudo, um forte” (CUNHA, 2002, p. 77). De modo algum questionamos tal afirmação, inclusive não duvidamos da crença genuína do autor nesta sua definição. Todavia, há outra passagem, na mesma página, que entendemos representar muito melhor a visão euclidiana sobre o sertanejo. Trata-se da expressão “Hércules-Quasímodo” (CUNHA, 2002, p. 77). Ou seja, forte, porém deformado, feio, inadaptado. Essa dualidade é o que melhor define, resumidamente, a representação euclidiana do homem do sertão – juntamente com elementos extemporâneos e homogeneizadores, de modo complementar.

Quando se trata do jagunço, porém, que Euclides da Cunha apresenta como um dos atores mais sombrios de nossa História (CUNHA, 2002, p. 136), há um elemento a mais, um fenômeno distintivo. Esse “Hércules-Quasímodo” do sertão não é, para o autor, automaticamente, um jagunço. Há um fator que atua no sentido de transformar o sertanejo em jagunço e esse fator, em linhas gerais, seria o emprego da violência. Do embate com as

expedições, do choque com a República e seus militares, da necessidade – o autor apresenta realmente nesses termos de necessidade – de defender seu lar atacado pela força das armas, botando sua vida em risco e ceifando outras, o sertanejo, movido pelo “fanatismo”, torna-se jagunço. Diz Euclides da Cunha que “o sertanejo simples transmudava-se, penetrando-o, no fanático destemeroso e bruto. Absorvia-o a psicose coletiva. E adotava, ao cabo, o nome até então consagrado aos turbulentos de feira, aos valentões das refregas eleitorais e saqueadores de cidades – *jagunço*” (CUNHA, 2002, p. 118).

Com isso, o autor evidencia a preexistência do termo jagunço empregado para sujeitos enquadrados nos casos que abordamos anteriormente a partir de *Grande Sertão: Veredas*:

Porque a universalidade do sentimento religioso, de par com o instinto da desordem, ali agremiara não baianos apenas senão filhos de todos os Estados limítrofes. Entre o ‘jagunço’ do São Francisco e o ‘cangaceiro’ dos Cariris, surgiam, sob todos os matizes, os valentões tradicionais dos conflitos sertanejos, variando até então apenas no nome, nas sedições parceladas, dos ‘calangros’, dos ‘balaios’ ou dos ‘cabanos’ (CUNHA, 2002, p. 186).

Cunha, porém, não se aprofunda nessa questão, a ponto de dizer, ao fazer comparações entre o jagunço “fanático” de Canudos e os cangaceiros (CUNHA, 2002, p. 138), que a diferença entre eles seria, basicamente, o local onde estão e a arma predileta⁸⁷. Em outro momento, em um exercício comum em sua obra, o autor apresenta o jagunço como a soma de outros sujeitos como no trecho a seguir: “Imaginemos que dentro do arcabouço titânico do vaqueiro estale, de súbito, a vibratilidade incomparável do bandeirante. Teremos o jagunço” (CUNHA, 2002, p. 136). Seja como for, percebe-se na representação euclidiana que os elementos constituintes centrais do jagunço de Canudos são a violência e o fanatismo⁸⁸.

Ao narrar sobre a batalha de Uauá, em 1896, Euclides da Cunha aborda mais diretamente o jagunço, já constituído pela violência reativa, que seria um misto de religioso – fanático – e guerreiro, representando perfeitamente os dois elementos constituintes desse sujeito. Segundo o autor:

Um coro longínquo esbatia-se na mudez da terra ainda adormecida, reboando longamente nos ermos desolados. A multidão guerreira avançava para Uauá, derivando à toada vagarosa dos *kyries*, rezando. Parecia uma procissão de penitência,

⁸⁷ De formas muito diferentes, é verdade, mas essa visão que os iguala, pode ser vista em concordância com a fluidez entre as categorias de jagunços do sertão nordestino, conforme exposto ao trabalharmos com o *Grande Sertão: Veredas*. Trata-se, inclusive, de uma primeira manifestação nesse sentido, visto que haverá outra à qual nos deteremos mais.

⁸⁸ Estes traços, inclusive, em momento algum são questionados pelo autor. O máximo que é feito, o que inclusive é muito digno de nota, é o questionamento feito pelo autor se não haveria, enfim, fanáticos também do outro lado – os militares pela República (CUNHA, 2002, p. 278).

dessas a que há muito se afeiçoaram os matutos crendeiros para abrandarem os céus quando os estios longos geram os flagícios das secas”./“O caso é original e verídico. Evitando as vantagens de uma arrancada noturna, os sertanejos chegavam com o dia e anunciavam-se de longe. Despertavam os adversários para a luta”./ “Mas não tinham, ao primeiro lance de vistas, aparências guerreiras. Guiavam-nos símbolos de paz: a bandeira do Divino e, ladeando-a, nos braços fortes de um crente possante, grande cruz de madeira, alta como um cruzeiro. Os combatentes armados de velhas espingardas, de chuços de vaqueiros, de foices e varapaus, perdiam-se no grosso dos fiéis que alteavam, inermes, vultos e imagens dos santos prediletos, e palmas ressequidas retiradas dos altares. Alguns, como nas romarias piedosas, tinham à cabeça as pedras dos caminhos, e desfiavam rosários de coco. Equiparavam aos flagelos naturais, que ali descem periódicos, a vinda dos soldados. Seguiam para a batalha rezando, cantando – como se procurassem decisiva prova às almas religiosas (CUNHA, 2002, p. 143).

O trecho é longo, porém muito elucidativo, pois, além das questões já pontuadas, expõe certo exotismo na visão apresentada, ou seja, o jagunço e suas práticas são vistos como estranhos, exóticos e mesmo primitivos; a despeito da honra, que em momento algum é negada pelo autor àqueles sujeitos.

Outro elemento de destaque na representação euclidiana do jagunço de Canudos está de acordo com sua postura de retirar esses sujeitos da história, apresentando-os como imutáveis. No trecho a seguir percebe-se uma narrativa que apresenta uma visão quase transcendental:

Toda uma companhia do 7º, naquele momento, fez fogo, por alguns minutos, sobre um jagunço, que vinha pela estrada de Uauá. E o sertanejo não apressava o andar. Parava às vezes. Via-se o vulto impassível apumar-se ao longe considerando a força por instantes, e prosseguir depois tranquilamente. Era um desafio irritante. Surpreendidos os soldados atiravam nervosamente sobre o ser excepcional, que parecia comprazer-se em ser alvo de um exército. Ele dado momento ele sentou-se à beira do caminho e pareceu bater o isqueiro, acendendo o cachimbo. Os soldados riram. O vulto levantou-se e encobriu-se, lento e lento, entre as primeiras casas (CUNHA, 2002, p. 198).

Tal postura contribui para a visão de um jagunço – e por que não de todo o movimento de Canudos – como místico, portanto, não real e a-histórico. Percebe-se, por fim, talvez ainda mais claramente, esse ponto na seguinte passagem:

Os soldados enfermos, em perene contacto com o povo, que os conversava, tinham-se, ademais, constituído rudes cronistas dos acontecimentos e confirmavam-nos mercê da forma imaginosa por que a própria ingenuidade lhes ditava os casos, verídicos na essência, mas deformados de exageros, que narravam. Urdiam-se estranhos episódios. O jagunço começou a aparecer como um ente à parte, teratológico e monstruoso, meio homem e meio trasgo; violando as leis biológicas no estadear resistências inconceptíveis [...] (CUNHA, 2002, p. 292).

Acrescenta-se, com isso, de modo complementar ao “fanatismo” e a violência, um caráter místico/a-histórico do jagunço pintado pelo autor.

Justiça seja feita, há um elemento presente nos escritos de Euclides da Cunha que é extremamente interessante – especialmente se considerarmos que ele também apareceu na sessão anterior, o que, de certa forma, aumenta sua pertinência. Estamos nos referindo a um caráter de fluidez dos sujeitos chamados de jagunços.

A aproximação feita por Euclides da Cunha entre o jagunço “fanático” e os cangaceiros, vaqueiros e afins, já apontava nesse sentido. No entanto, entendemos que há outro caso no qual podemos perceber essa questão mais claramente. Trata-se das aproximações entre jagunços e soldados. Esses dois sujeitos, tidos e frequentemente vistos e reproduzidos como opostos, antagonistas num embate binário simples, direto e mortal, podiam, na verdade, possuir relações mais complexas. Há, por exemplo, uma passagem em que um sujeito dito jagunço atua com a 4ª Expedição:

Por sua vez o comandante-em-chefe avaliara o seu valor. O tenente-coronel Meneses era o olhar da expedição. Oriundo de família sertaneja do norte e tendo até próximos colaterais entre os fanáticos, em Canudos, aquele jagunço aloirado, de aspecto frágil, física e moralmente brunido pela cultura moderna, a um tempo impávido e atilado – era a melhor garantia de uma marcha segura. E deu-lhe um traçado que surpreendeu os próprios sertanejos (CUNHA, 2002, p. 227).

Mostra-se coerente, a partir disso, questionar a própria concretude do conceito de jagunço em Canudos. Ou ao menos indicar que ele não é estático, nem impede, definitivamente, relações e/ou atuações que, a princípio, estariam em desacordo com sua posição.

Isso se torna mais pertinente se se considerar um recorte mais amplo do que a guerra de Canudos: “Um ou dois corpos assim dispostos e convenientemente adestrados acabariam por copiar as evoluções estonteadoras dos jagunços, sobretudo considerando que ali estavam, em todos os batalhões, filhos do norte, nos quais o uniforme bárbaro não se ajustaria pela primeira vez” (CUNHA, 2002, p. 226). Pois assim percebe-se que as relações entre os diversos sujeitos inseridos naquele cenário estão para além daquela guerra. Há, enfim, diversas relações, trocas; são sujeitos múltiplos e um mundo fluído. Isso torna compreensível, por exemplo, que ex-combatentes se tornem jagunços e que combatentes ajudem jagunços (CUNHA, 2002, p. 292). Esses aspectos indicam, por fim, para a centralidade do fator de vulnerabilidade social na constituição desses sujeitos, afinal, todos partiam, grosso modo, do mesmo local e origem.

Por fim, a despeito de que possivelmente já seja uma questão implícita, devemos deixar claro que o jagunço de Canudos também era a jagunça de Canudos. A Belo Monte de

Antônio Conselheiro também era construída e, especialmente no cenário da guerra, defendida por mulheres.

Soldados possantes que vinham resfolegando de uma luta de quatro horas, caíram, alguns mortos por mulheres frágeis. Algumas valiam homens. Velhas megeras de tez baça, faces murchas, olhares afuzilando faúlhas, cabelos corredios e soltos, arremetiam com os invasores num delírio de fúrias. E quando se dobravam, sob o pulso daqueles, juguladas e quase estranguladas pelas mãos potentes, arrastadas pelos cabelos, atiradas ao chão e calçadas pelo tacão dos coturnos – não fraqueavam, morriam num estertor de feras, cuspidando-lhes em cima um esconjuro doloroso e trágico. (CUNHA, 2002, p. 276).

Foram essas pessoas, homens e mulheres, jovens e idosos, certamente com muitas diferenças das representações de Euclides da Cunha, que resistiram por meses às investidas da 4^o Expedição.

O que sobrara de Canudos foi invadido em setembro de 1897. Euclides da Cunha, por meio de sua narrativa, nos permite “vivenciar” os momentos finais e brutais daquela história, quando Canudos queimava:

Adiante atordoava-os assonância de gritos, lamentos, choros e imprecações, refletindo do mesmo passo o espanto, a dor, o exaspero e a cólera da multidão torturada que rugia e chorava. Via-se indistinto entre lumaréus um convulsivo pervagar de sombras: mulheres fugindo dos habitáculos em fogo, carregando ou arrastando crianças e estranhando-se, às carreiras, no mais fundo do casario; vultos desorientados, fugindo ao acaso para toda a banda; vultos escabujando por terra, vestes presas das chamas, ardendo; corpos esturrados, estorcidos sob tições fumarentos... E, dominantes, sobre este cenário estupendo, esparsos, sem cuidarem de ocultar-se, saltando sobre os braseiros e aprumando-se sobre os colmos ainda erguidos, os últimos defensores do arraial. Ouviam-se as suas apóstrofes rudes; distinguíam-se vagamente os seus perfis revolteando por dentro da fumarada; e por toda a parte, salteadamente, a dois passos da linha de fogo, aparecendo, improvisas, fisionomias sinistras, laivadas de mascarras, bustos desnudos chamuscados, escoriados, embatendo-as, em assaltos temerários e doidos (CUNHA, 2002, p. 352).

Reforçando o posicionamento de denúncia d'*Os sertões* Euclides da Cunha conclui sua obra da seguinte maneira:

Fechemos este livro./ Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5 [de outubro], ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados (CUNHA, 2002, p. 359).

Outro ator que nos legou importante documentação sobre aquele episódio, muito embora tenha sido, de certa forma, ofuscado por Euclides da Cunha e seu *Os Sertões*, foi o

fotógrafo Flávio de Barros. Berthold Zilly ao analisar o trabalho de Barros sobre Canudos, especialmente à luz do então recém-lançado livro *Canudos: imagens da guerra. Os últimos dias da Guerra de Canudos pelo fotógrafo expedicionário Flávio de Barros*, de Cícero F. de Almeida, desenvolve algumas questões interessantes no diálogo entre os trabalhos originais de Barros e a publicação de Almeida – nesta o autor apresenta as fotografias de Barros, acrescentando textos, descrições e interpretações. Nesse exercício percebemos, por exemplo, de uma forma talvez mais nítida, o teor pejorativo do termo jagunço naquele cenário e, possivelmente, amplificado pelo tempo.

Parece-me que o organizador poderia ter mantido os títulos originais das fotos, em vez de substituí-los por títulos mais apropriados e mais elucidativos, politicamente mais corretos do que os do próprio fotógrafo, citados apenas nos respectivos comentários. Por outro lado, os títulos autênticos, que na verdade eram legendas, caracterizações erradas em grande parte, com sua carga ideológica anticonselheirista, faziam, juntamente com os próprios quadros, parte da encenação entre heróica e idílica da história, que valeria a pena ser documentada tal como se apresentava ao contemplador da época. É o caso por exemplo do quadro 400 jagunços presos, reintitulado por Cícero de Almeida como Rendição dos conselheiristas em 2 de outubro, evitando **o injurioso termo jagunço** [grifo nosso] e corrigindo o exagero do seu número, já que quase todos os prisioneiros masculinos haviam sido degolados, entre eles Antônio Beatinho, o altareiro de Antônio Conselheiro, de modo que na foto aparecem quase só mulheres (ZILLY, 1999, p. 108).

Pensando no caráter de denúncia de Euclides da Cunha, as fotografias de Barros nos fornecem importantes representações intencionais e não intencionais, como se percebe no trecho a seguir.

Não se pode ignorar certo ar de melancolia naqueles quadros do arraial destroçado, das igrejas em ruínas, do Jagunço preso. Essa última fotografia se transfigura em homenagem talvez involuntária ao inimigo domado, um vaqueiro alto, no seu traje de couro, orgulhoso e nobre, apesar do visível cansaço, escoltado por quatro soldados, mais baixos do que ele, ordinários, medíocres, brutos. Nesse grupo de cinco homens, os quatro vencedores, armados, inexpressivos, dois de cada lado, parecem só ter uma função: enaltecer o inimigo inerme que, porém, nos olha empertigado, impávido, imponente, um vencido vencedor. A tragicidade dessa cena, configurada com quase perfeita simetria, com o preso no centro do grupo, dominando-o, aumenta quando nos lembramos que esse sertanejo que se nos apresenta, antes de tudo, como um forte, como titã subjugado, como encarnação daquilo que Euclides chama de “cerne de uma nacionalidade” – esse herói estava certamente, na hora da tomada, sendo levado para a degola, o que transforma os seus vigias em assassinos e a imagem numa implícita acusação (ZILLY, 1999, p. 109).

Trouxemos brevemente essas reflexões sobre as fotografias de Canudos de Barros com o intuito central de mostrar que, embora possivelmente a obra de Euclides da Cunha seja a mais importante no sentido de construção de uma visão sobre Canudos e seus jagunços, ela não é a única. As fotografias de Barros, inclusive, poderiam contribuir no sentido de

complexificar, mesmo que involuntariamente, como vimos no exemplo acima, a figura do jagunço “fanático”. Zilly conclui seu trabalho com as seguintes palavras:

O repórter, o cineasta, o escritor, o cientista social, enquanto cronistas, desempenham tarefa atraente, pois criam a imagem que a opinião pública e a posteridade terão de fatos históricos. Eles são os primeiros intérpretes do passado, os formadores da memória, de certa forma, os criadores da História. Têm uma missão ao mesmo tempo nobre e perigosa, de alta responsabilidade e de muitas tentações, que os coloca entre os partidos, entre vencedores e vencidos: documentar, selecionar, interpretar, justificar ou criticar o ocorrido, situações importantes e eventos decisivos, mediante palavras ou imagens, a serviço da Verdade, o que é particularmente difícil em tempos de guerra (ZILLY, 1999, p.113).

Concordamos com o autor e reconhecemos o papel desempenhado por esses cronistas, bem como sua importância. Apenas acrescentamos que não devemos nos limitar ao que esses cronistas nos contam; devemos questioná-los, confrontá-los, problematizá-los, num necessário procedimento historiográfico. Acerca de Euclides da Cunha, por exemplo, Rui Facó, nos anos de 1960, já problematizava algumas questões:

Se Euclides da Cunha, estudioso honesto da realidade brasileira, mas com profundos preconceitos e falsas concepções estreitamente antropológicas e geográficas, não percebeu a essência da luta dos habitantes de Canudos, vendo unicamente seu fundo religioso, de fanatismo, não se justifica que este ponto de vista errôneo prevaleça na historiografia do Brasil (FACÓ, 1976, p. 74).

Se hoje a compreensão daquele movimento se mostra muito mais rica e ampla, parecemos, por outro lado, que a representação padrão que se tem sobre o jagunço de Canudos, ainda hoje, é fortemente pautada nesses preceitos euclidianos. Na historiografia, entretanto, tais posturas parecem que foram sendo deixadas de lado e vêm se mostrando possível compreender esses sujeitos para além de seu suposto fanatismo.

4.3 O JAGUNÇO DO CONTESTADO EM *O BRUXO DO CONTESTADO*

Nascido em 22 de maio de 1951, em Blumenau, Santa Catarina, Godofredo de Oliveira Neto possui formação em Letras e é professor titular de Literatura Brasileira na UFRJ. Possui uma significativa produção literária, com obras premiadas e traduzidas para outras línguas. Dentre elas, está *O bruxo do Contestado*, de 1996. Conforme consta na seção ao final do livro intitulada “Esclarecimentos”:

Foi em relatos ouvidos, depoimentos recolhidos e nas pesquisas pessoais do autor em arquivos do país que *O bruxo do Contestado* encontrou a sua inspiração.

Acrescentem-se a eles os livros, documentos e artigos publicados, de vários autores, que analisam a Guerra do Contestado, a história da Segunda Guerra Mundial no Brasil e a colonização no Sul do país [...] (NETO, 2012, p. 239).

Essas pesquisas mostram-se profundamente presentes em sua obra. Na verdade, o pano de fundo histórico da década de 1940, momento em que se passa a trama, sempre retomando o movimento do Contestado, da década de 1910, é onipresente, além de significativamente aprofundado, como se percebe nas muitas referências históricas ou mesmo na presença de ideias e posturas – frequentemente conflitantes – marcantes do período. Isso não significa, contudo, que o livro deva ser lido como um trabalho histórico; tampouco é esta a intenção do autor. Ele é, isso sim, uma representação - mais uma - de um cenário histórico, bem como de seus agentes. E é em um desses agentes presentes no livro, o jagunço do Contestado, que vamos nos focar aqui.

Primeiramente consideramos importante traçar um panorama sobre a trama de *O bruxo do Contestado*. Em linhas gerais, acompanhamos as trajetórias de algumas pessoas, especialmente descendentes de italianos e alemães, durante a década de 1940, moradores de regiões de Santa Catarina próximas de onde se passou o movimento do Contestado. Esse contexto histórico da Segunda Guerra Mundial no Brasil relacionado a predominância dos personagens serem descendentes de italianos e alemães movimenta, em grande medida, a trama, pois isso impõe à eles diversas dificuldades, para além das enfrentadas por aquelas pessoas independentemente desse cenário internacional⁸⁹.

Especialmente frente a essas dificuldades, Gerd Runnel, o protagonista da história – muito embora esse adjetivo possa ser relativizado, já que a obra possui diversos núcleos e uma narrativa descentralizada – se volta constantemente para os tempos do Contestado, buscando por conforto, segurança e esperança. Para Gerd, os campos do Irani – do Contestado –, eram o paraíso na terra; a vida por ele almejada, agora, três décadas depois. Por essa relação com o Contestado, Gerd é nomeado pelas demais pessoas de o “bruxo do Contestado”.

Apesar de ser em Gerd que essa constante retomada do Contestado se manifesta mais intensamente, ela está presente em toda a obra, em praticamente todos os personagens. A intenção do autor parece ter sido apresentar um cenário em que o Contestado, sua presença e as memórias sobre ele, atuam como como um imaginário comum àquela população. Não é estranho, com isso, que qualquer assunto tratado pelos personagens, de alguma forma, acaba

⁸⁹ Devido ao cenário internacional da Segunda Guerra Mundial, especialmente após o Brasil declarar guerra oficialmente ao Eixo, em 1942, a situação de pessoas que tinham origem nos países que compunham o Eixo – Alemanha, Itália e Japão – em território brasileiro foi muito turbulenta, com ações como a proibição do uso das respectivas línguas e frequentes perseguições. Esse cenário é abordado no livro.

por retornar ao Contestado, seja como exemplo, oposição, inspiração, etc. É como se o Contestado fosse uma presença constante, o passado presente por excelência entre aquelas pessoas. Por isso, a obra de Neto se mostra como o melhor dos exemplos - dentre as que estamos trabalhando - acerca do que pontuamos anteriormente, a partir de Ginzburg, sobre a possibilidade de a literatura ser um meio de se elaborar traumas ou relações e eventos violentos.

Essa presença do Contestado não se manifesta de maneira homogênea. Há posturas simpáticas e contrárias - às vezes fluidas - àquele movimento. E dentro dessas visões há as representações dos jagunços do Contestado. E é especificamente na visão que os personagens têm sobre esses sujeitos, que vamos nos dedicar aqui, pois entendemos que é dessa forma que é construída a representação do jagunço nessa obra.

De modo geral, conseguimos identificar posturas mais favoráveis e contrárias ao movimento do Contestado, o que se reflete na visão sobre os jagunços daquele movimento. Vamos estruturar nossa exposição, portanto, baseando-nos nessa distinção. Apresentaremos os principais trechos e passagens que expõem as visões mais simpáticas ao jagunço/Contestado e depois as mais desfavoráveis aos mesmos. Que fique claro, todavia, que essa distinção não é estática; percebe-se na obra, momentos de fluidez entre essas posturas.

Como são muitos os personagens presentes na obra e praticamente todos, em algum momento, se referem ao Contestado, vamos nos focar aqui nos que consideramos como sendo os mais significativos, seja quantitativamente, com uma presença mais constante, seja qualitativamente, com posturas mais relevantes. O primeiro dos personagens que possui uma visão positiva do Contestado é o já citado Gerd Runnel, o “bruxo do Contestado”. Logo no início do livro, o narrador o apresenta dizendo que enquanto “para alguns, [os jagunços] tratava-se de fanáticos; para o menino Gerd, eram os que tinham a sorte de ver Deus” (NETO, 2012, p. 24). Os locais do Contestado, para o jovem Gerd, “eram nomes que se revestiam de magia” (NETO, 2012, p. 24) e que “representavam a salvação e a esperança de dias mais justos. Na época de sua infância, torcia para que Zurquim, sua cidade, se incluísse na lista dos lugares abençoados pelo reino da paz” (NETO, 2012, p. 24).

Já adulto, Gerd, frente a praticamente qualquer problema enfrentado, recorre ao Contestado. Quando de uma discussão com a esposa, Gerd diz “Vou embora desta casa! Vou atrás dos campos do Irani, no Contestado. Lá tem justiça!” (NETO, 2012, p. 32), completando, posteriormente que ““Um dia, isto aqui vai se transformar nos campos do Irani do Contestado, você vai ver!”, acrescentava, quase num murmúrio” (NETO, 2012, p. 34).

Em um momento reflexivo de Gerd, intermediado pelo narrador, podemos perceber uma espécie de síntese de suas posturas:

Gerd gostava daquele lugar, daquela vista da igreja. Destacava-se a escola Olavo Bilac, com telhado vermelho. Quase todos os habitantes do lugar haviam frequentado a escola. Queria morrer ali. A floresta densa, a caça generosa, a terra fértil. As montanhas menos alcantiladas que aquelas onde passara a infância. Em Zurquim, não muito distante de Diamante, as montanhas lembravam-lhe pontas que castigavam e feriam, e as terras maninhas, cemitérios revoltosos. Lembrava-se do primo [que morreu lutando pelo Contestado]. A serra encantada do Taió devia ser como essas alteadas diante dos seus olhos! Os monges João e José Maria, conselheiros e milagreiros, estavam lá! Os campos do Irani eram o reino da paz e da justiça. Tinham que voltar um dia. Alto Diamante podia ser Taquaruçu. O Contestado ia estar ao alcance de suas mãos (NETO, 2012, p. 65).

Nesse mesmo sentido de síntese da postura de Gerd sobre o Contestado presente, posteriormente, complementa: “Os campos do Irani vão ser aqui. A justiça, a paz, a fartura, a alegria. No reino de Deus não existe pecado. Se alguém cometê-lo, é degolado, porque o pecado, se está dentro da pessoa, nunca mais sai!” (NETO, 2012, p. 71). E ainda: “A expectativa de o Contestado ser ali, em alto Diamante, também diminuía-lhe a ansiedade” (NETO, 2012, p. 79). O apontamento dessas práticas violentas, bem como sua naturalização, será analisado posteriormente, por considerarmos que sejam significativas de determinadas questões.

É, portanto, devido a essa constante lembrança, retomada e anseio de Gerd pelo Contestado que a ele atribuíram a alcunha de bruxo do Contestado. Postura tão intensa e apaixonada do protagonista, inclusive, destoa das demais, mesmo de personagens favoráveis àquele movimento. Nesse sentido destaca-se, por exemplo, Elsa, uma jovem mulher, estudiosa da botânica e da questão agrária, bem como escritora, que passa a morar naquela região com o passar da trama. Elsa é membro do Grupo de Defesa da Democracia, o GDD, um grupo independente voltado a debates políticos, fortemente pautado, como diz o nome, na defesa da democracia, especialmente significativo no cenário da Segunda Guerra Mundial, com o nazifascismo e suas manifestações no Brasil.

Nesse grupo, os personagens, frequentemente promovem debates e palestras, sobre questões diversas que, por sua vez, acabam, quase sempre, retomando o Contestado. É numa dessas palestras de Elsa que podemos perceber claramente uma postura, de certa forma mais analítica, sobre o Contestado; uma postura que, em linhas gerais, representa a visão do GDD como um todo. Nessa palestra, em que Elsa se propôs desde o início a falar diretamente sobre o Contestado – não sendo, portanto, um debate sobre outros assuntos que acabou enveredando para o Contestado, como frequentemente ocorre – podemos ler o seguinte: “[...] Os pouquíssimos sobreviventes relataram que os soldados estavam endiabrados. As tropas da

República pareciam, de fato, enviadas de Satanás. Isso explica a existência, até hoje, de movimentos espargidos na região de Diamante pregando a vingança de Cristo e a instalação do reino dos campos do Irani” (NETO, 2012, p. 143). Tal passagem nos permite refletir sobre a violência cometida contra os jagunços do Contestado, contrastando, portanto, com as visões recorrentes que apontam apenas para as violências por eles cometidas. Além disso, aponta para os elementos motivadores da presença desse tema naquela comunidade, destacando-se, por exemplo, o trauma ou o ressentimento.

Na sequência, Elsa afirma que “[...] Conta-se que centenas de cabeças desfiguradas de crianças entre 7 e 14 anos ficaram expostas durante dias na beira das estradas e sangas do que pretendia ser o reino da paz e da justiça dos campos do Irani” (NETO, 2012, p. 144). Percebe-se, aqui, mais uma vez, a visão dos jagunços enquanto vítimas dos ataques das forças do governo. Tal postura se reforça com a conclusão de Elsa da seguinte forma: “– Parafrazeando Euclides da Cunha: Fechemos esta exposição. O Contestado não se rendeu” (NETO, 2012, p. 145). Ou seja, assim como Euclides da Cunha – após significativas mudanças em sua visão – passou a compreender a brutalidade dos ataques contra os jagunços de Canudos, também aqui, Elsa aponta para a brutalidade sofrida pelos jagunços do Contestado.

É ainda no seio do GDD, seja nas passagens de Elsa ou de outros membros, que há uma significativa visão do jagunço enquanto alguém que apenas estava lutando por um pedaço de terra. Analisam, então, as causas do movimento como diretamente relacionadas a uma estrutura fundiária geradora e reprodutora de desigualdades.

Um representante do Departamento Nacional de Imigração, motivado pela preocupação do governo com a “política de imigração” (NETO, 2012, p. 58), ou seja, com os problemas – e supostos problemas – com italianos e alemães (ou seus descendentes), devido à atuação do Eixo, visitou Diamante, sede do GDD, onde proferiu uma palestra. Tratando inicialmente de imigração e política agrária sua fala logo foi direcionada para o Contestado na qual percebemos mais claramente essa análise pautada nas disputas pela terra:

Sobre o conflito do Contestado – as perguntas a esse respeito eram comuns, pois a falta de escritura definitiva de muitas propriedades ainda inquietava grande parte dos latifundiários –, o representante do DNI limitou-se a fazer análises, sem responder diretamente. Mas garantiu que, apesar de o problema se arrastar há mais de 25 anos, a destruição dos livros dos cartórios pelos revoltosos durante a Guerra do Contestado não poderia significar a extinção do direito à propriedade já anteriormente assegurado. Faziam fé as provas testemunhais, a palavra do tabelião, os impostos pagos e o cadastro das prefeituras locais. Os proprietários rurais se tranquilizassem! Em contrapartida, teceu uma consistente argumentação sobre as razões da sublevação dos caboclos. Para o representante do governo Vargas, o conflito do Contestado não podia deixar de ser analisado sob a ótica da movimentação internacional do capital. Um número impressionante de grandes empresas europeias e americanas tinha-se

instalado no Brasil nas primeiras décadas do século, inclusive na zona rural. Lembrou que personalidades como Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Pandiá Calógeras, Alberto Torres e outros intelectuais e políticos se insurgiram, na época, contra o que avaliavam ser um novo colonialismo. Vendia-se tudo, o que levou – lembrou o doutor Carvalho Branco – o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, a publicar um artigo, por volta de 1910, com uma frase que ficou célebre: ‘Compre estradas, compre portos, compre campos, mas nos deixe o Brasil!’ (NETO, 2012, pp. 58-59).

Essa postura, talvez ambígua, talvez conciliadora, do representante, visto que ao mesmo tempo em que assegurava a propriedade das terras aos fazendeiros também apontava para os problemas da desigualdade, fez Dieter, membro do GDD, pensar que: “‘Esse sujeito deve ser parente do Setembrino de Carvalho ou do Leão do Contestado [militar que atuou na repressão do movimento]. Mas o pai ou o avô deve ter sido devoto dos monges’” (NETO, 2012, p. 59).

Dieter, inclusive, é um dos membros do GDD mais presentes da obra. Possui um posicionamento acerca do Contestado e dos jagunços semelhantes aos de Elsa, sempre apontando para as violências sofridas por aqueles sujeitos. Além de constantemente apontar, mais enfaticamente do que o representante do governo citado acima, a questão agrária e as desigualdades como motivadores do movimento do Contestado. Defende, portanto, que os jagunços eram pessoas que lutavam por um pedaço de terra frente à uma opressão de cima, de uma estrutura desigual e mesmo de capitais internacionais – como a presença de Percival Farquhar na região no início do século aponta.

Essa postura de Dieter contrasta profundamente com a de sua mãe, Bertha Heinze. É com algumas passagens dessa mulher, que em diversos momentos da obra expõe simpatias pelo nazismo, que começamos a apresentar as posturas mais significativamente contrárias aos jagunços do Contestado.

Ainda no início da obra, num momento de debate entre Dieter e Bertha, acerca do Contestado e da participação do finado pai de Dieter e marido de Bertha, naquele cenário como comerciante que “vendia a quem pagasse”, temos um enfrentamento entre esses dois personagens. Frente às posturas de Dieter sobre os jagunços e o Contestado, conforme já apresentamos, Bertha afirma que eles eram “– Explorados coisíssima nenhuma! Lá só se reuniam fanáticos, comunistas precoces e loucos. Devia-se acabar com eles” (NETO, 2012, p. 39). Na sequência, Bertha narra a divisão de posturas acerca do Contestado nas cidades não diretamente atingidas pela guerra, inclusive manifestada em partidos políticos. Essa tensão entre Bertha e Dieter Heinze é apresentada como a única vez em que a mãe bateu no filho, o que pode ser interpretado como uma forma dela silenciar essa memória divergente manifestada

pelo filho no seio da família e indicadora das tensões, naquele cenário, que envolvem as memórias sobre o Contestado.

Para Bertha, o Contestado “era um movimento mais político que messiânico” (NETO, 2012, p. 189). Pode-se dizer, no entanto, que para ela isso seria ainda pior, já que seria um movimento comunista ou algo assim caracterizado por ela. Pontuamos esta última passagem para evidenciar que mesmo nas posturas mais contrárias aos jagunços presentes na obra, há nuances.

Outro personagem que apresenta um posicionamento consideravelmente contrário aos jagunços e ao Contestado é Tadeus Jonhasky, um rico e influente comerciante da cidade. Ao comentar sobre uma peça de teatro Tadeus acaba expandindo seus comentários e toca na questão do Contestado:

– Isso é coisa de comunista – e ademais italianos – de São Paulo. O trabalho enobrece, e a guerra é, por vezes, necessária. Ainda bem que a peça foi censurada em outubro passado. Pra uns, os dias são sempre feriados, pra mim são sempre profestos. E tem mais. Esse negócio de movimento de povo é um equívoco. Tem que usar a força pra impedir vagabundagem. Como foi feito no Contestado vinte e seis anos atrás. O governo mandou até avião, na que é considerada a primeira operação de guerra aérea na América. Um deles se espatifou no chão. O piloto, tenente Kirk, morreu. Um dinheirão perdido. Tiveram que ser convocados mais de sete mil homens, tudo com dinheiro do povo, por conta de um bando de vagabundos atrapalhando o progresso daquelas terras feracíssimas. Muitos afirmam que até um representante de Lênin visitou a Guerra do Contestado, que acabou se transformando num confronto ideológico internacional. O socialismo ia se espalhar pelo mundo todo. Esperavam que ali fosse se formar um país independente. Parece que o Partido Social Democrático dos trabalhadores russos e sindicatos ingleses ajudaram a financiar o movimento dos fanáticos e outros levantes na Argentina e no México. Está nas atas do Congresso do Partido Russo realizado em Londres naqueles anos. Deve ter sido a única decisão pacífica entre os bolcheviques e mencheviques na reunião. A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil já existe desde 1939. Está lá escrito: ‘prestará assistência direta à agricultura’. Quem quiser é só pedir, mas tem que trabalhar e ser dono da terra. Vagabundos, não! A marcha pro Oeste do Getúlio é uma realidade, e ponto final. Tem que acabar com experiências coletivas que entravam o progresso, como a do Contestado (NETO, 2012, pp. 185-186).

O jagunço aqui é representado como o vagabundo e o atrasado que impede o avanço inexorável do progresso. Tal visão, inclusive, não se encontra isolada dentro da obra, já que em outras passagens, com outros personagens, percebe-se posturas semelhantes; muito embora seja na personagem de Tadeus Jonhasky em que ela se mostra mais clara.

Percebe-se, portanto, que há, em *O bruxo do Contestado*, visões ora mais simpáticas, ora mais antipáticas aos jagunços do Contestado e ao movimento com um todo. Há posturas que buscam compreender as causas históricas e, conseqüentemente, as motivações, muitas vezes tidas como legítimas, daqueles sujeitos. Assim como há posturas que praticamente

retiram o jagunço do Contestado da História, apresentando-o como um entrave ao progresso, sem motivações próprias. Tais visões e posturas, ao longo da obra, ganham nuances, não são totalizantes, fechadas em si mesmas. Uma mesma personagem que repudia os jagunços e o Contestado, pode reconhecer sua organização política, como pontuamos no caso de Bertha Heinze.

A despeito dessas complexidades, há um elemento que é praticamente onipresente ao longo da obra, o fanatismo. Mesmo personagens que expressam posturas favoráveis aos jagunços e seu movimento, não negam um fanatismo entre eles, longe disso, muitas vezes reproduzem essa visão, frequentemente reforçando-a.

Ênio, apresentado como um italiano e amante de Bertha, em uma conversa com Dieter, nos narra uma passagem acerca do Contestado, na qual se evidencia uma visão daqueles sujeitos e seu movimento como algo místico:

– Mas o Contestado, Dieter, era mistura de sonho monárquico e fanatismo religioso. Alguns mestiços de bugre com negro lá do Contestado, que agora vivem aqui na reserva dos índios, relatam muitas histórias daquela guerra. Uma mestiça conta que existiam grupos de mulheres que exerciam o papel de chamuscas – como para pegar passarinho – de soldados inimigos. José Maria escolhia 12 entre as mais bonitas, com um detalhe: tinham que ter os cabelos ou bem pretos ou bem louros. Formavam fila, duas a duas, uma de cabelos pretos e uma de louros, as duas de trás invertidas, cabelos louros atrás dos morenos, como um ziguezague. Vestiam camisões de homens semiabertos, deixando entrever a nudez. As seis duplas entravam mato adentro cantarolando. Um cabra jura ter visto essas mulheres atravessando a pé o rio Iguaçu, perto de Porto União, sem tocar na água. Voavam! Os soldados, quando viam aquelas deusas, endoideciam (NETO, 2012, pp. 44-45).

Na sequência, o narrador continua a história:

Os soldados largavam os fuzis e, abrutalhados, se lançavam ao prazer. Prazer de pouca duração. Todas as jagunças traziam punhais escondidos. Os praças, ávidos de penetração, se tornavam, de súbito, amantes passivos da lâmina pontiaguda que, esta sim, os penetrava. Depois, ainda agonizantes no chão, recebiam das virgens um tiro de fuzil – arma que tinha sido deles – nos testículos (NETO, 2012, p. 45).

Por fim, Ênio conclui:

– Aqueles fiéis, homens e mulheres, eram muito fanáticos, Dieter. Não queriam ser mandados pelos coronéis e acabavam servindo aos chefes religiosos e a um monarca. Uma vez queimaram uma serraria na fazenda Santa Leocádia com gente dentro! E seguiam ganhando terreno, dizem que já se aproximavam dos subúrbios de Curitiba e iam invadir Ponta Grossa. Lajes foi atacada (NETO, 2012, p. 45).

Frente a essa narrativa de Ênio, Dieter apresenta a sua visão do conflito do Contestado, muito mais problematizadora, buscando entender as motivações e alternativas – ou a falta delas – para aqueles sujeitos. Em sua resposta destaca-se a seguinte frase: “Os coronéis aliaram-se às firmas; os sertanejos, à religião” (NETO, 2012, p. 46). Entendemos que essa frase de Dieter expressa muito bem sua postura, nessa passagem específica, mas também como um padrão das visões dos personagens “favoráveis” aos jagunços. Ou melhor, entendemos que esses personagens compreendem as maiores complexidade das causas e motivações do conflito, especialmente das opressões e dificuldades sofridas pelos jagunços, ao mesmo tempo que não negam que eles eram fanáticos. O termo fanático aqui, inclusive, acaba por abarcar uma noção mais estendida, compreendendo, por exemplo, a religião, citada por Dieter, mas não só. Após mais um exemplo dessa visão do fanatismo, consideramos que isso ficará mais claro.

Em uma conversa entre moradores não identificados da região onde se passa a trama do livro e que justamente por isso e pela forma como está inserida a entendemos como tendo a função narrativa de expor uma espécie de visão geral sobre os jagunços e o Contestado na obra, lemos o seguinte:

– Aqueles bichos do Contestado eram brabos, mas loucos. Havia homens de infantaria com facões, espadas de imbuia e cavaleiros com fuzis. Somavam quase quatro mil guerreiros auxiliados por mais seis mil caboclos em pé de guerra, muitos com armas de fogo, além dos facões e espadas de imbuia. Dois polacos, moradores do Baixo Diamante, viveram lá com os pais. Dizem que os soldados mais importantes, os 12 pares de França, montavam cavalos brancos com arreios enfeitados e levavam bandeiras também brancas com uma cruz verde no centro. Nas batalhas, eles iam na frente, não temiam nada. E iam gritando *salve!* a José Maria, ao Império e a São Sebastião (NETO, 2012, p. 83).

Nota-se o caráter mais propriamente religioso desse fanatismo. Embora não haja nomeação desses sujeitos, percebe-se que se trata de um diálogo entre duas pessoas, que segue no esquema de comentários intercalados. Temos, então a resposta:

Um caburé que também lutou ao lado dos fanáticos na Guerra do Contestado me contou com detalhes uma batalha-relâmpago onde foram trucidados setenta soldados inimigos. As forças federais caíram numa armadilha. Os fanáticos ficaram na floresta, ao pé de uma montanha, perto de Três Barras, uma grande cruz de madeira e amarraram nela um dos fiéis. Essa foi a astúcia. O bicho foi instruído pra ir gritando ‘eu sou Cristo, eu sou Cristo’! O pelotão do Rio de Janeiro, quando viu aquela cena, foi se aproximando devagar, se cagando de medo. Achavam que, vai ver, é Cristo mesmo! Chegaram pertinho, a metade se ajoelhou diante do cruzeiro, os outros escondiam o rosto com as mãos. O que comandava os soldados beijou o Santo Lenho e, chorando, levou os lábios aos pés do Cristo. Nessa hora, vinte fiéis atocaiados, alguns armados apenas com espadas de madeira, caíram em cima e esbodegaram as cabeças dos aparvalhados soldados. Eles nem tiveram tempo de reagir! O próprio jagunço da cruz, após desamarrado e festejado pelos colegas, tratou de botar em

círculo, no chão, as cabeças decepadas dos setenta soldados. O Gerd costumava dizer que já viu essa batalha em sonhos, ele era o Cristo na cruz (NETO, 2012, pp. 83-84).

Nesse trecho há, mais uma vez, o emprego direto do termo fanático. E aqui entendemos que ele acrescenta às concepções religiosas desse chamado fanatismo, a violência, uma brutalidade associada à astúcia, como bem o demonstra o estratagema narrado.

Na sequência desse mesmo diálogo um dos sujeitos questiona: “– Acho que esse negócio de Contestado e campos do Irani nunca existiu do jeito que contam. O Gerd às vezes é meio doidinho, por isso chamam ele de Bruxo do Contestado” (NETO, 2012, p. 84). Ao que lhe vem a resposta:

– Claro que existiu. Os fanáticos criaram redutos com mais de quatro mil moradores, como o de Rio de Areia. O reduto de São Sebastião, no vale de Timbozinho, tinha quinhentas casas e mais de duas mil pessoas; no vale de Santa Maria, eles construíram cinco mil casebres. E nem todos os fanáticos eram analfabetos, não! Um de seus comandantes militares, Aleixo, foi maragato e chegou a ser comandante da polícia no Rio Grande do Sul. O problema é que a maioria daqueles desgraçados não tinham terra pra plantar. Tinha gente dona de um mundão, outros não conseguiam nem uma cova rasa pra enfiar um grãozinho de milho. Os coronéis mandavam em tudo, eles mesmos eram a lei. Quando começaram a chamar a polícia pra resolver as questões, é porque estavam ficando fracos. Os fanáticos aproveitaram (NETO, 2012, p. 84).

Um elemento que fica claro após a exposição dessas passagens é a ambivalência das posturas e visões dos personagens frente aos jagunços e ao movimento do Contestado. Afinal, a despeito das violências apresentadas como tendo sido cometidas pelos jagunços, reconhece-se que havia motivos muito profundos para sua revolta. Não devemos nos estranhar, assim, que a conclusão desse diálogo se deu da seguinte forma: “– Então, se era tão bom assim, tomara mesmo que os campos do Irani venham pra cá” (NETO, 2012, p. 84).

A noção de fanático aqui, portanto, se refere a mais do que somente a questão religiosa, de se seguir um ideal messiânico visto como irracional. Essa questão religiosa devemos destacar, já se enquadraria plenamente numa visão de fanatismo, justamente por compreender uma prática religiosa destoante. Há mais do que esse aspecto, contudo. O termo fanático carrega também noções de brutalidade, como a passagem do diálogo acima muito bem mostrou. Compreende uma noção de a-historicidade, como percebe-se mais claramente, talvez, na passagem de Tadeus Jonhasky.

A História da qual esses sujeitos estariam fora corresponde, é claro, a uma concepção do Norte Global, capitalista, onde haveria um progresso infinito e imparável; e nessa concepção os jagunços do Contestado seriam apenas entraves que, inclusive, não possuiriam reais motivações, sendo apenas sujeitos arraigados a tradições e elementos “atrasados”, seres

imóveis. Essa concepção de imobilidade, inclusive, é, em si, uma visão que os retira da História. Por fim, o termo fanático acaba por abarcar ainda uma incapacidade de sociabilidade que acarreta num isolamento, afinal aquelas pessoas seriam demasiado estranhas para não conviverem apenas entre si mesmas. Enfim, entendemos que o termo fanático caracteriza, no final das contas, um sujeito tido como inferior/diferente/estranho, violento, imutável, isolado, irracional. E a despeito das nuances e dos pesos que cada personagem atribui a cada um desses elementos, a noção geral de fanático é o padrão.

4.4 DELIMITAÇÕES FINAIS SOBRE A CATEGORIA JAGUNÇO DA VIOLÊNCIA DIRETA

A partir dessa breve exposição consideramos possível e necessário tecer algumas considerações acerca desses “outros jagunços”, bem como possíveis relações com o jagunço da violência direta, como o do Sudoeste. Como dissemos no início deste capítulo, partimos inicialmente da confusão com a qual constantemente nos chocávamos acerca do termo jagunço. Nesse ponto inicial se apresentaram diante de nós três jagunços com os quais o jagunço do Sudoeste era confundido: o jagunço cangaceiro, do sertão nordestino, personificado muitas vezes na figura ou na representação de Lampião; o jagunço seguidor de Antônio Conselheiro, que lutou por e em Belo Monte, tido como fanático; e o jagunço do Contestado, também visto como um fanático, seguidor dos monges.

Ao trabalharmos com a obra *Grande Sertão: Veredas*, focando-nos no chamado jagunço cangaceiro, o encontramos. Estava ali a representação do cangaceiro, bem aos moldes do que se costuma pensar sobre o cangaço, sobre Lampião e seu bando. Esses sujeitos, no entanto, em muito se afastam dos jagunços da violência direta, por alguns fatores principais, como sua atuação predominantemente independente e mesmo contrária aos grandes proprietários. É bem verdade que podiam associar-se a coronéis, podiam violentar camponeses, dentre outras práticas, mas trata-se de uma conjuntura completamente diferente do que se percebe quando grandes proprietários têm sob sua influência grupos armados para violentarem grupos desfavorecidos.

Essas dinâmicas já se encontram de modo bem mais semelhante nos jagunços dos coronéis, muitas vezes chamado de capanga ou cabra. Este sujeito - que não aparecia claramente nas confusões quando os interlocutores se referiam aos jagunços do sertão, muito embora podiam estar ali subsumidos - atuam em prol dos interesses dos coronéis, podendo ou

não agir em bandos, dependendo das demandas. São também, de certa forma, agregados dos coronéis. Executam suas ordens, empregando a violência.

O jagunço dos coronéis é o que mais se aproxima do jagunço da violência direta, pois atua em prol de interesses de sujeitos favorecidos, política e economicamente. Há uma diferença essencial, contudo. Aqui, diferentemente do caso do Sudoeste paranaense, a atuação desses jagunços era fortemente direcionada para os embates entre os coronéis. A opressão e violência contra pequenos camponeses - protagonistas da atuação dos jagunços do Sudoeste e demais jagunços da violência direta - neste caso era mais uma de suas atuações, talvez mesmo secundária. Outra importante diferença diz respeito a uma relação muito mais próxima e pessoal entre esses coronéis e os jagunços do que se percebe nas relações entre jagunços e as empresas colonizadoras que os contratam - como o foi no Sudoeste - na qual há uma relação pautada muito mais na questão pecuniária. Dito tudo isso, o jagunço de coronel até poderia ser considerado um jagunço da violência direta, mas com muitas ressalvas.

Entre esses dois jagunços, o cangaceiro e o capanga, havia uma considerável fluidez. Ou seja, uma pessoa podia deixar de ser cangaceiro e passar a ser capanga ou o fazer no sentido contrário. Outro fator importante de se destacar é que as pessoas que se envolviam nessas dinâmicas, via de regra, eram desfavorecidas socialmente. Percebe-se isso na passagem já citada de *Grande Sertão: Veredas*, em que Riobaldo afirma que se não houvesse entrado para esse mundo de violência do jaguncismo, ele seria uma vítima indefesa dessas mesmas práticas que ele passou a executar (ROSA, 1994, p. 579). Ou seja, havia uma grande dificuldade em escapar dessa dinâmica.

Havia, contudo, nesse cenário do sertão nordestino, uma “terceira opção”, para além do jagunço capanga e do jagunço cangaceiro – excetuando-se os não enquadrados em nenhuma dessas categorias, como o sertanejo que não aderira às armas. Uma terceira opção que também é referida, comumente, como jagunço. Referimo-nos aqui ao chamado jagunço fanático, aos seguidores de beatos, destacadamente de Antônio Conselheiro. Foi possível perceber que esse sujeito, que abordamos na seção dedicada ao jagunço de Canudos, a partir da obra *Os Sertões*, também se insere nessa dinâmica de fluidez entre jagunços. Esse jagunço fanático também podia deixar de ser um jagunço cangaceiro ou passar a ser um jagunço de coronel. O próprio Euclides da Cunha nos dá pistas disso, bem como percebe-se esses elementos em Guimarães Rosa, assim como notamos isso na obra de Rui Facó.

Pensando nessa grande fluidez entre esses sujeitos naquele contexto se mostra bem mais coerente aquela indistinção ou ausência de delimitações que pontuamos acerca de

Martins. Essa fluidez que, por sua vez, havia sido levantada como hipótese que explicasse essa indistinção e que pode ser percebida e melhor analisada na seguinte passagem de Martins:

Mas, ao mesmo tempo que se tornou acentuado o uso do jagunço nas terras particulares dos fazendeiros, frequentemente, quando no poder, aliando à sua força armada a força policial, submetendo-a a seu comando, surgiu o jagunço rebelde, o jagunço autônomo, a pistola de aluguel. O jagunço que podia participar de lutas do fazendeiro ou que podia praticar um crime de encomenda, mediante pagamento, mas que não era um agregado do coronel, quando muito seu protegido. A fonte básica do banditismo sertanejo estava nos conflitos de famílias, nas lutas pela terra, nos crimes da honra, na vingança. Tais pessoas não eram concebidas propriamente como bandidos pelos sertanejos, mas como pessoas que cumpriam com o destino de vingar uma afronta. Os sertanejos que caíram nessa situação eram geralmente sitiantes, posseiros, pequenos lavradores e criadores, camponeses, esbulhados em seus direitos, submetidos a expulsões, violências diretas dos jagunços dos coronéis e, mais particularmente, violências da polícia local comandadas pelos chefes políticos. Vingada a ofensa, geralmente entravam para um bando, tornando-se cangaceiros. Creio ser útil distinguir o jagunço do cangaceiro – o jagunço trabalhava para um patrão; o cangaceiro era livre, mesmo quando prestasse um serviço à alguém, matando um desafeto (MARTINS, 1981, pp. 58-59).

Outro sujeito denominado jagunço, bastante distante do cangaceiro e do capanga, bem como daquele contexto como um todo, mas constantemente associado ao “fanático de Canudos”, é o jagunço do Contestado. Talvez o elemento central para pensarmos nesses sujeitos de Canudos e do Contestado, relacionados com suas nomeações enquanto jagunços, é que eles eram vítimas de estruturas desiguais e violentas, que se manifestavam destacadamente no acesso – ou não acesso – à terra. Como vimos ao longo deste capítulo o jagunço/capanga dos coronéis e os jagunços cangaceiros também eram sujeitos que sofriam com essa estrutura desigual e violenta. Para sobreviverem nela, contudo, estes dois acabavam entrando no mundo da jagunçagem, no qual acabavam praticando violências, inclusive contra aqueles chamados de jagunços fanáticos.

A nomeação dos sujeitos de Canudos e Contestado enquanto jagunços, dessa forma, pode parecer estranha. Afinal, em que se assemelhavam aos jagunços cangaceiros e, principalmente, aos jagunços de coronéis? Por que levam esses nomes se eram eles frequentemente vítimas destes? Aqui, entendemos que Euclides da Cunha tenha desempenhado um papel central. Em determinado momento de *Os Sertões* lemos o seguinte: “O sertanejo simples transmudava-se, penetrando-o, no fanático destemeroso e bruto. Absorvia-o a psicose coletiva. E adotava, ao cabo, o nome até então consagrado aos turbulentos de feira, aos valentões das refregas eleitorais e saqueadores de cidades – jagunço” (CUNHA, 2002, p. 118). Euclides da Cunha, portanto, demonstra conhecer a terminologia jagunço, empregada naquele contexto aos sujeitos que delimitamos acima como capangas e cangaceiros. Talvez a principal

característica desses sujeitos, ao menos aos olhos de Euclides da Cunha, fosse o emprego da violência. Dessa forma, aquelas pessoas, já classificadas pelo autor como fanáticos por seguirem Conselheiro e se afastarem do mundo moderno, ao empregarem a violência, na reação às investidas da República, tornaram-se jagunços. Possivelmente uma maneira de melhor caracterizá-los, empregando terminologias já existentes e conhecidas, como o era o termo jagunço, fez com que pessoas como as de Belo Monte que estavam ali, muitas vezes devido, dentre outros fatores, às violências cometidas pelos jagunços/capangas a mando de coronéis, passassem a ser também denominadas de jagunços.

Em *O desmoronamento do mundo jagunço*, Paulo Ramos Derengosky, escrevendo sobre o Contestado, apresenta uma leitura muito parecida:

Ao se armar, a caboclada assumia um novo ‘status’: passavam a ser ‘jagunços’ que agora não só rezavam, mas também davam gritos medonhos de guerra. Lá dentro de suas cabeças, nos seus sonhos e nas suas visões, deixavam de ser simples matutos para se transformar em ‘acauãs’: guerreiros imbatíveis e invisíveis do ‘exército encantado’ de São João Maria e de ‘Seu’ Josemaria: do profeta e do apóstolo dos carrascais do norte catarinense... (DERENGOSKY, 1986, p. 27).

Percebe-se, também aqui, a violência como elemento imprescindível para a ideia de jagunço; sem ela, seriam caboclos, matutos. Com ela, tornam-se jagunços. Muito parecido, então com o que visualizamos na *Canudos d’Os Sertões*.

A influência de Euclides da Cunha pode ter se valido de diversos meios com a difusão do termo jagunço para esse tipo de pessoas e movimento; afinal, a despeito de suas particularidades, é inegável que há muitas semelhanças entre *Canudos* e *Contestado*, especialmente acerca de suas “causas estruturais comuns” (SANTIAGO, 2021), pautadas no problema do latifúndio. Como em *Canudos*, no *Contestado*, pessoas que frequentemente sofriam com os “jagunços de fazendeiros”⁹⁰, passaram a ser conhecidas pelo mesmo nome⁹¹. A atuação de vaqueanos ao final do conflito e mesmo após seu fim, dão um bom indício desse emprego de violência a mando de fazendeiros⁹².

⁹⁰ É verdade que, diferentemente do que ocorria no Nordeste, o termo jagunço não estava presente previamente no Sul, como pontua Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976). Todavia, se pensarmos nas características da noção aqui empregada para o termo jagunço, havia essa presença no Sul do Brasil, como no caso dos vaqueanos.

⁹¹ Na verdade, consideramos que a nomeação dos sujeitos dos movimentos de *Canudos* e do *Contestado* como jagunços é muito mais uma imprecisão que se perpetuou do que uma conceituação realmente coerente. Não queremos dizer que se deva parar de empregar tal termo a eles. Contudo, vemos essa nomenclatura como minimamente irônica, uma vez que esses sujeitos passaram para história sendo nomeados como um de seus algozes também o são.

⁹² Ficaram conhecidos como vaqueanos os homens que, nos momentos finais da guerra do *Contestado* e mesmo depois de seu encerramento, a mando e/ou com apoio de forças do Estado e de fazendeiros da região, se empenharam em exterminar os jagunços.

Podemos pensar nos seguidores de padre Cícero, frequentemente vistos também como fanáticos, mas que, de modo geral, não passaram à história sendo chamados de jagunços. Seria o fato de que eles não empregaram uma violência reativa, ao menos não da forma como se deu em Canudos ou no Contestado, a explicação para isso⁹³?

Podemos pensar novamente em Ginzburg. Para o autor a violência é uma constante em nossa história e por isso é tão presente na literatura brasileira:

Algumas de nossas mais marcantes obras de arte estão diretamente articuladas com as condições de circulação e impacto da violência. Isso inclui *O Navio Negreiro* e *Os Sertões*, e também obras em que a violência aparece não diretamente, mas através de resíduos, marcas, cobrando perplexidade. Se consideramos a História da Literatura Brasileira como uma parte fundamental da memória coletiva de nossa sociedade, temos de avaliar com clareza a presença e a relevância das representações da violência (GINZBURG, 2010, p. 126).

Não se deve estranhar, portanto, que a violência se mostre como um fator de destaque na obra de Euclides da Cunha e das outras aqui trabalhadas, assim como se mostra como um fator de destaque na própria concepção de jagunço.

Ainda sobre os chamados jagunços fanáticos devemos destacar um fator que os afasta, em menor nível, do cangaceiro, em maior nível, do capanga, e ainda mais, do jagunço da violência direta: a presença das mulheres.

A presença de mulheres na categoria de jagunço de coronel parece ser praticamente inexistente; ao menos não encontramos fontes ou referências a respeito disso que mostrem sua atuação. Nos jagunços cangaceiros sua presença já era significativamente maior, como nos mostra os casos de Maria Bonita, Sérgia da Silva e outras. A inserção de todos esses agentes em um mesmo contexto, no entanto, torna uma linha de fronteira estática entre homens e mulheres, pouco coerente.

Já no caso dos jagunços “fanáticos”, sequer é pertinente pensar nesses termos, já que em Canudos e no Contestado o que tivemos, por um tempo, foram verdadeiras comunidades, formadas, portanto, por homens e mulheres. Naturalmente havia distinções próprias da conformação mais ampla da sociedade. Porém, conforme fica claro em diversos momentos e em diversas obras, mesmo nas situações de maiores tensões e violências, em Canudos e no Contestado, homens e mulheres agiam lado a lado. Euclides da Cunha disse que:

⁹³ É verdade, todavia, que devido à fluidez entre esses sujeitos naquele contexto, eles certamente se movimentavam entre jagunços de coronéis ou do cangaço. Esse ponto reforça a centralidade do emprego da violência entre os ditos fanáticos como elemento essencial para sua nomeação enquanto jagunços.

Soldados possantes que vinham resfolegando de uma luta de quatro horas, caíram, alguns mortos por mulheres frágeis. Algumas valiam homens. Velhas megeras de tez baça, faces murchas, olhares afuzilando faúlhas, cabelos corredios e soltos, arremetiam com os invasores num delírio de fúrias. E quando se dobravam, sob o pulso daqueles, juguladas e quase estranguladas pelas mãos potentes, arrastadas pelos cabelos, atiradas ao chão e calçadas pelo tacão dos coturnos – não fraqueavam, morriam num estertor de feras, cuspidando-lhes em cima um esconjuro doloroso e trágico... (CUNHA, 2002, p. 276).

A respeito dessa mesma questão, Derengoski afirma que: “*Winchesters, Comblains e Mausers* começaram a ser adquiridas no litoral catarinense, de onde vinham em lombo de burro. As mulheres jagunças fabricavam porretes das madeiras mais duras do sertão: araçá, bugre e açoita-cavalo” (DERENGOSKI, 1986, p. 80). Diversas passagens, muitas delas já citadas anteriormente, em *O bruxo do Contestado*, demonstram também essa atuação das mulheres.

Temos, com isso, outro elemento central da diferenciação entre esses outros jagunços, especialmente os “fanáticos”, para com os jagunços da violência direta, como o jagunço do Sudoeste, pois nestes, ao que tudo indica, não havia mulheres desempenhando esses papéis.

Outras obras poderiam ter sido trabalhadas para pensarmos esses jagunços. Chegamos a estabelecer contatos com livros como *Cangaceiros*, de José Lins do Rego, *Os jagunços*, de Afonso Arinos, *A guerra do fim do mundo*, de Mario Vargas Llosa e *Geração do deserto*, de Guido Wilmar, dentre outras. Percebemos uma coerência bastante significativa entre estas e as obras com as quais trabalhamos, o que resultou na escolha de não abordar todas elas diretamente, evitando, assim, repetições desnecessárias.

Foi possível, assim, com as três obras diretamente trabalhadas e com os diálogos necessários, estabelecer as linhas gerais desses outros jagunços, especialmente no sentido de delimitar os elementos para melhor se compreender suas diferenças com o jagunço da violência direta. O que se iniciou com o jagunço cangaceiro, o jagunço de Canudos e o jagunço do Contestado, acabou tendo o acréscimo do jagunço capanga; e apenas este último possui similaridades consideráveis com o jagunço da violência direta. Sujeitos como este capanga, inclusive, podem ser percebidos em obras de Jorge Amado, nas quais o autor até mesmo se afasta do contexto propriamente coronelista. Isso ocorre especialmente na trilogia *Os subterrâneos da liberdade* (1957), publicado originalmente em 1954, na qual o autor aborda em uma das subtramas a expansão de empresas e de projetos desenvolvimentista para o Centro-Oeste brasileiro. Lá, o cenário é descrito dessa forma:

Eram plantações imensas, os campos de pastagem sem fim, uma pesada solidão à qual Américo Miranda, homem da cidade não estava acostumado. O delegado propusera hospedarem-se na casa-grande da fazenda de Venâncio Florival sob a proteção dos jagunços do coronel. Explicava a Miranda que naquelas brenhas não

havia garantia para a vida de ninguém, ali se matava impunemente, jamais a lei ou a polícia haviam podido pôr a mão sobre um criminoso escapado para as montanhas ou para a perdida floresta à beira do rio” (AMADO, Volume 2, 1957, pp. 130-131).

Além dessas funções de proteção, ao longo da obra esses jagunços foram empregados em diversos momentos de violência contra camponeses.

Em obras como *Terras do sem fim* (2002) e *Tocaia Grande* (1984), respectivamente de 1943 e 1984, esse sujeito novamente aparece, agora inserido em um cenário de disputas entre coronéis no sul cacauzeiro da Bahia.

Mesmo entre esses quatro outros jagunços e o jagunço da violência direta é possível estabelecer elementos em comum, para além do nome e, inclusive, apresentando possíveis explicações para o emprego do mesmo termo. Um desses elementos, como já abordamos, é o emprego da violência. Já o outro fator em comum não se refere a algo que o faz ser visto como jagunço, mas que o impele para cada uma de suas práticas: a vulnerabilidade social desses sujeitos. Pessoas privilegiadas - socialmente, econômica e politicamente - não se tornavam jagunços - talvez com raríssimas exceções - especialmente dentre os “fanáticos” e os da violência direta de meados do século XX.

Dessa forma, a mesma estrutura pautada, dentre outros fatores, na desigualdade fundiária, que causava as fragilidades dos indivíduos impelia-os, como tática de sobrevivência, a desempenhar funções, como o jagunço capanga, que acabavam reforçando e reproduzindo essas estruturas. Por outro lado, podia-os impelir também para funções que questionavam essas estruturas, como os cangaceiros e “fanáticos”. De qualquer forma, o termo jagunço está intrinsecamente associado a pessoas desfavorecidas.

Nesse sentido, podemos pensar ainda no “banditismo social” (HOBSBAWM, 2012) como um último elemento de diferenciação a ser abordado. Para quase todos os jagunços abordados neste capítulo, de diferentes modos, essa noção pode ser empregada. Devido à fluidez entre eles, mesmo um sujeito que desempenhava a função de jagunço de coronel, ou seja, um elemento central na manutenção daquela estrutura, podia vir a se tornar um jagunço cangaceiro ou “fanático” e, assim, se tornar um elemento de questionamento dessa estrutura. Para o jagunço que atuou no Sudeste paranaense - e para o jagunço da violência direta como um todo - a noção de banditismo social não é válida. Muito distante disso, o papel por eles desempenhado, como veremos melhor no capítulo a seguir, é de manutenção e expansão da estrutura latifundiária desigual e violenta brasileira.

5 O JAGUNÇO NA HISTÓRIA DO BRASIL: UMA PRESENÇA HISTÓRICA

“Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso” (BENJAMIN, Walter. Tese 9 Sobre o conceito da história).

Esperamos que ao longo deste trabalho tenha sido possível notar, ora mais ora menos claramente, a premissa de que o jagunço da violência direta se encontra inserido em uma lógica ou processo bastante amplo. É o que estamos nomeando como a estrutura que cria e é recriada pelos agentes da violência direta que, por sua vez, nesse processo de reprodução, emprega o jagunço como agente da violência direta. No contexto particular da Revolta do Sudoeste, e este inserido no do Estado do Paraná, já abordamos essa estrutura no que foi chamado de “mercado de terras”. Tais dinâmicas de expansão do capital, de mercantilização das terras, busca por lucro e violação de sujeitos vulneráveis, no entanto, não se restringem ao recorte paranaense.

Em “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira” (1998) José de Souza Martins parte da afirmação de que na história brasileira destaca-se uma significativa continuidade de processos de expansão. Iniciando-se com o “descobrimento” e efetivando-se com a conquista e interiorização, esse longo processo passou, por suposto, por inúmeras mudanças, diferentes formas de manifestação e agentes envolvidos. Por outro lado, manteve-se elementos em comum, como a destacada violência contra as populações indígenas e demais grupos. Atualmente – pensando a partir dos anos finais do século XX, quando o autor escreve – Martins afirma que:

Nos tempos atuais, a ocupação territorial do interior distante ganhou um sentido totalmente diverso. Para os pobres, é o movimento de fuga das áreas que os grandes proprietários e as empresas vêm ocupando progressivamente. Para os ricos, é um território de conquista. A ocupação territorial se faz em nome da propriedade privada da terra, da relevância econômica da propriedade fundiária como fonte de renda territorial e como instrumento para obtenção de incentivos fiscais e subsídios públicos (MARTINS, 1998, p. 664).

Na sequência, complementa:

Na atualidade, os que se deslocam acabam formando grupos concorrentes e conflitivos, com concepções opostas sobre a terra e o território, o público e o privado: de um lado, os numerosos pobres que, de diferentes regiões do país, buscam um lugar para acomodar sua pobreza; de outro lado, as grandes empresas e os grandes grupos

econômicos querem *ampliar o território do lucro* [grifo nosso] (MARTINS 1998, p. 668).

Ou seja, ao mesmo tempo em que grandes empresas e grandes latifundiários consolidam sua dominação em regiões de ocupação mais antiga e passam a buscar por novas áreas para “ampliar o território do lucro”, a dominação desses agentes promove, dentre outras consequências, a expulsão de um imenso número de camponeses dessas regiões dominadas e que são forçados, com isso, a buscarem novas áreas para se estabelecerem. Há, portanto, nesse processo de expansão contínuo, no contexto do século XX, um duplo movimento, de dois grupos de agentes distintos, com objetivos divergentes, que acabam se confrontando nessas áreas de fronteira. É com base nesse cenário que Martins afirma o seguinte:

Desde os anos 50, o deslocamento da frente de expansão e o processo de ocupação das terras novas da fronteira no Paraná, em São Paulo, no Mato Grosso, em Goiás, no Tocantins, no Maranhão, no Pará, no Amazonas, em Rondônia, no Acre podem ser vistos de um modo novo, por meio do mapa geográfico da violência, pela explosão de conflitos fundiários que os acompanha. Essa é a versão moderna da Conquista. Hoje, esse movimento de ocupação territorial é desenhado no mapa do país por milhares de pontos de conflito e violência: violência do ‘branco’ contra o índio, violência do branco rico contra o branco pobre, violência do branco pobre contra o índio, violência de modernas empresas contra posseiros e indígenas e também contra peões escravizados (MARTINS 1998, p. 669).

Fernando A. Novais e João Manuel Cardoso de Mello, em “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna” (NOVAIS; DE MELLO, 1998), trabalhando com a noção de “sociedade em movimento”, apresentam uma leitura parecida e complementar à de Martins. Os autores expõem um panorama da sociedade brasileira de meados do século XX, na qual “A vida do campo, [que] ao contrário [da cidade], repele e expulsa” (NOVAIS; DE MELLO, 1998, p. 574), era vista pelos “superiores citadinos”, como composta de “inferiores matutos, caipiras e jecas” (NOVAIS; DE MELLO, 1998, p. 574). Nesse mundo onde nos anos de 1950 viviam 4/5 da população brasileira, a oligarquia de latifundiários estava no cume, destacando-se os capitalistas latifundiários do café e das usinas ou ainda os pecuaristas. Abaixo destes, vinham os que produziam para o mercado, com os médios proprietários, alguns pequenos e arrendatários. Havia, ainda, um pequeno número de propriedades familiares autossuficientes. Por fim, compondo cerca de 85% desse mundo havia os “posseiros, pequenos proprietários, parceiros, assalariados temporários ou permanentes, extremamente pobres ou miseráveis” (NOVAIS; DE MELLO, 1998, p. 575). Como destacam os autores: “O que aproximava a todos, fossem assalariados permanentes, pequenos proprietários, posseiros e parceiros, era a miséria ou a extrema pobreza em que viviam” (NOVAIS; DE MELLO, 1998, p. 576).

Por fim, houve, segundo os autores, significativas mudanças, especialmente a partir dos anos de 1960:

Este era o panorama até meados dos anos 60, quando vem a modernização selvagem da agricultura. O pequeno proprietário, o posseiro e o parceiro miseráveis não serão somente vítimas das peripécias da natureza. Nem o assalariado permanente, do vai-e-vem da exportação do café e do açúcar, das oscilações da colheita do café devido à geada ou às pragas. Agora, milhões de homens, mulheres e crianças serão arrancados do campo, pelo trator, pelos implementos agrícolas sofisticados, pelos adubos e inseticidas, pela penetração do crédito, que deve ser honrado sob pena da perda da propriedade ou da posse (NOVAIS; DE MELLO, 1998, pp. 579-580).

Frente a esse cenário “restava sempre a saída de ‘aventurar-se’ na fronteira agrícola em movimento” (NOVAIS; DE MELLO, 1998, p. 580). Aqui, percebe-se, claramente, a aproximação entre as leituras de Martins e de Novais e Mello, destacando-se, no trabalho destes, o papel da modernização, também chamada de Revolução Verde, nesse processo de deslocamentos, não abordada diretamente no trabalho daquele.

Consideramos, contudo, que a centralidade dessa “modernização selvagem” nos processos de deslocamento que estamos tratando aqui, bem como nas violências que se seguem, especialmente em seu recorte temporal, a partir dos anos de 1960, como pontuam os autores, deva ser relativizado. O caso do Sudoeste do Paraná exemplifica bem isso. Naquele movimento, que teve seu auge com a Revolta de 1957 parece não ter havido uma influência tão grande dos processos de modernização do campo, ao menos não tão diretamente e nos moldes apresentados pelos autores – nos quais a implantação de maquinários e mecanismos similares foram centrais. Além disso, no caso do Sudoeste paranaense, o próprio processo de deslocamento se inicia, mais intensamente, ainda nos anos de 1940. O que queremos pontuar, com isso, é que esses deslocamentos ocorriam, também, não diretamente ou ao menos não prioritariamente, definidos pelos processos de modernização do campo; ou ainda, que o próprio processo de modernização do campo possa ter ocorrido de diferentes formas, em momentos anteriores.

De qualquer forma, nessas novas fronteiras “[...] aqueles pobres migrantes se encontrariam sempre com a habitual violência dos grandes proprietários ou dos ‘grileiros’, cheios de *capangas* [grifão nosso], protegidos pelos governos, prontos para desalojá-los, para jogá-los para terras mais distantes e piores” (NOVAIS; DE MELLO, 1998, p. 580). Chegamos, com isso, a mais uma confluência entre os dois textos aqui trabalhados e que é central para nossa abordagem, pois demonstra que desse processo de deslocamento de agentes diferentes

para novas áreas e com objetivos divergentes nascia um intenso cenário de violências, o que Martins nos apresentou como o “mapa geográfico da violência” (MARTINS, 1998, p. 669).

Todas essas dinâmicas, ao fim e ao cabo, segundo Martins, acabam se relacionando com um movimento de expansão do próprio capitalismo em nosso contexto.

Aí, também, estamos em face de outra peculiaridade da situação de fronteira que é, ao mesmo tempo, definidora da modalidade do desenvolvimento capitalista em nossa sociedade. Diversamente ou, ao menos, com muito maior intensidade do que aconteceu em outras sociedades capitalistas, entre nós o capital depende acentuadamente da mediação da renda da terra para assegurar a sua reprodução ampliada. Por meio dela, recria mecanismos de acumulação primitiva, confisca terras e territórios, justamente por esse meio atingindo violentamente as populações indígenas e, também, as populações camponesas. É que em grande parte essa reprodução depende da mobilização de meios violentos e especulativos para crescer em escala e, portanto, para que o capital possa reproduzir-se acima da taxa média de rentabilidade, com vantagens em relação a outros investimentos cuja localização geográfica lhes permita reter parcelas maiores da mais-valia realizada (MARTINS, 2021, p. 26).

É nesse cenário mais amplo - que com as devidas particularidades se manifesta em todo o território nacional - que se insere o jagunço da violência direta. Suas atuações violentas nos diversos conflitos que advêm dessas dinâmicas tornam esse mapa da violência algo plenamente concreto, sendo, portanto, o jagunço um dos agentes centrais desse cenário.

Entender o jagunço como um agente da violência direta, ou seja, empregado a mando de agentes que promovem uma estrutura violenta, é fundamental para uma compreensão integral desse recorte de violência da história do Brasil. Em outras palavras, é necessário fugir de uma leitura padrão e simplificadora que desconecta os diversos conflitos do campo, que considera os casos de violência e as atuações dos jagunços como acasos, como pontos fora da curva de um progresso contínuo. E aqui progresso é uma palavra chave. Afinal, a despeito da crença ainda forte de que a humanidade se encontra numa evolução contínua, a verdade é que, como pontuou Walter Benjamin em sua Tese 8 Sobre o Conceito de História, “A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral” (BENJAMIN, 1987, p. 226). Trazendo essa reflexão para o nosso recorte podemos dizer que segundo essa noção de progresso os conflitos no campo, com as atuações violentas dos jagunços em seu cerne, seriam exceções. No entanto, a recorrência, permanência e violências desses casos nos mostram que eles são a regra geral.

Nas comissões da verdade podemos perceber claramente esses cenários, essa presença/atuação dos jagunços e a recorrência desses conflitos. Por isso é com elas que trabalharemos aqui visando analisar esses elementos.

Ao trabalharem com as violências cometidas por governos e sistemas autoritários, realizando uma análise a partir e acerca da memória, Marion Brepohl, Marcos Gonçalves e Emerson Gabardo (2018) tecem, dentre outros elementos abordados, importantes interpretações sobre as comissões da verdade. Segundo os autores:

O ocultamento das memórias do subterrâneo foi notado e, ainda que parcialmente, apresentado pela Comissão Nacional da Verdade e pelas diferentes Comissões Estaduais da Verdade. Assinalem-se, contudo, suas limitações: em primeiro lugar, elas só foram criadas recentemente, em obediência ao Alto Comissariado para Direitos Humanos da ONU que em 2006, publicou o estudo sobre o direito à verdade, definindo o direito de saber a ‘íntegra e completa verdade’ sobre os motivos que levaram à vitimização, causas e condições para as graves violações de direitos humanos e de Direito humanitário. Mesmo que representando um avanço para a investigação sobre a memória dos atingidos, ressalte-se que muitas experiências, recuadas temporalmente, já não deixam muitos vestígios, principalmente sobre a responsabilidade pessoal dos perpetradores. Segundo, porque à Comissão da Verdade não cabe realizar pesquisa acadêmica e produzir bibliografia sobre os fatos, mas dar voz aos silenciados e tão somente recomendar ações de reparação. Neste tocante, torna-se de elevada importância a insistência, no âmbito acadêmico, a respeito da investigação iniciada por tais comissões, superando seus marcos definidores (BREPOHL, GONÇALVES, GABARDO, 2018, p. 345)

Tendo isso em mente, pretendemos, aqui, de modo complementar aos nossos objetivos gerais, contribuir com essa indicação final dos autores. Nos focaremos, para tanto, nos Grupos de Trabalhos que investigaram as violências contra camponeses e indígenas, pois é nessa seção que se encontram os casos de disputas e conflitos de terra, inseridos naquele cenário mais amplo, já abordado, no qual, por sua vez, o jagunço atua.

Acerca da proposta deste GT, podemos ler o seguinte no texto final da Comissão da Nacional da Verdade:

A Resolução nº 5/2012 da Comissão Nacional da Verdade (CNV) criou o grupo de trabalho sobre camponeses e indígenas, com a competência de ‘esclarecer fatos, circunstâncias e autorias de casos de graves violações de direitos humanos, como torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres’, relacionados às populações do campo. O objetivo deste GT é identificar e tornar públicos estruturas, locais, instituições, circunstâncias e autorias de violação de direitos humanos no campo brasileiro, entre 1946 e 1988. A citada resolução da CNV caracteriza ‘graves violações de direitos humanos como torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres’ (Comissão Nacional da Verdade - Relatório - Volume II - Textos temáticos - Texto 3: Violações dos Direitos Humanos dos Camponeses. Dezembro de 2014, p. 92).

É, então, no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), volume II, no texto temático III, que encontramos as “Violações de direitos humanos dos camponeses”, com as quais trabalharemos aqui.

No Relatório da Comissão Estadual da Verdade-PR “Teresa Urban” (CEV-PR), temos uma estruturação e propostas muito parecidas, na qual trabalharemos com a seção “Graves violações de direitos humanos contra povos indígenas e camponeses – 1946 a 1988”.

Por fim, temos a Comissão Camponesa da Verdade (CCV), que, diferentemente das duas anteriores, tem sua totalidade dedicada aos casos de violências contra camponeses e aos conflitos de terra. Acerca de sua origem e propostas, podemos ler o seguinte em seu relatório final:

A Comissão Camponesa da Verdade (CCV) foi criada em 2012, fruto do Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. A atuação da CCV foi impulsionada e concretizada através de reuniões realizadas na sede da CONTAG em Brasília, com a participação de professores(as), pesquisadores(as), lideranças de movimentos sociais e gestores públicos que se dedicaram a pesquisar, congregar estudos já realizados e elaborar este relatório. Um dos objetivos deste documento é incidir nas atividades desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), especificamente no relatório final do Grupo de Trabalho sobre violações de direitos humanos relacionadas à luta pela terra e contra populações indígenas, por motivações políticas no período compreendido entre 1946-1988, sob responsabilidade da comissionada Maria Rita Kehl (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 17).

Podemos dizer que esse objetivo de “incidir nas atividades desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV)” foi atingido, pois, ao analisar a CNV percebe-se claramente a influência e a presença do trabalho da CCV. As aproximações entre essas três comissões, inclusive, são o padrão, havendo muita complementaridade e coesão entre elas.

A respeito do trabalho com esses materiais devemos deixar claro desde já que muito provavelmente a Comissão Camponesa da Verdade acabará se sobressaindo nas citações; sendo o material mais utilizado. Isso ocorre por alguns fatores. Primeiro, porque nela temos um escopo nacional dos conflitos de terra e violência no campo, diferentemente da CEV-PR. Segundo, porque foi a CCV, conforme pontuamos, que forneceu grande parte do material à CNV; dessa forma, elas se mostram bastante repetidas. E frente a isso, optamos pela CCV. Dessa predominância da CCV em nosso estudo, acabará resultando uma marginalização dos casos de violência e atuação dos jagunços contra as populações indígenas, sobre as quais trabalharemos apenas no recorte paranaense. Isso, todavia, de modo algum significa a exclusão ou negação desses casos. Longe disso, compreendemos que, talvez até mais do que posseiros, sejam as populações indígenas as mais violentadas pelos jagunços. Inclusive por isso e por outros fatores seria necessário até mesmo um arcabouço teórico, metodológico e de fontes

diferentes para se abordar a fundo esse recorte. Dito tudo isso, vamos verticalizar nossas análises muito mais nos casos envolvendo camponeses.

Acerca da tipologia de fontes proposta por José D'Assunção Barros (2019) devemos deixar claro que compreendemos as comissões da verdade aqui trabalhadas como Fontes de Conteúdos, verbais, textuais e diretas a respeito de nosso objetivo central aqui proposto, ou seja, analisar o jagunço enquanto um sujeito histórico complexo a partir de sua presença/atuação manifestada nesses documentos. Por fim, consideramos as comissões da verdade fontes voluntárias, já que foram produzidas com o intuito de possibilitar estudos posteriores, bem como manter, produzir e divulgar conhecimentos. Este ponto é importante pois, de acordo com Barros, fontes voluntárias necessitam de autores. Esses autores estão presentes nessas fontes, sendo, de modo geral, pesquisadores reconhecidos em suas áreas, inseridos em universidades públicas e com responsabilidade acadêmica. O que temos acesso nessas fontes, de certa forma, são recortes, resumos, sínteses de pesquisas e de materiais mais amplos sobre os temas, portanto.

Por fim, devemos deixar claro que vamos nos focar inicialmente e em maior medida em casos que se referem ao Estado do Paraná. Tal escolha se justifica pela presença de nosso objeto de estudo primordial, o jagunço da Revolta do Sudoeste de 1957, inserir-se nesse recorte, além de possíveis relações e maiores similaridades ou aproximações com casos e práticas no recorte paranaense. Na sequência vamos expandir o recorte para um âmbito nacional, buscando demonstrar, com isso, como a atuação dos jagunços da violência direta inseridos em um processo e lógica de expansão das fronteiras e estruturalmente violento, é uma constante na história do Brasil.

5.2 PARANÁ

Nosso objeto de estudo central, bem como seu contexto, ou seja, o jagunço da Revolta do Sudoeste paranaense de 1957, acabou nos direcionando para análises de casos muito mais focados na violência desses sujeitos contra camponeses; especialmente posseiros. No entanto, é impossível falar de violências e conflitos de terra no Brasil, sem tratar das populações indígenas. Talvez até mais que os posseiros, esse grupo seja o mais atingido. Segundo Martins, “a história contemporânea da fronteira, no Brasil, é a história das lutas étnicas e sociais. Entre 1968 e 1987, diferentes tribos indígenas da Amazônia sofreram pelo menos 92 ataques

organizados, principalmente por grandes proprietários de terra, com a participação de seus pistoleiros⁹⁴, usando armas de fogo” (MARTINS, 2021, p. 132).

Tendo as atuações dos jagunços da violência direta como elemento central de análise e pensando no recorte do Estado do Paraná isso não é menos verdade. Afinal, são inúmeros os casos de violência de jagunços contra indígenas. São as diversas populações indígenas ao longo do território brasileiro que mais intensa e constantemente se chocaram com o processo de expansão das fronteiras. Este processo que, a despeito de suas significativas diferenças, por exemplo, entre os momentos da colonização e da modernização agrícola, ou entre os próprios indígenas e camponeses, possui elementos fundantes em comum - como a violência. Assim, podem ser compreendidos dentro de um escopo maior e relacionado, como também argumenta Martins:

Ainda se conhece mal o que os antropólogos definiram, nos anos 1950, como frente de expansão da sociedade nacional sobre território dos povos indígenas. Movimento de expansão territorial que, invariavelmente, resultou e tem resultado no massacre das populações nativas, sua rápida redução demográfica e até o seu desaparecimento. O deslocamento progressivo das *frentes de expansão* tem sido, na verdade, um dos modos pelos quais se dá o processo de reprodução ampliada do capital, o da sua expansão territorial. Um *outro momento desse modo* de expansão tem sido o que se dá através do deslocamento das chamadas *frentes pioneiras*. Ambas, na verdade, são faces e momentos distintos da mesma expansão (MARTINS, 2021, p. 24).

Este segundo momento se refere mais propriamente a casos de conflitos entre grandes proprietários e camponeses - onde se insere, por exemplo, a Revolta de 1957. Contudo, como deixa bem claro o autor, fazem parte de um mesmo e mais amplo processo.

A história do Paraná, inclusive, é um terreno fértil de exemplos. Esse cenário é bem documentado e pode ser conhecido a partir do relatório final da CEV-PR, na qual há uma seção que trata mais diretamente das violações cometidas contra as populações indígenas no Paraná. Em muitos aspectos, na verdade, os conflitos envolvendo as populações indígenas se assemelham profundamente com os conflitos envolvendo camponeses, sendo ambos atacados e violentados por grileiros, latifundiários e grandes empresas, frequentemente empregando jagunços.

⁹⁴ Vale ressaltar que - como já pode ter ocorrido em outras partes deste trabalho - ao longo deste capítulo será frequente que os diferentes sujeitos agrupados na categoria que delimitamos como o jagunço da violência direta sejam referenciados por outros nomes, como capanga, pistoleiro, etc. Isso é significativo de dois pontos complementares. Primeiro, da falta de debate conceitual sobre esses sujeitos. Segundo, da diversidade de atuações e características ou mesmo de sujeitos que se congregam na categoria jagunço. Dito isso, manteremos os termos usados nas citações, tendo sempre em mente que são sujeitos da categoria jagunço da violência direta, ao passo que tentaremos traçar algumas delimitações conforme possível.

Em uma tabela que aborda “Violações e violadores de direitos humanos”, constam mais de trinta casos, que se referem a ações de esbulho territorial, maus tratos, remoção forçada, trabalho escravo, assassinato, “jagunçagem”, etc. Ao se analisar os casos, percebe-se que, direta ou indiretamente, praticamente todos eles se relacionam com as disputas pelas terras indígenas. Afinal, no período tratado, havia um grande movimento de intrusão, especialmente dos grandes agentes já citados – grileiros, latifundiários e grandes empresas – mas também de posseiros, em terras indígenas:

Como é possível perceber de outros casos, no Paraná a invasão de não-índios nas T.Is [Terras Indígenas] aprofundava conflitos inter-étnicos. É importante ressaltar que o jaguncismo era uma prática quase que exclusiva daqueles que dispunham de grandes extensões de terra e/ou serrarias – vide o caso das T.I. de Mangueirinha e Rio das Cobras. Em relação aos fazendeiros-madeiros citados acima, trazemos o elucidativo depoimento de João Maria Tapixi: “[Batarse] entrou lá e montou uma serraria lá [...] Santaella era médico em Londrina, comprou a fazenda do Jorge Sales de Batarse [...] e botou um pistoleiro lá dentro pra cuidar, esse Santaella, esse pistoleiro, eu escapei dele. (Depoimento Audiência CEV Maringá) (Relatório Comissão Estadual da Verdade “Teresa Urban” – CEV/PR – 2014, s/p).

É possível perceber, a partir desse trecho que, primeiro, essa conjuntura de intrusão das terras indígenas por diversos atores era uma constante e, segundo, as ações desses atores não se davam da mesma forma. Ou seja, a atuação dos jagunços, como sujeito armado e praticante de violências, não estava a serviço do pequeno posseiro - que também invadia as terras indígenas - mas sim do grande proprietário, do grande grileiro e do grande empresário. Esse mesmo posseiro, como veremos, em outros lugares e momentos poderia ser ele mesmo uma das vítimas desses jagunços a mando daqueles.

De maneira correlata, portanto, a esse movimento de intrusão, dava-se a chamada jagunçagem, que se mostrava como um verdadeiro mecanismo possibilitador e estruturante dessas práticas.

Os crimes de jagunçagem, de milícias paramilitares (associando força policial estatal e jagunços particulares) utilizadas por grileiros, madeiros, grandes empresas imobiliárias (as “colonizadoras”, que recebiam terras do governo estadual e federal), eram frequentes no período em diversas regiões do Paraná, como registra farta produção bibliográfica acadêmica e documentação produzida pelos próprios órgãos de repressão (Relatório Comissão Estadual da Verdade “Teresa Urban” – CEV/PR – 2014, s/p).

Um dos episódios mais marcantes desse contexto talvez tenha sido a morte de Ângelo Cretã, líder indígena que lutava pela retomada e manutenção das terras indígenas na região de Mangueirinha, em 29 de janeiro de 1980, em um acidente de carro que ainda hoje levanta

suspeitas pelo suposto envolvimento de jagunços a mando de grandes proprietários. Essa região destacava-se nesse cenário de conflitos, pois, como consta no relatório final da comissão: “A referência à localidade de Palmeirinha é significativa tendo em vista que se tratava de uma área dentro da T.I. de Mangueirinha desintrusada por indígenas, sendo que ali atuava a madeireira Canta Galo que teve seus interesses prejudicados e tendo jagunços a seu serviço” (Relatório Comissão Estadual da Verdade “Teresa Urban” – CEV/PR – 2014, s/p).

Denúncias contra essas práticas ocorreram ao longo de toda sua duração. Na década de 1950, José Loureiro Fernandes, antropólogo da Universidade Federal do Paraná, questionava a atuação da Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (COBRIMCO), empresa que havia recebido, do Estado do Paraná, a concessão de 22 mil alqueires de terras, ocupadas tradicionalmente pelos Xetá, e que as revendia:

A ação da COBRIMCO foi denunciada também pelo chefe do Departamento de Antropologia da UFPR, José Loureiro Fernandes, em ofício datado de vinte e sete de março de 1958 e dirigido ao CNPI (órgão do SPI): *‘Seus caminhões teriam sido vistos pelo menos duas vezes conduzindo os índios para fora da Serra dos Dourados. Qual destino? Nada se sabe. Ninguém ao que parece, até agora procurou averiguar (...). Pessoas temem fazer denúncias’* (SILVA, 1998, p.07). Com relação a esse ofício, importante salientar que o silêncio das pessoas certamente se deveu ao próprio histórico da empresa, constantemente envolvida em denúncias de grilagem e “jagunçagem” na região de conflitos fundiários, durante a década de cinquenta. Ofício de conteúdo semelhante foi enviado por José Loureiro Fernandes, em 05 de dezembro de 1958, solicitando (Relatório Comissão Estadual da Verdade “Teresa Urban” – CEV/PR – 2014, s/p).

Essa ação certamente relaciona-se com os diversos casos de remoção forçada, também expostos no relatório final. Mais do que isso, acerca da atuação dos jagunços, percebe-se a dimensão das ações e importância desses sujeitos que, ao mesmo tempo em que eram os responsáveis práticos por executar esses diversos tipos de violência – como a remoção forçada aqui abordada – podiam representar um impedimento, através do medo, de que denúncias fossem feitas, como consta no relatório.

Ainda nos anos de 1970 denúncias também eram feitas e, em grande medida, não tinham maiores consequências. Ao tratar dos conflitos na terra indígena de Rio das Cobras, lê-se o seguinte:

Entre 1977 e 1978, jornais de circulação nacional denunciaram ameaças e ataques “de jagunços” contra índios e o padre Francisco que os apoiava – os primeiros tiveram casas queimadas, ocorrendo o sequestro e tortura do Kaingang Jerônimo, enquanto que o padre Francisco teria sofrido um atentado a bala. Segundo as reportagens foi preso do pistoleiro “Aldair Borba”, sendo apontados como pistoleiros Valério Adálio, Manoel Borges e Sebastiao Baguá que estariam a serviço de “proprietários que

receberam títulos no governo Lupion” (Relatório Comissão Estadual da Verdade “Teresa Urban” – CEV/PR – 2014, s/p).

Nesta passagem mostram-se claras outras formas de atuação desses atores, com o incêndio de casas, sequestro e tortura, sempre a mando de grandes proprietários com interesses nas terras em disputa. Outro elemento de destaque é a citação ao governo de Moysés Lupion, no qual teriam havido a concessão de títulos aos referidos proprietários. Como veremos em casos posteriores, referências ao governo de Lupion não serão casos isolados.

Ao abordar os conflitos na região de Itaipu, o relatório final da CEV-PR nos fornece uma espécie de síntese desse processo mais amplo de concessão de terras, intrusão, violência e jagunçagem com os quais sofriam as populações indígenas – e também os camponeses.

À redução destes 325 mil ha somou-se as diretrizes de outros projetos desenvolvimentistas com transferência de terras devolutas para empresas privadas, em geral subsidiadas com empréstimos públicos sob a promessa de instalarem pequenos agricultores denominados “colonos”. As maiores colonizadoras foram beneficiadas com grandes concessões de terras ou empréstimos nas décadas de trinta e quarenta e tinham entre seus sócios Senadores, Deputados e Secretários de Estado (SALLES 2013). Esses empreendimentos levaram a um quadro generalizado de conflitos fundiários e grilagem no qual ação *de jagunços e paramilitares* [grifo nosso] se fez sentir principalmente sobre indígenas, caboclos, posseiros e pequenos proprietários, salientando-se que a população indígena foi a primeira a perder suas terras (PINHEIRO MACHADO, 1968; WACHOWICZ, 1982; CTI, 2013; BRANT DE CARVALHO, 2014) (Relatório Comissão Estadual da Verdade “Teresa Urban” – CEV/PR – 2014, s/p).

Mais uma vez é possível perceber a diversidade de sujeitos inseridos nessas disputas, havendo, entre eles, diferentes relações de forças, bem como de interesses. É, enfim, o mapa da violência abordado por Martins, no qual há a “violência do ‘branco’ contra o índio, violência do branco rico contra o branco pobre, violência do branco pobre contra o índio, violência de modernas empresas contra posseiros e indígenas e também contra peões escravizados” (MARTINS, 1998, p. 669). O emprego do jagunço, contudo, como se vê, se restringe aos grandes proprietários que os usam contra o indígena ou contra o posseiro, de acordo com seus interesses; contra quem se opõem a eles, contra os que estão em seu caminho.

Na mesma CEV-PR, ao tratar de um dos maiores episódios de disputas por terra ocorrido no Paraná, a revolta camponesa de Porecatu – como é referenciada neste material, mas que também é chamada de guerrilha ou guerra de Porecatu –, percebe-se claramente essa associação entre a atuação de jagunços relacionada aos grandes proprietários/grileiros:

Neccar Accorsi, reconhecido fazendeiro/grileiro da região. Teve papel importante na contratação de jagunços para intimidar e assassinar posseiros. Todos esses

fazendeiros/grileiros usavam de um mesmo expediente: utilizavam jagunços e a polícia (comandada pelo major Euzébio de Carvalho) para intimidar, prender, torturar, estuprar mulheres, queimar casas e outras benfeitorias, visando que os posseiros assinassem acordos para a desocupação dos lotes (Relatório Comissão Estadual da Verdade “Teresa Urban” – CEV/PR – 2014, s/p).

O jagunço surge como o instrumento mais incisivo dos grileiros para intimidar, expulsar e violentar os posseiros, no que pode ser compreendido como o cenário de violência gerado a partir do choque entre os agentes das frentes de expansão – os posseiros – e os agentes das frentes pioneiras – os grandes proprietários – com seus interesses e modos de vida diversos. Afinal, grande número de posseiros, vindos especialmente do Estado de São Paulo, já ocupavam a região há tempo considerável. A partir, especialmente, de meados da década de 1940, contudo, passa a haver um afluxo de grandes proprietários para aquela região no norte do Paraná, com o intuito de instalar ali latifúndios.

Os posseiros da região, que já haviam formado ligas camponesas, em 1944, e fechado estradas, em 1946, lutando pela regularização de suas terras, passaram, então, a enfrentar uma oposição mais direta dos grileiros. Uma das estratégias, inclusive, desses posseiros, frente a essas agressões, foi a resistência armada, iniciada em 1948. Nesta, bem como no movimento como um todo, houve significativo apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB). É nesse cenário, portanto, que se desenvolve o movimento de Porecatu. Segundo Angelo Priori et al:

Portanto, são esses dois agentes sociais - posseiro e grileiro - os personagens de um dos mais importantes conflitos de terra do Estado do Paraná no século XX. A presença desses grandes grileiros na região, que, por meio da polícia, de jagunços e de pistoleiros, expulsavam e tomavam as terras dos posseiros, é que vai motivar a organização de uma resistência - que posteriormente se transformou em resistência armada - com o objetivo de defender as suas posses e benfeitorias nelas existentes (PRIORI ET AL, 2012, p. 130).

Apesar de concordarmos com essa centralidade atribuída à oposição entre grileiros e posseiros, afinal, eram efetivamente os seus modos de vida e os seus interesses que estavam em disputa - o que também dialoga com o choque entre as frentes de Martins - , não podemos ignorar a centralidade dos jagunços, como os sujeitos do embate direto, das práticas de violência direta. Essa centralidade se dá, inclusive, relativamente a outros agentes que também praticavam violências contra os posseiros naquele cenário – ou que eram, em muitos casos, ao menos coniventes – como as forças oficiais. Essa interpretação está presente também no já citado trabalho de Angelo Priori et al, no qual se lê o seguinte:

Os maiores embates dos posseiros se deram, exatamente, contra os jagunços. A Força Policial, por estar fazendo um trabalho para os grileiros, era um inimigo a ser combatido, sem dúvida. Mas era considerado um inimigo fácil. Primeiro porque eram profissionais despreparados para o embate em situação de guerrilha. O máximo que a Força Policial fazia era vasculhar estradas e residências à procura dos posseiros. E, nas estradas, principalmente aquelas que cortavam as florestas, tornavam-se presas fáceis das emboscadas e dos tiroteios de surpresa (PRIORI ET AL, 2012, p. 137).

Ao que complementa, afirmando que “no caso dos jagunços era diferente. Eles não só eram temidos, como conheciam detalhadamente a região e lutavam de igual por igual, às vezes, com as mesmas táticas, às vezes com a mesma precisão. Por isso era fundamental a eliminação dos jagunços” (PRIORI ET AL, 2012, p. 137). Ou seja, percebe-se, ao mesmo tempo, que as forças policiais estavam efetivamente envolvidas, mas que eram os jagunços a grande preocupação dos posseiros, justamente por eles serem sujeitos mais inseridos naquele meio, mais preparados. E neste caso - como havíamos analisado no estudo de caso dos jagunços do Sudoeste - o jagunço aparece como um sujeito que não se encontra totalmente à parte da sociedade em que atua.

Não é de se estranhar, com isso, o destaque presente na figura de José Celestino, um dos principais jagunços naquele cenário, responsável por mortes e diversos outros casos de violência, inclusive talvez a mais marcante delas, o assassinato de Francisco Bernardo dos Santos:

Segundo Angelo Priori, o começo da resistência armada em Porecatu ocorreu em 28 de agosto de 1947, durante a invasão noturna a uma fazenda na cidade de Guaraci. Doze homens armados, jagunços e policiais, liderados por Antônio Barbosa, tentaram expulsar os trabalhadores da fazenda. Tal enfrentamento levou quatro posseiros à morte. Francisco Bernardo dos Santos, um dos líderes dos posseiros e membro da Liga Camponesa de Jaguapitã (PR), viajou a Curitiba e ao Rio de Janeiro levando uma carta ao então presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de solucionar os conflitos na região. Ao retornar, foi preso por policiais de São Paulo, teve suas pernas quebradas e foi entregue ao jagunço José Celestino, que o matou. O assassinato de Francisco Bernardo foi considerado o ‘estopim’ da revolta (Comissão Nacional da Verdade - Relatório - Volume II - Textos temáticos - Texto 3: Violações dos Direitos Humanos dos Camponeses. Dezembro de 2014, p. 98).

Diversos foram os episódios de violência que ocorreram até o ano de 1951, entre posseiros e jagunços. Uma resistência armada aguerrida, mas, ao final, derrotada. Com um apoio final mais incisivo dos governos, o lado dos grandes proprietários acabou atingindo boa parte de seus objetivos e muitos posseiros acabaram saindo da região, outros tantos presos e ainda os muitos mortos durante os cerca de três anos de embates mais diretos.

Porecatu ocorreu durante o primeiro governo de Moysés Lupion como governador do Estado do Paraná (1947-1951). Nosso próximo caso, a Revolta do Sudoeste de 1957,

frequentemente considerada, juntamente com Porecatu, os maiores conflitos de terra do Paraná, ocorreu durante o segundo governo de Moysés Lupion (1956-1961). Destacamos esses fatos, pois parece ser um consenso na historiografia – fortemente respaldado nas fontes – que a rede de pessoas e instituições que orbitavam esse sujeito, teve forte participação em um grande número de conflitos de terras pelo Paraná em meados do século XX. Dizemos isso não apenas pelo fato de que dois dos maiores conflitos ocorreram em seus governos, mas principalmente respaldados na participação que o chamado “Grupo Lupion” teve na Revolta do Sudoeste. Voltamos agora mais diretamente aos eventos do cenário em que atuou o sujeito central de nosso estudo, o jagunço do Sudoeste, retomando e aprofundando alguns elementos centrais daquele conflito.

Esse movimento, o cenário de instabilidades e violências que culminaria no levante de 1957, conforme Iria Zanoni Gomes (1987) teria se iniciado em 1951, com o início das atividades da Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA) na região. A titulação das terras que correspondiam à Gleba Missões e parte da Gleba Chopim à CITLA, contudo, segundo, Hermógenes Lazier, teria sido “ilegal e imoral” (LAZIER, 1986, p. 43), pois a empresa teria pago um valor irrisório pelas terras e o processo de venda não teria passado pela autorização do Senado, conforme previa a legislação da época acerca da venda de grandes porções de terra. Além disso, para burlar esses aspectos legais, um cartório teria sido criado, em Santo Antônio do Sudoeste, especificamente para realizar esse processo, visto que os já existentes não o fariam. Enfim, todas essas artimanhas teriam sido possibilitadas, mais ou menos diretamente, por Lupion, que, inclusive, consta, em alguns documentos, como sócio da CITLA.

Consideramos esse panorama importante, pois ao analisarmos os conflitos de terra no Paraná ao longo do século XX, percebemos que essas ações eram uma constante. Já havíamos citado, anteriormente, a concessão de terras à COBRIMCO, também por Lupion, que resultou em violentos conflitos com as populações Xetá. Percebe-se, com isso, que a chamada frente pioneira, ou seja, a expansão de grandes empresas e grandes proprietários para terras de fronteira, no caso paranaense, contou com significativos apoios do governo do Estado, seja com concessões de terras e artimanhas (i)legais, seja na conivência com as violências praticadas por grileiros e seus jagunços ou ainda na própria participação de forças oficiais nessas práticas de violência, como vimos no caso de Porecatu. A atuação dos jagunços, portanto, encontra-se inserida nessa estrutura de concessões, intrusões, conivência e violência. Todos esses elementos são característicos tanto das dinâmicas do “mercado de terras” quanto do processo mais amplo de expansão das fronteiras. Isso evidencia a complementaridade entre essas leituras e o carácter estrutural desses processos. Em outras palavras, essa estrutura violenta que se pauta

na expansão das fronteiras pelo capital é o elemento em comum que possui particularidades em cada recorte, como a do “mercado de terras” no Paraná. Por fim, temos no caso do Sudoeste mais um significativo exemplo de tudo isso.

A chamada “ocupação recente” (DIAS; CASTELANO, 2012, p. 82) do Sudoeste do Paraná, passa a ocorrer, mais efetivamente, a partir da década de 1940, com a política da Marcha para o Oeste e a instalação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), em 1943. Passa-se, então, a realizar a instalação de posseiros – especialmente vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul – nas terras pouco povoadas do Sudoeste. Em 1951, no entanto, a CITLA também passa a atuar na região, com o intuito de lucrar com a grande quantidade de madeira da região e, principalmente, com a venda de lotes para esses mesmos camponeses. Nesse primeiro momento já havia, então, uma grande instabilidade, gerada pela incerteza de quem realmente detinha a propriedade daquelas terras, a CANGO ou a CITLA, ou seja, ao fim e ao cabo, a quem os posseiros deveriam se reportar e pagar pelas terras.

Entre 1952 e 1956, contudo, no governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, a CITLA foi impedida de receber os valores de suas vendas, o que resultou num momento de hiato de sua atuação. Com o retorno de Moysés Lupion, no entanto, para seu segundo governo, a CITLA voltou a receber seus valores e a atuar intensamente na região. Agora, contudo, havia outras duas companhias, que haviam comprado partes da CITLA, que passaram a atuar na região, a Comercial e a Apucarana. E é nesse momento que os jagunços entram em cena.

Objetivando realizar o maior número de vendas aos posseiros, a Comercial e a Apucarana – há debate se a CITLA, diretamente, também empregou jagunços nessa estratégia – passaram a empregar jagunços com o objetivo de pressionar os posseiros a assinarem contratos com elas. Conforme se lê na CEV-PR: “Frente a não aceitação dos colonos e posseiros ao fato de terem que assinar contratos e, também, à oposição ferrenha desempenhada pelos políticos da UDN e do PTB, contrários à Lupion, as companhias encontraram nos jagunços e na violência a melhor forma de alcançar seus objetivos” (Relatório Comissão Estadual da Verdade “Teresa Urban” – CEV/PR – 2014, s/p). Lembremos, contudo, que, muito embora hoje pareça-nos claro que as companhias de terra agiam ilegalmente, havia uma grande incerteza acerca da propriedade efetiva das terras naquele momento. Por isso, os posseiros se questionavam a quem efetivamente deveriam pagar por suas terras. E por isso constantemente se negavam a assinar os contratos com essas companhias.

Para forçar os posseiros a assinarem os “contratos frios” – como eram muitas vezes chamados – com as companhias, os jagunços, a mando destas, lançavam mão de diversas formas de violência: rondavam as casas dos posseiros, frequentemente destruindo seus bens,

agredindo homens, mulheres e crianças, cometendo estupros e assassinatos. As mulheres, como vimos, provavelmente foram as que mais sofreram nesse cenário de violências, justamente porque eram elas que, frequentemente, mais diretamente enfrentavam os jagunços.

Esse cenário se intensificou no segundo semestre de 1957. Antes disso, os posseiros do Sudoeste, já sofrendo com as incertezas e violências, buscaram soluções legais, como a realização de abaixo assinados. Tais ações, entretanto, se mostraram inúteis, especialmente após o assassinato de Pedrinho Barbeiro, que estava prestes a levar um abaixo assinado ao presidente da República:

Pedro José da Silva (“Pedro Barbeiro”) – vereador do PTB, representante do distrito de Verê, em Pato Branco. Assassinado pelas costas, por jagunços e capangas das companhias CITLA e Comercial Paraná, mais ou menos no mês de maio deste ano. Pedro Barbeiro, líder dos colonos, dirigiu ao governo federal um abaixo-assinado que já contava com cerca de 200 nomes, pedindo providências contra as violências e extorsões daquelas empresas, além de uma solução para a situação dos colonos e posseiros. Por esse motivo foi assassinado (Comissão Nacional da Verdade - Relatório - Volume II - Textos temáticos - Texto 3: Violações dos Direitos Humanos dos Camponeses. Dezembro de 2014, pp. 105-106).

Após tentarem essas resoluções legais e perceberem sua ineficácia, os posseiros do Sudoeste passaram a empregar outras estratégias, conforme se percebe no trecho a seguir:

Dessa forma, em resposta a toda ação expropriadora das companhias de terra, somadas às frustradas buscas legais pela resolução do problema, os posseiros e colonos decidiram lutar à sua maneira. No lugar de ações pacíficas sem retorno prático foi instalado um processo de violência de ambos os lados. O primeiro confronto entre jagunços e posseiros aconteceu em 02 de agosto de 1957, no distrito de Verê, quando um grupo de colonos armados marchou em direção ao escritório da Companhia Comercial. Na ocasião vinha à frente um colono envolvido em uma bandeira do Brasil que foi morto, ali mesmo, por jagunços (Relatório Comissão Estadual da Verdade “Teresa Urban” – CEV/PR – 2014, s/p).

Ao confronto do Verê se seguiu, em 14 de setembro de 1957, o episódio que ficou conhecido como a Tocaia do KM 17. Posseiros da região de fronteira com a Argentina, juntamente com os chamados “farrapos”⁹⁵, liderados por Pedro Santin, organizaram uma emboscada com o intuito de disparar contra uma caminhonete de companhia que passaria por ali com jagunços. Havia, contudo, posseiros na camionete, que haviam pegado carona, e acabaram mortos. Tal evento tornou o que acontecia no Sudoeste conhecido nacionalmente e passou a haver cobertura jornalística na região.

⁹⁵ No contexto em questão esse termo se refere aos homens que se refugiavam da justiça, frequentemente por terem cometido algum crime em suas terras natais, escondendo-se e instalando-se nas terras ainda pouco povoadas do Sudoeste.

A região de fronteira continuou muito movimentada, com a permanência de ações de posseiros contra os jagunços e companhias, num movimento de tomada das cidades, às vezes por milhares de posseiros, que se espalhou por todo o Sudoeste, destacando-se as cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco, tomadas por volta do dia 10 de outubro. Essa estratégia, ao fim, se mostrou efetiva e os posseiros conseguiram expulsar jagunços e companhias da região.

Enfim, ao longo de um processo que se encerrou apenas no início dos anos de 1970, entre 40.000 e 50.000 propriedades foram regularizadas. Por isso, a Revolta do Sudoeste é considerada um movimento bem sucedido de luta pela terra.

Contudo, ao olharmos para Paraná como um todo, antes, durante e depois do movimento de 1957, percebemos que a conclusão do que ocorreu no Sudoeste parece ser muito mais um caso atípico, visto os conflitos de terra que permaneceram ocorrendo, frequentemente com os camponeses saindo derrotados – a exemplo do que ocorreu em Porecatu, onde os camponeses tiveram que sair das terras pelas quais lutavam.

Praticamente ao mesmo em que essas milhares de propriedades eram regularizadas para os camponeses do Sudoeste, um conflito muito parecido ao que culminou na Revolta de 1957 ocorria, não muito longe dali, no município de Santa Helena:

Localizado no oeste paranaense, nas margens do rio Paraná, o Município de Santa Helena foi assolado por intensos conflitos de terra envolvendo posseiros e proprietários de terra. A situação tornou-se mais crítica entre os anos de 1971 e 1973, período em que ocorreram diversos enfrentamentos em terras pertencentes a João Conrado Mesquita, fundador da Companhia Agropecuária e Industrial Rimacla. Vendidas a posseiros supostamente pelos administradores das fazendas (O ESTADO DE SÃO PAULO, 17 de junho de 1971), essas terras passaram a ser novamente reivindicadas pelo proprietário na década de 1970. A fim de retomar a área, ele contratou “jagunços” armados para expulsarem os moradores, que haviam comprado os direitos de posse sobre as terras, mas não puderam regularizá-las em seus nomes (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 532)

Temos aqui novamente um grande proprietário/grande empresa buscando lucrar com a venda de terras para posseiros. Posseiros que, mais uma vez, não se negavam a realizar o pagamento. Apenas se veem violados por novas cobranças acompanhadas da violência de jagunços.

Outro elemento semelhante a Revolta do Sudoeste diz respeito à reação dos posseiros e algumas de suas consequências, visto que

O conflito tornou-se matéria de jornais quando os camponeses se uniram para enfrentar os homens de Mesquita. Em um tiroteio ocorrido em 10 de maio de 1971, quatro “jagunços” foram mortos, fato que foi noticiado como a ‘chacina’ da Fazenda

Rimacla, pelos jornais O Estado de São Paulo, 19 de junho de 1971; Jornal do Brasil, s/d, junho de 1971, Gazeta do Povo, 16 de junho de 1971 (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 532).

Assemelha-se muito, portanto, ao que ocorreu com a Tocaia do KM 17. Ao passo que esta deu visibilidade ao que ocorria no Sudoeste em 1957 e, ao fim e ao cabo, parece ter contribuído para o sucesso das reivindicações daqueles posseiros – impedindo, por exemplo, que o governo do Estado fizesse o que bem entendesse, já que tudo estava sendo noticiado – a cobertura dos eventos de Santa Helena parece ter tido um sentido bem diferente. Segundo o texto de Dibe Ayoub no relatório da CCV, a cobertura da mídia à época focou apenas na reação violenta dos posseiros, ignorando totalmente as violências prévias por eles sofridas. Dessa forma, a divulgação dos acontecimentos não teria desempenhado um papel como no Sudoeste.

Por fim, outro elemento em comum, agora não apenas com o Sudoeste, mas com os conflitos de terra no Paraná de modo geral, diz respeito à atuação e à convivência do Estado. Convivência por não atuar na prevenção e tampouco na justiça de tais eventos. E atuação, pois, novamente, temos neste caso a concessão de terras para empresas. E novamente relacionadas a Moisés Lupion:

Segundo matéria publicada no Jornal do Brasil, em 21 de junho de 1971, as terras em que o conflito ocorreu haviam sido concedidas, no início do século XX, à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Nos governos de Moisés Lupion (1946- 1950, 1956-1960), o Estado do Paraná declarou nulidade às concessões, dando novos nomes às glebas, que foram distribuídas a pessoas próximas ao governador. A ação irregular de expedição desses títulos fez com que, em 1966, houvesse pelo menos 815.640,8 hectares de terras com títulos duplos, e às vezes triplos, no oeste paranaense (MYSKIW, 2002, p. 154). Ao mesmo tempo, essas terras estavam sendo ocupadas por colonos e migrantes vindos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de outras partes do Paraná. Na medida em que a maioria dos proprietários de terras interessava-se somente pela madeira existente nas mesmas, acordos eram feitos com esses novos ocupantes, que adquiriam direitos de posse sobre as áreas, podendo nelas plantar e estabelecer suas moradias (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, pp. 533-534).

Destaca-se, ainda, assim como ocorreu no Sudoeste, a duplicidade ou mesmo triplicidade de supostos títulos de propriedades daquelas terras. Ou seja, novamente uma disputa legal – frequentemente envolvendo grilagem – no meio da qual pequenos camponeses encontravam-se perdidos.

No mesmo ano de 1971 outros embates ocorreram, com mais mortes. Posteriormente, em 1973 e 1974, mesmo após acordos, novos conflitos ocorreram, resultando na morte de

outros 14 posseiros. Ou seja, jagunços a mando de Mesquita/Rimacla continuaram atuando na região, assassinando posseiros.

Diversos outros conflitos no campo pelo Paraná, com a atuação direta de jagunços poderiam ser ainda abordados. Por exemplo, em *O Estado do Paraná*, de 25 de setembro de 1964, há a seguinte notícia:

Rebelião de posseiros no Sudoeste paranaense

Nova revolta de posseiros irrompeu no Sudoeste de nosso Estado, na gleba de São Clemente, no Município de Marechal Rondon. Em consequência pereceram duas pessoas e outra saiu gravemente ferida. A rebelião foi comunicada ao secretário de Segurança Pública, cel. Italo Conti através de radiograma enviado pelo cel. Lapa, chefe da Subdivisão Policial sediada em Cascavel, que por sua vez havia recebido pedido do capitão Djalma Melo, para sufocar uma revolta de posseiros na gleba São Clemente. Segundo as primeiras informações já foram mortas duas pessoas, além de um ferido gravemente. Em resposta, o cel. Italo Conti comunicou que autorizava fossem tomadas as providências no sentido de normalizar a situação, bem como pedia para que fosse mantido informado sobre a evolução dos acontecimentos (O Estado do Paraná. Curitiba, 6º feira, 25 de setembro de 1964).

Muito embora não haja referência direta a jagunços – ou a qualquer outro termo pelos quais eles também podem ser referidos – nesta notícia, é difícil imaginar um conflito de terras, no Estado do Paraná, naquele período, em que estes sujeitos não estivessem presentes. Alguns panoramas gerais acerca do cenário de conflitos de terras e de violências cometidas contra camponeses, apresentados na CCV, apontam para isso. Esses panoramas, inclusive, foram um dos motivos para optarmos por trabalhar com as comissões da verdade. A presença de conflitos considerados menores – como o de Santa Helena – aos quais dificilmente se tem acesso sem que se entre em trabalhos e produções muito específicas, foi outra das razões.

Enfim, a despeito da impossibilidade de uma pesquisa aprofundada e específica sobre os diversos outros casos de conflitos de terra no Paraná ao longo do século XX, consideramos profícuo apresentar alguns elementos desse panorama, tendo plena consciência de que isso não encerra a questão, tampouco abrange a totalidade. A própria CCV, por sua vez, têm essa mesma consciência, quando afirma que: “Embora não esgotem o universo de situações com que nos deparamos nas pesquisas, os relatos fornecem um panorama representativo dos tipos de violência cometidos contra camponeses entre 1946 e 1988” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 98).

Ao abordar as “Violências do campo no Paraná”, Marco Antônio Teixeira nos apresenta uma “síntese do relatório final do Projeto Dez anos de luta pela terra 1969 – 1979 (Estado do Paraná), que buscava fazer um mapeamento das lutas sociais no campo brasileiro”

(Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 536). Segundo o autor:

Foram registrados 51 conflitos de terra no Estado do Paraná entre 1969 e 1979. As disputas que envolveram posseiros somam 26; em oito delas há registro de mortes, em três há feridos, em cinco, ameaças a trabalhadores rurais e em uma, ao administrador da fazenda. Foram pelo menos 2.500 famílias de posseiros envolvidas em conflitos nesse período. Houve prisões em pelo menos três situações, sendo que no conflito da antiga Fazenda Santa Cruz, em Palmital, 25 pessoas foram presas (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 536).

Ao que complementa que:

Os conflitos envolvendo colonos somam oito casos, todos no oeste paranaense, com cerca de 3 mil famílias envolvidas. Entre os atos de violência, destaca-se a invasão de terras por jagunços, que colocavam fogo nas plantações, ameaçando e assassinando trabalhadores. Foram registradas 45 prisões e duas mortes na Fazenda Vitória. Na Colônia de São Pedro, há indicações de várias mortes, prisões e feridos. Em outros casos, a ameaça aos trabalhadores é constante. Quando a ação da polícia era registrada, sempre ocorria através da pressão sobre os colonos, vigiando-os ou acompanhando os despejos. Em um dos casos, um trabalhador acusou o delegado de polícia e um cabo de serem jagunços (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 536).

Finaliza afirmando que “foram registrados seis conflitos com arrendatários e um com parceiro, com um total de aproximadamente setecentas famílias envolvidas. Nesses casos, o ato de violência se dava, sobretudo na tentativa de obrigar os arrendatários a saírem da terra, através de jagunços. Também houve a ação de jagunços contratados para matar lideranças” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 536).

Fica claro, com esse panorama, primeiramente, a existência de diversos outros conflitos, não abordados por nós aqui diretamente, e às vezes nem mesmo nas comissões da verdade. Segundo, devemos ter claro que esse panorama se refere a um recorte específico, 1969-1979, logo, não aborda, por exemplo, os movimentos do Sudoeste, em 1957, o de Porecatu, entre 1948 e 1951, tampouco o significativo momento de recrudescimento das lutas e violências nos anos de 1980 (GOMES, 2001, p. 75). Ou seja, se buscarmos expandir esse recorte, esse cenário é ainda mais intenso e com números ainda mais expressivos dos que os acima apresentados.

Por fim, destacamos a presença dos jagunços, como um sujeito praticamente onipresente nesses conflitos. Novamente aqui, como já havíamos podido perceber nos três casos abordados mais a fundo, o jagunço possuía uma atuação central nesses conflitos, executando ações de ameaça, destruição de patrimônio, agressão e assassinato. Reforça-se, com isso, outro elemento também já apresentado, a saber, a frequente proximidade entre jagunços e forças de segurança oficiais, neste caso, com um policial e um cabo sendo acusados de serem jagunços.

Outro caminho interessante que nos permite confirmar a centralidade dos jagunços nesse cenário, é um simples levantamento quantitativo de sua presença nas comissões da verdade. Na CNV, há 54 referências a jagunços, na CEV-PR, 89 e na CCV, 87. Além das outras nomenclaturas pelas quais os jagunços podem ser referidos, como capanga, matador de aluguel e, principalmente, pistoleiro, que conta - apenas este último termo - com 33 referências na CNV, 15 na CEV e 165 na CCV.

A presença de seções específicas na CEV-PR e CCV para analisar os casos de violência no Oeste do Paraná, bem como o destaque dos casos do Sudoeste, Marechal Rondon e Santa Helena, ocorridos no Oeste do Estado – apenas para ficarmos nos que foram aqui citados diretamente – parecem indicar que essa região do Paraná teve significativo destaque nesse contexto de violências e de conflitos de terra. Isso é reforçado ao pensarmos no dossiê *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Assassinatos no campo: crime e impunidade - 1964/1986*, com dados complementares aos citados anteriormente. Segundo Miskiw:

O dossiê foi organizado por ano e por estados da federação, tendo como título das ocorrências o nome do posseiro ou trabalhador rural assassinado. Ao final da matéria, foram informadas a fonte da informação, as supostas autorias (mandantes e executores) e as providências jurídicas tomadas. Foram registradas 18 ocorrências de conflitos de terra com uso de violência física que resultou na morte de trabalhadores rurais e/ou posseiros no Oeste do Paraná, entre os anos de 1970 a 1984, nos municípios de Cascavel, Santa Helena, Assis Chateaubriand, Matelândia, Palotina, Umuarama, Guaraniaçu, São Miguel do Iguaçu e Lindoeste. Nessas 18 ocorrências, foram mencionados os assassinatos de 42 posseiros por jagunços a mando de fazendeiros (ou supostos fazendeiros) (MYSKIW, 2018, p. 162).

Reforça-se o destaque à área de fronteira e à atuação dos jagunços a mando de grandes proprietários. E devido a esse destaque da fronteira, devemos voltar, mais uma vez, a José de Souza Martins, em diálogo com outros autores, para concluirmos esse debate buscando entender os elementos em comum que se manifestam nesses cenários de violência e disputa de terra, nos quais o jagunço é sujeito central. Afinal, o destaque do Oeste paranaense não é por acaso. Sua característica de área de fronteira é essencial para entendermos isso:

O Oeste-Sudoeste paranaense é apresentado como território em formação que conta com a especificidade de constituir-se em área de fronteira política, econômica e ambiental. Para além da percepção mais óbvia, da fronteira geográfica enquanto área de contato com países vizinhos (Argentina e Paraguai) e outras unidades da federação (Santa Catarina e Mato Grosso do Sul), trata-se da fronteira interna no sentido de frente de ocupação do interior do Estado Paranaense, marcada por diversos conflitos que, apesar das suas especificidades, têm em comum a busca de domínio do Homem e da Natureza em um espaço/tempo de encontro desencontro entre diferentes visões de mundo e interesses associados (DIAS; CASTELANO, 2012, p. 80).

Esses encontros e desencontros entre diferentes visões de mundo citados pelo autor estão fortemente pautados nas interpretações de Martins acerca dos embates que decorrem do encontro entre as frentes de expansão e as frentes pioneiras, conforme já exposto. Essas noções de Martins, além da noção de fronteira, são estruturantes do pensamento de Dias e Castelano. Não é por acaso, portanto, que mesmo abordando o caso específico do Oeste-Sudoeste do Paraná, os autores atentam para a importância de considerar esse recorte como não desconexo de estruturas mais amplas:

Estudar o processo de formação socioespacial do Oeste-Sudoeste do Paraná circunscrito a ele mesmo, sem as mediações necessárias com outros níveis escalares, dificultaria o entendimento do próprio processo. Em outras palavras, o que ocorreu no Oeste-Sudoeste do Paraná no histórico de sua formação socioespacial, em diferentes momentos (daí a necessidade de periodização), teve um desencadeamento de orientação nacional determinado por políticas públicas de Estado ou ações de interesse do capital privado em especial as empresas colonizadoras. *Logo, a resistência por parte de posseiros, pequenos proprietários e povos indígenas levados a situações limites em razão dos conflitos pela posse da terra se expressa na escala local, mas não está dissociada das intervenções políticas e econômicas vinculadas às escalas mais amplas* [grifo nosso] (DIAS; CASTELANO, 2012, p. 79).

Ou seja, o que ocorre no Oeste do Paraná, esse cenário de fronteira conflituosa e solo fértil para conflitos de terra, não é algo exclusivo dessa região. Em outras partes do país, em outros momentos, situações muito semelhantes ocorreram e ocorrem. Essas reflexões nos levam até um aporte que consideramos ser muito pertinente para pensarmos nessas maiores relações. Nos referimos à perspectiva da “colonialidad territorial”. Segundo Milson Bettancourt Santiago:

La colonialidad territorial proviene del esfuerzo por entender que la devastación/dominación/explotación social, económica, política, ambiental y cultural está unida a una misma matriz o patrón de subalternización de todas las gentes y los territorios, de manera diferenciada y afecta con mayor fuerza a los más humildes, en particular a aquellos que bajo distintas estrategias y dispositivos, se han considerado incivilizados/salvajes/atrasados/subdesarrollados/improductivos, violencias simbólicas que acompañan siempre las violencias físicas (SANTIAGO, 2021, p. 146).

Dessa forma, os conflitos de terra que visualizamos na história recente do Paraná, tendo suas violências personificadas na figura do jagunço, possuem um padrão – que, inclusive, não se restringe ao Paraná, como veremos. Um padrão constituído pelo embate das frentes de expansão e das frentes pioneiras, com seus objetivos contrastantes. Um padrão constituído pela conivência e mesmo atuação do Estado e forças oficiais em prol dos interesses dos agentes das frentes pioneiras em detrimento dos agentes das frentes de expansão. Um padrão constituído pela impunidade, como atestam os “97,6% dos casos de camponeses mortos na Ditadura [que] não tiveram justiça” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 97). Por fim, um padrão que se constitui e se estrutura no emprego de jagunços como sujeitos presentes em praticamente todos os conflitos de terras desse cenário e que, por diversos tipos de violência, fazem valer o interesse do grande proprietário, da grande empresa, do grileiro, dos agentes da violência estrutural, frente ao camponês e ao indígena.

Pensando, por fim, no que aparece no livro *Conflitos territoriales*, como a noção de “causas estruturais comuns”, inserida nessa perspectiva da “colonialidad territorial”, ou seja, os mesmos elementos presentes em diferentes contextos, mas que atuam de forma semelhante, resultando, muitas vezes, em consequências semelhantes, podemos finalizar com a interpretação de Martins acerca da dispersão desse cenário de violência que acompanha a expansão das fronteiras e do qual o jagunço é um sujeito fundamental.

Essa, aliás, é a única maneira de entender o porquê do alastramento rápido e violento de conflitos pela terra em todo o país nos últimos anos, especialmente nas frentes pioneiras. É que o posseiro não paga renda da terra a ninguém: nem como aluguel nem através da compra da terra. É muito significativo que justamente grandes empresas capitalistas e não rudes senhores do sertão estejam envolvidos nesses conflitos. Enquanto o lavrador luta pela terra de trabalho, a grande empresa capitalista luta pela renda da terra (MARTINS, 1981, p. 176).

A busca por lucro desses grandes proprietários, grandes empresas e grileiros, frequentemente em conjunto com o Estado, que se choca com o interesse de camponeses e indígenas, inseridos, ao fim e ao cabo, num histórico fundiário desigual e desigualitário, é, portanto, o que constitui essa causa estrutural comum que, ao longo de praticamente todo o século XX vem espalhando um mapa de violência que tem no jagunço sua ponta de lança.

Pudemos ver todas essas questões, até agora, no que tange especificamente o caso do Estado do Paraná. Todavia, definitivamente, elas não estão restritas a esse Estado; são uma constante em âmbito nacional.

5.2 BRASIL

5.2.1 APROXIMAÇÕES COM O SUDOESTE PARANAENSE E A SUBCATEGORIA JAGUNÇO

Expandindo nossa abordagem desses casos de violência e conflitos de terra, desse mapa da violência, para o âmbito nacional, ainda focados na presença e atuação dos jagunços da violência direta, podemos começar trabalhando com casos que se mostram bastante parecidos com os do Sudoeste paranaense. Casos parecidos no sentido do contexto, das disputas e mesmo dos acontecimentos que levam aos conflitos e os definem, mas principalmente acerca das formas de atuação dos jagunços nesses cenários. Essa escolha pela semelhança ocorre no sentido de demonstrar os padrões que se repetem em diferentes locais e em diferentes momentos. Posteriormente, por outro lado, vamos nos focar em casos nos quais há consideráveis diferenças. Todos, porém, mantendo o elemento central de nossa análise da categoria jagunço da violência direta, ou seja, sua relação com agentes da violência estrutural. Nesta seção trabalharemos diretamente sobre os textos temáticos da Comissão Camponesa da Verdade.

Nos casos de grilagem e disputas de terra no Vale do Ribeira, em São Paulo, trabalhados por Gabriel da Silva Teixeira, há afirmações sobre a presença e atuação de jagunços a mando dos grileiros. E percebemos indícios de que essas atuações em muito se aproximam do que podemos analisar no caso do Sudoeste paranaense.

Acerca dos conflitos em Guapiruvu, município de Sete Barras, ainda na década de 1950, Teixeira afirma que “A família Penteado [suposta proprietária das terras] utilizava jagunços para amedrontar e expulsar os antigos proprietários, queimando barracos, destruindo paióis e agredindo os camponeses” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, pp. 489-490). E na sequência complementa: “Os jagunços impediam que os trabalhadores rurais plantassem ou mesmo reerguessem novas casas nas proximidades. Os trabalhadores rurais eram obrigados a migrar constantemente, e as perseguições se repetiam ano a ano. Um dos jagunços mais conhecidos na região era Raimundo, bastante temido pela postura violenta” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 490).

Em outro conflito de terras na região, na cidade de Eldorado, na década de 1970, a partir das falas de um antigo proprietário/morador das terras, o autor afirma que “Os novos proprietários começaram a colocar jagunços armados para pressionar a família de Dauro e outros moradores do local a sair das propriedades. Um jagunço chamado ‘Ozuza’ ficou bastante conhecido pelas práticas extremamente violentas, como a queima de casas e de roças e as ameaças aos moradores. Tanto os avós como o pai de Dauro foram obrigados a sair” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 497). Há, ainda, a atuação de “Pancinha”, um preposto - é o termo utilizado no texto - que atuava a mando de Otoniel de Almeida, em conflitos em Iguape. Em 1984 “Pancinha” teria derrubado milhares de pés de banana de dois camponeses. No ano seguinte, os mesmos camponeses foram alvos de um atentado a tiros de “Pancinha”.

Essas atuações dos jagunços nesses casos no Vale do Ribeira indicam para uma mobilização e permanência significativamente constantes desses sujeitos na área, justamente com o intuito de atingir os objetivos de amedrontar e expulsar os camponeses, por meio da construção de um ambiente de tensão através de práticas violentas. Trata-se, portanto, de algumas das características centrais que identificamos na atuação de jagunços no Sudoeste paranaense.

Há outros casos, em outros recortes, em que podemos perceber esses elementos em comum, talvez ainda mais claramente. José Carlos Leite, ao expor os casos de “Sequestro e assassinatos na Agropecuária Mirassol”, aborda um intenso conflito envolvendo a referida empresa e cerca de mil famílias de posseiros na região de Jauru, Mato Grosso, a partir de 1982. O panorama da disputa é o que já conhecemos: uma grande empresa alega a propriedade sobre as terras já ocupadas por posseiros. Nesse cenário, conflitos, tensões, especialmente por meio de ameaças e intimidações, segundo o autor, já ocorriam, mas eram quase sempre pontuais. Na sequência, casos de espancamentos e incêndios marcaram o conflito. Neste momento, destacou-se a atuação da Polícia Militar, como no caso do dia 22/05/1984, em que 46 policiais espancaram os posseiros e incendiaram suas casas. Neste ponto, a atuação de jagunços e policiais já havia deixado ao menos uma pessoa morta, vítima desses espancamentos.

A partir da chegada de um contingente maior de jagunços, bem como da intensificação de suas atuações, o ambiente se torna ainda mais tenso e violento.

[...] enquanto os posseiros e o Sindicato aguardavam uma resposta do INCRA, chegaram (sic) agora no dia 18 um contingente de policial junto com 40 jagunços e adentraram na mata fazendo barbaridades, uma verdadeira destruição. Faziam o

seguinte: prendiam os chefes de famílias, punham mulheres e crianças para fora dos barracos, pegavam o que lhes interessavam, punham fogo nas casas e as criações que detinham vivos, carregavam, e outros matavam a tiros. Durante 5 dias, além de tudo isso, ameaçavam as mulheres e os filhos dos colonos. Os posseiros revoltados diante de tanta humilhação resolveram enfrentar os bandidos. No dia 22/10, numa segunda-feira, houve confronto dos posseiros, policiais e jagunços – resultado: 2 mortos e 7 feridos (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 118).

A reação dos posseiros a essas violências foi a ocupação de cidades em outubro de 1984 - não foi uma tomada, como no Sudoeste paranaense - e a manutenção da luta e mobilização. Novamente, no entanto, jagunços e, principalmente, policiais, foram requisitados e reprimiram violentamente a ocupação dos posseiros, resultando em outras três mortes.

Ao longo dos dois anos seguintes houve uma série de tentativas de acordo, com concessões irrisórias de terras aos posseiros, bem como a permanência de suas resistências. Os posseiros chegaram a matar agentes do outro lado - não especificados - e a ferir a bala um gerente da Agropecuária. O que também permaneceu foi a repressão aos posseiros, sempre unindo jagunços e policiais, com mais conflitos e mais mortes. Em 1986 seriam cerca de 20 posseiros mortos. Nesse momento, teria passado a ocorrer uma maior cobertura midiática dos eventos, o que resultou numa espécie de “estabilização” do conflito.

Outro caso bastante semelhante ao do Sudoeste paranaense é o trabalhado por Iby Monteiro de Silva, “Conflitos por terra no Acre e a violência contra sindicalistas: o assassinato de Wilson de Souza Pinheiro”. Nesses casos, envolvendo especialmente as cidades de Brasileia e Xapuri, que trata de uma série de conflitos, ao longo da década de 1980, envolvendo seringueiros, autônomos ou organizados em sindicatos, contra grandes proprietários que chegavam à região - e nos quais destaca-se o assassinato do líder sindical Wilson de Souza Pinheiro - temos um claro exemplo da dinâmica de fronteira elaborada por Rubens de Souza Martins.

Os estados do Norte do país, a partir do final da década de 1960, foram palco de diversos conflitos agrários, dada a crescente presença de latifundiários que foram para a região implantar a criação de gado. Especificamente no Acre, havia muitos seringueiros e seus trabalhadores sofreram pressão: com incentivos estatais para transformarem as áreas em pasto, fazendeiros do Centro-Sul do país faziam uso da violência para obrigar os seringueiros a sair dos seus locais de residência e trabalho. Em sua maioria, peões eram contratados como jagunços, ainda em Mato Grosso, Goiás e Paraguai, de onde saíam à região de avião (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, pp. 251-252).

Esses sujeitos contratados para atuarem como jagunços na região, tinham como principal objetivo a expulsão dos seringueiros, posseiros e camponeses das terras que seus patrões alegavam serem os donos. Para isso, empregavam diversas violências, como ameaças, agressões, etc.

A resistência dos seringueiros, por outro lado, se manteve. Eles a faziam especialmente por meio dos “empates”, como no “episódio onde centenas de trabalhadores posseiros enfrentaram os jagunços da região, tomando-lhes seus rifles e os entregando para o Exército” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 252), ou seja, empatavam a atuação dos jagunços dos latifundiários. Estes, por sua vez, “reforçaram suas guardas, levando à região mais peões, e compraram armas na Bolívia” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 252). Construía-se, dessa forma, uma cenário de constantes embates, conflitos, violências e tensões que, não raramente, resultava no assassinato de algum seringueiro, especialmente daqueles que eram vistos como líderes do movimento, afim de enfraquecer a resistência.

Além do assassinato do sindicalista Wilson de Souza Pinheiro, em destaque no texto, podemos pensar nos casos análogos: “Caso Jesus Matias de Araújo, sindicalista morto a tiros na cidade de Brasileia no dia 2 de dezembro de 1983; Caso Raimundo Paulino de Souza, seringueiro assassinado em 19 de julho de 1984, no seringal Água Preta, no Município de Rio Branco; Caso Valdevino Delara, que era parceleiro e foi assassinado com tiro no dia 18 de outubro de 1985” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 252).

Obviamente cada um dos casos aqui expostos possui uma infinidade de particularidades e complexidades muito maiores do que foi possível abordar neste momento. Com isso, certamente também possuem diversos afastamentos com o cenário do Sudoeste paranaense, com o qual buscamos aproximá-los aqui. Por ser o recorte com o qual trabalhamos verdadeiramente a fundo, o caso da Revolta do Sudoeste sempre cumprirá a função de parâmetro, ora de aproximação, ora de afastamento. E isso é válido especialmente para o jagunço, que é uma categoria bastante escorregadia e difícil de se definir e compreender. Nesse sentido, e continuando com a busca por delimitações coerentes da categoria de jagunço e de suas possíveis subcategorias, acabamos tomando o caso do Sudoeste paranaense como uma espécie de modelo, não a ser seguido, mas a partir do qual pensamos, repetimos, tanto aproximações quanto afastamentos. Assim, ao identificarmos elementos de aproximação entre

os jagunços que atuaram nos casos aqui expostos do Vale do Ribeira, no Acre e no Mato Grosso, com o jagunço que atuou no Sudoeste paranaense, buscamos evidenciar essas semelhanças, justamente para melhor delimitar essa subcategoria. Dessa forma, tomando o jagunço do Sudoeste como modelo e agrupando também os jagunços dos casos acima abordados, podemos pensar nessa subcategoria de jagunços delimitada por alguns fatores: atuação quase sempre em grupos, vínculo com um grande proprietário fortemente pautado em questão pecuniária; mobilização e atuação permanente dentro do recorte temporal do conflito; ao menos durante o tempo da mobilização das ações desses sujeitos são quase que exclusivamente voltadas para essas práticas; execução de uma multiplicidade de violências que resulta em um ambiente tenso e violento que possibilita a obtenção dos objetivos do grande proprietário. Inserido na categoria mais ampla de jagunço, conforme já definimos, esta seria uma primeira subcategoria, à qual também chamaremos de jagunço, apenas.

Entendemos que essas delimitações e conceituações são necessárias pelos diversos motivos que já expusemos ao longo deste trabalho, como a simples falta de conhecimentos sobre esses sujeitos. Além disso, ao trabalharmos com as comissões da verdade, se mostrou nítido que termos diversos como jagunço, pistoleiro, capataz, capanga, etc, são empregados quase que indiscriminadamente para o que definimos aqui como a categoria jagunço. Como se fossem palavras diferentes que se referem sempre a um mesmo sujeito. Temos o exemplo do caso do “Assassinato de José Zacarias dos Santos (1985)”, no qual o autor, Tiago Rodrigues Santos, utiliza-se dos termos jagunço, capanga, pistoleiro e vaqueiro sem distinções, como se fossem sinônimos para um mesmo sujeito, a fim de evitar repetições de palavras na escrita. Ao longo das comissões da verdade com as quais trabalhamos essa situação é o padrão.

É verdade que na imensa maioria dos casos todos os sujeitos referenciados por qualquer um desses termos se insere, de fato, na categoria jagunço. Conforme estamos desenvolvendo, entretanto, dentro dessa categoria jagunço, existe uma série de sujeitos diferentes entre si. Com isso, entendemos que, ao se utilizar esses diferentes termos como sinônimos, acaba-se apagando a complexidade interna que existe na categoria jagunço. E é por isso que neste capítulo, além de mantermos o foco principal que é, grosso modo, evidenciar a presença constante da categoria jagunço nos conflitos de terra por todo o território brasileiro ao longo do século XX, também vamos tentar traçar algumas delimitações e conceituações, acerca desses diferentes sujeitos - ou subcategorias de jagunços - a partir dos casos concretos que se apresentam em nossa exposição.

5.2.2 CONFLITOS E VIOLÊNCIAS EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO TRADICIONAL: A SUBCATEGORIA CAPANGA

A despeito da centralidade que a noção de fronteira, pautada nas obras de José de Souza Martins, tem neste trabalho, não se deve pensar, todavia, que os casos de violência no campo no Brasil, tampouco as atuações de jagunços ou as dinâmicas que os envolvem, sejam uma exclusividade das regiões de fronteira. Em regiões consideradas de ocupação tradicional, ou seja, com a presença do agente de origem europeia, aos moldes modernos/capitalistas, em sua maioria mais próximas ao litoral, praticamente todos esses elementos também estão presentes - obviamente com as devidas nuances. Nessa direção, destacamos aqui o caso Pernambucano que, além de trazer alguns dos melhores exemplos de conflitos no campo em regiões de ocupação antiga, possui uma curiosa coerência entre os casos e instiga os debates sobre outra subcategoria de jagunço. Começamos, então, pelos casos que envolvem a região da mata pernambucana.

Ao longo da abordagem de seis casos emblemáticos de violações contra camponeses no Estado de Pernambuco na CCV, compreendendo principalmente o recorte temporal entre os anos de 1963 e 1972, destacam-se casos de repressão violenta de donos de engenho contra trabalhadores que exigiam seus direitos. Pagamentos atrasados ou de décimo terceiro, respeito a férias e demais condições básicas de trabalho eram as principais demandas. Com exceção dos casos da “Prisão e tortura de Manoel Gonçalo e de Severino Manoel Soares” e da “Prisão do sindicalista Marcos Martins da Silva na ‘Benedita’ (cadeia privada de uma usina)”, que até citam usineiros e que podem chegar a tocar ou sugerir a ação da categoria jagunço - mas muito pontual e tangencialmente, o que impossibilita a abordagem - mas que tratam mais propriamente das perseguições, prisões e torturas de líderes sindicais pela Ditadura, todos os outros casos abordam as violências de donos de engenhos contra trabalhadores.

Em texto de Pablo F. de A. Porfirio, temos o caso do “Assassinato de trabalhadores rurais na Usina Estreliana”. Segundo o autor:

O caso refere-se ao assassinato de cinco trabalhadores rurais em frente ao escritório da Usina Estreliana, em 7 de janeiro de 1963: Zacarias Batista do Nascimento, Israel Batista do Nascimento, João Batista, Ernesto Batista e Antônio Farias (Diário de Pernambuco, 8/1/1963). Localizada na Cidade de Ribeirão, Zona da Mata Sul de Pernambuco, distante cerca de 90 km de Recife, a usina pertencia a José Lopes de Siqueira Santos, deputado federal pelo PTB, e agregava vários engenhos de cidades vizinhas (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 208-209).

Abordando o histórico de violência do usineiro contra trabalhadores e os indícios de conivência e/ou auxílio de forças oficiais, como sugere a presença de forte armamento, inclusive “armas de uso exclusivo do Exército serem entregues a José Lopes”, Porfírio aponta para a difundida presença desses elementos naquele contexto, no qual os trabalhadores do engenho, ao irem exigir os seus direitos, “foram fuzilados pelos capangas de José Lopes” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 210).

No caso do “Assassinato no Engenho Matapiruma - Escada”, em texto de Antonio Torres Montenegro, temos uma situação muito parecida:

Um grupo de trabalhadores rurais, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada, iniciou uma ação trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) da Cidade de Escada, Zona da Mata Sul de Pernambuco, contra o arrendatário do Engenho Matapiruma, José Metódio, exigindo o pagamento 13o salário e férias não pagas relativas ao ano de 1969. O grupo era constituído por quase setenta pessoas, liderado pelos irmãos Luís Inocência Barreto, João Inocência Barreto e José Inocência Barreto que passaram a ser perseguidos pelo arrendatário após saírem vitoriosos na justiça. Os irmãos foram atacados, em 5 de outubro de 1972, quando trabalhavam no canal do Engenho Matapiruma, pelo vigia do engenho e por dois pistoleiros que, depois se descobriu, eram policiais da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 211).

Neste caso, temos um exemplo ainda mais claro de atuação direta de agentes de forças oficiais como sujeitos da violência direta a mando de grandes proprietários. Além disso, destacamos o referido “vigia do engenho”, em outro momento nomeado como capanga do engenho, aparentemente um sujeito com outras atribuições prévias na propriedade que atuava também como esse agente da violência direta.

No texto de Thais Danton, temos um caso que traz uma nova camada de violência nesse cenário - ao menos a evidencia, pois não é improvável que ela também tenha estado presente nos demais - a tortura. Tratando da “Tortura e assassinato de José Benedito da Silva: um dos muitos trabalhadores rurais massacrados por Leão Diniz de Souza Leão Neto no Engenho Fanal da Luz (Palmares)” a autora expoe mais um caso de reivindicação trabalhista de trabalhadores frente a um dono de engenho.

Em 1970, no Município de Palmares, região da Mata Sul pernambucana, o casal de agricultores José Benedito da Silva e Elídia Maria da Conceição morava com seus dois filhos no Engenho Fanal da Luz, que à época era de propriedade de Leão Diniz de Souza Leão Neto. Por terem requisitado a Leão o pagamento de diárias trabalhadas a seu serviço, este ficou contrariado com o casal e reagiu brutalmente, como era de seu feitio: o dono do engenho era conhecido na região por sua crueldade e violência.

Assim, junto com alguns de seus funcionários, simulou um pretense furto cometido por José Benedito como pretexto para desencadear uma sessão de tortura que levou o trabalhador rural à morte (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 218).

No dia 05 de junho de 1970, Leão Neto, acompanhado de três funcionários do engenho, nomeados como capangas, torturaram e mataram José Benedito da Silva. A violência foi planejada a ponto de os assassinos forjarem provas. Não houve punições e, segundo a autora, há fontes que indicam atuações semelhantes de Leão Neto ainda no ano de 1982 na Bahia.

O último caso abordado nesse recorte é o da “Prisão e assassinatos no Engenho Oriente: assassinato de Jeremias e repressão na Zona da Mata Norte de Pernambuco”, em texto de Ricardo Leite da Silva.

No dia 8 de agosto de 1963, no Engenho Oriente, nos arredores da Vila de Ferreiros, Município de Itambé, cerca de quatrocentos camponeses moradores das vilas Camutanga, Ibiranga e Ferreiros; dos engenhos Jardim, Santo Antônio, Paraíso, Vundinha, Pará e Oriente; e da Usina Olho D’água, a despeito de cobrar salário atrasado e de reverter uma taxa de habitação cobrada, são recebidos à bala. No comitê de recepção, jagunços e mais de uma dezena de senhores de engenho. Uma morte, dezenas de feridos e uma memória sufocada (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 224).

Silva aponta que entre 1963 e 1965 a região da Zona da Mata Norte pernambucana “foi palco de acontecimentos reivindicativos, de conquistas de direitos, mas também de repressão violenta, tanto por parte de agentes do Estado como de senhores de engenho inconformados com a perda de poder” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 226). Nesse cenário, centenas de trabalhadores se organizavam e reivindicavam seus direitos. E frente a isso, os grandes proprietários reprimiam. O caso do Engenho Oriente expõe o planejamento de um massacre.

O caso Oriente é modelar. Lança luz sobre o modo como agiam camponeses e proprietários, naquele momento histórico. Mais de uma dezena de senhores de engenho da região esperavam os camponeses naquele dia. Pistoleiros foram trazidos para a macabra recepção. O engenho foi adrede preparado com a transformação do baldo do açude em frente à casa-grande em uma espécie de curral. Também há relatos de aquisição de munição e da abertura de furos na parede da casa para acomodar os canos dos rifles. Nada menos que 12 senhores de engenho estavam presentes quando da emboscada aos camponeses. São citados no processo, Rômulo Borba, Pompeu Pereira Borba, Cláudio Borba, José Gouveia, Oscar de Melo, Pedro Campos, Manfredo Melo, Joaquim Campos, Nilton Borba, Manoel Nunes Machado, José

Borba e Pompeu Veloso Borba (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 228).

Desse massacre planejado, que envolveu ainda, segundo o autor, a articulação de capangas de diversos engenhos, restaram dezenas de mortos.

Reivindicações trabalhistas, talvez não coincidentemente também num complexo usineiro, seguidas de violenta repressão, não foram uma exclusividade de Pernambuco. Na década de 1980, na cidade de Guariba, região de Ribeirão Preto, São Paulo, trabalhadores, sindicatos e outros órgãos se organizaram frente a mudanças trabalhistas que pioraram a situação dos trabalhadores. A reação dos usineiros se deu da seguinte forma:

Conforme depoimento de Francisco Alves em audiência para o Grupo de Trabalho da Comissão Estadual da Verdade, os usineiros responderam à greve associando-se a uma empresa de nome Imagem, responsável pela publicidade do setor. Essa empresa entrou em contato com o então governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro, e estabeleceu acordo para pagamento de serviço extra aos batalhões da polícia militar com vistas à repressão da greve. Os usineiros teriam pago soldo extra, bem como alimentação e alojamento para que os batalhões pudessem reprimir como milícia armada dos usineiros qualquer foco grevista. Esse uso da polícia militar para fins privado e de repressão se repetiu também no ano de 1985, 1986, quando ondas grevistas se repetiram no interior do Estado (COMISSÃO DA VERDADE RUBENS PAIVA, 2014) (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 519).

Em outras palavras, contratou-se o aparelho repressivo do Estado para atuar como jagunço. O saldo final da repressão dos policiais/jagunços, sob a Secretária de Segurança de Pública de São Paulo Comandada por Michel Temer, ao movimento do dia 15 de maio de 1984 foi de uma pessoa morta e trinta feridos, sendo quatorze a bala. A atuação dos policiais/jagunços não parou por aí, tendo se iniciado na Ditadura, continuou na “democracia”, agindo “Além da repressão aos piquetes realizados pelos trabalhadores, Francisco Alves contou que os batalhões da polícia se dirigiram aos bairros onde residiam os boia-frias, espancando diversas famílias dentro de suas próprias casas. O trabalhador Domingos Dias Bicalho, por exemplo, foi espancado por cinco policiais” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 520).

Esses casos emblemáticos, especialmente os de Pernambuco, abordados pela Comissão Camponesa da Verdade, referindo-se a um território de ocupação antiga, evidenciam que os conflitos no campo brasileiro não se restringem às regiões de fronteira. Mesmo em regiões de ocupação mais antiga há continuidades dos conflitos. E há continuidades também

nos agentes e padrões envolvidos. Além disso, a atuação dos camponeses podem se pautar em motivações diversas, inclusive para além da obtenção de um pedaço de terra em si. As motivações dos agentes que estão do outro lado, os grandes proprietários, nestes casos os usineiros, por sua vez, acabam sendo sempre bastante óbvias: perpetuação e expansão de poderes, especialmente econômico; mesmo que para isso deixem de pagar os já precários salários dos trabalhadores. E quanto aos métodos utilizados por esses agentes da violência estrutural, também costumam ser uma constante: o emprego de agentes para executarem a violência direta, a categoria jagunço - muito embora a polícia frequentemente também desempenhe essa função, conforme constou em alguns dos casos acima.

Por fim, têm-se como padrão nesses casos o emprego de sujeitos, mais comumente chamados de capangas, mas que também são referidos como pistoleiros ou jagunços, que, de modo geral, já possuem relações prévias com esses grandes proprietários donos de engenho, inclusive podendo ser funcionários que, no dia-a-dia, atuam em serviços “normais” nessas propriedades e que nos momentos de tensão são destinados para a prática de violências. Trata-se, portanto, de uma situação muito semelhante ao que abordamos no capítulo anterior quando falamos dos “jagunços de coronel”, a partir de *Grande Sertão: Veredas*. No contexto retratado no livro, do coronelismo, como apontamos, esses sujeitos acabavam atuando muito mais em conflitos entre os coronéis e, secundariamente, contra camponeses. Agora, a partir dos casos da CCV, e no que parece ser uma significativa continuidade, temos uma situação muito semelhante, mas com o protagonismo dessas ações voltado para os camponeses/trabalhadores. Obviamente com as devidas particularidades e mudanças que um necessário estudo aprofundado sobre esses casos em específico certamente evidenciaríamos - como essa mudança de foco na ação - podemos perceber sua continuidade no contexto pernambucano das décadas de 1960 e 1970.

A partir disso e agora com casos mais concretos, consideramos coerente pensar nesse capanga como uma espécie de subcategoria da categoria jagunço. Resumindo, a categoria jagunço se refere, grosso modo, ao sujeito proveniente de camadas fragilizadas da sociedade que emprega a violência a mando de algum grande proprietário, podendo se manifestar de diversas formas e em diversos contextos, o que resulta em sujeitos diversos. Um desses sujeitos é o que chamamos agora de capanga, que mantém esses elementos centrais à categoria jagunço e que possui como particularidade, a relação prévia e para além das ações violentas, com o grande proprietário. Ou seja, nos moldes do que percebemos no jagunço de coronel, em *Grande Sertão: Veredas*, e nos casos acima expostos da CCV - sendo, inclusive, coerente pensar estes

dois, o do contexto coronelista e o dos anos de 1960 e 1970, como sujeitos também distintos entre si.

A presença desta subcategoria capanga, por sua vez, não se restringe ao Estado de Pernambuco ou mesmo ao Nordeste. Uma primeira indicação que temos nesse sentido é o texto de Mirna Silva Oliveira, sobre o “Assassinato de Zeca de Rosa”, na Bahia. O contexto dos conflitos que levaram ao assassinato é muito semelhante a muitos dos casos aqui expostos.

No dia 28 de dezembro de 1983, na zona rural de Santa Maria da Vitória, é assassinado Zeca de Rosa, uma das principais lideranças no enfrentamento à tentativa de grilagem de uma área de uso comum situada na localidade de Mutum. A área, historicamente compartilhada por diversas comunidades da região para criação do gado solto e extrativismo de ervas, frutas nativas e lenha, passou a ser cobiçada no final da década de 1970 por José Ferreira da Silva, conhecido como ‘Zé Capa Curta’. Assim, ele comprou uma pequena posse de terra nas proximidades da área de uso comum e avançou sobre esta (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 239).

A respeito do assassinato em si, segundo a autora, ocorreu o seguinte:

Nesse processo, o conflito se acirra e Zeca de Rosa é assassinado. O fato se dá num episódio de confronto direto entre alguns trabalhadores e o grileiro. Após tomar conhecimento de que o mesmo estava construindo um barraco na área de uso comum, Zeca de Rosa mobilizou alguns vizinhos para derrubarem a benfeitoria. Quando começaram a fazer o trabalho, Zé Capa Curta e um funcionário chegam ao local e atiram nos trabalhadores. Os disparos atingem Zeca de Rosa, que morre no local do conflito, e Valdinho, um de seus filhos, que fica gravemente ferido, mas sobrevive. No mesmo instante, o grupo de trabalhadores reage e lincha o grileiro, que também morre no local (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 240).

O emprego da palavra “funcionário” e o contexto indicam que essa não era uma pessoa contratada por “Zé Capa Dura” apenas para desempenhar funções de violência direta, mas que eles possuíam relações prévias e possivelmente para além dessas ações violentas. Outro aspecto bastante interessante deste caso é que temos aqui um exemplo no qual o agente da violência estrutural pega em armas e executa também a violência direta; certamente não é um caso único.

Outro caso que nos indica a presença dessa subcategoria de capanga é o do “Assassinato de Raimundo Ferreira Lima, o ‘Gringo’, e intervenção no STR de Conceição do Araguaia”. Em texto de José Sonimar de Sousa Matos Júnior e Girolamo Domenico Treccani, descobrimos que, em meio aos diversos conflitos de terra que marcavam o leste paraense na década de 1980 e, especificamente, as disputas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia (PA), Raimundo Ferreira Lima, conhecido como Gringo, sindicalista

que liderava a campanha de uma chapa de oposição no referido sindicato, foi morto em 29 de maio de 1980, em Araguaína, Tocantins. Encontrado ainda vivo, Gringo, havia sido atingido por dois tiros e tinha sinais de espancamento. Sobre a autoria, os autores afirmam o seguinte:

Indícios apontavam como autor do assassinato de Raimundo um homem chamado José Antônio. Hospedado em hotel de Araguaína próximo do local onde ‘Gringo’ estava, José Antônio, após a morte do sindicalista, deixou apressadamente o hotel e a cidade. José Antônio era capataz da Fazenda Vale Formoso do grileiro Geraldo Debs e filho adotivo de Fernando Leitão Diniz, um fazendeiro morto em conflito com posseiros no Município de Xinguara. E, embora ‘Gringo’ estivesse em São Paulo quando Fernando morreu, José Antônio prometeu vingar a morte de seu pai adotivo, sendo este juramento ouvido por trabalhadores de Itaipavas (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 260).

Ainda mais do que no caso anterior, neste temos evidências de que o provável assassino possuía relações prévias com o provável mandante e para além das práticas de violências diretas contra camponeses. Neste caso, soma-se ainda motivações pessoais que reforçam o peso das relações prévias. Têm-se, portanto, um caso bastante concreto da subcategoria capanga⁹⁶.

Por fim, e agora voltando ao contexto paranaense, podemos pensar no caso “Zé da Brahma”. Ao trabalhar com casos de diversos bandidos no Oeste paranaense, entre as décadas de 1940 e 1960, que ora se aproximam e ora se afastam do banditismo social, inclusive jagunços, Moisés Wagner Franciscon nos apresenta esse curioso caso:

Outro bandido, grileiro e político famoso na região, vereador em Campo Mourão, o primeiro prefeito de Roncador (1960-64) e prefeito por dois mandatos em Peabiru (1956-60; 1964-69), Eleutério Galdino de Andrade (1925-1973), mantinha relações com o governador Moisés Lupion. Do qual também recebeu terras em Nova Cantu. Seus métodos, porém, eram bem diferentes do grupo Slaviero. Era muito menos sutil e preocupado em deixar rastros. Seu comportamento estava mais próximo do de líder de bando do que de um coronel. Suas relações com os jagunços nem eram tão efêmeras quanto as do grupo Slaviero, desejoso de estar totalmente desvinculado destes, nem tão estável quanto comumente o eram em outras regiões do país, nas quais o jagunço era mais um agregado da fazenda. Se Alípio trabalhou apenas em algumas empreitadas para a Slaviero, Zé da Brahma serviu por muitos anos ao prefeito de Peabiru, nas tarefas de proteção pessoal e ação contra opositores, rivais e posseiros, sem, no entanto, tornar-se um agregado em seus domínios particulares. Preferiu a vida urbana, como distribuidor de bebidas (FRANCISCON, 2014, p. 74).

Fica claro, portanto, que Zé da Brahma não possuía uma atuação ou mobilização contínua enquanto jagunço. Agia como tal quando o grande proprietário, neste caso Eleutério

⁹⁶ Mesmo que no texto citado empregue-se o termo “capataz” manteremos o emprego do termo “capanga” para manter a coerência. Inclusive, situações como essa foram e serão comuns nesse exercício de tentar delimitar os diversos sujeitos da categoria jagunço.

Galdino de Andrade, o solicitava. Além disso, possuía ações, interesses e dinâmicas prévias e próprias, como evidencia sua atuação na distribuição de bebidas. A relação com Eleutério também parece transpor as dinâmicas de conflitos de terra, muito embora, como bem pontua o autor, não cheguem a uma relação de agregado. Trata-se, por fim, de um capanga, próprio deste contexto da segunda metade do século XX.

5.2.3 PROGRESSO E VIOLÊNCIA: O JAGUNÇO COMO AGENTE CENTRAL DO DESENVOLVIMENTISMO E A SUBCATEGORIA PISTOLEIRO

Abrimos este capítulo utilizando a Tese 9 de Walter Benjamin Sobre o conceito da história como epígrafe. Naquelas poucas linhas o autor expõe reflexões essenciais para se pensar a história como um todo. Afinal, é comum que se dedique a atenção na historiografia - hoje muito menos - nos produtos de cultura, etc, ao que supostamente deu certo em nossa história; aos avanços da tecnologia, à modernização. Como muito bem aponta Benjamin, no entanto, nesse discurso pautado na defesa do progresso esquece-se de olhar para as ruínas que são deixadas pelo seu caminho. Deixa-se de olhar para os indivíduos e grupos violados e explorados em prol de um propalado progresso.

De modo geral, o presente capítulo se propõe a ser a exposição dessas ruínas. De algumas das ruínas que esse progresso - a “Revolução Verde”, a modernização, a mercantilização da terra, a expansão do capitalismo - deixou sob nossos pés. Se todos os casos tratados até aqui podem ser lidos sob essa ótica, os que abordaremos a seguir talvez sejam os mais simbólicos e representativos.

Ainda na Comissão Camponesa da Verdade, temos acesso ao caso de “Violência contra posseiros decorrente de obras públicas e da especulação imobiliária: o caso do Litoral Sul Fluminense”. Neste texto, de Iby Montenegro de Silva, o autor aborda os conflitos gerados por uma série de projetos de “modernização”, como a construção da rodovia Rio-Santos e projetos turísticos, levados a cabo por parcerias público-privadas, na região de Angra dos Reis e Paraty, ao longo das décadas de 1960 até 1980. Essa região, que à época compunha-se de pequenas posses com a presença de trabalhadores rurais, inclusive com grande produção agrícola, concentrou, nesse recorte temporal, mais de 50% das denúncias de conflito de terras do Estado do Rio de Janeiro. Segundo Silva:

A especulação imobiliária assumiu grandes proporções visto que os eventos [como a construção da rodovia Rio-Santos] abriram espaço para a valorização das terras. Com isso, houve o aparecimento de grileiros: em sua maioria, eram grupos urbanos

paulistas e cariocas de altas rendas ou empresas nacionais e multinacionais, que se interessavam pelo local especialmente por conta da sua riqueza natural (flora, fauna e características físicas, como as faixas praieiras). Os grileiros usavam armas de vários calibres, cães especializados, homens trazidos de vários Estados para se tornarem capangas (houve grupos que organizaram uma ‘Guarda Especial’). As grilagens também eram feitas através da cobrança forçada de documentos de arrendamento ou de parceria e de contratos de comodato aos posseiros: a assinatura desses contratos pelos trabalhadores rurais descaracterizava a posse ao posseiro e legalizava o grileiro como o proprietário da terra. Além do despejo e da forja de documentos, houve a invasão às propriedades, violências privadas e omissões do Estado em relação às consequências da construção dos empreendimentos públicos (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 404).

Percebe-se, com isso, a repetição das linhas gerais dos conflitos de terra no Brasil, especialmente desse período de “modernização”, nos quais grandes proprietários, neste caso grandes empresas, inclusive multinacionais, buscam a mercantilização de espaços tradicionalmente ocupados. A presença desses posseiros se mostra um entrave a esse projeto. Para solucionar esse “problema”, essas empresas, que já são frequentemente favorecidas pelo Estado, podem contar com sua atuação direta na remoção e violação desses posseiros, ou empregar, elas mesmas, um grupo paramilitar, com esses fins. Neste caso, parece ter sido majoritariamente a segunda opção a escolhida pelas empresas envolvidas. E com isso, mais uma vez, os agentes da violência estrutural empregam o agente da violência direta, o jagunço, para atingirem seus objetivos; tudo em nome do progresso.

Os resultados dessas práticas, por sua vez, envolvem violências que vão muito além dos momentos de destruição das casas dos posseiros, de expulsão de suas terras ou das agressões. Como pontua Silva, “no processo dos conflitos, muitos foram morar em favelas e periferias das cidades dos municípios, passando da condição de produtores para a condição de consumidores” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, pp. 404-405). É a violência no âmago do êxodo rural. E isso deve ser bastante destacado pois costuma-se apaziguar o processo de êxodo rural brasileiro, como se ele tivesse sido um movimento natural do progresso e resultando pacífico da modernização do campo. Frente a isso, conforme pontua Yamila Goldfarb, é importante ter em mente que:

Esses processos foram feitos com muita violência. As pessoas do campo não optaram por mudar em busca de melhores condições de vida. Elas foram expulsas com fogo nas casas, com trator e boi passando por cima da roça, com bala zunindo nas orelhas, e muitas vezes acertando o alvo. Com capanga e jagunços ameaçando, com seu nome indo parar nas listas ‘negras’. O processo foi de intimidação, de ameaça e de violência. Portanto, não se trata de uma violação leve dos direitos humanos (GOLDFARB, 2020, p.478).

Todo esse panorama, inclusive, parece ter sido uma constante no contexto do Rio de Janeiro entre as décadas de 1960 e 1980. Em texto de Fabrício Teló, sobre os “Conflitos na Fazenda Campos Novos (Cabo Frio)”, o autor expõe diversos conflitos e violências, gerados pelas mesmas dinâmicas e agentes de modernização abordados anteriormente, agora na região de Cabo Frio, mais ao norte do Estado.

Há, em basicamente todos esses conflitos e violências, a atuação de jagunços. Como já havia se mostrado presente nos casos anteriores - bem como ainda em outros casos da CCV - destaca-se nesses eventos a atuação de jagunços com características diversas, juntamente com agentes de forças oficiais.

Teló, citando algumas fontes, especialmente ofícios da FETAG/RJ (Federação de Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro) à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), sobre aqueles eventos, fornece descrições bastante elucidativas nesse sentido. Na passagem a seguir é possível compreender como se dava a atuação conjunta entre jagunços e agentes do Estado:

Chamamos ainda a atenção do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, órgão responsável pela preservação de nossas reservas florestais, para a atitude que certos funcionários dessa instituição vêm assumindo naquela fazenda, os quais, fugindo de suas atribuições, vêm, ao que tudo faz crer, contribuindo com as arbitrariedades investidas contra os posseiros. Conforme depoimento de várias testemunhas, estes funcionários estão acobertando as perseguições aos posseiros, conforme ocorreu no dia 20 de fevereiro do corrente (1978) quando o jagunço Zé Florzinha foi conduzido até a área de Benício em carro oficial daquela repartição e praticou a agressão contra o Sr. Benício em presença de duas pessoas que o acompanhavam e que são conhecidas como guardas florestais do IBDF. E o que é pior, foram tais guardas que instigaram o Florzinha a atirar em Benício e deram fuga ao jagunço no mesmo carro oficial da repartição, abandonando o posseiro baleado no meio de sua lavoura, sem qualquer socorro (doc 1) (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 425).

Agentes do Estado que deveriam cumprir funções específicas, às vezes até mesmo contrárias aos objetivos desses grandes proprietários, acabavam - por razões exatas que não podemos acessar neste momento - agindo para esses agentes, sendo coniventes com violações ou sendo eles próprios praticantes das violências. De certa forma, pela ação, tornavam-se uma espécie de jagunço; agiam como tal.

O sujeito propriamente jagunço desses casos, por sua vez, também se mostra bastante complexo e atuante, pois ao mesmo tempo em que percebemos a presença de sujeitos que parecem agir apenas por questões pecuniárias e não possuem vínculos com os agentes da

violência direta, há casos que se aproximam do que delimitamos anteriormente como capanga, como consta no caso a seguir do jagunço “Zé Verde”:

Outro caso relatado pela FETAG/RJ ocorreu no início do ano de 1980, quando “Jamil Cury Mizziara, com o auxílio do Jagunço Zé Verde, na época administrando a fazenda, com a cobertura do soldado da PM lotado em Unamar, Almeida, e do guarda do IBDF conhecido como ‘Manoel Cabecinha’, todos empunhando armas de fogo, atacaram o posseiro João de Souza iniciando a destruição de suas cercas. O posseiro João de Souza só não foi assassinado pelos pistoleiros porque foi socorrido na hora pelos lavradores da vizinhança. Foram propostas representação criminal e ação de manutenção de posse contra os agressores.” (doc8, p. 12) (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, pp. 425-426).

Nesta passagem destaca-se, ainda, a atuação direta do agente da violência estrutural. Além de mais uma vez evidenciar-se a atuação de agentes do Estado nessas práticas.

Ainda nesse recorte, Teló também aborda casos de violência na Fazenda Caveira. Segundo o autor, os posseiros da fazenda eram constantemente vigiados e ameaçados por jagunços. Isso indica para uma presença, atuação e mobilização minimamente contínuas desses agentes. Ou seja, quando permaneciam nas terras, muitos daqueles posseiros viam-se violentados continuamente.

Esse panorama é apresentado como o padrão ao longo de praticamente toda a faixa litorânea do Estado do Rio de Janeiro. Em outras partes do Brasil projetos de modernização também resultaram em diversas violações às populações vulneráveis, que não se enquadram nos projetos desenvolvimentistas e de progresso. As grandes obras, características dos anos de 1970, são dos melhores exemplos disso. Como expõe Osvaldo Aly Júnior:

A construção de grandes obras, nos anos 1970, constituiu-se em um marco histórico que, na maioria das vezes, acentuou as disparidades econômicas e sociais existentes. A construção de usinas hidrelétricas resultou, até 1995, em mais de 29.000 km² de terras inundadas e na expulsão ou deslocamento de cerca de 200 mil famílias de ribeirinhos, indígenas e agricultores. Esta população, na maioria das vezes, contou com pouca ou nenhuma capacidade de reação diante dos prejuízos ocasionados (MÜLLER-PLATENBER e AB’SABER, 1998; BERMAM, 1995) (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 523).

Ao pensarmos nesse contexto desenvolvimentista dos anos de 1970 e nas atuações da categoria jagunço como a ponta de lança, especialmente nas expansões das fronteiras, é impossível não sermos direcionados para o processo de avanço sobre a Amazônia impulsionado pela Ditadura Militar (1964-1985). É verdade que essas dinâmicas começaram bastante tempo antes, remontando pelo menos até a década de 1940.

A partir de 1943, a frente pioneira que em outras regiões se movia impulsionada pelos interesses imobiliários do grande capital, das empresas ferroviárias e da grande agricultura de exportação, como o café no Sudeste, na Amazônia passa a depender da iniciativa do governo federal. Ela se torna a forma característica de ocupação das novas terras. Os grandes episódios desse impulso foram a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central, ambas oficiais, nos anos 1940; a construção da rodovia Belém-Brasília, nos anos 1950; e, finalmente, a política de incentivos fiscais da ditadura militar a partir dos anos 1960 (MARTINS 2021, p. 153).

O avanço sobre a Amazônia, portanto, é um processo longo e complexo, que foi construído por diversos agentes, projetos e que passou por diferentes contextos. É difícil negar, todavia, que foi na Ditadura Militar que se efetivou o maior desses programas.

O quadro de referência da possibilidade desta reflexão [acerca das dinâmicas de expansão das fronteiras, como os conflitos e violências no campo] se constitui a partir de 1966, quando a ditadura militar (instaurada em 1964 e encerrada em 1985) põe em prática um amplo programa de ocupação econômica da Amazônia brasileira, em bases supostamente modernas. Embora, até por tradição, viesse ocorrendo um lento processo espontâneo de ocupação ‘do Oeste’ e, a partir de meados dos anos 1950, do Centro-Oeste e do Norte do país, o regime militar decidiu acelerar, definir as características dessa ocupação e controlá-la. Os objetivos eram econômicos, mas eram sobretudo geopolíticos. O lema da ditadura era ‘integrar’ (a Amazônia ao Brasil) ‘para não entregar’ (a supostas e gananciosas potências estrangeiras). Os militares falavam em ‘ocupação dos espaços vazios’, embora a região estivesse ocupada por dezenas de tribos indígenas, muitas delas jamais contactadas pelo homem branco, e ocupada também, ainda que dispersamente, por uma população camponesa já presente na área desde o século XVIII, pelo menos (MARTINS, 2021, p. 74).

Tomando as noções de frentes de expansão e frentes pioneiras de Martins nesse cenário, deve-se considerar que uma ampla frente de expansão de sujeitos migrantes já vinha se dirigindo às regiões amazônicas; além é claro da presença histórica de diversas populações indígenas. O que a Ditadura fez foi criar e executar uma série de programas e incentivos para que uma frente pioneira, composta principalmente de grandes proprietários do Sul e Sudeste, avançasse sobre a região, impondo um projeto desenvolvimentista violento e ignorando aquelas presenças prévias. Do embate entre essas frentes surgem os conflitos.

Nesse quadro, o deslocamento da frente pioneira sobre as terras já ocupadas pela frente de expansão foi acelerado e deu à superposição dessas distintas frentes de ocupação territorial uma violenta dimensão conflitiva. Tornaram-se frequentes e numerosos os despejos violentos e dramáticos de posseiros das terras que ocupavam. Com ou sem base em decisão judicial, os supostos donos, muitas vezes apoiados em documentos falsos, têm conseguido com facilidade o reconhecimento de direitos indevidos (MARTINS, 2021, pp. 153-154).

A presença desses grandes proprietários foi marcada por uma sanha desenvolvimentista, pela busca de lucro, pela especulação, pela mercantilização. Pregava-se a modernização e o desenvolvimento daquela região com a instalação de criação de gado em sistema intensivo, a construção de estradas para o escoamento de grãos a serem plantados em latifúndios, atividades extrativistas, etc. E essa postura fez com que esses agentes utilizassem diversas estratégias para retirar do caminho aqueles sujeitos que não estavam de acordo com esse projeto - o emprego da categoria jagunço foi uma delas. E dessas dinâmicas resultou que “o Estado do Pará destacou-se no cenário nacional como o estado onde aconteceu o maior número de conflitos no campo e de assassinatos” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 256), com centenas de milhares de famílias envolvidas e centenas de pessoas assassinadas.

Todos esses conflitos e dinâmicas estão presentes em todos os Estados da Federação - especialmente pensando nesse recorte da região amazônica - inclusive já abordamos alguns casos do Acre. O Estado do Pará é o que mais se destaca, contudo. É o que possui o maior número de casos abordados na Comissão Camponesa da Verdade; são dezesseis - seguido dos Estados de São Paulo, com onze, e do Rio de Janeiro, com nove. Obviamente esses números por si sós não são categóricos, tampouco respostas prontas para nada. Mas são bastante simbólicos, especialmente ao se considerar que em cada um desses casos abordados há inúmeras vítimas e todo um contexto conflituoso.

O que percebemos no recorte do Estado do Pará é que chega a ser bastante difícil delimitar conflitos e atuações específicas. O que há é todo um ambiente de conflitos interligados, com agentes que se comunicam e com objetivos e dinâmicas em comum. Há, então, diversos pontos de coesão. Podemos traçar como elementos em comum, primeiro, a região de atuação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), que compreende praticamente toda a faixa leste do Estado do Pará, entre os rios Xingu e Araguaia. O GETAT foi criado pelo Decreto-Lei Nº 1.799 de 05 de agosto de 1980 e, segundo o texto da lei, “tem por finalidade coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária na área de atuação da Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins” (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1799.htm). Nesse contexto de incentivo oficial da intrusão às terras amazônicas, entretanto, esse órgão acabava atuando no sentido de respaldar a atuação dos grandes proprietários. Por isso, o GETAT é frequentemente citado como um órgão de referência nesses conflitos, seja pela ação, seja omissão. A data de sua

criação também é bastante representativa, pois, conforme é possível perceber nos casos abordados, a década de 1980 foi a que se destacou nos conflitos de terra no Estado do Pará.

Outro ponto em comum é a atuação de grandes proprietários, grileiros/fazendeiros/latifundiários, políticos e empresas. Como em todos os casos abordados, esses grandes proprietários eram os agentes da violência estrutural que, ora com maior ora com menor participação direta do Estado, geraram aquele ambiente de conflitos.

Nesse sentido, a empresa que mais se destacou talvez tenha sido a CIDAPAR, pois ao abordarem o caso de “Violência na Gleba Cidapar e assassinato de Armando Oliveira da Silva”, os autores José Sonimar de Sousa Matos Júnior e Girolamo Domenico Treccani afirmam que “este caso caracteriza-se como um dos maiores conflitos fundiários do Estado do Pará, em duração e proporção, se estendendo por mais de 15 anos, envolvendo uma área de 380 mil hectares e vários órgãos do Estado” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 267).

Por meio de uma série de meios escusos, englobando terras indígenas e terras com milhares de posseiros, em um longo processo que remonta à década de 1920, foi constituída, em 1969, a Companhia de Desenvolvimento Agrário, Industrial e Mineral do Estado do Pará (CIDAPAR). Executando a produção e exploração nas terras da região, por meio da agricultura, pecuária e mineração, a CIDAPAR, especialmente a partir dos anos de 1980, passou a empregar jagunços para ameaçar, expulsar e mesmo assassinar posseiros e indígenas de suas terras.

Foi nesse cenário que se deu, por exemplo, o caso do “Assassinato de Sebastião Souza Oliveira, o ‘Mearim’”, segundo os autores Júnior e Treccani, por pistoleiros a mando da CIDAPAR. “Mearim” era trabalhador rural e morava na Vila do Alegre, município de Viseu e foi assassinado em sua casa enquanto dormia no dia 08 de janeiro de 1981.

Ainda nesse recorte de atuação da CIDAPAR, houve diversos outros assassinatos - bem como outros tipos de violência. Segundo os autores, entre 1981 e 1986 - possivelmente os momentos de maiores tensões na região - foram assassinados 24 trabalhadores nas mãos de jagunços dos grandes proprietários. Na verdade, é difícil afirmar categoricamente se todas essas pessoas foram assassinadas por jagunços ou também por agentes do Estado. Especialmente dois fatos são importantes para se pensar isso. Primeiro, a suspeita de que um ex-agente do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) atuava como líder dos jagunços da CIDAPAR ((Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 273). Segundo, a atuação de 160 PMs, a mando da

CIDAPAR, em um conflito de 1984 (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 276).

Situações como essa não estavam presentes apenas no contexto de atuação da CIDAPAR. Podemos pontuar o caso do “Assassinato de Pedro Gomes da Silva”, um posseiro que, ao requerer os direitos de sua terra frente ao avanço de um grande proprietário, no município de Moju, foi assassinado por policiais, no ano de 1965. Essas participações concretas de agentes do Estado - poderiam ser citados diversos outros casos -, reforçam as dúvidas acerca dos autores diretos dos assassinatos, ao mesmo tempo em que reforça a pertinência da pergunta de até que ponto é possível distinguir entre agentes do Estado e jagunços, além de tornar incontestável a atuação do Estado como agente violador.

Por outro lado, um ponto que se mostra bastante consensual - partindo dos casos da CIDAPAR mas estando presente em todo o cenário paraense aqui abordado - é que havia sujeitos mais visados. “Mearim”, por exemplo, além de agricultor era líder sindical e lutava pela permanência dos posseiros em suas terras. A atuação em sindicatos ou demais formas organizativas em prol da causa dos posseiros tornava essas pessoas alvos prioritários das ações dos jagunços a mando dos grandes proprietários. O caso já citado anteriormente do “Assassinato de Raimundo Ferreira Lima, o ‘Gringo’”, também se refere a isso.

Nesse sentido, podemos retomar e reforçar algumas reflexões acerca da violência, que norteiam nosso trabalho, especialmente a partir das produções de Eduardo González Calleja (2000) e Étienne Balibar (2008; 2015). Segundo Balibar a violência não é o outro da política, ou seja, não se deve compreender as práticas de violência apenas como resultado da ausência de projetos políticos e/ou do Estado. Longe disso, a violência pode ser empregada de acordo com determinados projetos políticos, pelo Estado ou outros agentes, supostamente em prol de determinada ordem ou progresso. Já para Calleja, a violência pode cumprir também uma função relacional/comunicacional, entre agentes e grupos, entre projetos. Ela pode ser usada como um mecanismo de convencimento ou extirpamento pela força de determinado agente ou grupo para que o projeto e objetivos dos agentes que empregam a violência sejam atingidos.

Entendemos que os diversos conflitos e práticas de violências abordadas ao longo deste trabalho evidenciam a pertinência dessas reflexões sobre a violência. Afinal - e este ponto é especialmente válido para os casos do Rio de Janeiro e do Pará - o que estamos visualizando são as práticas de um projeto de âmbito nacional e fortemente pautado em um desenvolvimentismo a qualquer custo. O avanço sobre a Amazônia foi um projeto político que

se alicerçou no emprego da violência como mecanismo de convencimento ou eliminação dos agentes que não se enquadram nesse projeto.

O fato de que havia alvos prioritários, mais uma vez, reforça a interpretação de que a violência foi usada como um mecanismo relacional, para comunicar as intenções e consequências desse projeto. Podemos pensar ainda nos casos dos assassinatos de Gabriel Sales Pimenta e de Paulo César Fonteles de Lima; ambos os casos são abordados em textos conjuntos de Luana Nunes Bandeira Alves e Girolamo Domenico Treccani. Ambos, Gabriel e Paulo, foram advogados que atuaram na causa dos posseiros. Segundo Alves e Treccani

Gabriel Sales Pimenta era defensor dos direitos humanos, militante da luta pelo acesso à terra do Brasil, advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá – PA e sócio fundador da Associação Nacional dos Advogados dos Trabalhadores da Agricultura, sendo ameaçado de morte desde dezembro de 1981, quando conseguiu uma liminar de posse em favor de 128 ocupante da Fazenda Pau-Seco (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, pp. 308-309).

Essa destacada atuação na luta pela terra fez Gabriel se tornar um alvo central dos grandes proprietários da região. Tanto que, “no dia 18 de julho de 1982, Gabriel Sales Pimenta foi morto pelo pistoleiro Crescêncio Oliveira de Souza, sendo alvejado com três tiros pelas costas, morrendo instantaneamente” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 310).

O caso do assassinato de Paulo segue o mesmo padrão, pois “em razão de sua forte atuação em prol dos trabalhadores rurais, ficou conhecido como ‘advogado do mato’, sendo assassinado por pistoleiros em 11 de junho de 1987” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 398).

Ainda no caso do assassinato de Paulo destaca-se o fato de que ele soube do assassinato de “Gringo”, o que lhe deixou bastante preocupado, além de diversas ameaças de assassinato que lhe fizeram antes de executarem-no. Isso reforça a interpretação de que o que existia no leste paraense nos anos de 1980 era um ambiente conflituoso generalizado e integrado, no qual as informações circulavam e as ameaças e execuções eram uma constante, ao passo que denúncias não surtiam efeito e não se contava com o respaldo da segurança pública, que muito longe disso, estava frequentemente ao lado dos violadores.

O caso do “Assassinato de João Canuto e o conflito na fazenda Canãa, lote 157” reforça e exemplifica, mais uma vez, todos esses pontos - dos alvos prioritários, da atuação dos

agentes do Estado e como isso configurava um verdadeiro projeto no qual a violência era um mecanismo central.

João Canuto era líder sindical no Sindicato Rural de Rio Maria e teve atuação de destaque na ocupação, em 1983, por camponeses da fazenda Canaã - de um médico que residia em Goiânia, João Jacques Coelho - e que se encontrava desativada desde 1981. À ocupação da fazenda seguiu-se uma série de ações do proprietário pela reintegração da posse, destacando-se a de 25 de maio de 1984, na qual “o gerente da fazenda, Francisco Jacques Coelho, acompanhado de policiais militares, pistoleiros e do oficial de justiça” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 283) executaram os despejos.

Devido a sua atuação, Canuto foi eleito pelos grandes proprietários - suspeita-se que não apenas Coelho, mas também outros fazendeiros atuaram no conflito - o responsável e passou a receber ameaças de morte. Avisou as autoridades, que nada fizeram. “No dia 18 de dezembro de 1985, por volta das 15h30min, em frente ao cemitério de Rio Maria, João Canuto de Oliveira, aos 45 anos, foi assassinado com 12 tiros de revólver, que perfuraram o peito e a cabeça” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 285).

As perseguições aos camponeses envolvidos na ocupação da fazenda Canaã continuaram após o assassinato de Canuto; inclusive, dois de seus três filhos também foram assassinados.

Para finalizar esse caso da fazenda Canaã citamos as ameaças sofridas por Jesuíno Pereira de Souza. Além de lavrador, Jesuíno era “membro da diretoria do STR de Rio Maria, foi ameaçado de morte pelo pistoleiro Ceará e o sargento da PM Miranda, além de ter sua casa invadida por um grupo de homens comandados pelo sargento. Na época, Ceará prestava serviços na fazenda do prefeito de Rio Maria, Adilson Laranjeira” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 289). Todos os elementos que temos destacado estão aqui: os alvos prioritários; a atuação de jagunços e agentes do Estado lado a lado a mando dos grandes proprietários; o emprego de violências diversas com o intuito de convencer ou eliminar os sujeitos. Enfim, é o projeto de progresso que foi levado a cabo no leste do Pará e que João Canuto e os demais assassinados e violentados que citamos acima - bem como inúmeros outros não citados, talvez nem mesmo conhecidos - são os corpos que foram deixados no caminho, as ruínas geradas pelo progresso.

Esse ambiente conflituoso do Estado do Pará - e em menor medida também o do Rio de Janeiro - certamente apresenta o cenário mais difícil para tentarmos delimitar os jagunços que ali atuaram. Primeiro, porque não há conflitos e atuações muito bem delimitadas. Segundo, porque há uma quase indistinção entre o jagunço e os agentes do Estado. Nesses cenários, a atuação do Estado, através de um projeto e de práticas concretas, diluiu bastante a categoria do jagunço, a tal ponto de nos questionarmos até que ponto é coerente distinguir os agentes da violência direta entre agentes do Estado e jagunços. Seja como for, não entraremos neste debate agora. Afinal, a despeito de tudo isso, há diferenças entre eles e, principalmente, foi possível localizar um jagunço bem definido em muitos casos.

Foi possível perceber, por exemplo, sujeitos categorizados como jagunços que se aproximam bastante da primeira subcategoria que definimos a partir do caso do Sudoeste paraense e de conflitos semelhantes, fortemente pautados numa mobilização e atuação contínuas e especializadas. São os casos da fazenda Caveira, na região de Cabo Frio/RJ, na qual jagunços vigiavam e ameaçavam constantemente os posseiros que se mantinham naquelas terras. Há também o caso da fazenda Canaã, na qual, após os despejos de 1984, "mais de quarenta pistoleiros contratados faziam a guarda do local" (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 284).

Também foi possível constatar sujeitos categorizados como jagunços que se aproximam bastante da segunda subcategoria que definimos, o capanga, fortemente pautado em relações prévias e para além da execução da violência propriamente dita, como o sujeito da violência direta. Também na região de Cabo Frio/RJ pontuamos a atuação de "Zé Verde" que atuou nos conflitos com os posseiros a mando de Jamil Cury Mizziara, mas que também era administrador da fazenda deste. Já no contexto paraense podemos destacar o caso do assassinato de Raimundo Ferreira Lima, o "Gringo", supostamente por José Antônio que era capataz - semelhante a um administrador - da Fazenda Vale Formoso do Grileiro Geraldo Debs, além de ser filho adotivo de Fernando Leitão Diniz, um fazendeiro morto em conflito com posseiros.

Para além dessas duas subcategorias, todavia, a que mais se destaca seria uma terceira, que se apresenta especialmente no contexto paraense; trata-se do pistoleiro. Nas exposições da CCV desse recorte, de modo geral, não se dedica muita atenção à atuação desses sujeitos. Focase muito mais no contexto conflituoso e nas vítimas. Além de representar uma escolha de abordagem, entendemos que isso também reflete as próprias características da categoria jagunço da violência direta naquele contexto. Esse sujeito, que na imensa maioria das vezes é

chamado de pistoleiro - por isso assumimos esse termo - aparece pontualmente nas narrativas e basicamente com uma função bem definida, o assassinato. Em outras palavras, esse agente da violência direta, nesse recorte, parece ter uma atuação bastante incisiva, pontual e definitiva. A atuação e mobilização contínua, bem como relações prévias e para além da violência com os grandes proprietários, são a exceção. Além disso, aqui os agentes do Estado têm uma atuação muito mais intensa. O pistoleiro, dessa forma, acaba sendo o sujeito contratado para realizar a violência definitiva, por isso pontual.

É possível perceber, ainda, outras nuances desse sujeito. A exposição do caso do “Assassinato da irmã Adelaide Molinari”, que segundo os autores José Sonimar de Souza Matos Júnior e Girolamo Domenico Treccani, foi assassinada por engano, pois o alvo seria Arnaldo Delcídio Ferreira, membro do STR de Marabá, em Eldorado dos Carajás, no dia 14 de abril de 1985, traz algumas questões interessantes. Alguns fazendeiros da região foram apontados, desde o início, como mandantes do atentado. Sobre o sujeito pago para a execução:

O pistoleiro reconhecido pelas testemunhas era José de Ribamar Rodrigues Lopes, professor de Educação Física e garimpeiro, preso em 21 de maio de 1986 (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1986). No ano de 1991, porém, tendo sua fuga facilitada na delegacia de Curionópolis, José de Ribamar e outros pistoleiros conseguiram escapar da prisão (O SÃO PAULO, 1991). José de Ribamar passou 12 anos foragido da polícia com prisão preventiva decretada (CPT – Diocese de Marabá, FETAGRI, STR de Eldorado, Marabá, 2003) (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 322).

Dois pontos devem ser destacados a partir dessa passagem. Primeiro, esse sujeito que foi contratado por fazendeiros - anos mais tarde foram acusados João Batista Veloso, Aloysio Ribeiro Vieira e José Eduardo Abreu Vieira - para executar a violência direta, possuía outras atividades em sua vida, provavelmente mais importantes e estáveis - professor e garimpeiro. Parece seguro afirmar que a atuação de José de Ribamar como pistoleiro era algo mais pontual, que exercia - uma única vez ou esporadicamente? - frente à demanda dos agentes da violência estrutural. Segundo, ter sua fuga facilitada, mais uma vez, indica o papel central que agentes do Estado possuíam naquelas dinâmicas. Mesmo que não fossem eles a cometerem as violências eles podiam agir de diversas outras formas no auxílio do projeto desses grandes proprietários.

Dezenove anos após o assassinato, tendo sido novamente capturado, José de Ribamar, mesmo tendo confessado o crime, foi considerado inocente. Dois dos mandantes foram considerados impronunciáveis. O julgamento foi marcado por uma série de irregularidades

(Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 324).

Outro caso que exemplifica bem a atuação desta subcategoria pistoleiro é o do “Assassinato de Benedito Alves Bandeira (‘Benezinho’)”. Segundo os autores Luana Nunes Bandeira Alves e Girolamo Domenico Treccani, “Benezinho” foi agente pastoral da Igreja Católica e líder sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu, tendo uma destacada atuação em prol da causa dos posseiros. Por essa luta tornou-se alvo do fazendeiro da região.

De acordo com as informações que circulavam pela cidade, o motivo do assassinato seria o envolvimento da vítima em favor de sessenta famílias de posseiros que se encontravam em conflito com o fazendeiro conhecido como Acrino, que teria pago 2 milhões de cruzeiros a cada pistoleiro e mais um carro para a fuga após o crime. Acrino, originário do Estado do Espírito Santo, se dizia dono da Fazenda Colatina e era conhecido na região como latifundiário que cometia diversas arbitrariedades, tais como violência e usurpação de terras ocupadas pelos posseiros (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, pp. 335-336).

O assassinato de “Benezinho” pelos três pistoleiros contratados por Acrino ocorreu no dia 04 de julho de 1984. Diferentemente da maioria dos casos, “os pistoleiros que executaram o crime foram presos pela polícia enquanto estavam fugindo, sendo levados de volta para a cidade de Tomé-Açu. Todos eles confessaram sua participação no assassinato, apontando Acrino Azevedo Breda como mandante” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 336).

Houve uma grande comoção social pelo assassinato de “Benezinho” e “na mesma noite [da prisão dos pistoleiros] a população local invadiu a delegacia armada com paus, pedras, pedaços de ferro e os ‘linchou’, matando um dos assassinos. No dia seguinte, a delegacia foi incendiada e os outros dois assassinos foram queimados vivos” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 336).

Com base nesse caso podemos acrescentar mais algumas camadas à interpretação desses pistoleiros. Não seria coerente pensar que, caso tivessem conseguido fugir, esses três pistoleiros teriam se dirigido para outra região em conflito e novamente atuado como pistoleiros assim que outro grande proprietário os demandasse? Parece provável. E com isso temos uma aproximação parcial com o caso dos jagunços do Sudoeste e com o contexto paranaense.

Naquele recorte, pontuamos que, em um cenário de conflitos de terra generalizados e gerados pelo “mercado de terras”, parecia bastante provável que uma série de sujeitos, os jagunços, se deslocasse de uma região em conflito à outra, para cumprir a função de agente da violência direta a mando dos agentes da violência estrutural. O ponto que parece ser de afastamento, por sua vez, se refere à atuação em si desses sujeitos. Especificamente no caso do Sudoeste paranaense - muito embora tenhamos percebido indicações semelhantes também em outros conflitos - a atuação dos jagunços se pautava muito fortemente em uma mobilização e práticas contínuas, construindo um ambiente de tensão. Aqui, no caso dos pistoleiros, essa mobilização contínua não parece ser o caso - muito embora certamente gerava-se um ambiente de tensão por seus assassinatos. O pistoleiro se mostra como o sujeito que possui outras atividades e, pontual ou esporadicamente, exerce a função de agente da violência direta - como percebemos no caso do assassinato da irmã Adelaide. Ou como o sujeito que exerce essa função em determinado local e logo se desloca para outro local, possivelmente para cumprir as mesmas funções - como parece ser o caso do que percebemos no assassinato de “Benezinho”. É verdade que neste segundo caso a mobilização do pistoleiro como agente da violência direta, em grande medida, é uma constante. Porém, o é apenas de sua própria perspectiva, pois da perspectiva dos demais agentes envolvidos esse pistoleiro é pontual. Além de que essa atuação pode ser sempre intercalada por momentos de “pausa”. Por fim, a execução de assassinatos como a prática essencial é o principal elemento definidor e de diferenciação.

O caso de um dos pistoleiros denunciado pela Chacina do Castanhal Ubá - na qual entre os dias 13 e 18 de junho de 1985, sete pessoas foram assassinadas no município de São João do Araguaia/PA - abordado pelos autores Luana Nunes Bandeira Alves e Girolamo Domenico Treccani, é mais um indício de como esses pistoleiros agiam.

Na denúncia do Ministério Público, oferecida ao Poder Judiciário do Estado do Pará, informou-se que um dos seis pistoleiros executores, chamado de ‘Sebastião Teresona’, já respondia a processos na Justiça do Pará e do Maranhão, acusado da prática de mais de trinta homicídios. Ele foi o executor/planejador das várias chacinas. Seu assassinato no presídio de Americano foi considerado por muitos ‘queima de arquivo’ (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 348).

“Sebastião Teresona” teria atuado ainda, por exemplo, em outra chacina, a de Surubim, na qual comandou uma violência brutal que envolveu assassinato, estupro e incêndio de corpos.

Já no caso da Chacina de Goianésia - na qual três pessoas foram mortas por pistoleiros a mando dos irmãos Hermínio Lopes no município de Rondon/PA entre 23 e 24 de outubro de 1987 - na qual houve uma situação semelhante e pistoleiros assassinaram posseiros a mando de fazendeiros, os autores Flávia Souza Garcia Sanz e Girolamo Domenico Treccani afirmam que:

Os pistoleiros costumavam se esconder atrás de empresas tidas como de segurança, prestadoras de serviço para indústrias, bancos, madeireiras. Após fazerem o serviço, os pistoleiros de encomenda somem sem deixar vestígios, restando aos policiais (em número reduzido demais mesmo para garantir segurança básica da área, segundo padre Paulo Joanil) tão somente fazer o levantamento de corpos de vítimas e registro dos casos (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 357).

Muito embora seja no recorte paraense que encontramos a maior presença desta subcategoria aberta de pistoleiro, há indícios de sujeitos que se enquadrariam nessa delimitação em diversos outros recortes. Podemos pensar no caso do “Assassinato de Sebastião Rosa da Paz”, de Uruaçu, Goiás, líder sindical assassinado por pistoleiros em 28 de agosto de 1985. Ou, ainda no Estado de Goiás, no caso do “Assassinato de Nativo da Natividade Oliveira”, outro líder sindical que atuava na causa dos posseiros, no município de Carmo do Rio Verde, em Goiás, no dia 23 de outubro de 1985. Segundo o autor João Paulo Pietrafesa:

O pistoleiro João José Magalhães foi preso e confessou ter matado Nativo por CR\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros reais) e que teve auxílio para realizar o crime de Francisco Diogo de Oliveira (“Neném”). O pistoleiro confirmou em depoimento que o prefeito e o advogado eram os mandantes do crime e denunciou o fazendeiro Genésio Pereira da Silva, de Uruana (GO), como o intermediário (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 160).

Recuando um pouco no tempo, em 22 de setembro de 1977, foi assassinado Eugênio Lyra, advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória, na Bahia. Segundo a autora Mirna Silva Oliveira:

O tiro que ceifou sua vida foi desferido pelo pistoleiro Wilson Novaes Gusmão. Além deste, estiveram envolvidos no assassinato do advogado mais seis pessoas: dois fazendeiros, identificados como mandantes, duas outras pessoas que contribuíram para intermediar e dar cobertura do crime, e duas autoridades policiais (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 237).

A autora expõe ainda partes do planejamento que envolveu esta execução. Os mandantes além do pagamento aos pistoleiros, forneceram-lhe armas e indicações de como agir. Além de apontar para responsabilidades de agentes do Estado.

A predominância dessa subcategoria, contudo, realmente cabe muito mais ao contexto paraense e posterior à década de 1980. Tanto que nem sempre era necessário que os pistoleiros se deslocassem às regiões em conflito para atuarem. Eles podiam ser buscados. É o que aconteceu em mais um caso de chacina no Estado do Pará. Na Chacina da Fazenda Princesa, em Marabá/PA, no dia 27 de setembro de 1985, cinco posseiros foram mortos a mando do fazendeiro Marlon Pidde. Os executores foram dois pistoleiros, Quincas Bonfim e Renato, contratados pelo fazendeiro e o gerente de sua fazenda, o “Louro”, em Imperatriz, no Estado do Maranhão.

O destaque, nesta parte final, para casos de chacinas, não é ao acaso. Elas evidenciam o grau de violência no campo brasileiro - em destaque no Estado do Pará. Todo esse contexto, desde os primeiros processos de avanço sobre a Amazônia, construindo-se sobre um projeto desenvolvimentista estruturalmente violento, fizeram do Estado do Pará o mais violento nesse sentido. Entre 1985 e 1996 ocorreram 23 chacinas na região Amazônica, com 127 mortos, sendo que destas, doze ocorreram no sul do Pará, com 79 assassinatos (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 364).

Na verdade, continuam fazendo do Estado do Pará um dos mais violentos nesse sentido, pois este processo não se encerrou em 1988 - ano até onde as comissões da verdade cobrem. “De acordo com um levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra, entre os anos de 2010 e 2020 no Pará, 133 pessoas foram assassinadas em conflitos agrários” (<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/04/16/25-anos-depois-do-massacre-de-eldorado-dos-carajas-para-e-o-estado-que-mais-mata-em-conflitos-agrarios.ghtml>). Apenas fomos até este momento pois é até ele que nossas fontes se referem. Com esse recorte, por exemplo, deixa-se de fora o massacre de Eldorado dos Carajás, no qual, em 17 de abril de 1996, dezenove pessoas foram assassinadas. E mesmo que neste caso em específico os responsáveis diretos tenham sido agentes do Estado - a Polícia Militar - não se pode dissociar esse acontecimento do contexto que expusemos. Afinal - e parece que cada vez mais - se mostra pertinente o questionamento de até que ponto é possível ou coerente diferenciar os agentes da violência direta entre jagunços e agentes do Estado.

Tendo isso em mente se mostra ainda compreensível a afirmação categórica da Comissão Camponesa da Verdade de que a responsabilidade desse ambiente conflituoso é do Estado:

A partir dos depoimentos de autoridades, líderes sindicais, religiosos, presidentes de entidades, da sociedade paraense, informações de organismos oficiais, a CPI constatou que o grande responsável pelo atual quadro de violência no Estado do Pará é o Poder Público. Porque, a partir de 1964, apoiada pela ideologia da Segurança Nacional, conjugada às ideologias de desenvolvimento e modernização, interveio de forma violenta no patrimônio territorial da região Norte e, em particular, do Estado do Pará, que, vitimado pela edição do Dec-Lei 1164/71, perdeu 71% de seu território. Outro fator que teve um papel importante no agravamento das distorções da estrutura fundiária paraense foi a política de incentivos fiscais executada pela SUDAM, que concedeu enormes extensões de terras do Estado para implantação de grandes projetos agropecuários. Grandes grupos econômicos nacionais, especialmente do Centro-Sul do país, e multinacionais, com o apoio oficial, via incentivos fiscais, passaram a adquirir grandes extensões de terras para implementação de pecuária extensiva (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 257).

A despeito do fato de que essas considerações sobre a responsabilidade do Estado sejam referentes especificamente ao contexto paraense, entendemos que - obviamente com as devidas especificidades - elas são válidas para todo o território nacional - em outros momentos do relatório da CCV também aponta-se nesse sentido.

Deve-se ter bastante claro, todavia, que o Estado brasileiro é formado - e cooptado - por agentes muito bem definidos. São os grandes proprietários - segundo a nomenclatura que usamos ao longo deste trabalho - seja de capital político, social e, principalmente, econômico. Ao longo deste trabalho foram nomeados diversos latifundiários, magistrados, políticos, etc. Esses agentes, estando ou não diretamente dentro do Estado, são os agentes que constroem essa estrutura violenta e dela se beneficiam. Esta reflexão é importante para que não se caia numa leitura simplista e equivocada de um Estado plenamente malvado, quase como um ser abstrato.

Essa permanência e coesão dos agentes envolvidos, bem como de toda uma “causa estrutural comum” (SANTIAGO, 2021), sendo que estas passam pela desigualdade fundiária histórica, pela busca incessante de lucro, etc, acabam resultando em uma certa coerência, em âmbito nacional, dos conflitos de terra, das violências e dinâmicas, dos agentes envolvidos. Foi com isso em mente que buscamos expor, mesmo que superficialmente, a presença e coerência da categoria jagunço da violência direta no Brasil do século XX.

Por outro lado, apesar dessa coerência - todos se inserem na categoria - há uma gigantesca diversidade interna a ela. Nessa relação entre elementos em comum e especificidades, todas as terminologias e particularidades dos diversos sujeitos aqui abordados

atuam menos no sentido de propor uma tipologia desses jagunços - muito embora possa ser um ponto de partida - e mais no sentido de demonstrar a diversidade de características, ações e relações, que os muitos sujeitos agrupados sob a categoria jagunço da violência direta podem adquirir nos diferentes contextos e conflitos em que atuam, mantendo, todavia, os elementos estruturantes.

Por fim, o ponto central deste capítulo foi evidenciar a presença constante e diversa da categoria do jagunço da violência direta ao longo do século XX por todo o território brasileiro. Além disso, buscamos relacionar essa presença e atuação com um contexto e processos mais amplos, bem como direcionar o olhar para as ruínas - que têm nomes - deixadas por esses processos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho o termo jagunço se referia ao sujeito que atuou violentando posseiros no Sudoeste paranaense no contexto da Revolta de 1957. Agora, o termo jagunço continua significando isso, mas sabemos que também se refere a diversos outros sujeitos e contextos, bem como a uma infinidade de características, elementos, atuações e relações. Mais do que isso, passamos a compreender o jagunço como uma categoria, a do jagunço agente da violência direta - porque sempre em relação com os agentes da violência estrutural. Essa categoria mantém sempre determinados elementos estruturais em comum, mas possui, também, significativas particularidades em cada contexto no qual se apresenta, em cada sujeito em que se configura.

Percebemos também que o termo jagunço pode se referir a sujeitos que, após compreendê-los, excluímos de nosso escopo, pois entendemos que não se enquadram na noção de jagunço da violência direta que construímos. Estes foram os jagunços de Canudos, Contestado e os cangaceiros. Estes três, a despeito de elementos em comum a todos os sujeitos nomeados como jagunços, a saber, serem provenientes de camadas fragilizadas da sociedade e empregarem a violência, não devem ser considerados como pertencentes à mesma categoria que os jagunços da violência direta. Afinal, ao passo que esses “outros jagunços” são violentados pelas dinâmicas, estruturas e agentes da sociedade desigual e violenta na qual se inserem, eles a questionam e chegam a opor-se a ela. Já os jagunços da violência direta acabam sendo empregados como sujeitos de manutenção e expansão das estruturas, dinâmicas e agentes dessa mesma sociedade desigual e violenta – na qual também estão inseridos e pelas quais também são frequentemente violentados.

Tendo essa relação com os chamados agentes da violência estrutural e o caso do Sudoeste paranaense como bases, delimitamos essa categoria do jagunço como agente da violência direta. Ou seja, trata-se do sujeito que emprega a violência diretamente - que pode se manifestar de diversas formas - a mando de grandes proprietários - latifundiários, grileiros, políticos, fazendeiros, empresas, etc - contra grupos fragilizados que estão no caminho dos interesses desses agentes, especialmente camponeses/posseiros e indígenas. Esses interesses, por sua vez, constroem e são construídos, estão de acordo, com essa estrutura desigual e violenta, por isso são os agentes da violência estrutural.

É verdade que esses jagunços da violência direta podem, eles próprios, serem ou terem sido violentados por essa mesma estrutura que então passam a auxiliar. Podemos pensar nesses termos acerca dos jagunços/capangas do coronelismo. Estes sujeitos, caso não entrassem para

esse mundo no qual também tinham que violentar camponeses, podiam ser eles mesmos violentados por outros jagunços/capangas ou por cangaceiros; isso se já não o tivessem sido. Os casos de posseiros do Sudoeste que se tornaram jagunços também se inserem nessa dinâmica. Assim como as indicações de camponeses que se tornaram ou que ao menos tiveram atuações semelhantes às desempenhadas por jagunços, como se percebe nos casos do “Internamento manicomial de Aparecido Galdino Jacinto (liderança na região de Santa Fé do Sul)”, no Estado de São Paulo, e no caso do “Conflito e prisões na Fazenda Japuara”, no Ceará - ambos abordados na Comissão Camponesa da Verdade.

Estes casos, antes de tudo, evidenciam a intensidade dessas dinâmicas sociais. Pois o que se tem aqui é uma espécie de retroalimentação dessa estrutura pautada na desigualdade fundiária, na manutenção e expansão de capitais nas mãos de poucas pessoas - as “causas estruturais comuns” (SANTIAGO, 2021) - e nas práticas de violências. Ou seja, as mesmas dinâmicas e agentes que produzem as desigualdades e violências estruturais que muitas vezes impele aquelas pessoas a atuarem como agentes da violência direta, são os agentes e dinâmicas que vão empregá-las na manutenção e expansão dessas mesmas estruturas.

Longe de ser uma perspectiva amenizadora da atuação violenta desses agentes da violência direta, essa leitura é essencial para uma compreensão integral deste fenômeno. Afinal ela evidencia que a base desses conflitos de terra e das violências no campo não se encontram nos jagunços, mas sim nos agentes da violência estrutural, que criam e se beneficiam dessas condições.

Tendo sido esclarecido essas linhas gerais a respeito do que aqui construímos como a categoria de jagunço da violência direta, podemos passar agora para uma síntese das particularidades que devem ser sempre destacadas no seio dessa categoria.

A construção dessa categoria se deu partindo do caso do Sudoeste paranaense e em diálogo com os diversos casos, que ora se aproximaram, ora se afastaram, presentes nas comissões da verdade. Nesse ponto tivemos que fazer muitas escolhas, acerca de quais casos seriam ou não abordados, já que as comissões trazem um número muito maior do que seria possível abordar neste trabalho. Nesse sentido, optamos pela leitura e compreensão integral do material e dos casos, ao passo que a exposição se pautou em blocos de coerência, guiados por atuações, relações e dinâmicas semelhantes a respeito dos jagunços.

A partir desses exercícios foi possível concluir que essa categoria foi uma presença constante em praticamente todo o século XX brasileiro. Se se considerar o jagunço/capanga do coronelismo como de fato pertencente a essa categoria, podemos afirmar que ela esteve presente ao longo de todo o século passado e por praticamente todo o território brasileiro.

Sua destacada presença a partir dos anos de 1940, por sua vez, não reflete apenas as fontes com as quais trabalhamos - afinal o recorte temporal abordado pelas comissões da verdade se inicia nessa década. Ele reflete também a relação intrínseca dessa categoria com o contexto nacional que vai se conformando a partir desse período; um contexto desenvolvimentista, de “modernização conservadora”, de intrusão de territórios tradicionalmente ocupados e de expansão das fronteiras e do capital.

Nesse complexo contexto, que poderia ser melhor compreendido como um amplo recorte da sociedade brasileira pautado em elementos em comum, extremamente diverso, a presença dessa categoria também se deu de formas diversas. Com base nessa primeira análise de alguns dos inúmeros casos de atuação da categoria jagunço, a partir das comissões da verdade, pudemos traçar uma tipologia inicial. Sub categorias de jagunços da violência direta que, mais do que uma proposta formada, são um ponto de partida e, principalmente, uma demonstração da diversidade desses sujeitos.

Seriam elas: o jagunço, o capanga e o pistoleiro. A seguir, apresentamos de modo mais esquemático suas principais características.

Subcategorias do jagunço da violência direta:

- a) Jagunço: 1) padrão de atuação em grupo; 2) execução de uma multiplicidade de violências, desde ameaças, destruição de patrimônio, agressões e assassinatos, etc; 3) atuação e mobilização contínuas dentro do recorte espaço temporal do conflito no qual se insere; 4) comumente tem suas ações direcionadas à construção de um ambiente de tensão; 5) está associado ao agente da violência estrutural principalmente por questões financeiras; 6) possui considerável especialização e profissionalização; 7) perceptível em casos nos Estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Acre, entre as décadas de 1940 e 1980.
- b) Capanga: 1) padrão de atuação individual ou em grupos menores, às vezes ao lado de outros capangas e/ou do agente da violência estrutural; 2) execução de violências diversas, destacadamente agressão, ameaça, destruição de patrimônio e assassinato; 2) costuma desempenhar outras funções não relacionadas à violência, como administrador, frequentemente associada ao agente da violência estrutural que pode solicitar dele ações violentas; 3) possui relações prévias e para além das violências e conflitos, com o agente da violência estrutural; 4) mais fortemente presente em regiões de ocupação mais antiga; 5) representa uma significativa continuidade com os jagunços/capangas das dinâmicas coronelistas; 7) perceptível em casos nos Estados Pernambuco, Bahia, Pará, Paraná e Tocantins, entre as décadas de 1940 e 1980.
- c) Pistoleiro: 1) padrão de atuação individual ou em pequenos grupos; 2) executor da violência direta especialmente na forma do assassinato; 3) pode ou não desempenhar atividades

não relacionadas à violência previamente; 4) costuma ser um sujeito móvel, que atua conforme é demandado pelos agentes da violência estrutural; 5) possui relações com o agente da violência estrutural essencialmente pecuniárias; 6) perceptível em casos nos Estados do Pará, Rio de Janeiro e Goiás, entre as décadas de 1960 e 1990, destacando-se, sobremaneira, o recorte paraense dos anos de 1980.

Temos plena consciência de que uma análise mais ampla e profunda da presença dessa categoria nos conflitos de terra pelo Brasil, certamente apresentaria uma diversidade ainda maior de sujeitos e características. Ou mesmo questionaria a tipologia aqui exposta. Os casos apresentados nas comissões da verdade já são em si, apesar de bastante diversos e emblemáticos, recortes de uma realidade muito mais ampla. A dificuldade que expusemos na introdução a respeito do trabalho com o jagunço do Sudoeste, a respeito da fragilidade das documentações caso se queira aprofundar os conhecimentos sobre esses sujeitos, se mantém, dessa forma, para um recorte mais amplo.

Uma questão que, desde já, talvez se mostra frágil e assim demanda novos estudos, diz respeito a uma aparente ausência de agências dos jagunços. Ou seja, quais seus interesses, subjetividades, motivações, etc. Na primeira parte desse trabalho, ao nos dedicarmos às especificidades do caso do Sudoeste, tentamos abordar questões como essas. Na segunda parte, entretanto, não foi possível tocar suficientemente nessas questões. Novamente, por dificuldades com as fontes e por exigências que demandariam um novo trabalho. Afinal, parece pertinente pensar em cenários nos quais esses agentes da violência direta poderiam entrar em choque com os agentes da violência estrutural, não? Falta de pagamentos, interesses pessoais, etc, seriam tensões que apontam caminhos profícuos para se pensar nessas relações para além de um simples dualismo.

Em *Terras do sem fim* (2002), Jorge Amado dedica todo um longo capítulo a explorar a subjetividade, dúvidas e angústias, de um jagunço, Damião, que questiona as ordens que o fazendeiro lhe deu para cometer um assassinato. Na seção em que abordamos as relações mais complexas entre jagunços e posseiros, no contexto Sudoeste, também tivemos dinâmicas nesse sentido, por exemplo, com o jagunço “44” auxiliando um posseiro e, assim, descumprindo ordens.

Outras possibilidades ou mesmo necessidades de estudo dizem respeito às vidas posteriores desses sujeitos. Eles permaneceram nessas práticas? Seriam eliminados como queima de arquivo? Conseguiriam ascensão social? Novamente temos indicações nesses sentidos. Por exemplo, o caso do pistoleiro “Sebastião Teresona” - sujeito de destaque em alguns dos casos paraenses abordados anteriormente, especialmente em chacinas - que foi

assassinado no presídio de Americano, o que teria sido uma “queima de arquivo” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 348).

Mais uma vez partindo da literatura, podemos pensar também em formas de ascensão social desses sujeitos. Em outro livro de Jorge Amado, *Tocaia Grande* (1984), o autor expõe o seguinte caso:

Ao fim das lutas pela conquista das matas, quando os caxixes substituíram as tocaias nos recentes conflitos entre os coronéis do cacau pela posse das áreas devolutas, sobram jagunços pelas estradas indo e vindo sem rumo certo, oferecendo-se para matar a módico pagamento, matando de graça para roubar. Das centenas de cabras chegados ao sul do Estado da Bahia, provenientes do sertão de três Estados e das barrancas de tantos outros rios, armas e pontarias a serviço dos ricos fazendeiros, uns poucos haviam demarcado terras, plantado roças, passando a usar o pau-de-fogo somente em rigorosa conjuntura. A maioria acomodou-se nas fazendas, chefes de turmas de alugados, capangas de confiança, capatazes. Alguns, porém, não se adaptaram às novas condições e cruzavam os caminhos praticando horrores, assombrando o povo” (AMADO, 1984, p. 162).

O único caso de verdadeira ascensão social, nesse cenário retratado por Amado, foi o de Natário, jagunço que atuou nas disputas entre coronéis pela região de produção de cacau, no sul da Bahia - cenário retratado no livro *Terras do sem fim*. Posteriormente, com a área sob domínio do coronel vencedor - trama retratada no livro *Tocaia Grande* - Natário consegue um pedaço de terra do coronel para o qual atuava e se torna ele próprio um pequeno fazendeiro. Como fica claro pela passagem do livro, entretanto, essas situações eram a exceção.

Interessante destacar ainda como essa passagem de Jorge Amado reforça nossa interpretação de que os conflitos no campo, a atuação dos jagunços e as violências envolvidas nessas dinâmicas, são um produto das ações e interesses dos agentes da violência estrutural, nesse caso os coronéis.

Por fim, podemos pensar ainda em um caso real que toca nessas questões. Em uma nota de rodapé do livro *O levante dos posseiros* (2011), de Angelo Priori, lê-se o seguinte:

Arquivo DOPS. Telegrama. Pasta No. 427/188. Fuad Nacle nasceu na Síria, em 24 de agosto de 1925. Em 1952, conseguiu a naturalização brasileira [processo de naturalização N°. 489/52]. Na época do conflito, trabalhava como jagunço, vindo a ser, mais tarde, comerciante e proprietário de terras na região. Na década de 1980, foi deputado estadual pelo antigo PDS. Faleceu em 1999 (PRIORI, 2011, p. 199).

O que temos aqui, portanto, é a ascensão social de um sujeito que atuou como jagunço em um dos principais conflitos de terra do Paraná, o levante de Porecatu, primeiro como comerciante, depois como proprietário de terras e chegando a um cargo político de âmbito

estadual. Poder-se-ia dizer que um agente da violência direta se tornou um agente da violência estrutural, especialmente porque há indícios de que Nacle teria continuado a atuar em conflitos de terra (*Correio do Paraná*, Curitiba, sábado, 15 de fevereiro de 1964, p. 05), agora como grileiro, mandante e/ou líder de jagunços.

As diversidades e possibilidades, como se vê, são muitas. Ao mesmo tempo, envolvendo todos esses temas, os padrões, elementos em comum e as permanências de agentes e dinâmicas, também são bastante consideráveis.

Tendo definido o jagunço da violência direta e realizado uma análise a fundo de uma de suas manifestações - o da Revolta do Sudoeste - se mostrou necessário compreender também essa categoria em um sentido mais amplo. Afinal, cada vez mais foi se consolidando a compreensão de que o que ocorreu no Sudoeste paranaense - desde as dinâmicas de conflito de terras até, e principalmente, as atuações dos jagunços - não eram casos isolados.

Marilena Chauí, em um texto sobre as comemorações dos quinhentos anos do “descobrimento”, apresenta algumas reflexões sobre a constituição da sociedade brasileira. Destacamos o seguinte trecho:

Temos o hábito de considerar que o Brasil, como outros países do Terceiro Mundo, passa periodicamente por golpes de Estado de que resultam regimes ditatoriais. Em outras palavras, estamos habituados a pensar o autoritarismo como um fenômeno adstrito à esfera política e, via de regra, a buscar em falhas, defeitos, lacunas da sociedade brasileira a causa desses episódios políticos. Ao fazê-lo, tendemos a deixar na sombra o essencial, isto é, que a sociedade brasileira, como formação social, é autoritária e que a esfera política a exprime sem faltas, defeitos e lacunas (CHAUÍ, 2001, p. 35).

Essa prática, identificada por Chauí, de se considerar que muitos dos problemas do Brasil são atípicos e acidentais, coisas que acontecem por falhas do sistema e de suas estruturas, parece ser recorrente em nossa sociedade. A autora pensa nesses termos especificamente sobre as ditaduras e os autoritarismos, que não seriam resultados de falhas nas estruturas da sociedade brasileira, mas sim resultados dos elementos estruturantes do Brasil.

Jaime Ginzburg também aponta para essa direção, acerca do autoritarismo como um *continuum* e suas conseqüentes naturalizações:

Desde Florestan Fernandes, passando recentemente por Paulo Sérgio Pinheiro (PINHEIRO, 1991.), Oscar Vilhena Vieira (VIEIRA, 1991.) e José Antonio Segatto (SEGATTO, 1999.), entre outros sociólogos, está bem claro que predomina no país a continuidade de condutas e valores autoritários, independentemente da aparência autoritária ou democrática do regime em vigor. Nesse sentido, tivemos regimes autoritários estruturados, o Estado Novo e a Ditadura Militar, mas para quem e além dos limites históricos desses períodos, os valores conservadores tiveram enorme

presença. Somos um país em que o autoritarismo é fortemente constitutivo das bases da formação social. Naturalizamos por essa razão tudo o que deveria nos deixar perplexos – violência excessiva por parte do Estado, enorme desigualdade social, ausência de prerrogativas éticas nas condições de convivência social, permanente estado de expectativa incerta quanto ao futuro, ausência de condições de escolarização compatíveis com as necessidades sociais e com as exigências para a formação de consciência crítica coletiva. Naturalizamos, muitas vezes sem perceber com clareza, várias formas, algumas amenas e outras trágicas, de barbárie. Florestan Fernandes foi muito claro quanto aos mecanismos que levam a essa naturalização, dentro das políticas de modernização conservadora em que fomos constituídos (GINZBURG, 2010, pp. 121-122).

E foi justamente sobre essa “modernização conservadora em que fomos constituídos”, como pontua Ginzburg, a partir de Florestan Fernandes, que nos dedicamos no último capítulo deste trabalho. E a partir dessa abordagem foi possível constatar que a violência estruturada no campo brasileiro é uma constante. E que dentro dessa violência constante, os projetos, objetivos, mecanismos, formas de violências e agentes - o jagunço, dentre eles - também são elementos com uma considerável constância e coesão.

Em outras palavras, entendemos que essas reflexões de Chauí e Ginzburg sobre o autoritarismo como uma constante são especialmente válidas para os conflitos de terra e as violências no campo. Leonilde Servolo de Medeiros já apontava nesse sentido:

Como procuramos argumentar, essa violência não é, como muitas vezes as declarações dos governantes procuram indicar, resultados de ‘acidentes’, ‘excessos’ ou ‘falta de preparo’ por parte das forças policiais, nem situações de crime comum, que possam ser entendidas e explicadas na esfera das motivações de caráter privado⁹⁷, nem muito menos de iniciativas de agressão por parte das vítimas. Ela tem uma natureza estrutural e se inscreve como uma das faces da cultura política brasileira, em especial, mas não exclusivamente, no meio rural. Dessa forma, é possível afirmar que ela persiste, reproduz-se e, em algumas situações particulares, intensifica-se, alimentada por determinadas práticas institucionais e por um determinado padrão de expressão de interesses ligados à propriedade da terra (MEDEIROS, 1996, pp. 126-127).

⁹⁷ De fato, é comum uma espécie de confusão entre esses diferentes âmbitos de violência no campo. A violência privada, pautada em interesses e desentendimentos daqueles sujeitos específicos. E a violência estrutural, que remete aos conflitos de terra mais amplos. Foi sobre este segundo âmbito da violência que nos debruçamos neste trabalho, ao passo que ignoramos o primeiro, justamente por compreendermos que eles não devem ser confundidos - muito embora frequentemente o sejam, inclusive como uma estratégia de deslegitimação. Esclarecendo esse debate, podemos dizer que os diversos sujeitos agrupados aqui sob a categoria de jagunço e em suas diversas manifestações, nunca atuam sozinhos. Estão sempre a mando de algum grande proprietário: os usineiros de Pernambuco, o Estado brasileiro, políticos, latifundiários, empresas nacionais ou multinacionais, etc. E é a mando dos interesses desses sujeitos que age a categoria jagunço, empregando a violência. Por outro lado, também é verdade que o campo brasileiro, bem como a sociedade brasileira de um modo geral, é marcado por relações violentas. Nesse sentido, também são comuns casos de violência cotidiana, inclusive entre os próprios posseiros e camponeses; mas essas não costumam envolver diretamente disputas com os agentes da violência direta. Trata-se, nesses casos, de um debate que se aproxima muito mais do que é abordado por Maria Sylvania de Carvalho Franco, em *Homens livres na ordem escravocrata* (1997), acerca da ausência de instituições de justiça, das resoluções de conflitos interpessoais, etc. É um cenário, portanto, muito diferente deste com o qual trabalhamos, no qual há uma violência profundamente associada a uma estrutura fundiária desigual e violenta, bem como a uma série de mecanismos, agentes e agências conservadores e expansoras do poder.

Ao compreendermos e analisarmos a categoria jagunço da violência direta como uma presença constante na história brasileira - ao menos ao longo do século XX, que foi o recorte sobre o qual nos debruçamos - esperamos ter contribuído minimamente para esses debates trazidos por Chauí, Ginzburg e Medeiros, ou seja, no sentido de se compreender que muitos dos problemas brasileiros, em nosso caso específico, os conflitos de terra, por meio da atuação dos jagunços, não são questões pontuais. Muito longe disso, são elementos constituintes de nossa realidade e devem ser compreendidos como tal, na esperança de que possamos resolvê-los.

Uma clara demonstração da permanência dessas dinâmicas de violência no campo, personificadas pelos agentes da violência direta - que inclusive podem ser não apenas os jagunços, mas também agentes do Estado, especialmente as polícias - é que há uma significativa indistinção entre momentos de governos democráticos e autoritários acerca dessas práticas. Em outras palavras, a violência no campo, muitas vezes contando com a atuação direta do Estado, não cessa em momentos ditos democráticos.

Muitos dos casos de conflitos no campo, abordados ao longo deste trabalho, ocorreram em momentos de governos ditos democráticos. A Revolta do Sudoeste (1957), nosso principal caso, é um deles. O movimento de Porecatu (1948-1952), é outro grande exemplo, sendo que aqui o Estado atuou direta e intensamente na repressão aos camponeses.

Há, todavia, particularidades nos momentos de autoritarismo explícito, como na Ditadura (1964-1985), pois ali as violências fundiárias e as práticas ditatoriais se encontram. Podemos pensar, por exemplo, nos casos de perseguição, prisão e tortura de camponeses, que ocorreram devido à confluência dos interesses dos latifundiários - expulsar ou eliminar posseiros de “suas” terras - e dos militares - eliminar os “subversivos”. Diversos são os casos nas comissões da verdade que abordam esse encontro de violações⁹⁸.

Essa indistinção é bastante contrastante com discursos e posturas, muitos deles ainda em voga, de que na democracia esses casos não ocorrem. E caso ocorram, serão apenas acasos, acidentes. Podemos visualizar bem essa “esperança na República”, ou na democracia, a partir do caso do “Assassinato de José Zacarias dos Santos (1985)”, em texto de Tiago Rodrigues Santos. Esse caso se insere num ambiente de conflitos de terra que envolvia toda a Chapada Diamantina, na Bahia, e que perpassou toda a década de 1980. Nesse cenário de constantes

⁹⁸ Na Comissão Camponesa da Verdade, ver: Prisões e torturas sofridas pelo sindicalista Vicente Pompeu da Silva – Marta Cioccarri (p. 171); Repressão no Vale do Pindaré: violências praticadas contra o líder camponês Manoel da Conceição – Helciane de Fátima Abreu Araújo (p. 177); Os camponeses na Guerrilha do Araguaia – Hugo Studart (p. 373); Violência na Fazenda São José da Boa Morte, Cachoeiras de Macacu – Fabrício Teló (p. 449).

violações de posseiros por jagunços a mando de fazendeiros, no dia 20 de maio de 1985, a FETAG-BA (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia), emitiu uma Nota Pública endereçada ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), na qual “fazia referência à violência policial nos municípios, bem como à situação de pobreza dos trabalhadores rurais, e apresentava esperança de que a ‘Nova República’, que tinha anunciado a realização da reforma agrária, a fizesse de forma urgente e concreta, de modo a solucionar os problemas de terras que existiam” (Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015, p. 245).

Trata-se de um documento produzido no momento de transição entre a Ditadura Militar e a República, que se refere a um conflito que se iniciou naquela e que permaneceu nesta. Esperava-se que na “Nova República” o conflito fosse resolvido. Foi sob essa República, entretanto, que alguns dos episódios de maior violência ocorreram, especialmente o referido assassinato de José Zacarias dos Santos, em 13 de agosto de 1985.

Naquele momento essa esperança talvez se justificasse em maior medida. Afinal, olhando hoje para aquele momento é fácil apontar o que deu errado, diferentemente de um olhar coevo ao que ocorria. Logo, no entanto, deve ter ficado claro que as permanências desses conflitos seriam o padrão. Pois o caso acima exposto não foi um exemplo isolado dessa permanência - e às vezes intensificação - da violência no campo brasileiro nos anos de 1980 e 1990.

Para a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade ligada à CNBB, o maior foco de impunidade no campo está concentrado no Estado do Pará. De 1985 a 1998, foram assassinadas 225 pessoas em disputas de terra no Estado e somente 5 casos resultaram em julgamentos com a condenação de três assassinos, entre eles um ex-policial, e de dois intermediários. Depois de três anos da chacina de Eldorado dos Carajás, nenhum dos acusados está preso e todos continuam exercendo as suas funções de policiais (BARREIRA, 2000, p. 183).

Certamente alguns dos principais fatores para se compreender essas dinâmicas se referem às permanências de projetos e lógicas instaurados pela Ditadura. Não é por acaso que se destacam essas permanências no Estado do Pará, justamente o local onde mais intensamente foi executado o projeto de avanço sobre a Amazônia.

Mais do que isso, essas violências e conflitos no campo são uma constante porque elas estão calcadas em causas estruturais que perpassam sejam governos democráticos, sejam governos autoritários. São as estruturas que moldam a sociedade brasileira como um todo e que, no recorte dos conflitos de terra, se referem especialmente à desigualdade fundiária

associada ao histórico de violência gerada pelos grandes proprietários em suas buscas incessantes pela manutenção e expansão do poder.

Por suposto, ao longo do tempo essas estruturas se manifestam de diferentes formas. Acerca de suas dinâmicas nas áreas de fronteira, ou seja, no espaço por excelência do choque, do embate e dos conflitos de terra entre o pequeno camponês e os indígenas com os grandes proprietários - muito embora eles permaneçam ocorrendo em regiões de ocupação tradicional, como vimos - José de Souza Martins diz que “o que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social” (MARTINS, 2021, p. 133). A própria expansão da fronteira - agrícola e de ocupação, do capitalismo pela frente pioneira em última instância - acaba sendo uma dessas estruturas também.

Essa violência estrutural, vale dizer, atinge camponeses, indígenas e demais grupos fragilizados mesmo que não haja um jagunço. Esses grupos são violentados, no campo ou na cidade, mesmo que não haja um conflito explícito. Afinal, é comum que esses grupos sejam mantidos em um “sub lugar”, na condição de “sub humanos”, sendo criminalizados, tendo direitos políticos e sociais negados, sofrendo com a fome e o abandono, etc. Na tabela de Milson Betancourt Santiago que citamos no capítulo dois, essa diversidade de violências é exposta. Todavia, mesmo que a violação desses grupos não dependa da atuação de jagunços ou mesmo da existência de um conflito declarado, quando esses fatores e agentes entram em cena, as dinâmicas de violações ganham novos contornos, de modo geral intensificados. E com este trabalho foi possível constatar que a presença desses agentes e dinâmicas é um constante - ao menos ao longo do século XX.

O século XX que, por sua vez, possui significativas especificidades, além da permanência de basicamente todos esses elementos estruturais que pontuamos. Trata-se, em uma palavra, do progresso. A modernização do campo, a mercantilização da terra, as grandes obras, os avanços turísticos e estruturais, geraram, ao longo do século XX, uma série de ruínas por onde passaram.

Não se trata aqui, veja bem, de uma crítica *a priori* de qualquer processo de industrialização e modernização do país. Mas sim da constatação de que esses processos, tais como ocorreram, foram extremamente violentos, especialmente contra camponeses e indígenas. E o jagunço foi a ponta de lança desse processo - juntamente com agentes do Estado em muitos casos.

Para se construir a estrutura turística do litoral do Rio de Janeiro, jagunços violentaram camponeses e indígenas. Para se construir rodovias como a Transamazônica, Rio-Santos e

tantas outras, jagunços violentaram camponeses e indígenas. Para se manter a indústria usineira, jagunços violentaram trabalhadores. E para conseguirem sobreviver em um pedaço de terra, em um padrão de vida que não se enquadra plenamente nos pressupostos dessa modernização, camponeses no Paraná, Pará, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Acre e tantos outros locais, tiveram de lutar contra a violência de jagunços.

Na perspectiva dos sujeitos que foram ou são responsáveis por essa estrutura violenta, ou que dela se beneficiam, no entanto, essas violências parecem não importar frente ao progresso. Podemos pensar, por exemplo, nas palavras do neto de Moysés Lupion: “Meu avô foi um progressista”, define Abelardo Lupion. “Abriu todas as estradas importantes do estado, abriu as regiões Noroeste, Norte e Oeste. Levou energia elétrica para a população.” <O clã mais poderoso da província - Jornal Plural>. Mas a que custo? O mapa da violência, com conflitos de terra generalizados pelas regiões Noroeste, Norte e Oeste do Estado do Paraná, com inúmeros camponeses e indígenas violentados, foi o custo.

É frente a essa noção de progresso que ignora seu caráter intrinsecamente violento, que destacamos mais uma vez o trabalho de Jorge Amado. Em *Tocaia Grande* (1984), já ao final do livro, ocorre um massacre naquela localidade. Esse evento muda os rumos do local, que passa a se modernizar, a tornar-se uma cidade, a “progredir”. As justificativas para o massacre são expostas nos seguintes termos:

Os três diários governistas, não menos veementes, retrucaram [as acusações do diário oposicionista criticando o massacre de Tocaia Grande] afirmando que, muito ao contrário, o que se dera fora a imposição da ordem e da lei em remanescente valhacouto de bandidos, réus confessos e condenados, trânsfugas fugidos da polícia. Simples, rotineira operação de limpeza que viera pôr termo aos últimos resíduos de uma era de infâmia e barbárie (AMADO, 1984, p. 502).

Em outras palavras, o massacre de Tocaia Grande se deu a mando da necessidade do progresso. As pessoas que até então ali viviam, apartadas de instituições jurídicas, da Igreja, das inovações tecnológicas, plantando para viver, estavam em um sentido diferente do que o progresso impunha e do que o fazendeiro Venturinha desejava. Por isso se deu o massacre, iniciando o progresso.

A quase totalidade das mais de quinhentas páginas do livro, no entanto, são dedicadas à construção de Tocaia Grande, por pessoas em sua maioria pobres e sofridas, fugidas de desmandos de grandes proprietários – em desacordo com a modernização que se impõe após o massacre. Jorge Amado nos faz sentir empatia por aqueles personagens - mesmo por antigos jagunços. Trata-se de uma comunidade que se constrói às margens dos padrões de progresso -

sem igreja, sem lei. E é justamente isso que o autor quer nos mostrar, a face obscura, o que geralmente é esquecido.

E o é esquecido pois o que é mostrado é sempre e apenas a “face luminosa”, aquela face que citamos na epígrafe deste trabalho, a que traz os avanços do progresso e da modernização e que para Jorge Amado “não paga a pena contar, não tem graça” (AMADO, 1984, p. 505).

Além de tudo isso, a trama de Tocaia Grande nos faz questionar sobre o preço desse tão propalado progresso. No caso de Tocaia Grande, literalmente um massacre. Ao longo de nosso trabalho, foi possível perceber que esse alto preço cobrado, infelizmente, não se restringe à ficção, é um elemento estruturante de nossa sociedade, que sempre foi, está e parece que vai continuar sendo pago por aqueles sujeitos que nunca o desfrutaram, por aqueles que precisam se tornar os destroços sobre os quais o progresso se erige.

Os conflitos de terra e neles a atuação dos jagunços e as violências contra camponeses e indígenas são uma das faces obscuras do Brasil. E por mais doloroso que possa ser, devemos olhar para ela, compreendê-la e, principalmente, não esquecê-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

A rebelião agrária no sudoeste do Paraná em 1957. Separata de dois discursos pronunciados no Senado Federal em 6 e 9 de dezembro de 1957 pelo senador Othon Maeder. ANAIS DO SENADO FEDERAL. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Pesquisar.asp.

A Revolta dos Posseiros (Peça teatral em dois atos) – Ivo Pegoraro.

A Revolta. Direção: Aly Muritiba e João Marcelo Gomes. Brasil, DOCTV-PR, 2010. Digital. Disponível em: A Revolta - YouTube. Acesso em 28/07/2022.

AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade*. Volume 1: Os ásperos tempos. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1957.

AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade*. Volume 2: Agonia da noite. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1957.

AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade*. Volume 3: A luz no túnel. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1957.

AMADO, Jorge. *Terras do sem fim*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

AMADO, Jorge. *Tocaia Grande. A face obscura*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

CARBONERA, Virgílio Pedro. Entrevista gravada realizada por Ruy Wachowicz em Curitiba em 17 dez. 1978.

Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. / Sérgio Sauer... [et al.] Organizadores. Brasília: Dex-Unb, 2015.

Comissão Nacional da Verdade - Relatório - Volume II - Textos temáticos - Texto 3: Violações dos Direitos Humanos dos Camponeses. Dezembro de 2014.

Correio do Paraná, Curitiba, sábado, 15 de fevereiro de 1964, p. 05

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Editora Nova Cultura Ltda, São Paulo: 2002.

Gente do Sul. No 41 – ano IV – outubro de 1997. “A Revolta dos Posseiros”.

GOMES, Roberto. *Os dias do demônio*. Curitiba: Criar Edições, 2001.

Jornal de Beltrão. *HISTÓRIA*. 29/05/2007. Seção: Dois Vizinhos/Geral. “Pioneiro conta como foi trabalhar na Polícia Militar no ano da Revolta dos Posseiros”, p. 06.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA 04*. 06/07/2007. Seção: Esporte/Geral. “Eles ajudaram a trancar as saídas da cidade”, p. 14

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA 04*. 06/07/2007. Seção: Esporte/Geral. “Eles ajudaram a trancar as saídas da cidade”, p. 14.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA 10*. 14/07/2007. Seção: Geral. “O Cruzeiro chega em Santo Antônio”, p. 13.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA 100*. 28/11/2007. Seção: Policial/Geral. “Quando passava um avião em cima das nossas casas, a gente corria pro mato”, p. 05.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA 127*. 11/01/2008. Seção: Geral/Regional. “Revolta de 1957, uma história sem fim?”, s/p.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA 13*. 19/07/2007. Seção: Geral. “(Em Capanema), encontro com um cadáver”, p. 10.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA 131*. 16/01/2008. Seção: Atos Oficiais/Geral. “Uma homenagem às heroínas do Verê”, p. 12.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 133. 19/01/2008. Seção: Geral. “Tiroteio no Rio do Mato, e a morte de Reimundinho”, p. 10.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 142. 01/02/2008. Seção: Geral/Regional. “Os ‘culpados’ pelo crime, segundo Mader”, s/p.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 148. 12/02/2008. Seção: Geral. “Surraram um homem que nem tinha participado do combate do Verê”, p. 07.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 15. 21/07/2007. Seção: Geral. “As mulheres também usavam armas”, s/p.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 162. 05/03/2008. Seção: Economia/Geral. “Quando chegamos no barraco, foi bam! Bam! Bam!”, p. 12.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 163. 25/03/2008. Seção: Geral. “A prisão do jagunço Chapéu de Couro”, p. 10.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 166. 28/03/2008. Seção: Geral. “Por decreto, todo Sudoeste tinha que participar”, p. 12.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 168. 01/04/2008. Seção: Variedades. “Menina que perdeu o pai já era órfã de mãe”, p. 09.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 18. 26/07/2007. Seção: Geral. “Aurélio Negri: ‘Depois da Revolta nunca mais fui preso, foi uma tranquilidade’”, p. 10.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 19. 27/06/2007. Seção: Geral. “Armado com uma taquari carregada de baletão, pedaços de ferro e rolamentos”, s/p.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 195. 02/07/2008. Seção: Geral/Variedades. “Por causa da Revolta, voltou para Pato Branco”, p. 09.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA 199*. 08/07/2008. Seção: Geral/Variedades. “Eu ficava lá fora, no escuro, de tanto medo que eu tinha”, p. 09.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA 200*. 09/07/2008. Seção: Geral/Variedades. “José Iurko não ficou pro churrasco porque uma placa das companhias caiu no seu pé”, p. 09.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA 211*. 06/08/2008. Seção: Geral/Variedades. “A gente carneava dez vacas por vez e trazia em cima do caminhão, umas quantas viagens”, p. 09.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA 213*. 09/08/2008. Seção: Variedades. “Até o Frei Deodato andava armado”, p. 07.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA 25*. 04/08/2007. Seção: Geral. “As perseguições após o levante de 2 de agosto”, s/p.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA 35*. 21/08/2007. Seção: Cidade/Geral. “O que a Deorides falou é verdade”, p. 10.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA 35*. 21/08/2007. Seção: Cidade/Geral. “O que a Deorides falou é verdade”, p. 10.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA 40*. 28/08/2007. Seção: Geral. “Posseiros de Santo Antônio atravessavam a fronteira; do Verê, passavam o rio Santana”, p. 10.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA 43*. 31/08/2007. Seção: Geral. “Vi o Raimundinho matando um jagunço”, s/p.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA 44*. 01/09/2007. Seção: Geral. “Fogo na papelada podia queimar a loja”, s/p.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA 49*. 08/09/2007. Seção: Cidade. “Jagunços queriam matar o Vitório Traiano”, p. 04.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA 50*. 11/09/2007. Seção: Policiais/Geral. “Um

tiroteio e a prisão do jagunço 44”, p. 10.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 51. 12/09/2007. Seção: Geral. “Todos ganharam carne do gado de Júlio Assis”, s/p.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 56. 19/09/2007. Seção: Geral. “Os colonos estavam ‘envenenados’”, p. 12.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 57. 20/09/2007. Seção: Geral. “Tinha que evitar derramamento de sangue”, p. 10.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 58. 21/09/2007. Seção: Geral. “‘A coisa tá feia, querem uma providência, mas vou fazer o quê?’”, perguntava o juiz”, s/p.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 59. 22/09/2007. Seção: Educação/Geral. “As companhias nunca foram intimadas”, s/p.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 62. 27/09/2007. Seção: Geral. “Eu vi quando os jagunços estavam matando um funcionário das companhias”, p. 10.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 62. 27/09/2007. Seção: Geral. “Eu vi quando os jagunços estavam matando um funcionário das companhias”, p. 10.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 63. 28/09/2007. Seção: Geral. “Por ter trazido a mudança do jagunço 44, Tesser podia passar no ‘pedágio’ sem pagar”, p. 07

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 67. 04/10/2007. Seção: Geral. “As estradas amanheceram cheias de placas da Citla”, p. 10.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 68. 05/10/2007. Seção: Geral. “Viam-se os crimes, mas ‘o medo era tanto que a gente ficava quieto, ninguém falava nada’”, p. 07.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 68. 05/10/2007. Seção: Geral. “Viam-se os crimes, mas ‘o medo era tanto que a gente ficava quieto, ninguém falava nada’”, p. 07.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 69. 06/10/2007. Seção: Educação/Geral. “Patrulhar ou não patrulhar as ruas?”, p. 07.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 80. 27/10/2007. Seção: Regional. “No aeroporto, enterraram muita gente”, p. 11.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 84. 31/11/2007. Seção: Geral. “O Balduino tinha muitos fregueses e os colonos vinham se queixar com ele”, p. 11.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 86. 07/11/2007. Seção: Geral. “No velório, quase morremos de medo”, p. 12.

Jornal de Beltrão. *NO TEMPO DA REVOLTA* 98. 24/11/2007. Seção: Geral. “A revolta da Citla em versos”, s/p.

LLOSA, Mario Vargas. *A guerra do fim do mundo*. A saga de Antônio Conselheiro na maior aventura literária do nosso tempo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

NETO, Godofredo de Oliveira. *O bruxo do Contestado*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012. O Estado do Paraná. Curitiba, 6º feira, 25 de setembro de 1964.

O Tempo da revolta. Lembranças de quem viveu. Suplemento especial do Jornal do Beltrão em comemoração aos 50 anos da Revolta dos posseiros – 10 de outubro de 2007.

Relatório Comissão Estadual da Verdade “Teresa Urban” – CEV/PR – 2014.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

Térmo de declarações prestadas por Lourenço José da Costa (“Maringá”) 22 de outubro de 1957, 03p.

TRENTO, Jácomo. Entrevista. Pato Branco, 1978. Concedida a Ruy Wachowicz, em sua residência, no dia 17/12/1978.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense*. São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH/Departamento de Ciências Sociais, 1981. (Dissertação de Mestrado).

AMANCIO, Silvia Maria. *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O trágico V Centenário do Descobrimento do Brasil. Comemorar, celebrar, refletir*. São Paulo: EDUSC, 1999.

BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: *Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BALIBAR, Étienne. Violencia, política e civilidade. *Ciencia política*. Vol. 10, n.o 19 Enero - Junio 2015 · ISSN Impreso 1909-230X · En Línea 2389-7481 /pp. 45-67.

BALIBAR, Étienne. Violencia: idealidad y crueldad. *Polis*, 19, 2008.

BARBOSA, Catia Valério Ferreira. A representação literária da guerra do Contestado: amálgamas ficcionais em *O bruxo do Contestado*. Terra roxa e outras terras – *Revista de Estudos Literários* Volume 21 (set. 2011) – 1-136 – ISSN 1678-2054, pp. 65-75.

BARREIRA, César. Massacres: monopólios difusos da violência. *Revista crítica de ciências sociais*. Nº 57/58. Junho/Novembro 2000, pp. 169-186.

BARROS, José D’Assunção. *Fontes Históricas. Introdução aos seus usos historiográficos*. São Paulo: Editora Vozes, 2019.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas volume 1. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 1º edição 1985, 3º edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BERTHOLD ZILLY. Flávio de Barros, o ilustre cronista anônimo da guerra de Canudos. In: *ESTUDOS AVANÇADOS* 13 (35), 1999.

BREPOHL, Marion; GONÇALVES, Marcos; GABARDO, Emerson. “As violências do estado de exceção e a defesa da memória contra a invisibilidade dos grupos vulneráveis”. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos* | Belo Horizonte | n. 117 | pp. 321-361 | jul./dez. 2018.

CALLEJA, Eduardo González. La definición e la caracterización de la violencia desde el punto de vista de las ciencias sociales. *Arbor* CLXVIII, 657 (Septiembre, 2000), 153-185 pp.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAUÍ, Marilena. “O que comemorar?”. In: *Sentidos da comemoração. Projeto História* 20. São Paulo. Nº 20, p. 1-371, abril/2000.

CRESTANI, Leandro de Araújo; SCHALLENBERGER, Erneldo. Nas fronteiras do oeste do Paraná: conflitos agrários e mercado de terras (1843/1960). *Revista Trilhas da História*. Três Lagoas, v.2, no3 jul-dez, 2012. p.92-114.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. *O desmoronamento do mundo jagunço*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1986.

DIAS, Edson dos Santos; CASTELANO, Maria José. “A ocupação da faixa de fronteira ocidental do Paraná – formação socioespacial conservadora do oeste-sudoeste paranaense”. In: SOUZA, Edson Bel Clemente de (org). *Estudos regionais: estruturas, agentes e processos*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.

FERREIRA, Antonio Celso. “A fonte fecunda”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

FILHO, Carlos Garcia; SAMPAIO, José Jackson Coelho. Interfaces entre a história da violência e a constituição do território no Ceará: um esforço de síntese e periodização. *Saúde Soc.* São Paulo, v.23, n.4, p.1209-1221, 2014.

FRANCISCON, Moisés Wagner. “Banditismo na região Centro-Oeste do Paraná (1940-1960)”. In: GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida; ROMPATTO, Maurílio. *Histórias e memórias da ocupação das regiões paranaenses no século XX*. Maringá: Massoni, 2014.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

GIAROLA, Flávio Raimundo. A guerra dos jagunços: o conflito de Canudos e o sertanejo nos escritos de Afonso Arinos. *Revista de História*, 5, 1-2 (2013), p. 205-219.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. 2010, 300 p. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GOLDFARB, Yamila. “As violações de direitos humanos das populações camponesas: entre passado, presente e futuro”. In: TELES, Edson; QUINALHA, Renan. (orgs). *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GOMES, Iria Zanoni. *1957: a revolta dos posseiros*. 2. ed. Curitiba: Criar, 1987.

GOMES, Iria Zanoni. *Terra & Subjetividade: a recriação da vida no limite do caos*. Curitiba: Criar Edições, 2001.

GONZAGA, Caroline. “Somos muitos *Franciscos* iguais em tudo e na sina”: violência, resistência camponesa, Revolta de Porecatu e micro-história. Curitiba, 2020.

GOUVEIA, Aguinaldo Henrique Garcia de. “A Revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná de 1957: possibilidades e demandas de estudo à luz de críticas sobre a marginalização das vozes femininas”. *Revista Vernáculo*, Número 50, 2º sem/2022, pp. 116-140.

GOUVEIA, Aguinaldo Henrique Garcia de. *O jagunço da Revolta dos Posseiros (1957): interpretações e representações. Problematização de uma narrativa sobre o outro*. Monografia em História. Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2019.

HOBBSBAWM, Eric. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

KOLING, Paulo José. “A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: luta pela terra, memórias e (re)disputas pela história. In: PRIORI, Angelo; GRUNER, Clóvis (organizadores). *Contestado: 100 anos de uma guerra sem fim: movimentos e conflitos sociais no sul do Brasil: estudos sobre Santa Catarina e Paraná (séculos XIX e XX)*. Curitiba, PR: ANPUH, 2016.

KOLING, Paulo José. *A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações*. Guarapuava: Ed Unicentro, 2018.

LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense*. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

MARTINS, José de Souza. “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *História da vida privada no Brasil 4. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2021.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Vozes: Petrópolis, 1981.

MATOS, Maria Izilda Santos de; AVELINO, Yvone Dias. “Linguagens textuais e comemorações”. In: *Sentidos da comemoração. Projeto História 20*. São Paulo. Nº 20, p. 1-371, abril/2000.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Dimensões políticas da violência no campo”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 126-141.

MESGRAVIS, Laima. *História do Brasil Colônia*. São Paulo: Contexto, 2020.

MICHEL, Johann. “Podemos falar de uma política de esquecimento?” *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.2, n.3, ago.-nov. 2010 – ISSN- 2177-4129.

MYSKIW, Antônio Marcos. “Posseiros em luta no Oeste do Paraná”. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton (org). *Paraná insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI*. [recurso eletrônico]. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

NOVAIS, Fernando A.; DE MELLO, João Manuel Cardoso. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: *História da vida privada no Brasil 4*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *História da vida privada no Brasil 4. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ORBEN, Tiago. “As comemorações da Revolta dos Colonos em seu cinquentenário: Francisco Beltrão/PR, 2007”. *Revista IDEAS*, v. 9, n. 2, p. 45-73, 2015.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Movimentos sociais, terra e cidadania nos tempos de JK: estudos sobre a Revolta dos Posseiros no sudoeste paranaense*. (1957). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp-. 200-212.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PRIORI, Angelo. *O levante dos posseiros: a Revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo*. Maringá: Eduem, 2011.

PRIORI, Angelo., et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX* [online]. Maringá: Eduem, 2012. A história do Oeste Paranaense. pp. 75-89. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976.

RIBEIRO, Vanderlei. “Marcha para o oeste”. In: MOTTA, Márcia (org). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SANTIAGO, Milson Betancourt. “Colonialidad territorial, relaciones sociedades-naturaleza y violencias a escala global-local: desafios para la paz territorial en Colombia (y el mundo)”. In: *Conflictos territoriales y territorialidades en disputa: Re-existencias y horizontes societales frente al capital en América Latina* Carlos Walter Porto-Gonçalves... [et al.]; coordinación general de Pabel López; Milson Betancourt Santiago. - 1a ed . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.

SCHOLTZ, Jonathan Marcel. “Por uma história do Sudoeste: do estabelecimento das fronteiras à imigração sul-rio-grandense”. In: GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida; ROMPATTO, Maurílio. *Histórias e memórias da ocupação das regiões paranaenses no século XX*. Maringá: Massoni, 2014.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “‘Rememoração’/comemoração: as utilizações sociais da memória”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, no 44, pp. 425-438, 2002.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. *HISTÓRIA ORAL*, 4, 2001, p. 85-101.

TORRES, Michelle Márcia Cobra. História e literatura: reflexões teóricas. *História, histórias*, vol. 8, no 15, jan./jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v8vi15i.25683>.

TURCHI, Maria Zaira. Jagunço e jaguncismo: história e mito no sertão brasileiro. *O público e o privado* - Nº7 - Janeiro/Junho – 2006, p. 121-132.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu* (3) 1994: pp. 63- 84.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Litero-Tecnica, 1985.

WHITE, Hayden. “O passado prático”. *ArtCultura*. Uberlândia, v. 20, n. 37, p. 9-19, jul.-dez. 2018.

ZANELLA, José Luiz; KRAMER, Sílvia Ana. A participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957. *Faz Ciência*. Francisco Beltrão.v.1, n.1, p. 115-128, 1997.

ANEXOS

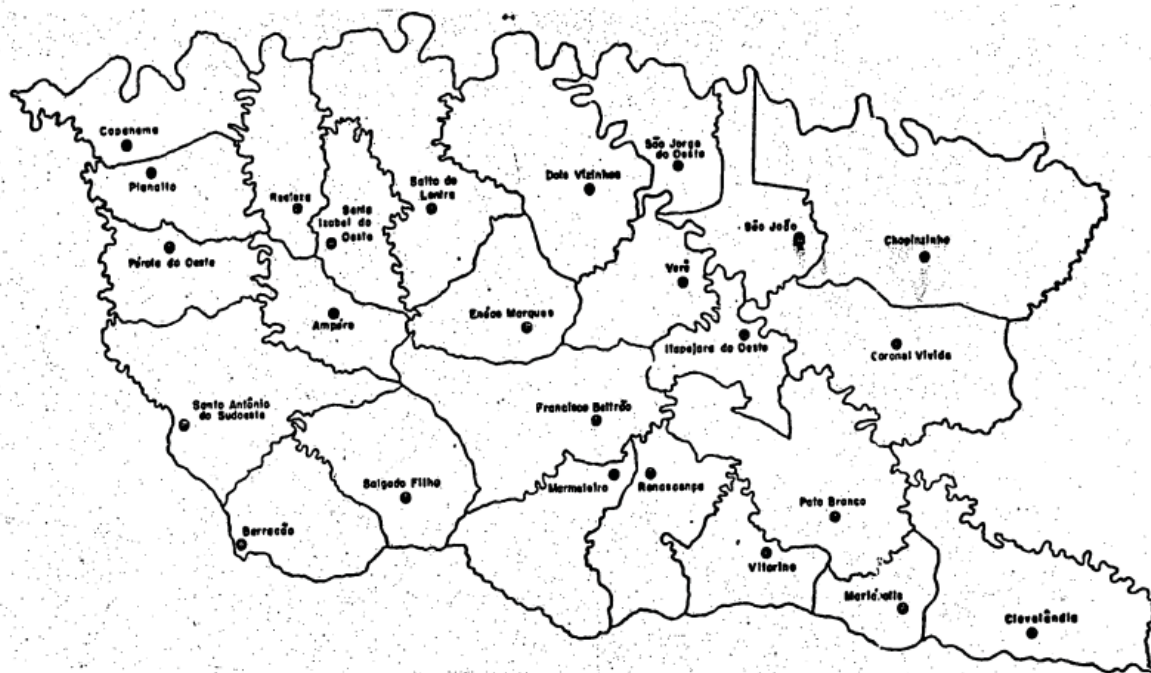
Anexo 01: Localização da região Sudoeste do Paraná



(Parana Meso SudoesteParanaense.svg. Dimensões desta antevisão em PNG do ficheiro SVG: 800 × 569 píxeis Outras resoluções: 320 × 228 píxeis | 640 × 455 píxeis | 1 024 × 729 píxeis | 1 280 × 911 píxeis | 2 560 × 1 822 píxeis | 971 × 691 píxeis. Disponível em: File:Parana Meso SudoesteParanaense.svg - Wikimedia Commons)

Anexo 02: Cidades do Sudoeste do Paraná.

MAPA 1 - MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ

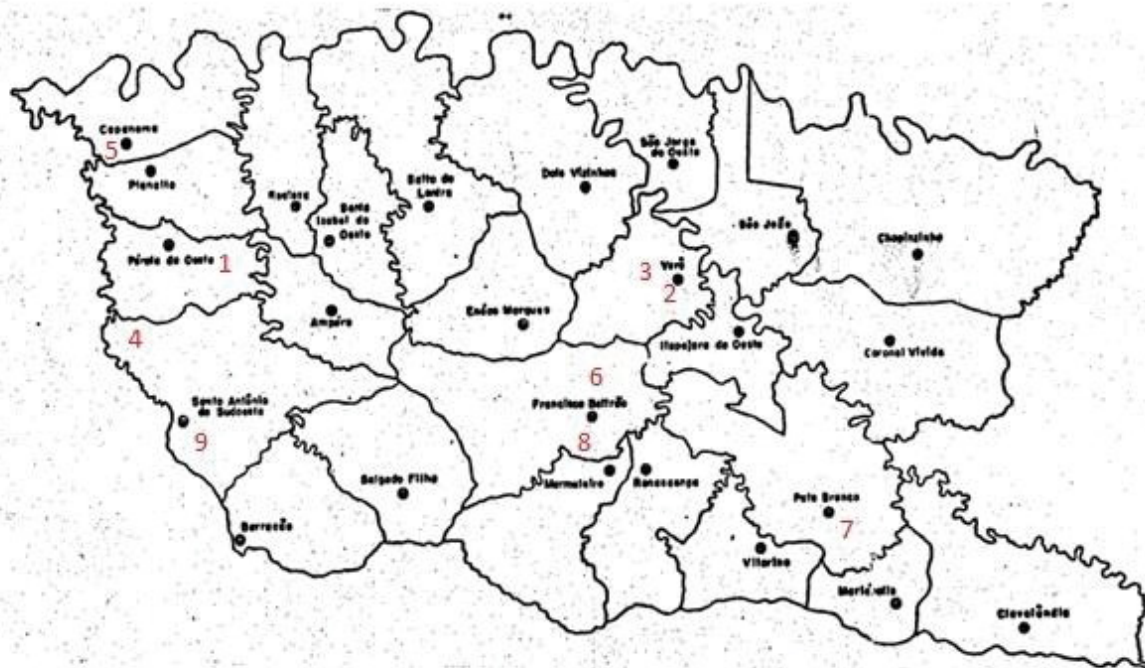


FONTE: Planejamento Microrregional, elaborado pela SUDESUL e AMSOP no ano de 1975

(Retirado de LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense*. Curitiba: SECE/BPP, 1986, p. 02).

Anexo 03: Localização aproximada dos principais confrontos entre posseiros e jagunços

MAPA 1 - MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ



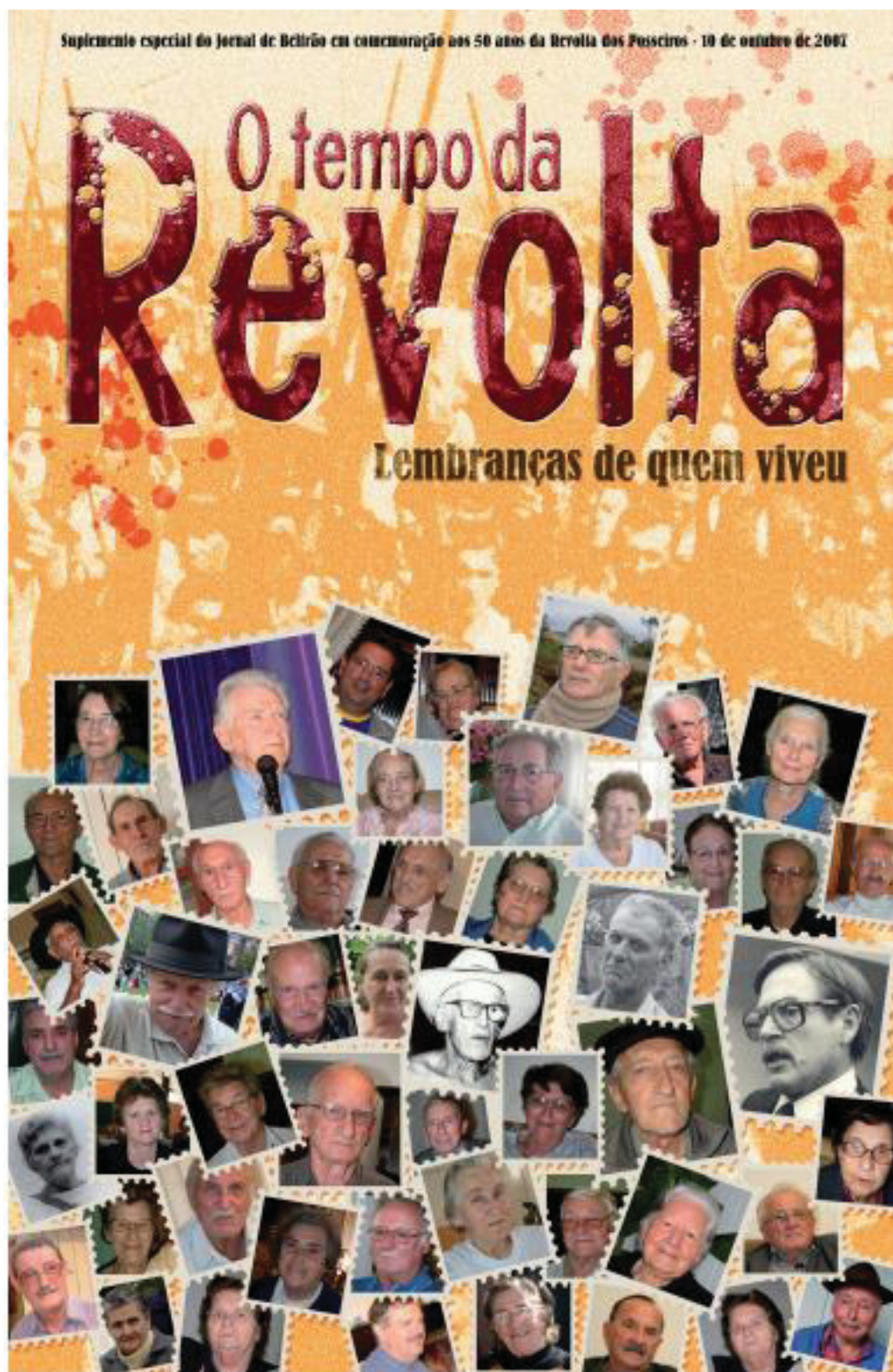
FONTES: Planejamento Microrregional, elaborado pela SUDESUL e AMSOP no ano de 1975

Legenda

- 1: Tiroteio entre posseiros e funcionários das Companhias em 27 de abril de 1957;
- 2: Assassinato de Pedro José da Silva, o "Pedrinho Barbeiro", em 21 de maio de 1957;
- 3: Confrontos do Verê, no dia 02 de agosto de 1957;
- 4: Tocaia do KM 17, em 14 e setembro de 1957;
- 5: Tomada da cidade de Capanema, por volta do dia 15 de setembro de 1957;
- 6: Tiroteio em estabelecimento comercial que resultou em ao menos três pessoas mortas, incluindo o posseiro Reimundinho, em 21 de setembro de 1957;

(Adaptado de LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense*. Curitiba: SECE/BPP, 1986, p. 02).

Anexo 04: Capa do Suplemento Especial do Jornal de Beltrão de 10 de outubro de 2007, intitulado *O tempo da Revolta. Lembranças de quem viveu*.



(*O Tempo da revolta. Lembranças de quem viveu*. Suplemento especial do Jornal do Beltrão em comemoração aos 50 anos da Revolta dos posseiros – 10 de outubro de 2007).

Anexo 06: Exemplos de entrevistas publicadas pelo Jornal de Beltrão ao longo dos anos de 2007 e 2008 que foram trabalhadas como fontes.

Seita-feira, 28.9.2007 JORNAL DE BELTRÃO 7

Geral

NO TEMPO DA REVOLTA 63

Por ter trazido a mudança do jagunço 44, Tesser podia passar no "pedágio" sem pagar



Segundo Tesser começou a puxar mudanças do Rio Grande do Sul para o Paraná ainda em 1948, tempo que conheceu Marrecas. Dois anos após, comprou terras e veio morar pra cá. Em 1950, nós compramos um auto ou nove lotes onde era a Fazenda Vera, do Natalino Faust. Ali era tudo nosso, tinha uma casa de madeira, junto com seu pai Firmino Tesser, aquele que foi o primeiro a receber o título do Getup, seu nome está no monumento da praça Virmond Saplicy.

Trouxe muitas ("a cada 15 ou 20 dias a gente trazia uma mudança de Dani Casabarro, região de Passo Fundo"). Uma das mudanças que ele trouxe - depois é que ficou sabendo - foi a do jagunço Quarenta e Quatro.

Como o Aurélio de Negri já contou nesta série, em 57 as companhias tinham montado um posto fiscal e cobravam uma espécie de "pedágio" para caminhões carregados de madeira que viravam das serrarias do interior. Foi aí que Segundo Tesser descobriu que, por ser conhecido do Quarenta e Quatro, conseguiria passagem livre.

Segundo Tesser morou em várias cidades, tanto que, de seus nove filhos, dois nasceram no Rio Grande, três em Marrecas/Francisco Beltrão, um em Realiza, dois em Cascavel e um em Toledo. Mas após apresentar-se ele voltou a morar em Beltrão, está no bairro N. Senhora Aparecida.

IdEB - Como é o histórico do jagunço 44?

Segundo - Essa história foi o seguinte, quando eu puxava madeira do Fâbeis e Linton, tinha jagunços lá no rio Santa Rosa em dois acampamentos. Eles pediram a nota da madeira. Eu disse "a nota é pra tirar em Beltrão, que tem o estratário, e vocês sabem que eles têm um acordo com a companhia". Eles tinham acordo mesmo, cobravam um tanto pra passar. Mas o problema é que eu passei lá eram uns 10 homens da noite, e eles "pará". A gente parava. "Qual é nota da madeira?" "A nota da madeira está lá em Beltrão, tem que tirar lá". Diz ele: "como que nós vamos acordar?" Eu perguntei "condi-

entriacbeirados, armados, quando vimos o jipe, eu gritei: "É o jipe da Comercial". Ai nós metemos as armas e eles frearam, eles não sabiam que tinha a outra tranca lá em cima.

IdEB - Você não sabia deles, que eles tinham pegado o jipe, e eles não sabiam que vocês tinham trancado lá em cima?

Segundo - Os outros companheiros que estavam aqui embaixo deveriam ter falado pra eles, esqueceram, sei lá. Ai eles pularam e levantaram os braços, mas eu conheci os caras e gritei: "deba que são companheiros". Mesmo assim teve um que apontou a espingarda pra eles. O cara apresentou os documentos, daí eles foram e o deputado falou: "Na volta, não ver uma bandeira branca", de fato, voltaram no outro dia e de longe vinha abanando a bandeira branca. Mas não foi fiscal naquela época.

IdEB - Que lembrança a mais o senhor tem daquele tempo, além do caminhão, além da mudança?

Segundo - Lembrança boa é que compramos essa área de terra grande em morar pra cá. Tinha muito pistoleiro que morava ali perto, gente braba. Meu falecido pai veio ali e disse: "famor voltar" "Fazia seis meses que eu estava aqui. Eu disse "ôpa, mas por que?" "Forá no meio deste pessoal". Meu pai continuou morando no Rio Grande, e eu que casei e vim morar pra cá. Eu falei "famor fazer o seguinte, o senhor vende tudo lá e vem pra cá, tem a terra, tem tudo aqui". Diz ele, "acho que vou fazer isso mesmo, já que não quer voltar". Ele foi lá e vendeu, mas demorou um pouco, dois anos depois eu fui buscar a mudança dele com aquele mesmo caminhãozinho que eu tinha, isso foi em 55. Mais tarde trouxe a mudança dos outros parentes também. E na época das companhias eu puxei mudança de volta, uma pro Rio Grande e duas pra Santa Catarina, pessoas que queriam se escapar, achavam que não dava mais pra ficar ali.

IdEB - E a partir disso o senhor foi liberado pra passar com mudança de quem quisesse? Qualquer tipo de carga?

Segundo - Sim, era conhecido, chegava ali e não tinha problema, estava liberado. O Quarenta e Quatro era ruim, mas pra mim foi bom. Um fato, falando em negócio de jagunço, eu carreguei um caminhão no rio do Mato. Na saída, na serra, quebrou a caixa do caminhão. Era um sábado de tardecinho. Os jagunços tinham um acampamento no rio do Mato, deu aquela briga, morreu aquela meio dia. Eu tinha deixado o caminhão lá e vim embora, pra amarrar empreitada uma caixa e ir lá trocar, só pra tirar o caminhão de lá, porque estava trancando a estrada. Naquele meio teve aquela briga. Eles carregaram o pessoal, chegaram ali e não podiam passar, e deram tiro no caminhão, na sinaleira, no chassi, mas deram-lhe tiro, sorte que não ficaram nada. Daí fugiram um desviozinho e conseguiram passar, porque jipe passa em qualquer lugar. No domingo consegui ir lá, embaixo de chuva, troquei a caixa, eu e meu cunhado, e conseguimos tirar o caminhão, mas não foi fácil.

IdEB - E 10 de outubro de 1957, como foi esse dia para o senhor?

Segundo - Pra mim foi uma alegria, porque daí eu estava livre, e mesmo que eu tinha muito dó do que eles faziam com o pessoal, o pessoal que chegava no hospital do dr. Walter tudo cortado e baleado pela jagunçada, então aquele dia foi coisa mais linda. Foram trancadas as estradas, quando os colonos invadiram aqui e os jagunços se refugiaram no aeroporto, e nós cercamos a estrada na Agua Branca.

IdEB - O senhor ajudou a trancar a estrada?

Segundo - Tranquei em dois lugares, uma aqui ao pé da Agua Branca, onde é a polícia agora, porque tinha a estrada que subia ali. E tinha uma outra estrada que saía pra Linha Macagnan, nós trancamos lá. Até à noite demos um susto nos próprios companheiros, era o Decosta, o falecido Chico De Ross, tinha um deputado do Rio Grande que estava aí também, eles pegaram o jipe da Comercial, porque tomaram o jipe, sim, porque eles deixaram tudo, e iam pra Santo Antônio e Barracão pra ver como estava lá, e nós estávamos

Dia 10 de outubro, o Jornal de Beltrão publica um caderno

(Jornal de Beltrão. NO TEMPO DA REVOLTA 63. 28/09/2007. Seção: Geral. "Por ter trazido a mudança do jagunço 44, Tesser podia passar no 'pedágio' sem pagar", p. 07).

Anexo 07: Tabela com as entrevistas do conjunto de fontes Ruy Wachowicz

Pessoas entrevistadas no conjunto de fontes Ruy Wachowicz
Vicente Longo
Alfredo Regenski
Júlio Assis Cavalheiro*
Luís Prolo
Virginio Cantu
Deni Lineu Scwartz
Levino Andolhe
José de Col
Girino Zandona
Oto Meneguel
Cel. Reinado Machado
João Maria Bello
Germano Corona
Edu Publitz
Egon Lange
Virgílio Pedro Carbonera
Abílio Viana de Camargo
Orestes Armando Bertinato
Alberto Luiz Canini
Paula Preillipper*
Otaviano Ferreira Maciel
Jácomo Trento (“Porto Alegre”)*
Antônio Anibelli
Walter Pécoits
Mario Fontana
Ivo Thomazoni*
Frei Policarpo Berri

Anexo 08: Tabela 02 – Entrevistas do conjunto de fontes do Jornal de Beltrão

Pessoas entrevistadas no conjunto de fontes do Jornal de Beltrão
Agenor de Almeida
Alcides Bernardi
Alfredo Nepomuceno
Amélia Fachinello Vetorello
Ana Macagnan
Ângelo Camilotti
Anilda Larssen Périco
Antônio Ari Ferreira
Antônio Damázio dos Santos
Antônio Perardt
Arnaldo Calegari
Arthur Soares
Assis Castilhos
Augusto Pedro Pereira
Aurélio Antônio Negri
Avelino Dal Ponte
Avelino de Cesaro Cavaler
Balduíno Beal
Basílio Vendramini Maccari
Claudino Santolin
Clemente Machado dos Santos
Cleusa Gonçalves
Damásio dos Santos
Darci Zancan
Delvino Donatti
Deorides Grandó
Dorilde Santolin
Dovílio Delpubel
Egídio Zanatta
Ervelino Coletti

Ervília Ferrari Cella
Fiorentina Berté
Fiorindo Nesi
Floriano Arruda
Florindo Penso
Francisco Pesente
Gabino Marchiori
Gert Ambrust
Getúlio Oro
Gilberto Catelan
Glauco Olinger
Glória Gonçalves
Graciosa Beasi Tonini
Guilherme Oro
Idalina Oenning
Ilda Santini
Inês Barbieri
Irene Baroni
Ires Cella
Italina Dariva
Italina Zancan
Ivo Thomazoni *
Ivone de Ross Fabris
Izidoro da Rosa
Jácomo Trento (“Porto Alegre”) *
Jairo Graminho de Oliveira
João Biavatti
João Koerich
João Lopes
João Risso
José Argenta
José Palma de Lima

José Pedro dos Santos
José Santolin
José Souza Monteiro Neto
Josefina Bruzamarello
Júlio Assis Cavalheiro *
Júlio Ferreira Teles
Leonilda Cavalli
Líria Ambrust Furtado
Lorena Geny
Lourenço de Paula Witt
Lourival José Gross
Luiz Lorencett
Madalena Wrzecieck
Manoela Pécoits
Maria Borghesan Iurko
Maria Camilotti
Maria Casanova Castilhos
Maria Corteze
Maria Fantin Pellozo
Marlene Macagnan
Martina Perardt
Miguelina Gonçalves
Nelso Santini
Nilva Macagnan
Olivino Garbossa
Onorina Busse Locatelli
Orlando Lemes da Rosa
Oswaldo Lehr
Otávio Alves da Silva
Paula Preillipper *
Pedro Bruzamarello
Pedro Camozzatto

Pedro José Duarte
Rufina Gonçalves
Santina Lorenzon
Sebastiana dos Santos
Segundo Tesser
Serafina Gripa
Sérgio Dalla Vecchia
Sílvio Castelli
Tadea Oenning
Terezinha Oro
Terezinha Traiano Toscan
Theobaldo Sontag
Theolinda Radin Daros
Valmor Miot
Veríssimo Siqueira de Souza
Waldir Zimmermann
Wilson Rathier
Zélia Garbossa
Zita Sguarezi Milani

Há, ainda, as vozes de muitas outras pessoas nesses documentos do Jornal de Beltrão, que não foram listadas aqui. Elas, no entanto, não são entrevistas, mas sim falas e trechos de livros retirados de outros locais que foram reproduzidas no Jornal de Beltrão. Um exemplo disso são as várias passagens, geralmente em um único parágrafo, do livro *As histórias dos pioneiros contadas por eles mesmos*, de Ilmar Antônio Auth. Há, também, passagens retiradas de falas e escritos de pessoas como Rubens da Silva Martins ou Othon Mader. Ou ainda reproduções de entrevistas antigas, como uma de 1987 com Arduíno Cavalli, sobrevivente da Tocaia do KM 17.